

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA INDUSTRIAL**

**FORMAÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA DA
ECONOMIA DO MATO GROSSO DO SUL NO
CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA
ECONOMIA BRASILEIRA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EUGÊNIO DA SILVA PAVÃO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2005.

EUGÊNIO DA SILVA PAVÃO

**FORMAÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA DA
ECONOMIA DO MATO GROSSO DO SUL NO
CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA
ECONOMIA BRASILEIRA.**

**Dissertação de Mestrado apresentada à
coordenação do Programa de pós-graduação em
economia da Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC, para obtenção do título de
mestre em Economia Industrial, sob orientação
do Prof. Dr. Silvio Antonio Ferraz Cario.**

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2005.

PAVÃO, Eugênio da Silva

Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira. Florianópolis, UFSC, Centro Sócio-Econômico, 2005.

239 f.

Dissertação: Mestre em Economia Industrial

1. Integração da Economia Nacional
2. História Econômica de Mato Grosso do Sul
3. Economia Regional
4. Inserção no processo de integração, desconcentração e fragmentação da economia brasileira.
5. Sustentabilidade da economia de Mato Grosso do Sul.
 - I. Universidade Federal de Santa Catarina
 - II. Título

**FORMAÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DO MATO
GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA
BRASILEIRA.**

EUGÊNIO DA SILVA PAVÃO

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA INDUSTRIAL e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, em 13 de Julho de 2005.

Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Silvio Antonio Ferraz Cario, Dr. - UFSC

Presidente

Prof. Carlos Antônio Brandão, Dr. - UNICAMP

Membro

Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr. UFSC

Membro

APROVADA EM: ____/____/____.

DEDICATÓRIA

Ao senhor Bernabé Pavão, pai e amigo, exemplo de vida, filho de imigrante paraguaio que trabalhou na Matte-Laranjeira.

a Patrícia Maciel, que me estimula a galgar os degraus da vida, e cujos sacrifícios demonstram todo seu amor e carinho e doação por esse economista;

e à memória de minha mãe Audite da Silva Pavão (1931-1999), mulher batalhadora e que sorriu até seu último suspiro.....

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à dedicação do professor orientador Dr. Silvio Antônio Ferraz Cario, pelo empenho, dedicação e paciência no período de orientação do trabalho, e pela pessoa que é, mais do que um mestre, um grande amigo.

Agradeço aos amigos e colegas do mestrado em Economia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e dos amigos de Campo Grande-MS.

Agradeço a paciência, carinho e amor da minha baixinha, que mesmo nos momentos de ausência, nunca me faltou, com seu apoio e atenção.

Agradeço ao grande amigo Mestre Rogério Enderle, pelas sugestões e leitura do trabalho.

À eficiente e amiga Evelise Elpo – secretária do mestrado.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro no trimestre final do trabalho.

E agradeço a todos os funcionários dos órgãos públicos e instituições que me ajudaram na coleta de dados, especialmente à biblioteca da UFSC, IBGE de Campo Grande e Florianópolis, e pelo apoio do NEITEC/UFSC.

A todos minha gratidão e respeito.

SONHOS GUARANIS

(Almir Sater e Paulo Simões)

“Mato Grosso encerra
em sua própria terra,
sonhos guaranis,
por campos e serras
a história enterra
a mesma raiz,
que aflora das emoções,
e o tempo faz cicatriz,
em mil canções
lembrando o que não se diz.
Mato Grosso espera
esquecer quisera
o som dos fuzis,
se não fosse a guerra
quem sabe hoje era
um outro país,
amante das tradições,
de que me fiz aprendiz,
por mil paixões, sabendo morrer feliz.
Cego é o coração que trai,
aquela voz primeira,
que de dentro sai,
e às vezes me deixa assim,
ao lembrar que eu vim,
da fronteira,
onde o Brasil
foi Paraguai,
e às vezes me deixa assim,
ao lembrar que eu vim
da fronteira
onde o Brasil
foi Paraguai”.

TREM DO PANTANAL

(Geraldo Rocca e Paulo Simões)

Enquanto este velho trem, atravessa o
Pantanal
As estrelas do cruzeiro fazem um sinal
De que este é o melhor caminho
pra quem é como eu Mais um fugitivo da
guerra
Enquanto este velho trem, atravessa o
Pantanal
O povo lá em casa espera que eu mande
um postal
Dizendo que eu estou muito bem vivo
Rumo a Santa Cruz de La Sierra
Enquanto este velho trem, atravessa o
Pantanal
Só meu coração esta batendo desigual
Ele agora sabe, que o medo Viaja também
sobre todos os trilhos da terra
Rumo a Santa Cruz de La Sierra.

SUMÁRIO

Dedicatória	5
Agradecimentos	6
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	14
Problema de pesquisa	14
Objetivo Geral e Específicos	17
Metodologia	18
Estrutura do trabalho	19
CAPÍTULO II - MARCO ANALÍTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	21
2.1 – Introdução	21
2.2 – Antecedentes da integração da economia nacional no contexto do nascimento e consolidação da industrialização brasileira	21
2.3 – O processo de integração nacional [1930/1970]	24
2.3.1 – A integração durante a “industrialização restringida” 1930/1950	30
2.3.2 – A integração durante a industrialização pesada – 1950/1970	34
2.4 – A desconcentração industrial no Brasil (1970/1985)	42
2.5 – A fragmentação econômica (pós-1985)	51
2.6 – A questão do Centro-Oeste frente a integração da economia nacional	57
2.6.1 – Centro-Oeste: evolução sócio-econômica, demográfica e expansão produtiva .	58
2.7 – Síntese conclusiva do capítulo	71
CAPÍTULO III - ORIGENS E FORMAÇÃO DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE: DO IMPÉRIO À CRISE DE 1929 (1748-1929)	75
3.1 – Introdução	75
3.2 – A conformação geográfica	75
3.3 – A economia de Mato Grosso [1748-1929]	78
3.3.1 – O ouro e o ciclo aurífero	78
3.3.2 - Atividade econômica complementar: pecuária e agricultura	83
3.3.2.1 – A Pecuária.	84
3.3.2.2 – Agricultura	87
3.3.2.3 – Comércio	89
3.4 – A Questão militar: Implantação de destacamento militar à Guerra do Paraguai	92

3.5 – A Economia Mato-Grossense após-Guerra do Paraguai	95
3.5.1 – A agricultura exportadora no Mato Grosso no pós-guerra	95
3.5.2 – O desenvolvimento da pecuária no pós-guerra	100
3.5.3 – O comércio pós-guerra	102
3.5.4 – A indústria em Mato Grosso	104
3.6 – A ocupação da região Sul de Mato Grosso	106
3.7 – A articulação com a economia cafeeira de São Paulo	110
3.7.1 - A implantação dos meios de comunicação – Ferrovia Noroeste do Brasil	110
3.8 – Síntese conclusiva do capítulo	114

CAPÍTULO IV - MATO GROSSO DO SUL E A CONFORMAÇÃO REGIONAL DURANTE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (1930-1970) 117

4.1 – Introdução	117
4.2 – A Economia de Mato Grosso [1930-1979]	117
4.2.1 – A erva-mate: do monopólio à decadência	117
4.2.2 - A Marcha para o Oeste	121
4.2.2.1 – A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)	123
4.2.3 – A pecuária e as charqueadas em Mato Grosso	125
4.2.4 - A agricultura em Mato Grosso	132
4.2.5 - A questão do dinamismo regional – Norte e Sul	136
4.3 - O comércio inter-estadual	137
4.4 - A infra-estrutura dos transportes: Da expansão ferroviária à implantação das estradas de rodagem	138
4.5 – Indústrias	140
4.6 - A evolução do PIB de Mato Grosso de 1930 a 1980	143
4.7 – Síntese conclusiva do capítulo	146

CAPÍTULO V – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL, NAS FASES DE DESCONCENTRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO ECONÔMICA DA NAÇÃO (1970-2004) 150

5.1 – Introdução	150
5.2 – A Formação da Economia de Mato Grosso do Sul.....	151
5.2.1- Expansão da rede de transportes	151
5.2.2 - Planos e Programas Federais de Desenvolvimento	153
5.3 – A modernização da agricultura brasileira [1970/1980]	156
5.4 – Evolução urbana/demográfica de Mato Grosso do Sul	165
5.4.1 – Criação de Mato Grosso do Sul	165
5.5 – Evolução Econômica em Mato Grosso do Sul	185
5.6 – A questão da agroindustrialização de Mato Grosso do Sul	212
5.7 – O comércio inter-regional de Mato Grosso do Sul	214
5.8 – A estrutura institucional para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul	216
5.9 – Sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul: Vantagens e obstáculos	219
5.10 – Síntese conclusiva do capítulo	226

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO 228**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 234****ANEXOS 239**

Anexo I	Mato Grosso, caminho das monções	240
Anexo II	MS: Matadouros e frigoríficos, 1960/2004	241
Anexo III	Arrendamento Matte-Laranjeira	242
Anexo IV	MS: Comportamento dos setores industriais, por número de estabelecimentos .	248

LISTA DE TABELAS QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E ANEXOS.**TABELAS**

Tabela 1	Taxas médias de crescimento real da indústria de transformação: Brasil e São Paulo, 1911-1949 (%)	32
Tabela 2	Participação do setor industrial, por tipo de indústria: Brasil – 1949/1970	38
Tabela 3	Participação Regional do PIB do Brasil: 1949/1994	39
Tabela 4	Brasil: Taxa de Crescimento industrial – 1949/1994	40
Tabela 5	Valor Transformação Industrial: Brasil (1970/1995)	46
Tabela 6	Brasil: percentual PIB por regiões e alguns Estados – 1970/1985	48
Tabela 7	Produção regional de grãos – 1970/1985 (1.000 Ton.)	49
Tabela 8	Participação por região do número de empresas industriais: Brasil: 1970/85 (em %)	50
Tabela 9	Participação regional do PIB Nacional – 1985/1989	53
Tabela 10	Demografia da região Centro-Oeste – 1872/1970	59
Tabela 11	Brasil: Concentração industrial 1907/1939	61
Tabela 12	Indústria de transformação: taxas médias anuais de crescimento real (1919/1970)	62
Tabela 13	% do Valor da Transformação Industrial do CO no Brasil – 1939/1994	62
Tabela 14	Brasil/NO/NE/CO: Indústria de transformação VTI e número de operários, por grupo de indústria	63
Tabela 15	Brasil e Centro-Oeste - Taxas médias anuais de crescimento – 1960/96	64
Tabela 16	Brasil e Centro-Oeste: Taxas de crescimento setorial – 1960, 1970, 1980 e 1990/1996	66
Tabela 17	Relação Centro-Oeste/Brasil: Despesas, receitas, PIB e população – 1970/1995	67
Tabela 18	Brasil – Taxa de imigração por região – 1960/1980	67
Tabela 19	População: Brasil, CO e Estados da região – 1960/2000	68
Tabela 20	C-Oeste: % do número de estabelecimentos agropecuários – 1940/1995	68
Tabela 21	Brasil Colônia: Produção de ouro em Minas Gerais, Goyas e Matto Grosso ...	80

Tabela 22	Mato Grosso: Entrada de negros: 1720-1772	81
Tabela 23	Mato Grosso: receitas e despesas da província – 1864/1870 (em mil réis).....	94
Tabela 24	Exportações de erva-mate: Brasil e Mato Grosso – 1901/1914	97
Tabela 25	MT - % exportações por produtos agropecuários. – 1901/1930*.....	99
Tabela 26	Mato Grosso, Pecuária por município acima de 100 mil cabeças/1920	101
Tabela 27	Evolução da população de Mato Grosso, no período de 1900-1919	109
Tabela 28	Expansão da Ferrovia Noroeste do Brasil e finanças – SP-MT (Kilômetros) ..	112
Tabela 29	MT: Peso da erva-mate nas exportações do Estado – 1930/1936	119
Tabela 30	MT: Erva-Mate, exportações MT/Br, Quantidade MT/Br – 1930/1969	119
Tabela 31	MT: Erva-mate, produtores e exportação do produto	120
Tabela 32	MT - Exportação de gado em pé – 1930-1937	126
Tabela 33	Produção bovina em Mato Grosso - 1940/50/55/60/65/70/75-79	127
Tabela 34	MT: Exportações de charque – 1930/1958	129
Tabela 35	MT: % exportações dos produtos por origem (animal, vegetal e outros).....	129
Tabela 36	MT: % Exportações por tipo de produtos – 1936/40	130
Tabela 37	MT/BR: % produção Agrícola: 1930/1969	133
Tabela 38	MT/MS: Produção agrícola, participação dos principais produtos na produção nacional – 1970-1979	135
Tabela 39	MT: Arrecadação Estadual, por região (NO e SUL) – 1927/1931.....	136
Tabela 40	Mato Grosso: Comércio Interestadual – Entradas e saídas: 1942/1949	137
Tabela 41	Comércio entre Mato Grosso e São Paulo: 1942/1949	138
Tabela 42	Ferrovia Noroeste do Brasil – extensão e finanças – 1930/1959	139
Tabela 43	Corumbá-MT: Número de empresas industriais: 1941	141
Tabela 44	MT/MS – Número de empresas industriais – 1940/1970	141
Tabela 45	Indústria de MT: Número de estabelecimento e de operários – 1940/1970	142
Tabela 46	Brasil, PIB – Comportamento por região e Estados – 1939, 1947, 1970, 1975 e 1980	145
Tabela 47	MS: Estrutura fundiária, por número de estabelecimento – 1950/1985	162
Tabela 48	MS: Estrutura fundiária, por área – 1950/1985	162
Tabela 49	% de estabelecimentos agropecuários de MS/CO – 1940/1995	163
Tabela 50	MS - FCO: Operações Contratadas, por Setor - 1989/90 a 1998 (em 1.000 R\$).	164
Tabela 51	Participação de MS no crédito rural brasileiro – 1985/2004	164
Tabela 52	Uso da terra em hectares e % - MS – 1975/1980/1985/1995	165
Tabela 53	MS: Evolução no número de municípios	167
Tabela 54	MS: Evolução da criação dos municípios e da população em MS – 1880/2000	168
Tabela 55	Brasil, Centro-Oeste e Campo Grande: Taxas médias geométricas de crescimento populacional anual urbano – 1960/70; 1970/80 e 1980/91.....	169
Tabela 56	Evolução da criação dos municípios e da população em MS – 1970/2004	174
Tabela 57	% População rural e urbana, principais municípios de MS – 1980/2000	178
Tabela 58	Número de domicílios particulares com ocupação permanente – MS: 1970/2000	179
Tabela 59	Rede de água por domicílios nos principais municípios de MS –1970/2000	180
Tabela 60	Rede de esgoto por domicílios nos principais municípios de MS –1970/2000..	180
Tabela 61	Brasil e Centro-Oeste – População: 1872/2004	181
Tabela 62	Centro-Oeste: Taxa de Crescimento demográfico por UF – 1940 a 2000	182
Tabela 63	MS: Estimativa da população – 2001/2004	185
Tabela 64	Brasil e Centro-Oeste: Produção de gado – 1990/2003	187

Tabela 65	Brasil: Bovinos por municípios, 2003	187
Tabela 66	MS/Brasil: Participação da produção agrícola – 1977/2003	188
Tabela 67	Participação da agricultura de MS/Brasil e valores absolutos da agricultura em MS– Área, produtividade e produção. – 2000/01 – 2004/05	190
Tabela 68	MS: Balança Comercial Externa (US\$ 1.000 FOB).....	191
Tabela 69	Brasil/Centro-Oeste: Participação nas exportações do país – 1975/1994.....	192
Tabela 70	MS: Exportações: Grupos de produtos - US\$ e peso (participação) – 2000/2001	193
Tabela 71	MS: Número de empregados e percentual por setores industriais – 1970/1975/1980/1985	202
Tabela 72	Empregos na Indústria de Transformação – MS: 1996/2002	203
Tabela 73	Brasil: Variação no emprego industrial por UF – 1989/1998	204
Tabela 74	MS: Participação: Número de estabelecimentos por gênero: 1975/1995	205
Tabela 75	Brasil, Centro-Oeste e MS: Número de empresas/empregos e %MS/CO e MS/BR.	206
Tabela 76	MS: Estabelecimentos industriais, por ramo de atividade – 1970/1995	207
Tabela 77	Receita Líquida das Vendas: Indústria de Transformação – Mato Grosso do Sul – 1996/2002	208
Tabela 78	Valor da produção bruta industrial e valor da Transformação Industrial – Mato Grosso do Sul – 1996/2002	209
Tabela 79	Percentual de pessoal, receitas líquidas, VBPI e VTI, por tipo de indústria – Mato Grosso do Sul – 2002	211
Tabela 80	MS: Maiores parceiros comerciais (compra/venda) – 1987-1991	214
Tabela 81	MS: Leis e número de empresas incentivadas – 1984, 1987, 1991, 1999-2002	216
Tabela 82	Consumo de energia elétrica – em Kilowatts e percentual: setor industrial e não industrial – Mato Grosso do Sul – 1980/2002	223
Tabela 83	Rede rodoviária por dependência administrativa – MS – 1997/2002	224

QUADROS

Quadro 1	Integração Nacional: Características de 1930/1970	41
Quadro 2	Brasil: Transformações da economia regional – 1930/2002	57
Quadro 3	MT, Casas comerciais implantadas de 1856 a 1870	91
Quadro 4	Empresas comerciais instaladas em Cuiabá e Corumbá – 1870/1929	103
Quadro 5	Charqueadas em MT, 1923	105
Quadro 6	MT e MS – Dados comparativos, 1977.....	166
Quadro 7	POLOCENTRO: Linhas de crédito por atividade	160
Quadro 8	Agroindústrias instaladas em Mato Grosso do Sul – 2002	213

FIGURAS

Figura 1	Mapa de São Paulo durante o Império (até 1748)	77
Figura 2	Mapa da pecuária em Mato Grosso (1933)	86
Figura 3	Colonização do Sul de Mato Grosso	107
Figura 4	Ferrovias em Mato Grosso (1960)	113
Figura 5	Território Federal de Ponta Porã	123
Figura 6	MS: Rede de transporte	152
Figura 7	Programas especiais (POLOCENTRO e PRODEGRAN) em MS.....	159
Figura 8	Mapa da vegetação do Brasil	160
Figura 9	Municípios de Mato Grosso do Sul – 1940	171
Figura 10	MS: Municípios – 1950	172
Figura 11	MS: Municípios – 1960	173
Figura 12	MS: Municípios – 2000	175
Figura 13	População urbana em Mato Grosso do Sul – 1960	177
Figura 14	MS: Rede Urbana– 2000	177

GRÁFICOS

Gráfico 1	Brasil/Centro-Oeste: Taxa média de crescimento anual do PIB: 1960/1996	65
Gráfico 2	PIB de MT/Brasil - 1947/1980	146
Gráfico 3	MS: Participação na população do Centro-Oeste – 1920/2000	183
Gráfico 4	Participação de MS na população do Brasil	184
Gráfico 5	Centro Oeste: Pecuária: Participação no total do Brasil – 1990/2003	186
Gráfico 6	MS e Brasil: Taxas de crescimento da economia e tendência – 1981/2002	195
Gráfico 7	PIB MS: Composição por setores – 1985/2001	198
Gráfico 8	MS: Taxa de crescimento do PIB por setor – 1986/2002	199
Gráfico 9	MS e SP: Comércio inter-estadual – 1979/1991	215

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 - PROBLEMA DE PESQUISA

A conformação da economia brasileira tem início com o desenvolvimento da economia exportadora cafeeira paulista, que permitiu grande acumulação de capital nas mãos dos fazendeiros, que passaram a diversificar seus negócios através do investimento industrial (1850-1930). Com a crise mundial (1929/30), a dinâmica da economia brasileira, que era voltada para o exterior, passa para o mercado interno, dando início à dinâmica econômica nacional, comandada pelo setor industrial.

O processo de integração da economia nacional ocorreu no período de 1930 a 1970, quando São Paulo assumiu a liderança na construção do mercado nacional, como principal fornecedor de produtos industrializados e consumidor de matérias-primas e insumos das demais economias regionais. A partir de 1930, a economia nacional vai se conformando a partir da construção de ferrovias, redução e eliminação de impostos inter-regionais e nacionalizando problemas regionais.

De 1930 a 1960, a principal característica da economia nacional foi o caráter mercantil, ou seja, as trocas inter-regionais de mercadorias, comandadas pela economia de São Paulo e de 1961 até 1970, ocorreu a mudança no caráter do processo de integração, com a fase da acumulação capitalista, com o espraiamento do capital paulista para outras regiões do país, ou seja, a implantação de empresas de São Paulo nas diversas regiões brasileiras, com a remessa dos lucros obtidos nestas regiões para a metrópole paulista.

Em relação às demais economias regionais, o processo de integração provocou diversos efeitos, a partir da expansão da indústria paulista, que foram: a) efeitos de estímulos – que propiciou a complementação inter-regional; b) efeitos inibição/bloqueio – quando as atividades econômicas exercidas em São Paulo desestimularam sua implantação nas demais regiões, devido ao nível obtido pela produção de bens na economia central (paulista) e por fim, c) efeitos de destruição – quando as atividades econômicas implantadas na periferia não conseguiram mais fazer frente à concorrência das modernas e eficientes empresas de São Paulo, acabando por falir ou perder parte ou todo seu mercado regional.

Por outro lado, em relação ao processo de industrialização da economia nacional, de 1930 até 1955 ocorreu a fase restringida, sem a produção de bens de produção e a partir daí passa-se para a fase da industrialização pesada, quando finalmente foi implantada a estrutura completa da indústria brasileira.

A partir de 1970, quando a indústria paulista atingiu 58,2% da indústria nacional, os governos federal e estadual (SP) implantaram ações para a desconcentração industrial (1970-1985), visando transferir para a periferia, parte da estrutura industrial, como forma de reduzir as diferenças entre as regiões, devidos as mudanças ocorridas na economia nacional (expansão da fronteira agrícola; políticas de desenvolvimento regional; programas federais (I e II PND); a urbanização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dentre outras), tendo como principal agente o Estado. O resultado deste processo é o deslocamento da parte das indústrias paulistas para o interior e para outras economias periféricas. À exceção da região Sudeste, que apresenta queda na participação do PIB nacional, todas as outras regiões apresentam crescimento, caracterizando o período de desconcentração econômica da nação.

No período de 1985 a 1995, ocorreu o esgotamento do período de crescimento da economia brasileira (1930-1985), provocado por questões financeiras, desequilíbrios macroeconômicos, crise internacional (petróleo, dívida, etc.). Estimuladas pelas políticas federais, as economias regionais passam a atender à política macroeconômica pautada nos esforços para geração de divisas internacionais com as exportações. As economias regionais com maiores potenciais exportadores tornam-se “ilhas de prosperidade”, através das exportações de *commodities* e de manufaturados.

Neste contexto, ocorreu o surgimento da “guerra fiscal”, visando a atração de investimentos produtivos entre as diversas regiões periféricas, comprometendo as finanças

públicas e desarticulando o pacto federativo existente nos períodos de integração e desconcentração da economia nacional.

Na perspectiva analítica deste quadro, a região Centro-Oeste, e em particular do Mato Grosso do Sul, considera-se que o desenvolvimento nacional deste espaço regional inicia-se com a descoberta do ouro no período colonial, que permite a ocupação da região e a criação de Mato Grosso. Com a decadência desta atividade econômica, a região se caracteriza pela agricultura de subsistência e de uma incipiente pecuária, até a vinculação ao mercado internacional, marcado pela abertura da navegação no rio Paraguai, cujo desenvolvimento é interrompido pela Guerra do Paraguai, retornando à situação anterior após o conflito. O desenvolvimento da pecuária permitiu a instalação de manufaturas de carne, além da exploração de um conjunto de produtos para exportação (borracha, erva-mate, ipecacuanha, etc.), visando o mercado internacional.

A partir da instalação da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1914), ligando o Sul de Mato Grosso com o Estado de São Paulo, ocorre a primeira parte da integração desta economia periférica, no mercado nacional.

Mas é a partir de 1930, com o processo de integração da economia nacional (1930-1970), com a interiorização da dinâmica econômica nacional, por meio do setor industrial, a região Sul de Mato Grosso se especializa na produção de carne, tornando-se uma das principais fornecedoras para a economia líder da integração. Primeiramente através do fornecimento do boi em pé (magro), para engorda nas invernadas paulistas para posterior abate em frigoríficos da região. Desta forma, de 1930 até 1950, a economia de Mato Grosso do Sul se insere na fase mercantil da integração nacional, quando na década de 1950 passa a receber investimentos na indústria frigorífica, visando o fornecimento de carne para as regiões metropolitanas da região Sudeste, caracterizando assim, a fase capitalista da integração nacional, com a exportação do capital industrial paulista para as economias regionais.

Dentro do processo de desconcentração da economia nacional (1970-1985), a região de Mato Grosso do Sul se integra à expansão e modernização da fronteira agrícola, por intermédio da modernização do sistema de transportes (rodovias), e com a incorporação das terras do cerrado sul-mato-grossense na produção agricultura comercial (milho, algodão, soja, etc.). Com a crise da década de 1970, a região se incorpora no processo de geração de divisas, através da exportação de excedentes, a partir da implantação de um conjunto de empresas agroindustriais

(frigoríficos de bois, aves, suínos, esmagadora de soja, etc.), se inserindo no programa de geração de divisas para o enfrentamento da crise internacional. Neste período ocorre a criação e instalação da economia de Mato Grosso do Sul, desmembrada do Estado de Mato Grosso. Neste período, ocorre a urbanização de Mato Grosso do Sul, com a população urbana ultrapassando a população rural no total do Estado.

Com a fragmentação da economia nacional, a partir de 1985, Mato Grosso do Sul se insere no “*agribusiness*” voltado para as exportações, a partir das exportações baseadas em três produtos principais: bovinos (carnes e derivados), soja (farelo e derivados) e minérios (ferro e manganês), tornando-se assim uma das “ilhas de prosperidade” apontadas no marco analítico, e ingressando na disputa por investimentos industriais, com a criação da lei de incentivos fiscais, visando diversificar sua base produtiva.

Requer diante desta trajetória aprofundar o entendimento da ocorrência marcante do processo de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Para isto busca-se responder a seguinte questão:

Como ocorreu a formação, a constituição da estrutura produtiva e o movimento dinâmico da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira?

1.2 - OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

1.2.1 - Objetivo Geral

Demonstrar como se processou a configuração do espaço, da estrutura e dinâmica econômica do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira.

1.2.2 - Objetivos Específicos

1) Apresentar o marco analítico que sustenta o desenvolvimento da economia regional, referenciando desde a integração à fragmentação da nacional;

- 2) Descrever as origens, a economia e a ocupação de Mato Grosso no período de 1748 a 1929;
- 3) Discutir a conformação da economia de Mato Grosso durante o processo da integração nacional (1930-1970);
- 4) Analisar a integração e criação de Mato Grosso do Sul, a partir do processo de desconcentração e fragmentação da economia nacional.

1.3 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a pesquisa histórico-analítica, através da coleta de dados da história econômica, objetivando demonstrar o processo de configuração da economia regional de Mato Grosso do Sul.

Para atender o objetivo referente ao marco analítico (1º objetivo), discute-se as fases da integração, desconcentração e fragmentação da economia da nação, no período de 1930 até os dias atuais. Recorreu-se à bibliografia básica que sustenta esta concepção analítica, desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp. Para isso, foram utilizadas obras dos seguintes autores: Cano (1998a, 1998b); NEGRI (1996); PACHECO (1998); CAIADO (2002) e TRINTIN (2001);

Buscando realizar o objetivo referente à descrição das origens, economia e a ocupação de Mato Grosso no período de 1748 a 1929 (2º objetivo), foram consultados trabalhos históricos e de história (dissertações, teses e livros), disponíveis na UFMS, UCDB, UNESP-ASSIS, USP, IE-UNICAMP, com a utilização das obras dos seguintes autores: ARRUDA (1986), BARBOSA (1963), CORRÊA (1934), ESSELIN (2000), GARCIA (2001), BORGES (2001), LENHARO (1982), LIMA (s/d), LIMA FILHO (1998), MÜLLER (1942), SALSA CORRÊA (1999), SIMONSEN (1977), SODRÉ (1990).

No intuito de atender o objetivo referente a conformação de Mato Grosso na integração nacional (3.º objetivo), utilizou-se dados secundários do IBGE (Anuários Estatísticos), os quais foram adaptados para fazer a relação (comparação) entre a produção de Mato Grosso e a do

Brasil, utilizou-se a seguinte bibliografia histórica: NASCIMENTO (1992), ABREU (2001 e 2003), OLIVEIRA (1999) .

Visando cumprir o objetivo referente à análise da integração e criação de Mato Grosso do Sul, a partir do processo de desconcentração e fragmentação da economia nacional (4º objetivo), foram utilizados dados primários da SEPLAN/MS, IBGE, BANCO CENTRAL (1999/2003), MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (2000/2001) e SUDECO (1988), além de um conjunto de bibliografias versando sobre as políticas federais, a modernização da agricultura brasileira, bem como os dados relativos à Mato Grosso do Sul, no período de 1970 a 2003. Os autores empregados no capítulo foram: ABREU (2001 e 2003), GOLDMAN (1978), LOSADA (2001), PAVÃO (1997), CASTRO & FONSECA (1994).

1.4 - ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação encontra-se estruturada em 6 capítulos, que são:

O **Capítulo I** trata da introdução, problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a metodologia utilizada e a estrutura do trabalho;

O **Capítulo II** aborda o marco analítico da integração da economia nacional. Partindo dos antecedentes da integração, apresenta-se o processo de integração de 1930/1970, subdividido no período da industrialização restringida [1930-1950] e no período da industrialização pesada [1950/1970]; a fase da desconcentração industrial de 1970/1985 e a fase da fragmentação econômica, a partir de 1985 e a questão do Centro-Oeste frente à integração nacional.

O **Capítulo III** apresenta as origens de Mato Grosso, a economia e ocupação da região mato-grossense (1748-1929), apontando o ciclo do ouro entre 1720 e 1780; a fase da agropecuária de subsistência, entre 1780 e 1856; período da abertura do comércio fluvial, vinculado ao mercado internacional; a Guerra do Paraguai e as conseqüências à economia de Mato Grosso (1864-1870), A fase pós-guerra, de reconstrução da economia e desenvolvimento do comércio internacional, vinculado ao capitalismo financeiro e de implantação das primeiras importantes manufaturas (charqueadas), vinculadas ao desenvolvimento da pecuária e a

exploração da erva-mate. Expansão da economia paulista com a ferrovia Noroeste do Brasil, que permitiu vinculação ao mercado nacional, até a crise de 1929.

O **Capítulo IV** apresenta o desenvolvimento da pecuária, que se torna a principal atividade econômica da região Sul de Mato Grosso, atraindo investimentos em charqueadas (até 1960) e em frigoríficos (a partir de 1950). A colonização de Mato Grosso, a partir do Programa Marcha Para o Oeste e a evolução do PIB no período.

O **Capítulo V** discute os programas federais, a expansão da fronteira agrícola, e a modernização da agricultura, com a incorporação das terras do cerrado; a criação de Mato Grosso do Sul; a evolução urbano-demográfica de Mato Grosso do Sul e a evolução da economia do Estado de 1977 a 2002, com a estrutura industrial e agropecuária do Estado.

E por fim o **Capítulo VI** apresenta a conclusão do trabalho.

CAPÍTULO II

MARCO ANALÍTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

2.1 – Introdução

O objetivo deste item do trabalho é apresentar os principais aspectos analíticos que apontam como ocorreu a passagem da economia primário-exportadora, cuja dinâmica era fortemente influenciada pelo mercado externo, para uma economia com desenvolvimento endógeno dado pelo processo de industrialização. Tendo papel fundamental nesse processo, apresenta-se o desenvolvimento industrial de São Paulo e suas inter-relações com as demais regiões do país, na medida em que a expansão da economia paulista influenciou o desenvolvimento regional brasileiro. Analisa-se o movimento da integração e as transformações da economia durante a industrialização restringida (1929-1950), a industrialização pesada (1951-1970), o período de desconcentração industrial (1970-1985) e de fragmentação da economia brasileira (pós-1985).

2.2 – Antecedentes da integração da economia nacional no contexto do nascimento e consolidação da industrialização brasileira

O período no qual a dinâmica da economia brasileira ainda era ditada pelo exterior, ocorreu a formação e consolidação do capital industrial através da cultura do café. Foi a partir

da introdução e expansão do grão, na década de 1850, que ocorreu o impulso à acumulação do capital industrial, através da expansão cafeeira.

A boa adaptação da cultura às terras paulistas, bem como a disponibilidade e facilidade de obtenção da titularidade, possibilitou a incorporação de grandes áreas de terras à atividade. Estimulada pela demanda externa, a produção de café se tornou a principal atividade econômica do país, tendo no seu desenvolvimento elementos de produção capitalista, tal como a utilização de mão-de-obra livre e de máquinas e equipamentos no processo de beneficiamento do produto, etc.

Para continuar a expansão da cultura, foi fundamental a introdução da estrada de ferro, que permitiu, através da estratégia de transporte de penetração, atingir grande espaço geográfico (interior paulista), bem como possibilitou o transporte até o Porto de Santos, que foi o principal local de saída do produto do país, ultrapassando as saídas localizadas no Porto do Rio de Janeiro.

No contexto do desenvolvimento dessa cultura, o trabalho tornou-se assalariado, impondo com isso maior dinamismo às plantações, eliminando assim a utilização do trabalho escravo. A maior parte da mão-de-obra utilizada nos cafezais foi de imigrantes europeus e japoneses, que vieram em busca de nova vida na América, tendo como vantagem competitiva o conhecimento de técnicas agrícolas praticadas em seus países.

O café estimulou o surgimento de um circuito de negócios nos quais participavam os plantadores do grão e os compradores responsáveis pela chegada do produto nos portos. Alguns desses profissionais tornaram-se financiadores da atividade, seja na produção e até mesmo nas exportações, tornando-se proprietários das casas exportadoras.

O capital acumulado na atividade possibilitou o financiamento de novas plantações, a diversificação das atividades, bem como os serviços ligados ao setor e outras atividades como a produção manufatureira, investimentos imobiliários, casas comerciais, etc. Dessa forma, o capital cafeeiro se tornou o capital agrário, industrial, bancário e comercial.

Todo esse processo levou à acumulação de capital nas mãos dos barões do café (e dos demais envolvidos com as operações comerciais, financeiras, logísticas, etc.), que se tornaram os responsáveis por investimentos industriais, ou seja, ocorre o nascimento da classe capitalista industrial, a qual passa a investir em fábricas, buscando a reprodução do capital cafeeiro.

A produção industrial nessa fase de nascimento e consolidação do capital industrial se voltou para a produção de bens de consumo não-duráveis (alimentos, sabão, velas, roupas, bebidas, etc.), que não necessitavam de grandes investimentos em máquinas e equipamentos, matéria-prima, etc.

Com a grande acumulação propiciada pela atividade, o capital cafeeiro passou a interferir na vida política, buscando maiores “facilidades” para manter seu crescimento, removendo os possíveis obstáculos legais. A influência do café chegou ao governo central, o qual passou a efetuar políticas de valorização do produto, através do patrocínio à compra da produção que excedesse a demanda externa, mantendo assim o nível de preços. O financiamento dessa política era feita por intermédio da criação de novos tributos sobre exportações de café, sobre novos pés plantados, sendo proibidas as exportações de café inferiores, sem padrões internacionais.

Diversos instrumentos foram utilizados para manter a renda do capitalista cafeeiro, por exemplo, as políticas de valorização do café e desvalorização cambial. Esses esforços se acumularam com o advento da crise de 1929, cuja reação visou a sustentação do nível de operação e renda do segmento urbano do complexo exportador, com rebatimento positivo no âmbito urbano-industrial.

Desde que o café ganhou importância como principal atividade econômica do Brasil (1850) até a crise de 1929, o estado de São Paulo já detinha a liderança da indústria nacional. De 1907 a 1919, a participação da indústria paulista no total da indústria nacional foi, respectivamente, de 15,9% e 31,5%, atingindo 37,5% em 1929. Assim, São Paulo tinha a mais desenvolvida indústria do Brasil, além de ser a mais importante agricultura do país (CANO, 1998b: 47). O processo de industrialização de São Paulo¹ se deu através da acumulação de capital no setor cafeeiro, sendo esse o mais dinâmico do país e permitindo o alavancamento da economia paulista. Dessa forma, a concentração da indústria e dos serviços industriais não tardou a ocorrer na Região Sudeste, com São Paulo e sua região metropolitana adquirindo uma solidificada estrutura produtiva.

Mesmo tendo havido crescimento industrial nas outras regiões, o fato é que essas regiões ressentiram-se de um “*carro-chefe*” econômico nos moldes paulista, pois suas indústrias tinham

¹ Baseado no pioneirismo na implantação do trabalho assalariado; atração de imigrantes de países desenvolvidos, com algum capital e conhecimento industrial; a dinâmica da economia cafeeira, que estabeleceu o processo de acumulação de capital e seu investimento em empresas diversificadas e modernas.

o objetivo de atender a demanda local, regional, enquanto as unidades produtivas de São Paulo foram criadas para atender a demanda nacional, em escala, aliando baixo custo por unidade produzida e atraindo mão-de-obra de diversas regiões.

Apesar disso, nem todas as regiões estavam aptas a ter crescimento industrial, conforme aponta Cano (1998a: 267): “*As demais regiões do país (...) ou se apresentavam praticamente desprovidas de indústrias, como por exemplo, o Centro-Oeste e o estado do Espírito Santo, ou então haviam implantado uma indústria vinculada a uma base agrícola tradicional, e relativamente especializada*”².

As “principais” economias da periferia atuavam na produção de artigos específicos³, ligados à utilização de recursos naturais ou de atividade agropecuária, tal como o charque no Rio Grande do Sul, a banha em Santa Catarina, o mate no Paraná, o açúcar e o sal no Nordeste, a madeira no Amazonas e também no Paraná e Santa Catarina, cujos destinos não estavam em seu mercado local, mas sim para os mercados externos ou do resto do país.

2.3 – O processo de integração nacional - 1930/1970

Com a ascensão do Novo Estado, a partir da Revolução de 1930, foi feito um processo de organização da estrutura de um estado capitalista, no qual foram pensados e implantados (alguns com sucesso, outros não) aparelhos regulatórios da economia⁴.

O processo de conformação das estruturas materiais do Estado, através de órgãos, códigos e peças legislativas, que deram o suporte para a elaboração de política econômica de caráter nacional, permitiram o intervencionismo econômico internamente articulado com o projeto de industrialização.

A crise de 1930 e suas condições emergenciais aceleraram a implantação de aparelhos regulatórios específicos, e as políticas nacionais passaram a guiar a trajetória econômica interna. Nesse sentido, foram criadas novas entidades na esfera da administração pública, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial.

A linha pensada para a estrutura organizacional do Estado foi a de um aparelho econômico com o comando centralizado e com descentralização administrativa e funcional. Foi

² Caso do Amazonas e sua indústria voltadas à atividade da borracha.

³ Concentração por especialização natural.

⁴ Baseado em Draibe, 1985.

então estruturado o modo de articulação entre o aparelho econômico do Estado e o processo de industrialização.

O Estado brasileiro foi se conformando, assumindo uma postura de apoio ao processo de desenvolvimento industrial, importante passo para a integração da economia regional. Esta conformação estatal se deu por intermédio da modernização administrativa, com a criação de vários órgãos de gestão, tais como o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), em relação às finanças e o crédito, foi criada, em 1945, a SUMOC (Superintendência de Moeda e Crédito), que absorveu boa parte das funções do Banco do Brasil. Entretanto, não conseguiu retirar o poder político do Banco do Brasil, que permanecia como o Banco Central do Brasil. Outros órgãos foram criados e várias comissões setoriais.

O setor privado criou diversos órgãos de regulação e fomento à produção e comercialização setoriais, tais como: Departamento Nacional do Café (1933), Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (1933), Instituto Nacional do Mate (1938), Instituto Nacional do Pinho (1941), Instituto Nacional do Sal (1941), Instituto do Cacau da Bahia (1931) e o Departamento Nacional da Produção Mineral (1934). Observa-se que o objetivo destas instituições era o fomento da atividade de produção e comercialização (principalmente as ligadas ao setor agroindustrial).

Os Conselhos tornaram-se responsáveis pela coordenação de medidas de fomento setorial. No setor público, foram instituídos códigos e regulamentação dos serviços de utilidade pública, com a delimitação de áreas de atuação do setor privado nacional e estrangeiro. Nesse período foram centralizados e modernizados os instrumentos relativos às informações estatísticas, visando um arcabouço de informações necessárias às decisões públicas e privadas.

Foram organizadas as relações entre capital e trabalho, através da implantação de instrumentos legais que objetivavam colocar o Estado na posição de mediador entre os trabalhadores e empresários, de forma a conter uma possível corrente não capitalista⁵.

As implicações desse conjunto institucional criado para o Brasil foram diversas, entre elas a mudança de postura típica para *state-makers*, ao contrário do domínio privatista e localizado, que atendia a interesses regionais.

Com a conformação normativa e intervencionista, o Estado brasileiro contemplou um projeto de desenvolvimento capitalista baseado no processo de industrialização, cuja

⁵ Devido a tentativa da intentona comunista de tomar o poder em novembro de 1935.

coordenação e planejamento propiciou, através da parceria estatal-privada, alterar as bases econômicas nas quais “repousava” a economia brasileira, para uma fase de implantação da industrialização entre 1930-1945, culminando com a industrialização pesada (década de 1970), já pensada durante o governo Vargas.

O apoio aos países aliados durante a II Guerra Mundial permitiu a implantação do plano siderúrgico, a partir da década de 1940, em parceria com o governo americano. A guerra estreitou as relações entre Brasil e Estados Unidos que caminharam mutuamente no mesmo sentido, destacado por Daibre:

“os estudos e projetos dessa Comissão (Missão Cooke) visaram basicamente a internalização da produção de equipamentos e insumos considerados essenciais, a expansão e diversificação dos meios de transportes, a renovação tecnológica da indústria brasileira, a assistência técnica a profissionais e a mobilização mais eficiente de fontes internas de financiamento”. (1985: 110).

Durante o período da industrialização restringida, ocorreu a “gestação” do projeto de industrialização pesada. O papel assumido pelo Estado (pró-industrialização), juntamente com a política anti-cíclica, proporcionou o desenvolvimento econômico industrializante. Confirmam esse fato os incentivos⁶ ao setor industrial, que colocou a indústria como principal setor do dinamismo da economia, favorecendo o processo de acumulação capitalista no Brasil.

O papel do governo Vargas, no processo de integração nacional, foi de grande importância para o “deslanchamento” da atividade industrial brasileira, pois diversas foram as ações do governo buscando o aperfeiçoamento do funcionamento da máquina estatal (administrativo, funcional e regulatório) e do setor privado, visando atender à acumulação capitalista industrial. O aparelho econômico do Estado, centralizado e nacionalmente articulado, permitiu, apesar do movimento “*stop and go*”, constituir o capitalismo industrial e ainda criou as bases para a industrialização pesada, que ocorreu a partir da década de 1950.

O processo de integração do mercado nacional só ocorreu após a remoção dos principais obstáculos que impediam seu sucesso. Dentre os principais fatores estavam: a) o sistema de transportes inter-regional, que mantinham isolados vários “mercados” regionais e b) o pequeno

⁶ Política tarifária, reduzindo tarifas sobre bens e equipamentos industriais e proteção aos similares nacionais; distribuição de divisas segundo critérios das necessidades estatais de importação de equipamentos e combustíveis; novas políticas de crédito; fim de impostos interestaduais, dentre outras medidas.

tamanho relativo do mercado consumidor⁷. Essa ruptura permitiu o crescimento do comércio inter-regional, sendo complementar na periferia, por não haver condições de competição entre os capitalistas do resto do país, com os grandes capitalistas paulistas, o que levou a uma divisão social do trabalho no espaço nacional, já que se firmou no território paulista os mecanismos de bloqueio ao desenvolvimento industrial das demais regiões (industrialização autônoma), restando aos demais estados a produção complementar da produção inter-regional.

De acordo com Cano (1998: 213), do lado da empresa, os fatores que influenciaram na concentração industrial foram:

- i) a inexistência de um mercado nacional integrado;
- ii) a dinâmica de cada uma das economias regionais e sua estrutura de concentração de propriedade e da renda; e
- iii) os problemas decorrentes da relativa rigidez tecnológica.

Nesses termos, a integração produtiva nacional ocorreu a partir da remoção das barreiras que impediam a expansão do comércio inter-regional. A integração permitiu que se aumentasse o grau de complementaridade, o que afetou positivamente a renda e o emprego em São Paulo e nos demais estados cafeeiros. A integração abriu também as portas para os **estados não cafeeiros**⁸, que passaram a exportar para o mercado interno que ia se constituindo.

O processo de integração nacional se processou em dois momentos. O primeiro momento refere-se ao período de 1930 a fins da década de 1950, caracterizado como fase mercantil, cuja liderança ficou nas mãos de São Paulo.

CAIADO (2002; 11) descreve assim a fase essencialmente mercantil da integração:

“Esse período se caracterizou por políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais, construção de estradas e conversão política de antigos problemas regionais” em ‘questões nacionais’, na agenda política do governo federal. A ampliação do fluxo inter-regional de mercadorias sancionou a liderança da indústria sediada em São Paulo, beneficiada pelo constrangimento da guerra e do desequilíbrio cambial e possibilitou a integração do mercado nacional”.

Durante esta fase da integração nacional, a relação inter-regional se dava a partir do intercâmbio de mercadorias, sendo que São Paulo fornecia a maior parte dos produtos

⁷ Nos Estados Unidos, o processo de integração se deu através da incorporação de imigrantes e distribuição de terras para ampliar seu mercado interno.

⁸ Entre essas encontra-se a região Centro-Oeste.

industrializados, enquanto que a periferia fornecia matérias-primas, insumos e pessoal para o centro.

O segundo momento, que compreende o período de 1960 a 1970, foi caracterizado por ações institucionalizadas, visando o desenvolvimento regional. Para Caiado (2002: 11), a fase de acumulação desconcentrada se deu pela criação da SUDENE e a instituição de incentivos fiscais para o Nordeste, assim: “(...) *o início da segunda etapa, (se deu) pela ação mais institucionalizada das políticas de desenvolvimento regional*”.

No período de 1962 a 1967, foram criadas as várias superintendências: Nordeste (SUDENE/1959), Centro-Oeste (SUDECO/1967), Amazônia (SUDAM/1966), região Sul (SUDESUL) e Zona Franca de Manaus (SUFRAMA/1967). Esse arcabouço institucional possibilitou a implantação de estabelecimentos industriais, visando ampliar a produção periférica. Entretanto, os capitais implantados nessas regiões foram extensão das indústrias de São Paulo. A competição inter-regional, para atração dos investimentos, provocou efeitos de destruição na estrutura industrial regional da periferia. Dessa forma, São Paulo lograva nova liderança no processo de integração, continuava a primeira forma de dominação (mercantil), e ampliava-se a segunda forma de dominação (acumulação capitalista). Os resultados deste processo (integração) foram a complementaridade entre o principal centro industrial do país e as demais economias regionais, na primeira fase e, apesar da concentração industrial em São Paulo, ocorreu a expansão econômica e industrial em todas as regiões, com os capitais paulistas aproveitando-se dos benefícios fiscais e de créditos para ampliar a sua dominação sobre o mercado nacional. O processo de integração do mercado nacional propiciou diversos efeitos nas economias regionais, sendo os principais, segundo Cano (1998b)⁹.

- i) efeitos de estímulos;
- ii) efeitos de inibição ou bloqueio; e
- iii) efeitos de destruição.

Os *efeitos de estímulo* se manifestam pela ampliação do grau de complementaridade (agrícola e/ou industrial) inter-regional e podem ocorrer pelo atendimento da demanda antes satisfeita pela importação ou pela expansão da demanda urbana, regional ou nacional, que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento.

⁹ Baseado no trabalho de Caiado (2002).

Os *efeitos de inibição ou bloqueio* expressam que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo e ocorrem quando indústrias ou atividades agrícolas mais desenvolvidas e modernizadas, pré-existentes ou não, principalmente em São Paulo, inibem o surgimento de atividades similares na periferia nacional; ou bens que poderiam vir a ser produzidos na região, demandados tantos na própria região como no restante do país. Nesses casos, a pré-existência de unidades produtivas ou as decisões de investir, tomadas por empresários sediados no pólo, podem representar verdadeiras “barreiras à entrada”.

Os *efeitos de destruição* manifestam-se por meio da concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados no pólo podem fazer aos similares periféricos, que operam com técnica obsoleta ou outro tipo de desvantagem concorrencial. Estes efeitos surgem quando é inevitável o confronto competitivo entre as atividades mais modernas e eficientes, localizadas principalmente em São Paulo, e aquelas similares, porém atrasadas, localizadas na periferia. De 1930 a 1950, a falta de integração regional dos sistemas de transportes constituiu barreira natural à competição. No período de 1950 a 1962, ampliou-se a competição inter-regional e, de 1962 a 1970, quando a dominação do mercado passa de “mercantil” para “acumulação de capital” e a integração se completa, os capitais industriais periféricos são colocados em “xeque”, e passam a sentir os fortes efeitos de destruição.

Do lado empresarial, a integração se deu a partir dos investimentos privados dos empresários paulistas, que tinham sob sua responsabilidade a implantação de um sistema de energia elétrica para poder fazer frente à demanda crescente, já que suas plantas industriais tinham escala de produção nacional, além da formação de um mercado de trabalho assalariado bem mais atrativo que nas demais regiões. Assim, a indústria mais dinâmica se desenvolvia na economia paulista, enquanto que as demais desenvolviam atividades pouco dinâmicas em termo de encadeamento na sua economia local.

Assim, o processo de integração nacional ocorreu em duas fases distintas, sendo elas:

- a) Fase mercantil: 1930/61 – integração da economia comandada por São Paulo;
- b) Fase de acumulação capitalista: 1961/70 – com o “espraiamento” do capital paulista para outras regiões.

2.3.1 – A integração durante a “industrialização restringida” – 1930/1950

Durante o período da industrialização “restringida”¹⁰, que vai de 1930 a 1950, a economia paulista cresceu mais que a média nacional, ainda que houvesse crescimento industrial em praticamente todas as regiões, mas as outras regiões (periferia) cresciam abaixo do crescimento de São Paulo, que dominava o mercado nacional.

Cardoso de Mello (1986: 110) mostrou que:

“a partir de 1933 se inicia nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com novo padrão. Há um processo de industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial, mas a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras de acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitirá a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”.

Dessa forma, o processo de industrialização passou a ter sua dinâmica interna, apesar do capital industrial ser dependente das exportações de café (mercado externo). Por isso, São Paulo foi a economia regional que mais se desenvolveu, com a busca de diversificação das atividades do capital acumulado na região cafeeira, atendendo a demanda interna de produtos industriais. Essa ruptura do modelo primário-exportador ocorreu com a ascensão do capital industrial, que passa a ser o principal determinante da renda, do emprego e dos investimentos em máquinas e equipamentos. Tavares (1986: 104) descreve a mudança do modo de reprodução do capital e trabalho da economia brasileira com o novo padrão de acumulação a partir da década de 1930 como:

“O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda dativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que esse incremento da produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital industrial, num movimento endógeno de acumulação”.

¹⁰ Em virtude da reprodução ampliada do capital produtivo ter grande dependência do crescimento das exportações como fator fundamental na geração de divisas necessárias para viabilizar as importações de bens de capital e de bens intermediários (NEGRI, 1996: 59).

Essa industrialização é dita restringida, porque não existiam as condições financeiras e técnicas para implantar o setor de bens de produção (bens de capital), sendo que se desenvolveu durante este período, principalmente a indústria de bens de consumo, cujos investimentos em máquinas e equipamentos eram procedentes de importação (dependente assim, ou restringida) do mercado externo. A indústria de bens de capital leves se desenvolve no país, porém de forma insuficiente para criar um ciclo em direção à industrialização pesada (SUZIGAN, 1986).

A necessidade de financiamento interno e externo levou o Estado a buscar equacionar esta situação, através do seu papel de centralizador de capitais (privados e públicos) para financiar a indústria de bens de capital. Cardoso de Mello (1986: 112), apontou que:

“na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimentos inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados”.

Cano (1998) analisa assim esta fase da expansão industrial no Brasil, ao apontar dois momentos desta concentração industrial: a) O primeiro momento é o da **concentração por estímulo** à industrialização, a partir do atendimento, pela indústria paulista, da demanda das demais regiões, devido às restrições de importações de bens de capital, insumos e bens de consumo não durável, impostas pela Primeira Guerra Mundial; e o b) o segundo momento é o da **concentração por necessidade**, que constituiu numa estratégia de viabilização do processo de acumulação industrial e eliminação de barreiras à acumulação de capital, através da incorporação dos mercados regionais.

São Paulo conquistou a hegemonia¹¹ do processo por já existir em seu território diversas indústrias complexas, com produção em escala para atender a todo mercado interno, além de oferecer as melhores condições de localização espacial para as indústrias. Desta forma, São Paulo, se não eliminou, ao menos inibiu qualquer possibilidade de investimentos industriais significativos em outros estados e regiões do território nacional.

¹¹ Hegemonia que dependeu das características da economia de São Paulo – elevado grau de urbanização, produção de bens de capital e de bens intermediários e agricultura dinâmica.

Ao observar-se as taxas médias de crescimento real da indústria de transformação na fase de 1930 a 1950, segundo a Tabela 1, constata-se que, quando o Brasil cresceu a uma taxa de 6,21%, São Paulo cresceu 9,76%. O Estado de São Paulo (7,54%) crescia acima da média nacional (4,4%); entre 1920 e 1928, a indústria paulista cresceu 6,6%, enquanto que a média de crescimento nacional era de 4,43%. Somente a partir de 1930, é que a média nacional (7,78%), cresceu um pouco mais próxima da economia paulista (9,76%) e retirando-se o estado paulista do cálculo, a média nacional cai ainda mais (6,21%). Estes dados apontam a força “motriz” da indústria de transformação paulista, durante o período imediatamente anterior e durante a fase da industrialização restringida.

Tabela 1 – Taxas médias de crescimento real da indústria de transformação: Brasil e São Paulo, 1911-1949 (%)

Período	Brasil	São Paulo	Brasil*
1911/13 a 1919	4,40	7,54	3,20
1920 a 1928	4,43	6,60	3,34
1928 a 1939	6,80	7,30	6,40
1930 a 1949	7,78	9,76	6,21

Fonte: Cano (1998: 78)

Brasil* - Brasil menos São Paulo

Para o período da industrialização restringida, NEGRI (1996: 60) aponta os setores que mais cresceram entre 1919 e 1939: o de bens de capital e de bens de consumo duráveis com taxas bem superiores à média da indústria (12,6%), seguido pelo setor de bens intermediários (7%), enquanto que as indústrias de bens de consumo não-duráveis cresceram próximo de 5% a.a.

“dessa forma, as indústrias mais tradicionais reduziram de 78% para 67,5% sua participação relativa no valor do produto industrial nacional, ao mesmo tempo que as produtoras de bens intermediários elevavam a sua participação de 20,2% para 25,9% e as produtoras de bens de capital e de consumo duráveis de 1,8% para 6,6%”.

Para o período de 1939 a 1949, NEGRI (1996: 61) mostrou que: *“a indústria brasileira cresceria a um ritmo médio anual de 7,8%, com taxas bastante expressivas nos segmentos produtores de bens intermediários (10%) e de bens de capital e de consumo duráveis (9,3%); e*

ainda altas na de bens de consumo não-duráveis (6,7%), superior à verificada no período de 1919/39 e muito acima da taxa de crescimento populacional”.

Torna-se relevante, assim, a comparação entre o crescimento industrial de 1919 a 1939 contra o período de 1939 até 1949. É interessante observar que ocorreu uma inversão do período 1919/39, nos quais os bens de capital e de consumo duráveis lideraram o processo de crescimento industrial, para o período 1939/49, no qual os bens intermediários tornaram-se o carro-chefe do processo de industrialização durante a **industrialização restringida**.

Cano (1998: 181) apresenta um resumo sobre o processo de integração durante a industrialização restringida, apontando que:

“Essa integração proporcionou forte incremento do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, aumentando-lhes o grau de complementaridade. Isso afetou positivamente a renda e o emprego em São Paulo – estado mais atingido pela ‘crise de 1929’; certamente, também aos demais estados cafeeiros, não apenas devido aos efeitos da política de sustentação da economia cafeeira mas também pelos efeitos citados da integração do mercado interno. Obviamente, também os demais estados periféricos não-cafeeiros foram beneficiados, dado que vinham desde a década de 20 apresentando sofrível dinâmica de crescimento em face da debilidade de suas principais exportações para o exterior; a integração abria-lhes importante oportunidade de retomar o crescimento, via exportações para o mercado interno. Contudo, ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não de todos; ‘participar do mercado nacional aberto’ significa também ‘abrir o mercado regional’. Dessa forma a integração proporcionaria efeitos de estímulos, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição”.

Assim, a indústria nacional expandiu-se fortemente, a partir da década de 1930, num processo de integração do mercado nacional concentrada, que permitiu a acumulação de capital, a urbanização e a industrialização, a qual necessitava cada vez mais da ampliação da produção agropecuária, seja pela incorporação de novas terras, ou de reconversão de atividades de exportações, garantindo o fornecimento de alimentos e de matérias-primas, mantendo em nível aceitável (para os capitalistas) os salários, garantindo assim novas possibilidades de investimentos produtivos.

Caiado (2002: 16) aponta que:

“Assim, a expansão industrial paulista e a necessidade de integração do mercado criaram requisitos para o estreitamento dos vínculos econômicos inter-regionais, sendo que na fase denominada de industrialização restringida, a principal forma de integração dos mercados passou a ser feita predominantemente através do comércio de mercadorias. No entanto, a partir de meados dos anos cinquenta, esta forma predominante deu lugar a uma mais dinâmica, denominada de ‘integração produtiva’ e que representou uma das fases mais importantes para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro”.

Tem-se assim que o período da industrialização restringida permitiu o início do processo de integração da economia brasileira, com o estado de São Paulo assumindo a figura de “locomotiva” industrial, enquanto que as demais regiões se integravam no mercado através do fornecimento de bens complementares à economia líder. O processo de ‘seleção’ da economia líder do crescimento industrial ocorreu no período anterior ao da industrialização restringida e foi possível graças à experiência e vínculo com o comércio internacional do café, cuja atividade se adaptou plenamente as condições geográficas do estado paulista.

O desenvolvimento industrial influenciou o processo nas regiões periféricas, sendo que no primeiro momento permitiu a complementaridade (bens industriais x bens agropecuários e insumos), já que as indústrias instaladas em São Paulo atendiam o mercado nacional; num segundo momento, ocorreu a inibição das atividades industriais na região periférica e, por fim, têm-se a destruição dos possíveis concorrentes da hegemonia econômica paulista, no momento em que a dominação do mercado se deu através da acumulação de capital.

Este período da integração da economia industrial é denominado restringida, devido à grande importância das importações nos investimentos (máquinas e equipamentos), limitando a dinâmica da economia aos parâmetros do comércio exterior (além das dificuldades provocadas pela II Guerra Mundial – 1939/1945). O quadro interno ficava a mercê das mudanças na conjuntura econômica internacional.

2.3.2 – A integração durante a industrialização pesada – 1950/1970

O sucesso da fase de industrialização restringida levou a iniciativas de avanço, entretanto, a conjuntura internacional não permitiu que se fizesse isto rapidamente. O período se

caracterizou por transformações na política internacional, principalmente após a II Guerra Mundial, e o posterior processo de reconstrução das economias européias e japonesa, através do Plano Marshall, com repasse de tecnologia e o rearmamento para lutar contra o comunismo. Os mercados europeus receberam investimentos das grandes empresas americanas, e por sua vez, passaram a investir¹², juntamente com os capitais americanos, nas economias emergentes e semi-industrializadas. O processo de internacionalização foi feito a partir das inversões em indústrias modernas, como a de bens de consumo duráveis e bens de produção, buscando a reprodução do capital na periferia (até então mercados ‘vazios’). Aproveitando-se desta conjuntura, foi implantado, em meados da década de 1950, o Plano de Metas, iniciativa do poder público para alavancar a industrialização da economia brasileira. Os investimentos se concentraram nos ramos de material de transportes, elétrico e de mecânica. Este processo se caracterizou mais pela diferenciação da estrutura produtiva, do que pela concentração de capital.

Segundo Tavares (1986: 120), instaura-se:

“um padrão de investimento como o assinalado e sua introdução de forma brusca e concentrada no tempo gera um poderoso efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital. Este efeito acentua-se pelo alto grau de complementaridade tecnológica dos projetos de investimentos, com efeitos dinâmicos, em cadeia, sobre as demandas intersetoriais dentro do próprio complexo industrial em expansão”.

A implantação da indústria brasileira, até então, havia obedecido um padrão horizontal de acumulação, com a capacidade produtiva crescendo ao mesmo tempo que a demanda e não apresentando “abruptas discontinuidades tecnológicas”, o que somente verificar-se-ia ocorrer na nova fase, que foi a implantação da indústria pesada no país, que Cardoso de Mello (1986: 117) descreveu como sendo:

“A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956/1961, correspondeu a uma verdadeira onda de inovações ‘schumpeteriana’; de um lado a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um ‘profundo salto tecnológico’, de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pré-existente. Há portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase e as características da expansão delineam um processo de

¹² Após o processo protecionista e de modernização de seus capitais, passaram a investir (implantar filiais) em países retardatários.

industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados’.

Identifica as características principais deste processo de industrialização, que são:

“... A primeira refere-se ao caráter solidário dos investimentos e os efeitos de retroalimentação que estes exerceram entre as indústrias produtoras de bens de capital e os equipamentos requeridos pelo departamento produtor de bens de consumo típicos do consumo capitalista, sendo estes ‘acompanhados e amparados pelo investimento público’ em energia, transportes, entre outros. Este é um período no qual as indústrias produtoras de bens de consumo para assalariados ‘foram levados literalmente a reboque do crescimento’ dos demais departamentos: segunda é quanto à exigência de concentração de um volume considerável de capital, capaz de promover o salto tecnológico e atender às necessidades crescentes de investimento do período; terceira, como o salto tecnológico e atender às necessidades a concentração e centralização de capital poderia advir da fase anterior, foi necessário contar com a participação das empresas estrangeiras, sob a forma de investimentos diretos, notadamente, no setor de bens de consumo duráveis; a quarta característica está na forma encontrada de ‘divisão de áreas’ entre o Estado, o grande capital nacional e do capital estrangeiro instalado no Brasil”. (TRINTIN, 2001: 19-20).

A maior parte dos investimentos realizados no período não se concentrou em um só local, sendo distribuídos regionalmente pelo país, entretanto, São Paulo manteve-se como o principal receptor dos investimentos industriais, por causa de fatores diversos já descritos. Com o aperfeiçoamento do processo de industrialização, investimentos infra-estruturais, a economia brasileira passa assim à fase de complementação do processo de integração da economia nacional.

Entretanto, a partir de 1962, ocorreu uma mudança no comportamento do capital (excedente) gerado no pólo, já que o mesmo não tinha mais condições de se converter em novo capital produtivo, devido à saturação do mercado central. O capital passou então a migrar para outras regiões em busca de novos investimentos lucrativos, estimulado pelo sistema de incentivos fiscais, o que “*facilitando a transação para a forma mais avançada de dominação do mercado nacional aquela que se manifesta via acumulação de capital*”(CANO, 1985: 195).

Nesta fase, os capitais paulistas foram realizando inversões em diversas partes do país, possibilitadas pela política¹³ adotada nacionalmente (SUDENE (1959), SUDECO (1967), SUDAM (1966)). A finalidade destes órgãos era mudar a situação da periferia, identificada por CANO (1985: 195) “*A região Centro-Oeste continuava a ser o segundo grande vazio nacional, depois da Amazônia; Minas Gerais parece ter sido a região que melhor se integrou com o pólo, tanto em termos de sua agricultura como de sua indústria, com destaque para a metalurgia (...)*”.

Entretanto, este processo de acumulação apresentou sinais de esgotamento em pouco tempo. De acordo com Tavares (1986), no início da década de 1970, o setor de bens de produção já apresentava problemas, perdendo força por conta das grandes margens de capacidade ociosa, inibidora de novas inversões (lado da demanda), aliado ao problema de financiamento interno e externo do Setor Público.

As conseqüências deste processo foram a crise no início dos anos sessenta, com o estancamento dos investimentos e os problemas da desproporcionalidade setorial e intra-setorial. Além dos problemas de redução do investimento externo; o aumento do processo inflacionário; esgotamento do crescimento da demanda por bens de consumo¹⁴.

As tentativas políticas de impulsionar a economia não surtiram efeito, tendo sido efetivado o PAEG (1964-1966), política restritiva da demanda agregada que excedesse o nível de oferta agregada, através de três medidas: a) política de financiamento de gastos do governo; b) política de crédito à iniciativa privada; e c) política salarial, para conter a inflação. O resultado principal foi a desaceleração da economia.

A partir de 1967, a economia entra em novo círculo virtuoso, aproveitando inicialmente a capacidade ociosa vinda do período anterior e, em seguida, elevando-se os investimentos em

¹³ SUDENE – Criado pelo economista Celso Furtado. Seu objetivo era impulsionar o desenvolvimento mediante o planejamento e coordenação das atividades dos órgãos federais da região. SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, autarquia criada a fim de elaborar planos de desenvolvimento nos Estados de Goiás, Mato Grosso, além de alguns municípios de Minas Gerais, exceto na área abrangida pela SUDAM, seus objetivos: a) programas, pesquisas e levantamentos do potencial econômico da região; b) fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; c) concentração de recursos em áreas selecionadas; d) formação de grupos populacionais estáveis; e) fixação de populações regionais; f) incentivo e amparo à agricultura, pecuária e piscicultura; g) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra especializada; h) coordenação dos recursos federais, dos contribuintes do setor privado e de fontes externas; i) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis; SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

¹⁴ Carro chefe do período de crescimento anterior junto com o setor de bens de capital.

relação ao PIB, pautado pela liderança chefiada pelo setor de bens de consumo duráveis, aliado com medidas de política econômica expansiva, bem como mudança na política cambial (desvalorizações) e implantação do programa de incentivo às exportações, além da disponibilidade dos eurodólares no mercado internacional.

O resultado, em termos da estrutura produtiva da economia brasileira com a industrialização pesada, foi a perda relativa de participação da indústria de bens de consumo não duráveis em favor da indústria de bens de capital e dos bens de consumo duráveis.

A perda de importância relativa das indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, ocorreu durante o período em que as mesmas estavam com ótimo desempenho, com taxas de crescimento médio ao ano de 6%, a partir da década de 1950. Este segmento era o mais desconcentrado regionalmente e, com esta expansão, as regiões passaram a apresentar estruturas industriais diferenciadas, com o avanço e modernização, principalmente daqueles próximos a São Paulo. As indústrias de bens intermediários, bens de capital e de consumo durável, apresentaram taxas recordes de crescimento nas várias unidades de Federação, sendo que esta taxa para o Brasil* (exceto SP), no período de 1949-1959, foi de 11,3% para as produtoras de bens intermediários e de 12,4% para as produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, conforme aponta a Tabela 2.

Tabela 2 – Participação do setor industrial, por tipo de indústria: Brasil – 1949/1970.

Indústria	1949	1959	1970
Bens consumo não duráveis	60,0%	45,0%	40,0%
Bens capital/bens consumo duráveis	6,7%	13,0%	20,0%

Fonte: Trintin (2001: 22).

Esse processo ocorreu com a consolidação da liderança de São Paulo na acumulação de capital e é descrito por Cano:

“(...) a liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida (pré-1930) tendeu-se a acentuar, por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio pólo. Quer dizer: essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Mais ainda: esse processo de concentração industrial

* Brasil* - Brasil exceto São Paulo, ou seja, a periferia da economia paulista.

obedeceu – conforme diz a boa doutrina – à fria lógica de localização industrial (CANO, 1985: 302).

Para ilustrar o comportamento regional da estrutura produtiva brasileira, faz-se necessário a compreensão de vários aspectos da questão regional, no período da industrialização pesada. Partindo-se da análise do PIB, observa-se a importância da região Sudeste e principalmente de São Paulo em relação à “periferia nacional“, que reagiu aos estímulos dados pelas políticas públicas e pela nova fase do processo de acumulação a partir da economia paulista. A Tabela 3 mostra a participação regional no PIB, ilustrando a importância da economia de São Paulo frente às economias regionais, tanto em termos do PIB, quanto da taxa de crescimento industrial (dinâmica econômica), que são apresentados a seguir:

Tabela 3 – Participação Regional do PIB do Brasil: 1949/1994

Regiões/UF	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1994
Sudeste	67,8	65,0	65,2	64,5	62,2	59,4	57,2	58,3
- São Paulo	36,4	37,8	39,5	40,2	37,8	35,5	33,9	33,8
- MG e ES	11,6	8,7	9,6	9,8	11,1	11,6	12,3	12,6
- Rio de Janeiro	19,5	18,5	16,1	14,5	13,2	12,4	11,0	12,1
Sul	15,2	16,2	17,0	18,1	17,3	17,1	16,9	16,3
Nordeste	13,9	14,4	11,9	11,3	12,2	13,8	14,8	14,3
Norte	1,7	2,0	2,2	2,2	3,3	4,2	4,9	4,6
Centro-Oeste	1,7	2,4	3,6	4,0	5,0	5,4	6,3	6,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pacheco (1998: 54).

Observa-se que a participação das regiões no PIB relativo mostra a importância da economia da região Sudeste, que apesar de perder peso no geral, mantém ainda a liderança com 57,5% em 1994. A região Sul aparece como a segunda mais importante, com a participação de 16,3% no PIB nacional, apesar de variar muito pouco sua participação no percentual apresentado. A região Nordeste apresenta um comportamento muito parecido com a da região Sul, variando menos do que esta no período, apresentando uma participação de 14,3% na economia brasileira. É importante indicar que estas regiões somavam juntas, em 1994, 89,1% do PIB brasileiro. Por fim, a região Centro-Oeste ultrapassou a participação da região Norte no período, com ambas tendo o mesmo peso em 1949, o Centro-Oeste atingiu 6,3% contra 4,6% do

Norte, em 1994. Em relação ao estado de São Paulo, teve em média praticamente 40% do PIB do Brasil, de 1949 a 1975, caindo para uma média de 35%, no período de 1980/1984.

A soma da participação do PIB na economia brasileira dos demais estados da região Sudeste ficou aquém da participação paulista. Estes fatos mostram que, durante o período de 1980 a 1994, ocorreu um processo de desconcentração industrial em São Paulo, a favor das regiões Centro-Oeste e Norte. Isto se deu principalmente pelo esforço de exportação da economia brasileira para a geração de divisas internacionais, para o pagamento dos serviços da dívida externa, durante a crise da década de 1980, conforme indicado pelo Estudo da Competitividade da Indústria Nacional:

“é inegável o excelente desempenho brasileiro no comércio externo, como atestam tantos saldos comerciais sustentados e superados apenas por países como Japão, Alemanha e China, como o crescimento do ‘quantum’ exportado – cerca de 70% ao longo da década passada, quando o volume de comércio mundial aumentou pouco mais de 40%. Entretanto, é preocupante que as exportações de setores de melhor desempenho estejam concentradas em ‘commodities’, que apresentam tendência a um baixo dinamismo, excesso estrutural de oferta e queda generalizada de preços”. (Coutinho & Ferraz apud Pacheco, 1998:84).

Assim, o crescimento da participação da região Norte e Centro-Oeste ocorreu em função da expansão da fronteira agrícola e a produção de grãos para exportação (como a soja).

Tabela 4 – Brasil: Taxa de Crescimento industrial – 1949/1994

Regiões/UF	1949/59	1959/70	1970/75	1975/80	1980/85	1985/90	1990/94
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2	1,1	2,9
- São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2	1,0	2,3
- MG e ES	4,1	7,4	10,5	10,0	2,0	3,1	2,9
- Rio de Janeiro	6,6	5,1	7,8	5,3	-0,2	-0,5	1,8
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9	1,6	1,4
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7	3,3	1,5
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0	4,8	0,5
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6	4,9	2,4
Brasil	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1	1,9	2,3

Fonte: Cano (1998).

Da Tabela 4, tem-se que, em relação à taxa de crescimento industrial, São Paulo apresentou, no período de 1949/75, crescimento acima da média nacional. Entretanto, no período de 1975/1990, ocorreu uma redução na taxa de crescimento desta indústria, indicando a transferência da dinâmica para outras regiões, apesar de apresentar a média nacional no período de 1990/94. A região Sul apresentou uma queda bastante acentuada na taxa de crescimento, passando de uma média próxima a 2 dígitos de 1949/1980, para um crescimento pífio de 1980/1994. Da mesma forma se comportou a região Nordeste, com a queda menos acentuada no período de 1980/1994, porém significativa, enquanto que as regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram o maior índice de crescimento no país (acima da média nacional durante todo o período) ao contrário da região Norte que apresentou forte queda na parte final da análise. Em termos estaduais, Minas Gerais e Espírito Santo, (junto com os estados da região Centro-Oeste) apresentaram as maiores taxas de crescimento durante o período.

Assim, verifica-se que durante o período da industrialização ‘pesada’, as economias regionais alteraram muito seu peso no PIB e suas taxas de crescimento industrial em relação ao período anterior, apenas que a região Sudeste perdeu, ainda que pouco, do peso relativo do PIB nacional. Sob este quadro, inicia-se novo período de descontração industrial, caracterizado pela desconcentração da atividade econômica e industrial de São Paulo. O principal motivo para isto ocorrer foi a participação do Estado Federal, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), que permitiu o deslocamento de parte do complexo industrial para as diversas partes do país.

Quadro 1 – Integração Nacional: Características de 1930/1970.

ANOS	Fases	Industrialização	Ciclos Econômicos
1930/49	Integração mercantil	Restringida	Expansão industrial gradual
1950/54			Expansão industrial acelerada
1955/59	Integração capital	Pesada	Transformações estruturais
1960/70			Crise de acumulação industrial

Fonte: Caiado (2002) e Cano (1998b).

Observa-se, no quadro 1, que durante o período da integração nacional, caracterizada pela integração mercantil até 1950, a industrialização se processou de forma restringida, com a expansão gradual da indústria. A partir de 1950, continua o processo de integração mercantil e da industrialização restringida, porém, a expansão industrial se acelera. A partir de 1960 o processo de integração nacional ocorreu através da integração capitalista, ou seja, a nova fase da integração com a exportação de capital paulista para aproveitar oportunidade de investimentos na periferia. Neste momento de industrialização pesada, ocorreram transformações profundas na economia, com o Plano de Metas e a realização de investimentos do oligopólio internacional e complementos de investimentos nacional (estatal e privado). E por fim, até 1969/70, ocorreu a crise econômica pela maturação dos investimentos.

2.4 – A desconcentração industrial no Brasil - 1970/1985

A década de 1970 foi marcada pelas políticas de incentivos ao desenvolvimento regional, dentro de uma proposta dos governos militares de criarem o “*Brasil-potência*”, sob o pretexto de colocar a economia do país entre as maiores do mundo. Isto seria obtido por intermédio da transferência de várias atividades centralizadas em São Paulo para outros locais, além da implantação de diversos novos setores. O objetivo principal era reduzir as tensões sociais, principalmente no Nordeste, no Sul e nos grandes centros urbanos, além de legitimar os governos de ‘exceção’.

Este processo de desconcentração se deu por vários fatores, sendo os principais, de acordo com Caiado (2002: 31-32):

- i) Efeitos do estímulo sobre as bases produtivas periféricas – decorrentes do processo de integração do mercado nacional, tanto em sua fase mercantil quando, principalmente a partir da fase de acumulação desconcentrada – impuseram transformações estruturais que geraram efeitos cumulativos de longo prazo, desconcentrando segmentos produtivos;

- ii) expansão da fronteira agrícola, desde 1930, dinamizou a agricultura de diversos estados possibilitando, e incentivando a urbanização e o surgimento de agroindústrias;
- iii) as políticas de desenvolvimento regional que, a partir de 1960, criaram incentivos (fiscal, financeiro e cambial, etc.) ao capital, primeiro para o Nordeste (SUDENE), depois para o Norte (SUDAM e SUFRAMA) e para o Espírito Santo, que intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando sua pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional;
- iv) o II PND, através da política de incentivos fiscais e creditícios e dos investimentos públicos e privados bem-sucedidos;
- v) a intensificação do processo de urbanização das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (exclusive DF), que passam, de taxas médias de urbanização de 42% em 1970 para 58%, 61% e 73% em 1991. Essa acelerada urbanização exigiu e estimulou a criação e diversificação de serviços e também de indústrias leves, de âmbito local, e
- vi) A crise da década de 1980, que parece ter afetado mais a economia de São Paulo, aumentando a desconcentração muito mais pelas quedas da produção paulista do que por “maiores altas” na produção periférica.

Pacheco (1998: 21) aponta que o papel do Estado foi decisivo tanto para a integração produtiva quanto no processo de desconcentração, provocadas pelos seguintes fatores:

- “- integração produtiva do mercado nacional;*
 - deslocamento da fronteira agrícola e mineral;*
 - políticas de governo: política econômica, diretrizes setoriais, políticas de desenvolvimento regional e investimentos do setor produtivo estatal;*
 - efeitos da crise nas áreas mais industrializadas;*
 - deseconomias de aglomeração e pressões ambientais nas áreas mais industrializadas;*
 - perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro*
 - impacto diferenciado da orientação exportadora*
 - novas formas de organização da grande empresa”*
- (PACHECO, 1998: 21).

O resultado do processo de desconcentração industrial foi o deslocamento de diversas atividades econômicas para a periferia.

Caiado apresenta a importância da desconcentração industrial

“Entre 1970 e 1985 consolidou-se a implantação da matriz industrial da IIª Revolução Industrial e, por isso, a acumulação exigiu esforços de articulação mais intensos da periferia, por sua base de recursos naturais, acionando-as mais intensamente. A maior parte dos projetos de larga envergadura foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isso, mais os efeitos decorrentes da política de desenvolvimento regional, a expansão da fronteira agrícola e consolidação de novo padrão na agricultura, e os efeitos decorrentes da expansão urbana, proporcionaram a desconcentração regional produtiva.

*A integração produtiva resultou em forte ‘soldagem’ das economias regionais, de tal forma que o movimento cíclico da economia nacional encontrou expressão em todo espaço nacional, em que pese haver características próprias e ritmos de acumulação com diferenças não desprezíveis. Os investimentos realizados na periferia, ao ter elevado grau de complementaridade com a estrutura instalada no pólo, **soldou a solidariedade** que já fazia com que o crescimento do centro gerasse efeitos dinâmicos propulsores de crescimento na periferia”. (CAIADO, 2002: 44).*

Este processo se deu através de novos investimentos em áreas até então com pouco peso na produção nacional, além dos investimentos do I e II PND, bem como do esforço de ajuste da economia na década de 1980. Os Estados líderes da indústria nacional perderam espaço na participação industrial, devido principalmente à realização de investimentos na região periférica.

Um dos principais objetivos do II PND era a montagem de novo padrão de industrialização, com a dinâmica econômica centrada na indústria de base e conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional (Lessa, 1998).

Caiado apresenta as previsões de investimentos e programas do II PND:

*“- na grande mineração a exploração de ferro, em Carajás (PA); bauxita, em Trombetas (PA); cobre em Carajás (BA); fosfatados em Patos de Minas (MG); potássio em Carmópolis (SE); nitrogenados e gás natural nas plataformas continentais nordestinas e fluminenses; carvão e pirita (SC) e (RS), sal no (RN), entre outros;
- implantação de grandes complexos industriais, que estariam localizados juntos às jazidas ou em nós de transportes, nos seguintes*

setores: grande siderurgia em Itaqui (MA), Tubarão em Vitória (ES), Açominas e Mendes Júnior (MG); metalurgia de alumínio em Trombetas (PA); metalurgia do cobre em Camaçari (BA); complexo cloroquímico em Maceió (AL) e complexo cloroquímico e exploração de potássio em Carmópolis (SE); nitrogenados no norte fluminense; fertilizantes (MG); carboquímica (SC); celulose e papel no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia; petroquímica em Camaçari (BA) e Triunfo (RS); entre outros;

- na política de energia foram previstas a construção das novas hidrelétricas de Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingo, Salto Santiago, Tucuruí e São Félix; ampliação da prospecção de petróleo; implantação do Programa Nacional do Alcool e do Programa Nuclear;

- a agropecuária também ocupava posição relevante no II PND, que estabelecia como objetivos prioritários elevar sua produção, reduzir os preços dos alimentos e 'efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas' (II PND, 1974: 41).

Assim, complementar aos programas de colonização e de exploração econômica do Norte e Centro-Oeste estabelecidos no âmbito do PIN (Programa de Integração Nacional) e Proterra (Provale e Prodoeste), implementados no I PND, foram agregados; programa de pólos agropecuários e agro-industriais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; Programa do Trópico Semi-árido; Programa do Trópico Úmido, Programa dos Cerrados; etc.". (Lessa apud Caiado, 2002: 15-16).

No fim da década de 1970, ao longo dos investimentos do II PND, a crise do petróleo (1974 e 1979), juntamente com a crise da dívida externa, provocado pela alta dos juros internacionais e pelo processo inflacionário, colocou a economia brasileira numa crise econômico-financeira sem precedentes. Os principais impactos são sentidos a partir de meados da década de 1980, segundo Caiado:

“o período 1985-1989 é chamado de ‘período de agonia da política de desenvolvimento’, quando o Estado, fragilizado pela crise econômica, embora não tivesse abandonado de todo o discurso de desenvolvimento e redução das disparidades regionais, suas inações conduziram ao estancamento do processo de desconcentração”. (2002: 3).

Em relação a crise da década de 1980, houve a perda de participação para a economia paulista, principalmente da região metropolitana, para o interior. No curso deste acontecimento, passou a ocorrer interpretações distintas sobre o desenvolvimento regional do período.

Azzoni (apud Caiado, 2002) aponta que o processo brasileiro é uma ‘*reversão da polarização*’, já que a aglomeração existente em São Paulo, durante muito tempo significou redução de custo com ganhos de escala, economias de aglomeração, pela existência de empresas do mesmo setor nas proximidades e economias de urbanização (economias advindas da concentração de atividades econômicas). Negri (Apud Caiado, 2002) parte da crítica à posição de Azzoni, mostrando que a perda de importância da área metropolitana de São Paulo é compensada pelo crescimento da economia do interior paulista (sendo assim o mesmo campo aglomerativo). Pacheco afirma que as relações entre economias e deseconomias de aglomeração são locais (limitadas regionalmente) e não ajudam a explicar a desconcentração que ocorreu no país.

Desta forma, a participação dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro no Valor da Transformação Industrial se reduz. Nota-se que a região metropolitana de São Paulo perde espaço não só para outros estados, bem como para o interior paulista (interiorização da indústria paulista¹⁵). Os estados da Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais tem o melhor resultado. Demonstrando a transferência real de atividade para essas outras regiões.

Tabela 5 – Valor Transformação Industrial: Brasil (1970/1995)

Regiões e Estados	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Nordeste (-BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,3	4,3
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0	3,7
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,1	8,8
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8	8,8
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2	49,9
Gde São Paulo	43,4	38,8	34,2	29,4	26,2	26,6
Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0	23,3
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7	5,9
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2	4,3
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7	8,7
Outros Estados	2,1	2,8	4,2	5,1	7,0	5,6

Fonte: Pacheco (1996: 120)

¹⁵ Os fatores deste movimento foram: incentivos às exportações (agroindústria), Proálcool, siderurgia e refinarias de petróleo, além dos vários centros de pesquisas no interior – Unicamp, CTI, CPqD da Telebrás, etc.

É interessante observar, na Tabela 5, que parte do valor da transformação industrial de São Paulo é transferido para outras regiões, enquanto que o interior paulista aumenta significativamente sua participação, indicando o deslocamento da indústria da região metropolitana para outras regiões do Estado.

Apesar de haver distribuição relativa entre o VTI nas diversas regiões, os problemas causados pelos choques do petróleo (1974 e 1979), desestabilizaram a economia ocidental, provocando a necessidade dos países gerarem grandes superávits na balança comercial para poderem fazer frente aos aumentos dos preços do produto. A economia brasileira se lança então na busca do mercado externo, para obter os dólares para os pagamentos dos serviços da dívida.

As taxas de crescimento das economias regionais já não são iguais às apresentadas durante as últimas quatro (4) décadas. Apesar disto, são implantados investimentos regionais em indústrias leves e de insumos e a expansão da fronteira agrícola, somados aos projetos de larga envergadura (como hidrelétricas, não-ferrosos, siderúrgicos, químicos, petroquímicos, etc.), grande parte são implantados na periferia, acelerando o crescimento econômico e promovendo notável desconcentração produtiva regional. Entretanto, a taxa de crescimento de São Paulo também foi alta, intensificando mais suas articulações com o restante do país.

As transformações da economia brasileira se refletiram nas regiões industrializadas e nas ainda não industrializadas. O crescimento na participação do PIB de todas as regiões e a perda relativa da região Sudeste, conforme Tabela 6, indicam a tendência de desconcentração industrial, a partir da década de 1970. O Estado de São Paulo apresentou queda na participação do PIB nacional, de 1970 (39,4%) até 1985 (35,4%). À exceção do Sudeste, as demais regiões apresentaram crescimento da participação do PIB, identificando, assim, um processo de mudança na economia nacional. A região Norte foi a que mais se expandiu, quase dobrando sua participação no PIB, enquanto que o Centro-Oeste também cresceu, porém um pouco menos que o Norte, já a região Sul e a Nordeste apresentaram pequeno crescimento na participação do PIB Total. Este aumento do PIB das várias regiões, em confronto com a região Sudeste, mostra que este período foi marcado por uma política de desconcentração econômica, com as empresas industriais e agroindustriais saindo primeiramente da região metropolitana de São Paulo, indo para o interior do Estado, sustentado em muito por orientação de política pública de interiorização, posteriormente, este processo se estendeu a outras regiões, juntamente com os

investimentos realizados pelo II PND, que permitiu a implantação de pólos de desenvolvimento nas diversas regiões do país.

Tabela 6 – Brasil: percentual PIB por regiões e alguns Estados – 1970/1985

Região/UF	1970	1975	1980	1985
Norte	2,2	2,0	3,3	4,1
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,6
Sudeste	65,5	64,9	62,3	59,1
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4
Sul	16,7	17,9	17,0	17,1
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	6,0
Distrito Federal	1,3	1,4	2,0	2,2
Goiás ⁽¹⁾	1,5	1,5	1,7	2,0
Mato Grosso ⁽²⁾	1,1	0,8	1,1	1,0
Mato Grosso do Sul	--	0,4	0,6	0,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE

Obs: (1) inclui o Estado de Tocantins (1970 e 1975) e (2) inclui o Mato Grosso do Sul (1970)

A dinâmica da produção agrícola também passou por transformações, devido, principalmente, ao processo de urbanização, pelos incentivos governamentais às exportações, e pela criação do Proálcool. As principais modificações estruturais da agricultura brasileira foram a mecanização, quimificação, novas variedades de culturas e de raças de animais, redefinição das relações do capital comercial tradicional, subsídio oficial e ampliação do trabalho assalariado; estas mudanças ampliaram a produtividade de trabalho e do rendimento da terra, consolidando um novo padrão dinâmico da agricultura brasileira. O setor que mais se desenvolveu foi a produção de grãos, sendo que a soja aumentou sua participação em 50% e se tornou a principal *commodities* exportável, representando 18% da produção de grãos, em 1970, e de 28%, em 1975.

Neste contexto, observa-se mudança na posição relativa dos maiores estados produtores agrícolas do país. Na tabela 7 observa-se que, em 1970, o estado do Rio Grande do Sul era o principal produtor de grãos do país, seguido pelos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O estado do Paraná assume a posição de principal produtor de grãos, na década de 1980, seguido do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Na região Centro-Oeste, o Estado de Goiás é o principal produtor, entretanto, o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta forte crescimento na produção agrícola, principalmente da soja, graças à incorporação de novas terras

de cerrados com a adaptação do grão ao clima e à terra. Em 1970, a produção de grãos da região Centro-Oeste representava 1/5 da produção agrícola da região Sul e, em 1985, a relação caiu, sendo a produção do Centro-Oeste quase a metade da produção da região Sul. Em termos da cultura da soja, a produção da região Sul era 12 vezes maior que a do Centro-Oeste em 1970, caindo para apenas 2 vezes, em 1985, apesar de haver tido crescimento no plantio do grão no Sul, houve a transferência de boa parte dos novos investimentos para o Centro-Oeste, que cresceu desde então.

Tabela 7 – Brasil: Produção regional de grãos – 1970-1985.

(em 1.000 T)

Região/UF	1970		1975		1980		1985	
	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja
Brasil	36.251	6.444	41.703	9.666	47.680	13.468	56.315	15.717
Rondônia	62	-	150	-	274	-	446	1
Maranhão	934	-	1.063	-	1.277	-	1.302	10
Bahia	853	-	697	1	768	2	1.044	84
São Paulo	4.895	426	4.889	655	5.188	993	5.862	916
Minas Gerais	3.448	47	3.640	83	4.257	253	4.922	740
Centro-Oeste	3.726	299	4.469	364	6.815	1.676	10.433	4.906
Goiás	2.263	94	2.494	74	3.409	374	4.418	1.111
Mato Grosso	1.461	205	1.970	290	1.340	123	1.688	1.542
Mato G. Sul	-	-	-	-	2.039	1.165	3.229	2.177
Distrito Federal	2	-	5	-	27	14	98	76
<i>Sul</i>	<i>19.535</i>	<i>5.671</i>	<i>24.356</i>	<i>8.563</i>	<i>28.220</i>	<i>10.544</i>	<i>28.726</i>	<i>9.057</i>
Paraná	7.825	1.958	10.529	3.571	12.806	4.794	12.739	3.711
Santa Catarina	2.655	342	3.174	436	3.815	597	3.557	547
Rio G. Sul	9.055	3.371	10.653	4.555	11.599	5.152	12.430	4.499
<i>Demais Estados</i>	<i>2.798</i>	<i>-</i>	<i>2.440</i>	<i>-</i>	<i>881</i>	<i>-</i>	<i>3.579</i>	<i>3</i>

Fonte: Caiado (2002: 22)

Estes resultados ocorreram graças às políticas de incentivos às exportações agroindustriais e com a política de crédito rural de 1965, cujos resultados foram a concentração da propriedade e o êxodo rural, com a fronteira agrícola se expandindo para o Norte do Mato Grosso, Goiás (atual Tocantins), atingindo a região Sul do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as quais atraíram migrantes.

Em complemento, Caiado (2002: 24) aponta que, para atender às pressões sociais, os militares acomodaram os problemas pelas imigrações inter-regionais e pela expansão da fronteira agrícola. Com a implantação de diversos programas, como o PIN-PROTERRA, que

propiciou a “integração nacional”, através da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia e da implantação de pólos de irrigados no Nordeste.

As transformações ocorridas na estrutura econômica brasileira, durante a fase da desconcentração econômica, conduzem às mudanças em sua estrutura industrial brasileira e nas suas regiões em particular.

Tabela 8 – Participação por região do número de empresas industriais: Brasil: (%) 1970/85.

Regiões/UF	1970	1975	1980	1985
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	0,8	1,3	2,4	2,5
Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,6
Sudeste	80,7	76,3	72,6	70,8
São Paulo	58,2	55,9	53,4	51,9
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	9,5
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,2
Espírito Santo	0,5	0,6	0,9	1,2
Sul	12,0	14,8	15,9	16,7
Paraná	3,1	4,0	4,4	4,9
Santa Catarina	2,6	3,3	4,1	3,9
Rio G. Sul	6,3	7,5	7,3	7,9
Centro-Oeste ⁽¹⁾	0,8	1,0	1,1	1,4

Fonte: FIBGE, censos industriais 1970; 1975; 1980 e 1985.

Obs: (1) inclui o Estado de Tocantins

Observa-se, a partir da Tabela 8, que a região Sudeste perde participação na indústria de transformação brasileira (redução de 12%), enquanto que as demais regiões apresentam crescimento (o Norte ampliou em 3 vezes, o Nordeste e o Sul aumentaram 1/3, e o Centro-Oeste aumentou quase 2 vezes). Analisando-se o comportamento dos principais estados industrializados, a perda de participação do estado de São Paulo, que passou de 58,4% (a maior já atingida por um Estado na economia brasileira) para 51,9%, uma queda de aproximadamente 7 pontos percentuais, e do estado do Rio de Janeiro, que perdeu maior parcela da participação, caindo de 15,5%, em 1970, para 9,5%, em 1985, indicando forte queda no período, enquanto os estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram alta. Na região Sul, todos os Estados

tiveram crescimento na participação industrial, sendo que o Paraná é o que percentualmente, expressou a maior elevação da estrutura industrial¹⁶.

2.5 – A fragmentação econômica - pós-1985

No período de 1985 a 1995, ocorreu o esgotamento do crescimento da economia brasileira (1930/1980-85), com a mesma entrando em um processo de desequilíbrios, tanto de inflação, como de endividamento e do crescimento econômico. Diante desse quadro, inicia-se a Nova República, em março de 1985, e que apresentou à sociedade o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND-NR, com novas propostas para a política de desenvolvimento nacional e redução das diferenças regionais. Cano (1995) afirma que na verdade ocorreu uma abertura política democrática de forma a “mudar para manter”, sem enfrentar as questões estruturais (miséria, distribuição de renda, reforma fiscal e financeira e outras). A política econômica no período se caracterizou pela retomada do crescimento, a partir de 1984, puxada pela retomada da economia Norte-americana, e que garantiu o aumento da demanda interna até 1986; a implantação do Plano Cruzado, em 1986, que visava debelar a inflação, mas que na realidade teve um uso político e seu fracasso provocou a volta do processo inflacionário cada vez mais descontrolado.

Para fazer frente a esta situação, o aumento das exportações foi a resposta macroeconômica do Brasil à crise do petróleo e permitiu a ampliação das exportações de manufaturados. Este processo fez com que algumas regiões periféricas e principalmente o interior de São Paulo se inserissem fortemente no mercado externo, atendendo ao esforço exportador. São Paulo trocou as exportações inter-regionais pelas trocas internacionais, apesar de manter trocas com o Norte, Nordeste (menos da BA) e o Centro-Oeste.

Surgiu neste período a disputa por investimentos entre Estados e municípios, onde os líderes políticos destas regiões passam a oferecer cada vez mais benesses para as indústrias se instalarem no espaço territorial local. Este esforço ocorreu através da concessão de incentivos fiscais e benefícios àquelas empresas, visando amortecer a recessão. Esta disputa se ampliou para a esfera federal x Estados, municípios e Estados x municípios, ampliando a crise da

¹⁶ Uma explicação para isto foi o fato do Estado ter herdado de São Paulo a liderança na produção cafeeira, não com a mesma dinâmica do início do século XX, mais ainda um fator de acumulação de capital.

federação brasileira. Entretanto, os resultados obtidos em relação aos investimentos foram precários, tendo a formação bruta de capital fixo ficado abaixo da média dos períodos anteriores, porém com significativas mudanças na composição do PIB brasileiro regional. A inserção de cada estado na economia regional e nacional se deu de forma bastante diversificada, no período de 1985-1989. Dentre os diversos fatores que explicam esta diversidade, a presença do Estado é uma das mais decisivas, pois, sendo um dos principais compradores da economia, é responsável pelo comportamento de boa parte da demanda agregada. Outro fator são as oportunidades surgidas para o mercado, através da inserção do país no comércio internacional, através das exportações de *commodities* e de manufaturados, com as economias periféricas mais dinâmicas se inserindo como ‘ilhas de prosperidades’ frente à queda e fragmentação da integração produtiva nacional.

No contexto do desenvolvimento regional, a implantação do pólo petroquímico em Camaçari, na Bahia, foi um fator que propiciou uma maior participação do estado na economia nacional. Entretanto, durante o período em questão, não foi possível manter a posição devido à crise na indústria química brasileira, ainda que fosse possível a construção do pólo petroquímico no Rio Grande do Sul. Minas Gerais e Espírito Santo se caracterizaram como exportadores de minerais, ferro e papel e celulose, enquanto os Estados da região Sul participaram dos incentivos às exportações através de produtos manufaturados e agropecuários, com reflexos positivos na dinâmica do crescimento. Os Estados da região Centro-Oeste se especializaram na produção e exportação de *commodities*. Os Estados da região Norte tiveram participação no esforço exportador através da extração madeireira, agropecuários e soja, enquanto se beneficiava dos investimentos da estatal Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás. Por sua vez, no estado do Amazonas, o fator mais relevante foi a ampliação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, até 2013, dando novo fôlego à indústria local (exportadora).

Tabela 9 – Participação regional do PIB Nacional – 1985/1989 (em %)

Regiões/UF	1985	1986	1987	1988	1989
Norte	3,8	4,4	4,4	4,4	4,9
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	1,5	1,8	1,8	1,8	1,8
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,5	1,7	1,8	1,7	2,1
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Tocantins	--	--	--	--	0,1
Nordeste	14,1	14,1	13,1	12,8	12,3
Maranhão	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Ceará	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5
Rio G. Norte	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8
Paraíba	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,6	2,8	2,8	2,6	2,5
Alagoas	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6
Sergipe	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5
Bahia	5,4	5,1	4,7	4,8	4,5
Sudeste	60,2	58,6	60,2	60,3	59,4
Minas Gerais	9,6	9,5	9,8	9,7	9,6
Espírito Santo	1,7	1,8	1,5	1,5	1,7
Rio de Janeiro	12,7	11,6	11,1	11,0	10,3
São Paulo	36,1	35,7	37,7	38,1	37,8
Sul	17,1	17,6	17,3	17,5	18,6
Paraná	5,9	6,0	6,0	5,9	6,3
Santa Catarina	3,3	3,5	3,4	3,5	4,2
Rio G. Sul	7,9	8,1	8,0	8,1	8,2
Centro-Oeste	4,8	5,4	5,0	5,0	4,8
Mato G. Sul	0,9	1,1	1,0	1,0	0,9
Mato Grosso	0,7	0,8	0,8	0,9	0,8
Goiás	1,8	2,0	1,8	1,7	1,5
Distrito Federal	1,4	1,5	1,4	1,4	1,5
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Caiado (2002; 69)

Através da Tabela 9, observa-se a participação relativa das regiões e Estados no PIB nacional, no período de 1985 a 1989 (1ª fase da fragmentação da economia nacional), com destaque para o esgotamento do processo de desconcentração industrial, através do aumento da participação do Estado de São Paulo no PIB de 36,1% (1985) para 37,8% (1989). A principal característica desta pequena recuperação foi que produtos, até então vendidos apenas no mercado interno, são agora exportados, propiciando pequeno crescimento na participação no

PIB nacional. Minas Gerais passou a exportar automóveis, o que permitiu manter sua posição durante o período. Graças aos incentivos fiscais, a região Norte ampliou sua participação no PIB de 3,8% (1985) para 4,9% (1989). A região Nordeste reduziu sua participação no período, de 14,1% para 12,3% (exceto Maranhão), a explicação para este movimento foi a queda da capacidade de investimentos do poder público, reduzindo o dinamismo da região. No Sudeste, houve pequena redução, no período de 1985/89, com a queda de 60,2% para 59,4% da participação, devido à diminuição relativa do Rio de Janeiro.

Observa-se que as regiões Norte e Sul apresentaram acréscimo no percentual do PIB, o Nordeste e o Sudeste tiveram queda. Enquanto que a região Centro-Oeste manteve-se estável, apesar do crescimento durante o Plano Cruzado. Todos os Estados da região Centro-Oeste apresentaram estabilidade ou pequena queda na participação no PIB regional nacional, indicando que, durante este período, a tendência de estagnação esteve próxima à região. No Sul, todos os Estados apresentaram ganhos proporcionais na participação do PIB nacional, indicando os efeitos positivos da política de exportações sobre a região.

Segundo Cano (1998b), o que ocorreu neste período foi uma *inflexão no processo de concentração*, provocado pela profunda crise econômica, a partir de meados da década de 1980 em diante, cujas causas foram:

- a) esgotamento de vários programas oficiais federais;
- b) contenção do programa de produção de álcool de cana;
- c) diminuição do ritmo de crescimento das exportações; e
- d) queda do investimento público e privado.

No âmbito deste contexto, Pacheco (1998) busca qualificar o debate, apresentando o que seria uma “teoria da fragmentação”, expressa pela perda do processo de integração da economia nacional e a busca “não-solidária” de mercado por parte das diferentes regiões do Brasil. Partindo da ruptura da longa trajetória de crescimento da economia brasileira, descreve-se que não ocorre mais uma dinâmica de acumulação, comandada endogenamente pelo setor de consumo durável, nem pelo gasto público ou pela indústria pesada. Como a política econômica do país optou pelo ajustamento externo (superávits na balança comercial), as economias regionais passaram a atender o esforço exportador, sendo que alguns setores atuavam no processamento de recursos naturais, cujos efeitos reduziram os impactos negativos da depressão da década de 1980. Nestes termos, afirma Pacheco:

“o discurso em moda, ao contrário, vaticina um Estado submisso à lógica privada, que apenas alavanque as estratégias êxitosas das grandes empresas e conceda às esferas subnacionais um papel progressivamente mais importante na atração de investimentos. Para um país com os níveis de desigualdades do Brasil pode-se imaginar o que isto significa. Reforçam-se assim as disputas entre regiões e unidades da Federação, enquanto que as políticas federais, formuladas ad hoc, sancionam uma trajetória de conflitos entre os diversos interesses regionais. Não é difícil avaliar a inviabilidade de sustentar um quadro destas proporções, ainda que o horizonte das propostas em discussão não permita identificar alternativas consistentes de construção de um projeto nacional”. (1998: 269).

Nesta perspectiva de análise, Pacheco (1996: 122-123) aponta os determinantes do processo de desconcentração, na década de 1980 e 1990:

- Os investimentos do final dos anos 70 ainda repercutiram, na década seguinte, sobre a configuração regional da indústria, trazendo consigo um forte componente de desconcentração (...);
- O esforço exportador possibilitou alternativas localizadas de dinamismo que, apesar de incapazes de ancorar um novo padrão de crescimento, foram importantes para algumas regiões (...);
- Acentuaram-se tendências de novas atividades industriais em se localizarem fora das áreas metropolitanas, fugindo de “deseconomias de aglomeração” das grandes cidades (...);
- Um determinante específico do processo de desconcentração recente foi o impacto diferenciado da crise sobre as estruturas econômicas regionais, acentuando os aspectos mais problemáticos exatamente nas áreas de maior densidade industrial;
- À medida que os investimentos governamentais iam maturando e não eram substituídos por políticas ativas e, ao contrário, a privatização e a crise fiscal reduziram a intervenção pública, a desconcentração perdia fôlego. Isto foi especialmente importante para a economia nordestina, dado que a desconcentração passava a beneficiar sobretudo o Sul do país, o próprio Sudeste (MG e ES) e o Centro-Oeste;
- (...) o ajuste macroeconômico, que traz consigo uma série de impactos referentes à localização da produção, nem sempre captados pelas estatísticas correntes, a exemplo da tendência a reforçar a relação entre fornecedores e as empresas montadoras, ou o

rearranjo de mix de produtos e linhas de produção derivados da maior focalização das atividades.

Este processo ocorre no seio de um movimento mais geral da economia mundial – a globalização – sob este regime a Economia Brasileira abriu suas fronteiras econômicas, com a abertura comercial e a desregulamentação do mercado nacional e busca nova inserção na economia mundial, da qual faz parte a aproximação com outros mercados.

Da mesma forma, o processo de globalização está provocando também, por outro lado, a ascensão de políticas industriais regionalizadas, bastando ver as políticas dos países da OECD, que visam assim amortecer os impactos destrutivos deste processo mundial. Apesar destes exemplos, ocorre no país uma “apologia” à globalização, ao criticarem o uso de política de incentivos regionais, de uma política industrial, por causa da visão fiscalista, de equilíbrio orçamentário. Por outro lado, tem-se que a falta de uma política industrial nacional levou os estados a se enfrentarem, na busca de investimentos.

Enfim, a desconcentração recente está ocorrendo num processo de fragmentação da nação, na qual as regiões que tem “atrativos” para o mercado internacional ou possibilidade de atender a demanda interna têm boas possibilidades de crescimento no cenário atual, entretanto, somente algumas “ilhas de prosperidades” progredirão, mesmo dentro de uma mesma região (UF) corre-se o risco do aumento das desigualdades intra e inter-regionais, com o empobrecimento daquelas regiões, cujas especializações não atraem o capital “mundializado”.

Quadro 2 – Brasil: Transformações da economia regional – 1930/2002

	Período da integração regional 1930-1970	Período da desconcentração industrial (década 1970/primeira metade da década de 1980)	Período da fragmentação da nação (Segunda metade da década de 1980/limiar da década de 2000)
Centro	- desenvolvimento autônomo da indústria paulista	- espraiamento da indústria paulista	- reconcentração industrial - centro x regiões especializadas.
Periferia	- complementaridade inter-regional	- novos estímulos à produção agrícola/ industrial às economias (Estados) aptos a receber investimentos.	- especialização - as ‘ilhas de prosperidade’ produzem para o centro ou para o exterior.

Fonte: Pacheco (1998). Elaboração própria.

O quadro 2 aponta que, durante o século XX, o país passou por transformações que alteraram a conformação da economia brasileira, sendo que, do período de 1930 a 1970, ocorreu o processo de integração nacional, tendo como centro do processo o Estado de São Paulo, que desenvolveu sua estrutura industrial e repassou para a economia das demais regiões o papel de complementar à indústria paulista, fornecendo matéria-prima, insumos, alimentos, etc. No período de 1970 e 1985, ocorreu o processo de desconcentração da indústria nacional, com alguns investimentos sendo realizados em algumas das regiões periféricas, bem como na região interiorana paulista. A partir de meados da década de 1980, diversos fatores, tais como a crise do governo, o processo inflacionário, a crise da dívida externa, dentre outros, obrigaram um esforço por parte dos estados, sendo que algumas tiveram condições de atender a demanda externa (ilhas de prosperidade), resultando na reconcentração industrial em São Paulo e alterando o modelo de integração, construído de 1930 a 1985. A partir de então, até os primeiros anos de 2000, Caiado apresenta que:

“... a partir de 1990, tiveram o mesmo significado, em escala internacional, com a abertura das fronteiras nacionais à acumulação internacional. Isso significou a criação de ‘novas’ oportunidades de ‘negócios’ às grandes empresas que atuam em escala global, com o espaço econômico nacional simplesmente transformado em ‘mercado’.

Isso não significa que o processo de integração do mercado nacional esteja esgotado. Há muito que reduzir nas diferenças regionais, mesmo no sentido estrito das condições produtivas. Em tese, a integração poderia prosseguir com a redução da heterogeneidade estrutural e regional e maior dispersão na localização dos compartimentos dinâmicos. Porém, como demonstrado, esta ficou estancada pela elevada exposição da economia nacional, baixo desenvolvimento tecnológico e ausência de políticas de desenvolvimento”. (2002: 184).

2.6 - A questão do Centro-Oeste frente à integração nacional.

O espaço econômico brasileiro resulta da incorporação à divisão internacional do trabalho e, posteriormente, da divisão inter-regional do trabalho. A região Centro-Oeste se vinculou à primeira divisão do trabalho, através das expedições dos Bandeirantes, atrás de riquezas minerais (Mato Grosso e Goiás) e, conseqüentemente, à integração da economia

nacional (pós 1929/30), com o epicentro dinâmico da economia em São Paulo e a articulação deste pólo com as demais regiões.

Neste processo, o Centro-Oeste se caracterizou como reserva de valor (terras), a serem incorporadas à economia, quando necessário, pois a estagnação pela qual passou a região só foi vencida após a expansão da fronteira agrícola, a partir da década de 1970, quando a utilização das terras do cerrado para a produção da soja e do trigo, *commodities* exportáveis com grande demanda, propiciou vigorosa vinculação da economia à integração nacional. Por outro lado, a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o centro de Goiás (Distrito Federal), propiciou o surgimento de um pólo de atração (aglomeração de serviços), cuja conseqüência foi a forte concentração de renda no local, tendo ultrapassado o índice de renda *per capita* de todas as cidades brasileiras.

Sendo assim, a existência de terras agricultáveis de boa qualidade e de excelentes bacias hidrográficas permitiu a expansão da agricultura e a implantação da agroindústria, como atividade dinâmica, além do espaço representado pelas áreas de floresta amazônica, cuja devastação para a criação de pastos e novas unidades de produção rural, atendem basicamente à demanda do setor externo.

Desta forma, faz-se necessária a apresentação de um conjunto de dados sobre a região e as transformações ocorridas durante os processo de integração produtiva nacional, de desconcentração nacional e de fragmentação.

2.6.1 - Centro-Oeste: evolução sócio-econômica, demográfica e expansão produtiva:

A região Centro-Oeste¹⁷, durante muito tempo, apresentou pouca participação na economia brasileira. No período anterior à dinâmica ditada pela indústria nacional (até 1930), a região se constituiu em um enorme vazio demográfico, na qual o ciclo do ouro teve importância para os Estados de Mato Grosso e Goiás. Entretanto, com a decadência desta atividade, O Centro-Oeste entra em um processo de estagnação, do qual só vai começar a sair após os programas de colonização do Governo Federal, a partir da década de 1940.

¹⁷ Centro-Oeste: Estados do Mato Grosso e Goiás e Distrito Federal (criado em 1960), até 1979 quando Mato Grosso foi dividido e nasceu Mato Grosso do Sul e em 1988 com a criação de Tocantins, desmembrado de Goiás e que passou a fazer parte da região Norte.

As primeiras tentativas de integração da região foram feitas a partir da implantação de ferrovias, já que o comércio se dava via fluvial, através da vinda dos produtos manufaturados para os portos de Corumbá e Cuiabá e sua posterior distribuição para as regiões urbanas locais (1856-1914). Com a implantação das estradas de ferro Noroeste do Brasil (1914) e a expansão da estrada que atingia a região do triângulo mineiro, foi possível integrar a região Centro-Oeste ao mercado de São Paulo, do qual recebiam produtos industrializados e enviavam suas produções de matérias-primas e insumos básicos.

Com o desenvolvimento da região cafeeira na região Sudeste, a economia brasileira passou para uma nova fase econômica, sendo que o excedente da atividade proporcionou o surgimento de um conjunto de empresas industriais, principalmente no estado de São Paulo. Estando distante da região cafeeira, devido às dificuldades de acesso, o Centro-Oeste não se aproveitou deste movimento.

Em relação à população, o Centro-Oeste apresenta a seguinte situação:

Tabela 10 - Demografia da região Centro-Oeste – 1872/1970.

	Mato Grosso		Goiás		Mato G. Sul		Distrito Federal		Centro-Oeste	
	Pop.	Hab/km ²	Pop.	Hab/km ²	Pop.	Hab/km ²	Pop.	Hab/km ²	Pop.	Hab/km ²
1872	60.417	0,041	160.395	0,256					220.812	0,104
1890	92.827	0,063	227.572	0,369					320.111	0,151
1900	118.025	0,081	255.284	0,413					373.309	0,176
1920	246.612	0,167	511.919	0,829					758.531	0,357
1930	349.857	0,237	n.d.	--					n.d.	n.d.
1940	193.625	0,211	826.414	0,790					1.020.039	0,480
1950	212.649	0,240	1.214.921	1,287					1.736.965	0,818
1960	330.610	0,370	1.913.289	1,892					2.802.828	1,321
1970	1.597.090	0,680	2.997.570	2,979					4.594.660	2,165
1980	1.222.001	1,352	3.204.932	9,423	1.408.084	3,943	1.216.704	209,7	7.051.721	4,610
1991	2.027.231	2,223	4.018.903	11,776	1.780.373	4,971	1.604.094	275,0	9.427.601	6,163
2000	2.504.353	2,762	5.003.228	14,660	2.078.001	5,802	2.051.146	352,3	11.636.728	7,607

Fonte: IBGE, Borges (2001:40).

Elaboração: O autor

* Área do Centro-Oeste: até 1980 2.122.400 km², a partir de 1988 1.529.749 km².

Da Tabela 10, observa-se que, até a década de 1960, o Centro-Oeste apresentava menos de 1 (um) habitante por quilômetro quadrado. A partir daí, ocorreu um aumento deste indicador, provocado pela perda das áreas dos estados de Rondônia e Tocantins, que se incorporaram à

região Norte, ou seja, reduziu-se o tamanho da região, aumentando naturalmente o indicador demográfico.

Dados da SUDECO apontaram que, até 1970, 47,4% da população viviam em áreas rurais, enquanto que, em 1980, este número sobe para 67% da população, evidenciando um processo de urbanização rápida, sendo os principais responsáveis pelo crescimento urbano o Distrito Federal (97%), Goiás (63%) e Mato Grosso do Sul (68%).

Em 1970, a população urbana da região se concentrava em três cidades com mais de 100 mil habitantes: Campo Grande, Goiânia e Brasília e satélites. Em 1980, este número sobe para 6 cidades, incluindo Cuiabá, Porto Velho e Anápolis às três anteriores, que concentravam 51,4% da população urbana.

A criação de Brasília, em 1959, tem uma importância fundamental para a demografia da região, afinal, a instalação da capital da República se torna um importante centro de atração de população, que busca na aglomeração representada pelas instituições estatais fonte de renda e de sobrevivência. Além disso, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, permitiu a incorporação da região no esforço de exportação, ao estimular as atividades agrícolas visando a ampliação do fornecimento de soja, para atender o mercado externo, além da produção de trigo, visando reduzir a inflação, ao reduzir o preço dos pães e massas, principais produtos do consumo dos trabalhadores.

Na década de 1960, a retomada do Programa '*Marcha Para Oeste*', permitiu a criação de Brasília e o desenvolvimento da região de Goiânia, além da ocupação da Amazônia, com a abertura dos eixos rodoviários como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho, induzindo-se a ocupação coordenada pelo Incra, com base na pequena propriedade.

A partir de 1970, o Centro-Oeste se beneficiou de uma nova fase de expansão, com o aproveitamento agrícola dos cerrados, substituindo a produção de grãos, numa pecuária mais extensiva, no lugar da pecuária realizada até então (ultra-extensiva tradicional). O desenvolvimento da região se deu principalmente pela incorporação de novas áreas, visando solucionar os problemas gerados pelos excedentes de mão-de-obra nas regiões do Sul do país.

De acordo com a SUDECO, os principais determinantes econômicos da ocupação do Centro-Oeste foram:

“a necessidade do aumento da produção de grãos com o fim de viabilizar o aumento das exportações do país; a necessidade do aumento da oferta de matérias-primas para suprir a demanda

industrial do Sul-Sudeste; necessidade da redução de tensões sociais e fundiárias em outras regiões, particularmente no Sul do país e a necessidade de conquista de novos mercados para expansão e reprodução do capital já instalado no Sul-Sudeste”. (1986: 36).

Assim, o Estado propiciou a ocupação da região no início da década de 1960, através, principalmente, da política de expansão da rede rodoviária; na década de 1970, viabilizou a ocupação da região através da política de colonização e do sistema de incentivos fiscais da Amazônia Legal e através dos programas especiais, dentre os quais se destacaram o POLAMAZÔNIA e o POLOCENTRO.

O POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), abrangendo algumas regiões do Centro-Oeste, tinha como função básica a ocupação de áreas selecionadas, visando desenvolver vantagens comparativas evidentes. O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), com objetivos de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias nas áreas de cerrado da região Centro-Oeste e do oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a implantação em espaços prioritários de pólos de desenvolvimento.

Em relação à indústria do Centro-Oeste, tem-se que a mesma apresentou baixo dinamismo, baixa concentração industrial, além de significar uma pequena parcela na transformação industrial no país. A Tabela 11 apresenta a concentração industrial no Brasil, por regiões geográficas.

Tabela 11 - Brasil: Concentração industrial 1907/1939

	1907	1919	1939
Brasil	100,0	100,0	100,0
Norte	4,3	1,3	1,1
Nordeste	16,7	16,1	10,4
Sudeste	58,2	66,0	74,3
Sul	19,9	16,2	13,8
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4

Fonte: adaptado de CANO (1998:310)

Observa-se que em 1907, a indústria do Centro-Oeste representava quase 1% da concentração industrial brasileira. A partir daí, a relação cai para apenas 0,4% da participação

nacional. Em relação ao ano de 1907, existiam no Estado de Mato Grosso 15 empresas, sendo 3 delas com capital acima de 3.000,00 contos, sendo elas do setor têxtil, este capital representava 67,4% do valor total bruto da produção industrial. Enquanto em Goiás existiam 135 empresas, não estando disponíveis os setores de empresas nem o capital investido. (Cano, 1998: 312).

Este movimento é descrito pelo crescimento das demais economias em relação à região, já que a mesma, apesar de apresentar taxas de crescimento próximas da média nacional, não conseguiu ampliar sua participação no setor. De acordo com a Tabela 12, as taxas de crescimento da indústria no Centro-Oeste foram as seguintes, em comparação com as demais regiões do país.

Tabela 12 - Indústria de transformação: taxas médias anuais de crescimento real (1919/1970)

	Centro-Oeste					Brasil				
	1919/39	1939/49	1949/59	1959/70	1919/70	1919/39	1939/49	1949/59	1959/70	1919/70
Ind. Transf. ¹⁸	5,3	12,1	11,7	9,4	8,8	5,7	7,8	9,3	7,3	8,3
Grupo I	4,4	12,6	10,3	9,5	8,2	5,0	6,7	6,2	6,2	5,8
Grupo II	8,7	10,6	15,4	8,3	10,3	7,0	10,0	11,3	7,1	8,5
Grupo III	--	15,9	11,1	22,5	--	12,6	9,3	18,4	10,3	12,5

Fonte: Cano (1998: 82-83) Tabelas 3 e 3A.

As taxas médias de crescimento da indústria de transformação da região Centro-Oeste são maiores que a média nacional em praticamente todos os períodos apresentados. Entretanto, isto se dá pela relação percentual, ou seja, em locais com poucas empresas industriais, a instalação de mais uma unidade tem um peso muito grande na taxa de crescimento.

No que diz respeito ao valor da transformação industrial no Centro-Oeste, a Tabela 13 apresenta a evolução da região de 1939 até 1985, já que, de 1990 a 1994, o item encontra-se agregado ao Espírito Santo e à região Norte.

Tabela 13: % do Valor da Transformação Industrial do CO no Brasil – 1939/1994.

Região	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1994
CO	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1	1,4	*	*
NO+ES+CO								3,1	6,6

Fonte: Cano (1998: 327)

¹⁸ Indústria de transformação: engloba as indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis (grupo I); de bens intermediários (grupo II) e indústria de bens de capital e de consumo durável (grupo III)

Observa-se que, em 1970, o Valor da Transformação Industrial do Centro-Oeste representava 100% do valor obtido em 1939, enquanto que, em 1975, o mesmo ocorria para o valor obtido em 1949. De 1975 a 1985, o crescimento do valor da transformação industrial foi de 40%, representando o maior crescimento no período apresentado, o que indica uma maior participação da região no montante total da transformação industrial brasileira.

Tabela 14 – Brasil/NO/NE/CO: Indústria de transformação VTI e número de operários, por grupo de indústria, 1919/1939/1949/1959/1970.

Região		1919			1939			1949			1959			1970		
		GI	GII	GIII	GI	GII	GIII	GI	GII	GIII	GI	GII	GIII	GI	GII	GIII
NO	VTI	55,94	43,31	0,75	47,92	49,43	2,65	57,56	39,76	2,68	57,54	41,43	1,03	49,38	44,50	6,12
	OP	57,13	41,50	1,37	58,21	38,19	3,60	48,65	47,31	4,04	54,50	43,16	2,34	53,42	41,27	5,31
NE	VTI	91,39	7,93	0,68	89,47	10,06	0,47	85,30	14,16	0,54	67,31	31,20	1,49	59,16	34,91	5,93
	OP	89,67	9,70	0,63	91,68	7,89	0,43	82,49	16,82	0,69	74,89	23,42	1,70	65,86	28,81	5,33
CO	VTI	85,40	14,60	0,00	71,62	27,43	0,95	74,73	23,94	1,33	65,68	33,07	1,25	66,19	29,50	4,31
	OP	77,41	22,59	0,00	68,88	30,32	0,80	64,33	33,53	2,14	48,18	49,84	1,98	50,87	43,43	5,70

Fonte: Cano (1998: 95).

Obs: GI – Indústrias de bens de consumo não-duráveis; GII – Ind. Bens intermediários; GIII – Ind. Bens de consumo duráveis. VTI – Valor da Transformação Industrial e OP – Número de operários empregados no setor.

Da Tabela 14, observa-se o peso da indústria de bens de consumo não-duráveis, na região Centro-Oeste (85,4% em 1919 para 66,19% em 1970), com destaque para a importância dos investimentos nos setores alimentícios, vestuário, etc, ou seja, as indústrias mais fáceis de serem instaladas por não necessitarem de grande capital para investimentos, nem tecnologia muito avançada, tampouco empregados qualificados. Na década de 1970, ocorre significativa alteração na estrutura industrial, com o crescimento do Grupo III e a homogeneização dos setores I e II – no que diz respeito ao número de empregados, enquanto que o VTI no GIII do Centro-Oeste é o menor das três regiões.

Em relação à atividade industrial, a partir da década de 1970, o setor se apresentou incipiente, pois, nesta época era responsável por 1,1% do produto industrial brasileiro, enquanto que em 1980, apresentou 1,4% do produto industrial nacional.

As indústrias mais representativas da região agrupavam-se nos seguintes setores:

- a) beneficiamento: 65% do valor da produção;

- b) produção de insumos básicos: 16% da produção, sendo assim divididos
- c) produção de bens de consumo: 9,5%
- d) extração mineral: 7,5%
- e) bens de capital: 2%

Os principais pólos industriais da região, em 1980 foram:

Goiânia (16.345 trabalhadores); Anápolis (8.489 trabalhadores); Brasília (14.076 trabalhadores); Campo Grande (4.453 trabalhadores); Cuiabá (4.664 trabalhadores) e Porto Velho (3.559 trabalhadores).

A região Centro-Oeste apresentou insignificante estrutura industrial, devido principalmente ao seu isolamento – falta de acessos -, a atividade de subsistência - pecuária -, e também por sua extensão territorial, que permitiu a incorporação de terras para a agricultura (determinando sua “vocação” econômica).

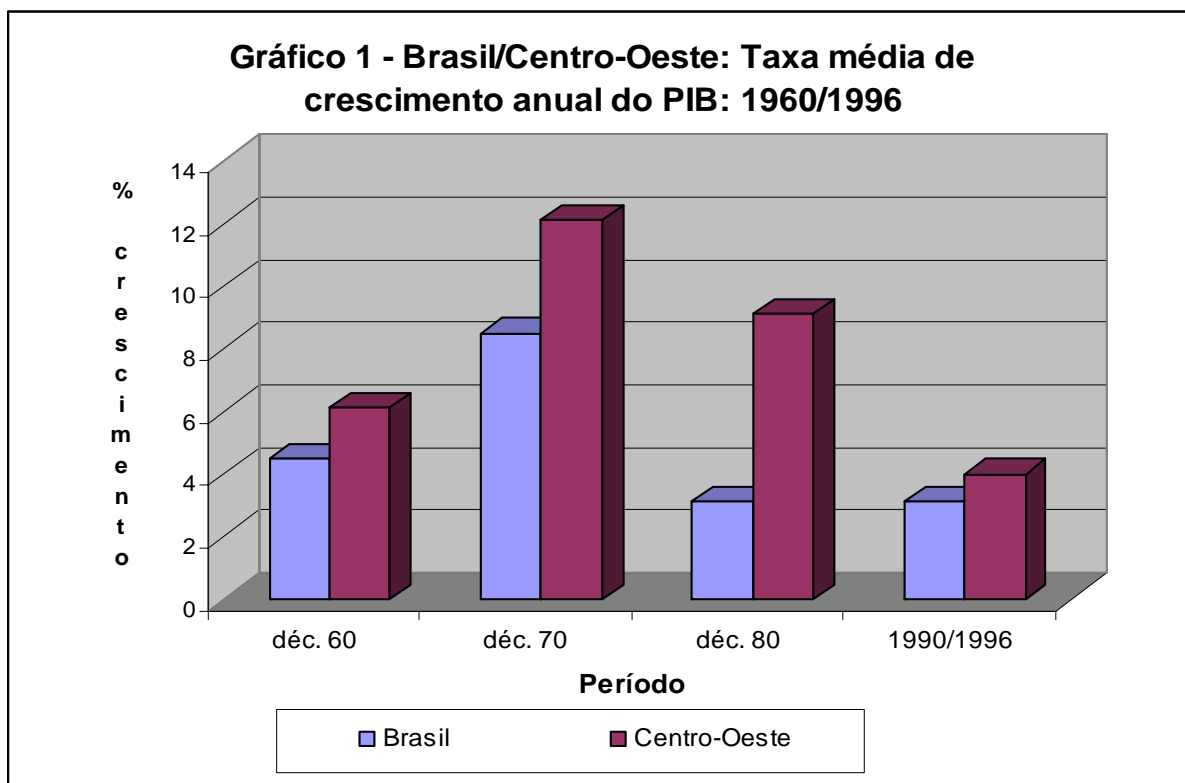
Tabela 15 – Brasil e Centro-Oeste: Taxas médias anuais de crescimento – 1960/1996

Período	Taxa de crescimento	
Anos e fatos econômicos	Brasil	Centro-Oeste
1960/96	5,2	8,3
1970/96	3,8	6,7
1980/96	2,2	5,1
década 1960	4,5	6,1
década 1970	8,5	12,1
década 1980	3,1	9,1
1990/1996	3,1	4,0
ajustamento (1960/67)	3,8	5,9
milagre (1968/73)	11,4	15,7
choques do petróleo (1974/80)	6,7	10,6
crise da dívida (1981/83)	-1,1	0,1
falsa recuperação (1984/86)	7,7	11,1
Hiperinflação reprimida (1987/93)	-0,01	3,0
Estabilização do Real (1994/96)	3,6	3,5

Fonte: (Neto e Gomes, 2000: 7)

Observa-se, da Tabela 15, que a taxa média de crescimento anual do Centro-Oeste, no período de 1960 a 1996, é maior que a média nacional, indicando o crescimento econômico da região. É interessante analisar que, somente no período de 1994 a 1996, a taxa de crescimento da economia nacional (3,6%) foi maior que a economia do Centro-Oeste (3,5%), o que pode ser considerado o mesmo patamar de crescimento, já que em todo o período, a região vem apresentando taxas de crescimento maiores que a média nacional.

No período de 1980 a 1996, o crescimento da região Centro-Oeste foi mais que o dobro da média nacional, demonstrando o forte crescimento da região, na década de 1980.



Observa-se que o crescimento do Centro-Oeste foi maior que o da média nacional de 1960 a 1996, entretanto, tanto na década de 1970, quando ocorre o maior crescimento no Brasil e na região, quanto na década de 1980, quando o crescimento da região supera em mais que o dobro o crescimento brasileiro. Entretanto, a partir da década de 1970, a taxa de crescimento da região reduz-se a cada ano, em proporção menor do que o crescimento da taxa da economia nacional.

O gráfico 1 indica que o crescimento da economia brasileira, que evoluiu de 1960 até fins da década de 1970, passa para um patamar muito baixo nas décadas posteriores, enquanto que a economia do Centro-Oeste, a partir de 1970 apresenta queda nas taxas de crescimento, quando atingiu, na década de 1990, 1/3 da taxa apresentada na década de 1970.

A explicação para o crescimento da economia do Centro-Oeste acima da média nacional, no período de 1960/1996, é dada pela diversificação de sua base produtiva, juntamente com o crescimento populacional, que tem propiciado a ocupação de grandes áreas inóspitas até então.

Até 1960, a região apresentava um perfil econômico ligado ao setor agropecuário, responsável por 52% do PIB regional, em 1960, este setor atinge 20% do PIB regional, em 1980, e em 1996, responde por 14,1% do PIB total. A indústria passou de um patamar de 6,5% do PIB regional, em 1960, para 17,1%, em 1996. O setor de serviços, que em 1960 participava com 41% do PIB do Centro-Oeste, atingiu 68,8% do total, em 1996, expansão quase que totalmente explicada pela implantação da capital federal em Brasília.

A agropecuária da região, apesar da perda de importância no total do PIB, foi a responsável pela ocupação do espaço regional e foi o setor responsável pela integração comercial com as regiões Sul e Sudeste, desde o início dos anos de 1930, e impulsionou a expansão urbana na década de 1980.

Tabela 16 – Brasil e Centro-Oeste: Taxas de crescimento setorial – 1960, 1970, 1980 e 1990/1996

Setores Períodos	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	Brasil	Centro-Oeste	Brasil	Centro-Oeste	Brasil	Centro-Oeste
década 60	-0,5	1,2	6,7	9,3	5,6	10,1
década 70	6,4	6,4	11,7	21,8	6,8	10,9
década 80	3,3	-3,5	3,5	7,2	2,7	6,9
1990/96	1,1	8,9	1,5	4,3	4,6	4,2

Fonte: (Neto e Gomes, 2000: 11).

Da Tabela 16, observa-se o comportamento da agropecuária do Centro-Oeste, que apresentou desempenho melhor que a média nacional, exceto para a década de 1980, quando o setor no Centro-Oeste apresentou acentuada queda em relação a média nacional. Por outro lado, no período de 1990 a 1996, ocorre expressivo crescimento do setor na região, em relação ao país. Quanto ao setor industrial, o crescimento da região foi superior nas décadas de 1960, 1970, 1980 até 1996. O período da década de 1970 representou um crescimento muito forte do setor industrial no Centro-Oeste, em relação à média nacional, quando atingiu 21,8% do crescimento do produto industrial. A partir deste momento, as taxas de crescimento do setor industrial caem constantemente na região, seguindo a tendência de crescimento do setor na economia nacional. E, por fim, apresenta-se o comportamento do setor de serviços, comparando-se com a média nacional. O crescimento do setor de serviços nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foi superior à média nacional, enquanto que, no período de 1990 a 1996, a média nacional apresenta um crescimento maior que o da região. As atividades produtivas do setor de serviços, como ramo de alugueis, intermediação financeira e governo, apresentam, na região Centro-Oeste, um comportamento muito superior ao do restante do país. No ramo do comércio, o crescimento foi

superior à média nacional. Por outro lado, o ramo de transporte e comunicação apresentou crescimento negativo (-2,6%), enquanto que a média nacional ficou em -0,7%. Este fato se explica pelo esgotamento dos investimentos feitos quando da criação de Brasília, cujas obras de infra-estrutura se caracterizam atualmente por despesas de manutenção e recuperação da infra-estrutura.

Tabela 17 – Relação Centro-Oeste/Brasil: Despesas, receitas, PIB e população – 1970/1995.

	1970	1975	1980	1985	1995
Despesas C.Oeste/Brasil	9,0	16,5	18,0	21,2	22,0
Receitas C. Oeste/Brasil	1,5	5,0	10,0	10,6	19,7
PIB C.Oeste/Brasil	3,9	4,3	5,5	4,6	8,7
População C.Oeste/Brasil	5,4	5,8	6,3	6,4	7,2

Fonte: (NETO e GOMES, 2000: 14).

Da Tabela 17, observa-se que, no período de 1970/1995, as despesas federais estiveram bem acima das receitas federais arrecadadas na região, indicando que parcela significativa de recursos federais é carreada para promover o desenvolvimento da região. Por outro lado, o percentual das despesas federais ultrapassa o percentual do PIB da região, bem como que a variação da população cresceu abaixo do nível de crescimento da população. O fato do produto da região não acompanhar a intensidade das despesas demonstra estar ocorrendo vazamento de renda para outras áreas (regiões) do país.

Em relação às questões demográficas, o Centro-Oeste brasileiro foi a região que, a partir da década de 1960, recebeu mais contingentes de imigrantes, principalmente os nordestinos, que ajudaram na construção de Brasília, e os sulistas, aproveitando a expansão da fronteira agrícola.

Tabela 18 – Brasil – Taxa de imigração por região – 1960/1980

Região\Anos	1960	1970	1980
Norte	9,72	9,90	18,16
Nordeste	6,31	5,93	6,49
Sudeste	13,71	16,57	18,45
Sul	16,83	17,50	14,06
Centro-Oeste	29,38	32,84	35,14
Brasil	12,23	14,15	15,29

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985

Observa-se, da Tabela 18, que a região Centro-Oeste é a que apresenta maior entrada de imigrantes, desde a construção de Brasília, passando pela expansão da fronteira agrícola e pela

criação do estado de Mato Grosso do Sul. Percebe-se o fluxo de entrada maior que o de saída de contingente populacional.

Tabela 19 – População: Brasil, CO e Estados da região – 1960/2000

Anos	BRASIL	MT	MS	GO	DF	TOTAL
1960	70.119.071	330.610	579.652	1.615.162	141.742	2.667.166
1970	93.139.037	598.849	998.211	2.416.890	537.492	6.138.886
1980	119.070.865	1.138.918	1.369.567	3.859.602	1.176.935	7.544.795
1991	146.917.459	2.027.231	1.780.373	4.018.903	1.601.094	9.427.601
1996	157.070.163	2.235.832	1.927.834	4.514.967	1.821.946	10.500.579
2000	169.544.443	2.504.353	2.078.001	5.003.228	2.051.146	11.636.728

IBGE, censos demográficos – 1960, 1970, 1980, 1991 e contagem preliminar da população, 2001.

Pelos dados da Tabela 19, nota-se que o crescimento da população do Distrito Federal apresentou-se muito maior que o de qualquer outro Estado da região, observa-se também que Goiás possui a maior população, mesmo perdendo parte de sua região e população quando da divisão do Estado, que deu origem ao estado de Tocantins.

Mato Grosso do Sul, no período de 1960 a 1970, apresentou grande aumento populacional. Entretanto, a partir da década de 1980, perde dinamismo e seu crescimento, que era um dos maiores da região, se torna o menor.

Tabela 20 – Centro-Oeste: % do número de estabelecimentos agropecuários – 1940/1995.

Estados	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
DF- Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
GO - Goiás	81,09	74,86	63,29	49,89	49,14	49,26	49,12	46,11
MS – Mato Grosso do Sul	10,74	16,76	26,73	27,84	25,40	21,34	20,43	20,39
MT – Mato Grosso	8,17	8,38	9,78	21,38	24,64	28,22	29,14	32,49
CENTRO-OESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPEADATA.

O Estado de Goiás detém a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, desde a década de 1940, quando apresentou mais de 80% das unidades agropecuárias, enquanto que a região Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) detinha pouco mais de 10%, e Mato Grosso, pouco mais de 8%, conforme se vê da Tabela 20. A partir da década de 1960, Goiás perde participação no total dos estabelecimentos, enquanto que, a partir de 1980, Mato Grosso passa a ter o segundo maior percentual de propriedades agropecuárias com 28,22%, em 1980, e

32,49%, em 1995. Mato Grosso do Sul dobrou sua participação entre 1940 e 1995, quando atingiu 20,39% do total. Em 1960, apresentou-se com 26,75% das unidades agrícolas do Centro-Oeste, perdendo participação a partir de 1970 (27,84%). O Distrito Federal apresenta insignificante participação percentual no número de estabelecimentos agropecuários, mostrando não ser este setor o mais dinâmico de sua economia.

Estes dados indicam a força que a expansão da fronteira agrícola representou para a região, estando atualmente o dinamismo vinculado à expansão da fronteira agropecuária no Estado de Mato Grosso, o qual possui grande quantidade de terras para serem incorporadas à economia brasileira, enquanto que Mato Grosso do Sul não tem mais esta possibilidade, devendo aumentar sua participação no setor agropecuária através dos ganhos de produtividade.

Assim, têm-se que o processo de integração da economia nacional, alavancada a partir da industrialização de São Paulo, com recursos oriundos da cultura do café, encontrou no governo federal as condições primordiais para implantar uma estrutura industrial moderna e que integrou complementarmente as economias periféricas, através do fornecimento por São Paulo de bens industrializados e de matérias-primas, insumos e mão-de-obra, pelos diversos estados brasileiros.

O processo de integração passou pela fase da industrialização restringida, na qual a dinâmica do processo ocorreu a partir do consumo dos bens de consumo não-duráveis, para a fase de consumo de bens intermediários e de consumo duráveis, a partir de meados da década de 1950. Com a implantação de uma estrutura moderna e completa, a economia brasileira obteve índice de produção que a colocaram como a oitava maior economia capitalista.

São Paulo deteve, em 1970, praticamente 60% da indústria brasileira, o que levou os governos federal e estadual a buscarem desconcentrar esta indústria, deslocando grandes investimentos industriais para todas as regiões brasileiras. O processo de desconcentração permitiu a redução de parte da concentração existente na região metropolitana de São Paulo, apesar de boa parte dos investimentos se deslocarem para o interior, seguindo os eixos de transportes existentes.

Com a crise econômica da década de 1980, o processo de desconcentração se retrai, levando a disputa por investimentos produtivos, por parte do conjunto de Estados brasileiros, visando ampliar o número de fábricas, em troca da piora da situação econômico-financeira de seus governos.

Com a necessidade de geração de divisas para fazer frente às necessidades impostas pela balança de pagamentos, ocorre a busca de mercados externos, com a caracterização de “ilhas de prosperidade”, na qual cada região disputa o mercado externo, em detrimento do mercado interno e da solidariedade produtiva existente até então.

Dentro deste contexto, a região Centro-Oeste, até então enorme vazio territorial, localizado na região central do país, teve nos programas federais “Marcha Para Oeste”, que transferiu a capital da república para o Distrito Federal, no então Estado de Goiás, além da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de terras do cerrado à agricultura moderna e capitalista, através da utilização de corretivos de solo, fertilizantes, incorporação de máquinas na produção (tratores, colheitadeiras).

Estes fatos representaram uma revolução na região, que atraiu grande contingente de produtores, principalmente da região Sul do país (paranaenses e gaúchos), os quais, utilizando-se da experiência que já detinham, promoveram o crescimento na produção de grãos, com destaque para as principais commodities brasileiras – a soja, o milho e o trigo-, cuja adaptação da soja ao cerrado se deu graças às pesquisas desenvolvidas pelos institutos de pesquisa agropecuários (EMBRAPA, EMPAER, etc.). Como conseqüência, ocorreu o crescimento da participação da região no PIB total do Brasil, bem como o desenvolvimento da estrutura urbana, nas principais cidades pólos: Brasília/DF, Itumbiara/GO, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Ceres/GO, Sorriso/MT dentre outras.

O desenvolvimento econômico da região foi proporcionado principalmente pelos investimentos públicos federais, os quais ocorreram em sua maior parte na capital da federação, que se torna um pólo centralizador de serviços, gastos públicos, atração de profissionais para os cargos de alto escalão no executivo e em autarquias, empresas públicas, setor financeiro, etc.

Desta forma, o setor privado, através do desenvolvimento do *agribusiness* – agroindústria e commodities – determinou a dinâmica a partir da política de exportações do país, mediante programas de crédito rural, desenvolvimento tecnológico, etc., enquanto que os gastos públicos centralizados no Distrito Federal, possibilitaram a maior renda *per capita* para a capital federal.

Por outro lado, observa-se que o crescimento industrial da região está acima da média nacional desde 1949, assim como o crescimento dos demais setores, à exceção do setor agrícola,

que, surpreendentemente, na década de 1980, apresenta resultado bem aquém do que a média nacional.

Desta forma, o Centro-Oeste, durante o processo de integração nacional, serviu como uma “garantia” ao processo de industrialização, representando sua área uma reserva de valor, incorporada a partir do esgotamento da fronteira agrícola existente até então. Com o aumento da demanda por alimentos e devido às pressões dos grupos ligados à agricultura capitalista mundial (Estados Unidos, França, Alemanha, etc.), ocorreu a incorporação de terras do cerrado, mas desta vez utilizando-se de tecnologia avançada, poupadora de mão-de-obra e intensiva em capital, o que propiciou colheitas cada vez maiores e integrando finalmente a região na política de “exportar é o que importa”.

A abertura de estradas (BR's), ligando o Centro-Oeste às demais regiões do país (Norte, Nordeste, Sul e Sudeste), permitiu uma maior integração ao mercado nacional, permitindo maior avanço da indústria do Sudeste em novos mercados, até então dificilmente alcançados.

Atualmente, a dinâmica da região está ligada aos mercados internacionais, enquanto que, em relação ao mercado nacional, as compras do Sudeste continuam representando maior peso do que a compra do Centro-Oeste em outras regiões, apesar das vendas da região não representarem mais o peso que tinham durante a fase da integração nacional.

2.7 – Síntese conclusiva do Capítulo

A partir da implantação do café na região Sudeste em meado do século XIX (primeiramente no Vale do Paraíba, e posteriormente em São Paulo), o Brasil passa por um processo de constituição de uma economia, com a articulação econômica entre diferentes regiões.

O café permitiu aos fazendeiros acumularem capital, os quais foram reinvestidos em vários outros negócios, principalmente na produção industrial, sob o comando dos imigrantes europeus, que já detinham conhecimento na produção de um conjunto de produtos (roupas, velas, óleo, banha, etc.), além da produção de produtos artesanais (móveis e ferramentas de trabalho).

Com a expansão da atividade para o interior de São Paulo, seguindo os trilhos das ferrovias, o mercado interno foi se ampliando, apesar da concentração na região cafeeira. O

trabalho assalariado era a principal característica da região cafeeira, que já havia abolido o trabalho escravo devido sua baixa produtividade.

Todos estes fatores levaram a região de São Paulo a se tornar a principal economia com o desenvolvimento do setor industrial. Em 1907 o Estado detinha 15,9% da indústria nacional, atingindo 37,5% em 1929.

Com a crise de 1929/30, a dinâmica da economia que era ditada do exterior se interioriza, tendo como principal setor o industrial e a principal economia, a do Estado de São Paulo. Desta forma, configura-se um novo quadro para a economia brasileira, com São Paulo liderando o processo de integração da economia através da produção industrial, tendo como parceiros as várias economias regionais brasileiras, que passaram a fornecer insumos e matérias-primas, e passam a adquirir a produção industrial paulista.

A chegada ao poder de um grupo que governou até 1945, possibilitou a organização de uma estrutura voltada para o desenvolvimento capitalista. Este processo ocorreu pela criação de órgãos, legislação e pela presença do Estado na economia, bem como a constituição de um conjunto de órgãos do setor privado, para atender as demandas do setor.

Assim, a integração da Economia Nacional de 1930 a 1970 teve na concentração industrial em São Paulo sua principal característica, sendo complementada pelas várias economias periféricas do país. Devido à acumulação de capital, conhecimento das atividades industriais, a liderança de São Paulo se deu pela implantação de uma indústria projetada para atender a demanda nacional, ou seja, suas plantas tinham condições de atender a economia brasileira como um todo.

De 1930 a 1970, ocorreram duas fases na integração da economia nacional: a) a primeira, *fase mercantil (1930-1960)* se constituiu na produção e trocas de mercadorias entre a economia líder e as demais economias regionais e b) segunda, *fase acumulação produtiva (1961-1970)*, com a implantação de fábricas de capital paulistas nas várias economias regionais.

De 1930 a 1970 ocorreu dois períodos no processo de industrialização brasileira: i) a da *industrialização restringida* (1930-1955), com a produção industrial se limitando a produção de bens de consumo; e ii) da *industrialização pesada* (1955-1970), quando se constituiu na economia brasileira uma estrutura industrial completa, com todos os setores de produção.

De 1970 a 1985 ocorreu a desconcentração industrial, a partir da necessidade de possibilitar o desenvolvimento industrial de outras regiões do Brasil. Em 1970, o Estado de São

Paulo detinha 58,7% da indústria brasileira, principalmente na região metropolitana de São Paulo. Assim, através de incentivos do governo federal e do governo paulista, foram dadas condições para a transferências de empresas industriais para o interior de São Paulo, e a implantação de grandes unidades produtivas na Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, etc.

Ao final do processo (1985), o Estado de São Paulo detinha 51,9% das empresas industriais brasileiras, enquanto que a região Norte passou de 0,8% (1970) para 2,5% (1985); Nordeste passou de 5,7% (1970) para 8,6% (1985); Sul, que passou de 12% (1970) para 16,7% (1985) e no Centro-Oeste, que passou de 0,8% (1970) para 1,4%.

Com a crise internacional do petróleo e da dívida financeira, ocorreu o esgotamento do crescimento da economia brasileira, devido aos desequilíbrios macroeconômicos (inflação, crise da dívida externa, queda no crescimento econômico, crise no financiamento externo, etc.), ocorreu o ajuste macroeconômico através do aumento das exportações, para fazer frente às necessidades de divisas para enfrentar a crise internacional.

Com o processo de globalização da economia internacional, com a desregulamentação dos mercados nacionais, rompe-se a unidade produtiva que ocorreu desde 1930, até meados da década de 1980. Ocorreu o processo conhecido como “*fragmentação da economia nacional*”, no qual a guerra fiscal, disputa por investimentos produtivos pelas várias regiões, surge como uma das principais características, além da busca do ajuste fiscal, com a redução das despesas públicas, visando gerar divisas para o pagamento de compromissos externos, bem como da política macroeconômica baseada nos juros altos, para atrair capital estrangeiro.

Dentro deste quadro, destacam-se algumas “ilhas de prosperidades”, economias regionais integradas ao mercado internacional, ou seja, as localidades com matérias-primas, insumos ou produção de bens exportáveis e que atraíam o capital mundializado.

Neste contexto, o Centro-Oeste, região na qual se insere a economia de Mato Grosso do Sul, apresentou durante a fase de integração nacional como uma unidade federada com terras a serem incorporadas à economia, além do fornecimento de alimentos (carne bovina) para as metrópoles. A partir de 1970 a integração se dá com a incorporação dos cerrados à produção agrícola, bem como pela transferência da capital nacional para a região.

Em 1890 o Centro-Oeste apresentou densidade demográfica de 0,151 hab/km², para 2,165 hab/km² em 1970 e de 7,607 hab/km² em 2000. No que diz respeito à indústria, a concentração industrial na região foi de 0,9% em 1907 e de 0,8% em 1979 e de 1,4% em 1985.

Assim, têm-se que a região Centro-Oeste passa a integrar de forma efetiva na economia nacional a partir da ocupação das terras dos cerrados na década de 1970, que permitiu a expansão da cultura da soja, algodão, dentre outras culturas comerciais, voltadas às exportações, bem como a partir da inauguração da capital federal na região, que possibilitou o crescimento da prestação de serviços.

CAPÍTULO III – ORIGENS DE MATO GROSSO, A ECONOMIA E OCUPAÇÃO DA REGIÃO MATO-GROSSENSE (1748-1929)

3.1 – Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar a formação da economia mato-grossense desde a descoberta do ouro (1720) até a crise econômica mundial (1929).

Na primeira parte, apresenta-se a conformação geográfica da região em estudo, desde quando fazia parte da capitania de São Paulo (1720), até a criação da Província de Mato Grosso (1748), mostrando a região da mineração, nas proximidades de Cuiabá. Na segunda parte tem-se a economia de Mato Grosso (1748-1929), sub-divida em: período da mineração (1720-1780); de estagnação e subsistência (1780-1856); abertura ao comércio internacional via fluvial (1856-1864); guerra do Paraguai (1864-1870); reconstrução da economia local (1870-1929) com a implantação e desenvolvimento da pecuária e da indústria do charque e da exploração extrativa ipecacuanha, da erva-mate e da borracha. A seguir, mostra-se a questão da ocupação da região de Mato Grosso, da integração com a economia de São Paulo, através da ferrovia Bauru-Corumbá.

3.2 – Conformação geográfica

Com o descobrimento do Brasil, em 1500, diversas tentativas de exploração e colonização da região entre os rios Paraguai e do Paraná – atual Mato Grosso do Sul – foram

realizadas. Os Bandeirantes¹⁹ foram os primeiros exploradores da região de Mato Grosso, partindo do Sudeste do país e seguindo os caminhos naturais e os varadouros existentes (caminhos de terra), em busca de riquezas minerais e de escravos indígenas. As diversas bandeiras obtiveram sucessos e fracassos, sendo que a mais importante, do ponto de vista econômico, foi a que descobriu ouro na região central do Mato Grosso, de Pascoal Moreira Cabral, em 1719.

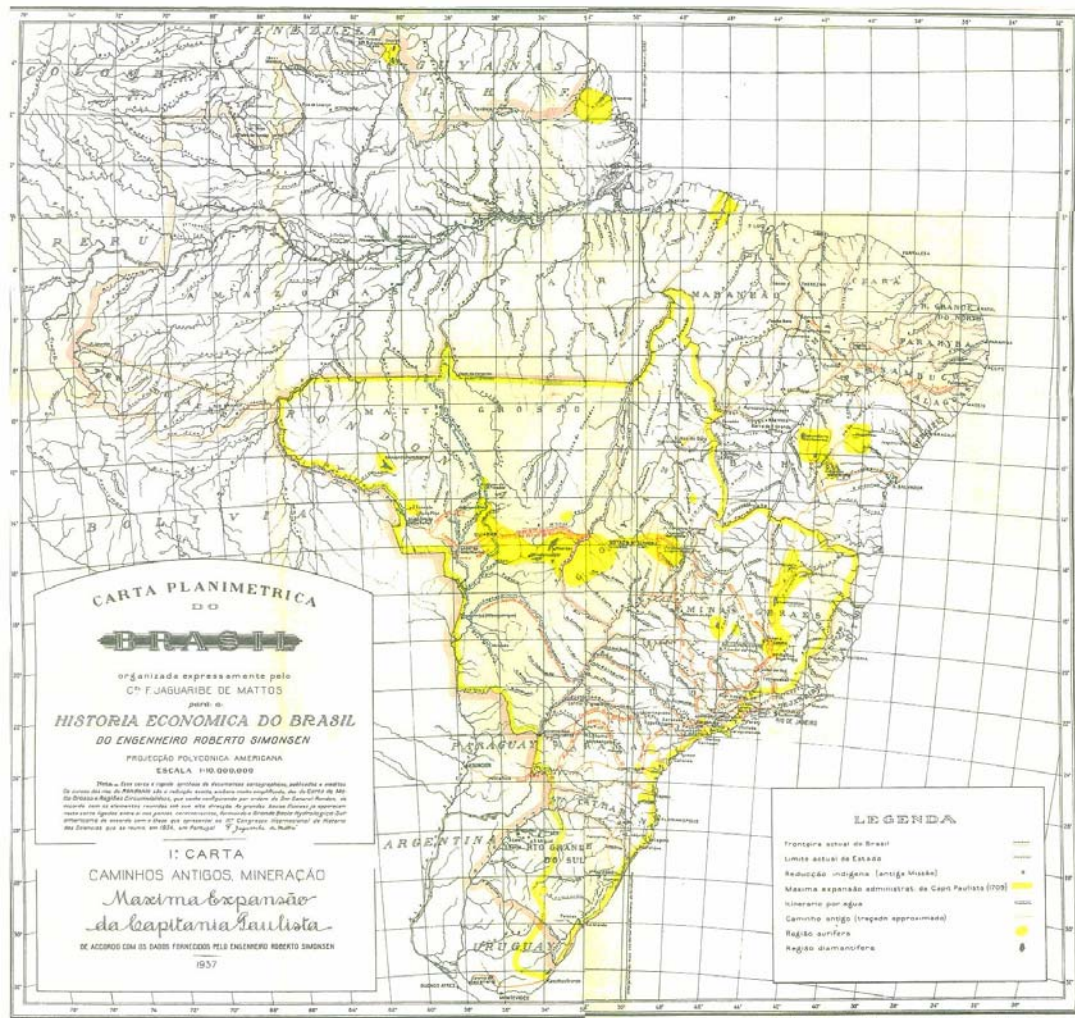
Para garantir lucros com a atividade mineradora e para evitar a evasão da riqueza, o governo imperial criou diversas coletorias de impostos sobre o ouro, instalando-as nas regiões auríferas. Para ter maiores controles sobre o recolhimento do tributo e da atividade econômica, foram criadas várias províncias, entre elas a do *Matto Grosso* (nome original).

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 1748²⁰, desmembrada da província de São Paulo (Figura 1). A importância de Mato Grosso para a colônia portuguesa ocorria por sua localização geográfica na divisa com o território pertencente ao império colonial da Espanha, cujos limites, ainda não definidos, provocavam grande tensão e disputas diplomáticas entre estes dois reinos. A ocupação da região deu-se através do ouro descoberto em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que permitiu certo desenvolvimento econômico, junto com o processo de migração e implantação da agricultura de subsistência e da pecuária.

¹⁹ De acordo com BARBOSA (1963), Aleixo Garcia (1503) é considerado o primeiro europeu a penetrar as terras do Sul do Mato Grosso, seguido das seguintes bandeiras: 1.^a - Nicolau Barreto (1602); 2.^a - Antônio Castanho da Silva (1622); 3.^a - Jerônimo Bueno (1644); 4.^a - Antônio Raposo Tavares; 5.^a - Luiz Pedroso de Barros (1660); 6.^a - Manuel Dias da Silva o Bixira; 7.^a - Francisco Pedroso Xavier; 8.^a - Francisco Dias Mainardo (1680); 9.^a - O espanhol Juan Mongel Garcer, (Monjolo); 10.^a - Braz domingos Paes e Pedro Domingos Paes (1682); 11.^a - (1690) Antônio Ferraz de Araujo e Manuel Farias; 12.^a - (1698) Gaspar de Godoy Collaço, e por fim a 13.^a (1744) Manuel Dias da Silva (neto de Bixira), esta para garantir à coroa portuguesa as novas fronteiras.

²⁰ A capitania de São Paulo, até 1720, compreendia os atuais estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, a porção leste do Rio Grande do Sul e parte do Uruguai, conforme Pasquale Petrone (*Aldeamentos paulistas*, São Paulo, Edusp, 1995, p.49).

FIGURA 1 – Província de São Paulo até 1720 e a região de mineração.



Fonte: Simonsen (1977, 254).

Na figura 1, têm- 3 questões relevantes:

a) Capitania de São Paulo: o espaço abrangido pela capitania de São Paulo, até 1720, que abrangeu desde o extremo sul a partir do Nordeste do Uruguai, passando pela porção centro-leste do Rio Grande do Sul e a região inteira dos atuais estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;

b) Região de mineração: observa-se a região aurífera, com o desenvolvimento da atividade na área central do país. Sendo que área de ocorrência da riqueza natural ocorre de forma intensa na região central de Mato Grosso e Sul de Goiás, além da área em Minas Gerais. Em outros locais dispersos pelo país foram encontradas minas de ouro, porém, o maior desenvolvimento se deu nas três províncias centrais (MG, MT e GO);

c) e que a província de *Matto Grosso* se localizava no espaço onde atualmente estão os Estados de Rondônia, Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

3.3 - A Economia de Mato Grosso - 1748-1929

O desenvolvimento da região mato-grossense ocorre com a conformação de um quadro econômico diverso para as regiões Sul (Mato Grosso do Sul), Sudoeste (Rondônia) e Norte (Mato Grosso), partindo da mineração chegou-se à economia pré-crise de 1929.

A primeira atividade econômica da região foi a exploração do ouro, complementada pela agricultura de subsistência e pela pecuária, auxiliada por atividades extrativas (erva-mate, borracha, ipecacuanha, etc.). Durante este período ocorre a transformação político-administrativa do Brasil, que passa de Império para República, sem, contudo, se tornar uma economia pujante imaginada pelos planejadores imperiais e republicanos. Assim, tomando a citação de D'Alincourt, tem-se o resumo da economia da época imperial.

“assim, sucede a uma Província, que só exporta ouro, e em que a agricultura é fraca; a população não avulta, o ouro é conduzido do seu seio para trocar-se por efeitos, que em breve tempo desaparecem; os descobertos não acham com freqüência; enfim ela vem de certo a cair no estado de pobreza, e a maior parte de seus habitantes fica reduzida à miséria; é disto exemplo claro, o que sucede a esta Província, donde se tem extraído milhares de arrobas de ouro; porém que tem lucrado? Está reduzida ao mais deplorável abatimento; e ainda que ela quisesse melhorar as circunstâncias, por meio dos gêneros de agricultura exportáveis, não o pode fazer, por falta de forças; por não ter ponto de apoio nos lugares próprios, que facilitem a exportação, e porque sem auxílios eficazes nunca os poderá obter. Eis aqui o estado verdadeiro do ante-mural do Brasil...” (D'Alincourt apud Lenharo: 1982: 13).

3.3.1 – O ouro e o ciclo aurífero

A economia de Mato Grosso se desenvolveu após a descoberta do ouro nas proximidades de Cuiabá, propiciando uma “corrida do ouro”, o que permitiu a implantação dos primeiros “negócios” na região. As minas descobertas na região Norte (atual Estado do Mato Grosso) atraíram pessoas do litoral que, de forma desordenada vieram em busca de riquezas. Ao

contrário da colonização litorânea, feita por intermédio dos engenhos de cana-de-açúcar, cujo proprietário era o capitalista e os trabalhadores escravos, na região aurífera, o processo foi menos hierárquico (mas não menos violento e degradante), pois, a maioria dos garimpeiros era formada de indivíduos sem posses e de escravos.

Para dar condições de vida aos exploradores do ouro, foram instaladas as primeiras atividades rurais, basicamente através da produção de grãos e também a implantação de uma incipiente pecuária. Estas atividades de subsistência adquiriram importância fundamental devido à alta dos preços dos produtos vindos da capital, principalmente alimentos e ferramentas para o trabalho de extração do ouro.

A criação de Mato Grosso ocorreu após a descoberta de ouro, em Cuiabá²¹, bem como ao estabelecimento dos tratados de limites (Tratados de Madri e de Santo Ildefonso) com os espanhóis, servindo como barreira ao avanço deste império. A grande produção mineral da região e do comércio deu-se de forma bastante intensa, com o principal ponto de apoio para a atividade a Vila de Sorocaba, na província de São Paulo, cujo acesso à província de Mato Grosso era muito difícil, devido às grandes distâncias e pelas grandes dificuldades dos caminhos existentes. A trajetória até Cuiabá era feita por rios, por terra, com a duração média da viagem sendo de até sete meses²², além disso, havia os ataques dos indígenas, visando as cargas de suprimentos vindas de São Paulo e de ouro, que saíam da região de Cuiabá.

O ouro teve importância fundamental para o Mato Grosso, principalmente nas proximidades das aluviões, onde se deu a instalação de várias cidades (Norte de Mato Grosso), como Cuiabá e Vila Bela Santíssima Trindade.

A atividade mineira aconteceu em várias fases: a da descoberta, com expansão acelerada e anárquica; apogeu, com a organização da atividade por parte das instituições da coroa e, por fim, a decadência. De acordo com a Tabela 21, têm-se então para o Mato Grosso as seguintes fases:

- a) descoberta (de 1719 a 1725);
- b) apogeu (de 1726 a 1759); e
- c) decadência (a partir de 1760), com a queda gradual da produção.

²¹ A descoberta do ouro pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral nas jazidas do Caxipó-Mirim, consta de um auto lavrado a 8 de abril de 1719. Em 1720 já se explorava as jazidas do Caxipó, São Lourenço e Cuiabá. Em 1721 Miguel Sutil descobriu nova jazida em Cuiabá. Em 1723 chegaram a São Paulo os primeiros quintos de ouro arrecadados em Mato Grosso.

²² A viagem durava entre 4 e 7 meses no caminhos das monções Sul e 4 meses pelo caminho de Goiás).

A descoberta do ouro sucedeu-se por três motivos principais, que foram:

1) busca de um caminho por terra “para substituir a longa e difícil via fluvial para Cuiabá”, de grande interesse para a coroa;

2) o momento propício para uma bandeira exploratória, graças a descoberta de ouro em Mato Grosso e da expectativa de novas descobertas;

3) o momento político ideal devido a expulsão de vários mineiros pelo conflito em Minas Gerais, o que amenizou o problema.

Os dados da Tabela 21 apontam o início das atividades de mineração, ocorrido em 1721, no Mato Grosso e, a partir da década de 1730, em Goiás.

Tabela 21 – Brasil Colônia: Produção de ouro em Minas Gerais, Goyas e Matto Grosso – 1700/1799.

Quinquênio	Minas Gerais	Goyas	Matto Grosso	Produção Ano
1700-1705	1.470	-	-	1.470
1706-1710	4.410	-	-	4.410
1711-1715	6.580	-	-	6.580
1716-1720	6.580	-	-	6.580
1721-1725	7.000	-	600	7.600
1726-1729	7.500	-	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.137
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.560
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

PINTO, V. N. (Apud Estevam, 1997: 16). * Goyas e Matto-Grosso (forma original).

Os dados demonstram que a produção de ouro em Minas Gerais era mais importante que a exploração em Mato Grosso e Goiás. Enquanto em Minas Gerais era comum encontrar-se ouro de aluvião e incrustadas a grande profundidade, cuja exploração se desenvolveu graças ao retorno obtido com a atividade, no Centro-Oeste, os filões eram de aluvião, ou seja, na superfície da terra, e como o retorno não era tão grande, não foram feitos investimentos para o desenvolvimento de novas técnicas de exploração.

A descoberta do ouro no interior do país provocou significativas mudanças na economia da colônia brasileira, ao mudar o eixo da economia colonial, deslocando para o interior a principal atividade econômica, enquanto que, no litoral, ocorria a exploração dos engenhos de açúcar, cuja estrutura hierarquizada e dependente de vultosos investimentos, atendia a demanda dos países europeus. O ouro representava uma forma diversa de mercadoria, pois, sendo um correspondente monetário, este permitiu o desenvolvimento da economia européia, expandindo o império inglês, através do ouro das colônias lusitanas, propiciando à Inglaterra se tornar o principal centro financeiro europeu.

A exploração mineira possibilitou implantação de postos de controle portugueses na região, como forma da Coroa apoderar-se dos ganhos com a atividade, ao passo que a extração do ouro possibilitou a urbanização do interior.

O crescimento populacional do Mato Grosso ocorreu pela vinda de escravos, a principal mão-de-obra utilizada na região, de acordo com a Tabela 22. O trabalho compulsório usando o negro africano, na província Mato-grossense, teve início com as atividades auríferas que começaram a partir de 1719. Um grande fluxo de negros chegou a Cuiabá, inicialmente pelas monções fluviais, através do rio Tietê, depois através do caminho terrestre ligando Cuiabá a Goiás, aberto em 1736, e, posteriormente, o elemento negro chegou também advindo do Grão-Pará, fornecido pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Os negociantes de escravos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais passaram a fornecer a preços que variavam de 120\$000 a 180\$000 mil réis, no período de 1760 a 1774.

Tabela 22- Mato Grosso: Entrada de negros: 1720-1772

ANO	Quantidade
1720/1750	10.775
1751/1764	3.051
1765/1768	843
1769/1772	1.711
Total no período	15.380.

Fonte: Moura (2002)

Em 1783, no final da atividade mineradora em Mato Grosso, a população da província era de 22.972 habitantes, entre livres e escravos, e, segundo a estatística, a população escrava era de aproximadamente 66,95% e os livres 33,05%²³, já em relação ao sexo, eram 10.237 homens e 12.735 mulheres (MARCÍLIO Apud IBGE, 1987).

Com a decadência do ouro, o governo provincial passou então a povoar a região aurífera, abrigando funcionários públicos administrativos e militares da capital. Concedeu perdão fiscal para quem fosse para o Mato Grosso; tomou medidas administrativas visando proteger o comércio, a agricultura e a pecuária (ESSELIN, 2000: 128).

Entretanto, mesmo estas ações não impediram o colapso econômico da província, com o abandono da região por grande parte dos garimpeiros e escravos. Aos que permaneceram nos povoados e vilas, a opção passou a ser a agricultura de subsistência, ao passo que os produtores de gado buscaram se instalar na região do Pantanal, cuja planície tornou-se local ideal para o manejo e cria da pecuária nascente.

Assim, em fins do século XVIII, a mineração agoniza, com a queda da produção nas três principais praças mineradoras (Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás). O epílogo da economia de mineração é descrito assim por PRADO JÚNIOR:

“a mineração sofre o colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer frente à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha, se tinham valorizado, através de oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na sua dispendiosa e ineficiente administração; as migalhas que sobravam desta orgia financeira também se foram dissipação imprevidente dos mineradores e na compra de escravos importados da África. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um Rei esbanjador e à sua corte de parasitas, e no resta satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre”. (1949: 70)

A principal explicação para a decadência da região de mineração foi a utilização da mão-de-obra escrava, que barrou a diversificação econômica ao impedir que fossem realizadas inversões tecnológicas, levando a um sistema exploratório de baixos rendimentos e de caráter

²³ Em 1815 os escravos eram 46,12% e os livres eram 53,88% da população; em 1819 os escravos eram 63% e os livres 17%; 1867, 95% eram livres e 5% escravos e pelo Censo de 1872, 89% livres e 11% escravos.

predatório. O desenvolvimento da atividade aconteceu pela agregação de fatores, de forma extensiva e através da dilapidação da natureza. Além disso, as relações escravistas implicaram na limitação do mercado interno e tolheram o surgimento de levantes sociais que levariam às transformações sócio-econômicas. No caso de ruína de um empreendimento baseado no trabalho compulsório, perderam os que tinham maiores quantidades de capital investidos em escravos: libertou-se parte dos mesmos devido ao alto custo de manutenção e utilizou-se parte em atividades complementares e mesmo suntuosidade. (ESTEVAM, 1997: 26-27).

Furtado, em relação à decadência da mineração escreveu:

“uns poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e dispersando-se em pequenos grupos uns dos outros”. (FURTADO, 1977: 78).

3.3.2 - Atividades econômicas complementares: Pecuária e agricultura

Com a supressão da economia de extração mineral, as atividades complementares (lavoura e pecuária) tornaram-se atividades substitutas, pois, mesmo com as imensas dificuldades advindas com o fim da mineração, parte do pessoal permaneceu nas proximidades dos centros urbanos que se desenvolveram nas redondezas das minas e que tinham na subsistência a forma de conter a exploração dos produtos vindos do Sudeste, bem como pela dificuldade de se obter os produtos perecíveis.

A implantação da agricultura permitiu também a implantação da pecuária, que viria a ser o mais importante negócio do Mato Grosso do Sul²⁴ durante séculos, pois o boi propiciou a colonização e desenvolvimento da região Sul, principalmente na região do Pantanal em fins do século XVIII, de difícil acesso e regida pelas estações das águas (secas e inundações).

Além destas atividades, a produção da extração da erva-mate se desenvolveu na região Sul de Mato Grosso, após a guerra do Paraguai, apesar de não ter um grande peso em âmbito da economia nacional (devido ao grande volume dos ervais do Paraná e Rio Grande do Sul), ela teve uma importância muito grande na região, sendo instrumento econômico e político, que influenciou decisivamente na conformação de Mato Grosso do Sul. Além dela, a extração e

²⁴ Pois na região de Cuiabá, como o solo não era salitroso, o sal necessário para engorda do animal era artigo raro.

exportação da ipecacuanha, planta medicinal muito apreciada na Europa, juntamente com a borracha representaram as principais culturas desenvolvidas na região Norte de Mato Grosso, enquanto que a produção de açúcar, apesar da proibição por parte da coroa, representou importante atividade econômica, principalmente nos primeiros anos do Século XX.

A crise da economia mineradora propiciou o desenvolvimento das atividades da pecuária e da agricultura. Esta economia de subsistência desenvolveu-se paralelamente à mineração (1720-1780), embora utilizando o trabalho compulsório, era comum encontrar o trabalho livre de camaradas e agregados. Visando o mercado interno, a atividade agropecuária pouco contribuiu para o aprimoramento técnico e na melhoria da vida dos habitantes locais.

Neste contexto, a partir de 1870, aumentou os pedidos de sesmarias (lotes) para utilização na produção agrícola e pecuária. O surgimento da atividade açucareira foi fortemente combatido pela coroa. Desta forma, tem-se as dificuldades e desventuras pela qual passou a economia de Mato Grosso, no que diz respeito às atividades agropecuárias. A Guerra do Paraguai altera o processo econômico local, tendo que se reconstruir e criar, principalmente na região Sul, as atividades econômicas.

3.3.2.1 – A Pecuária.

A pecuária desenvolvida nas áreas de engenho do sertão brasileiro, servindo de complementação de renda para a atividade açucareira, teve importante papel na fixação da população na área de exploração de ouro.

De acordo com Simonsen (1977), a demanda de gado das áreas mineradoras (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) foi atendida pelos produtores nordestinos, principalmente do vale do Rio São Francisco e dos sertões do Nordeste. O gado era trazido para a região do Brasil Central por meio do “caminho dos currais”, que iam dos sertões baianos até a zona de mineração, entretanto, a coroa portuguesa proibiu este transporte, a partir da Carta Régia de 07/02/1701 – quando Goiás e Mato Grosso ainda faziam parte da Capitania de São Paulo – por causa do uso desta mesma rota para o contrabando do metal. Após certo período, devido à fome e as crises na região aurífera, esta determinação foi amenizada, permitindo-se somente o transporte do gado pelo caminho dos currais.

Com o fechamento desta rota de fornecimento nordestina, e devido ao preço do boi nas zonas de mineração, os mineradores passaram então a buscar gado na região Sul do Brasil, através de São Paulo. O paulista Bartolomeu Pais de Abreu foi o primeiro a propor tal solução, e que foi levada a efeito em 1727, por Francisco de Sousa Faria, durante o governo de Antônio Caldeira da Silva Pimentel. Faria foi auxiliado por Cristóvão Pereira, que foi o responsável por levar a primeira tropa a São Paulo, em 1733.

Na região Norte de Mato Grosso, dados indicavam que a implantação da pecuária ocorreu a partir de 1737, trazida por Pinho Azevedo, em expedição realizada a fim de abrir uma estrada ligando Cuiabá a Goiás (BORGES, 2001: 75). As áreas de pastagem se estendiam às campinas próximas ao Rios Paraguai, São Lourenço, Araguaia e Paraná (este último na parte Sul do Estado).

Na região Sul de Mato Grosso, especificamente nos Campos de Vacaria (atual Mato Grosso do Sul), a criação de gado bovino originou-se das estâncias dos missionários paraguaios (SIMONSEN, 1977: 162). Desta forma, estabeleciam-se assim as rotas de comercialização do gado pelo interior do país, tendo São Paulo se beneficiado da produção nesta região, e, por outro lado, a zona de mineração serviu como elo unindo os interesses econômicos do sertão com os habitantes do Norte, do Centro e do Sul do país.

Com o aumento da população, o desenvolvimento da pecuária, na zona de mineração, propiciou que esta região tornasse-se, posteriormente, fornecedora de gado em pé para o consumo das metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo.

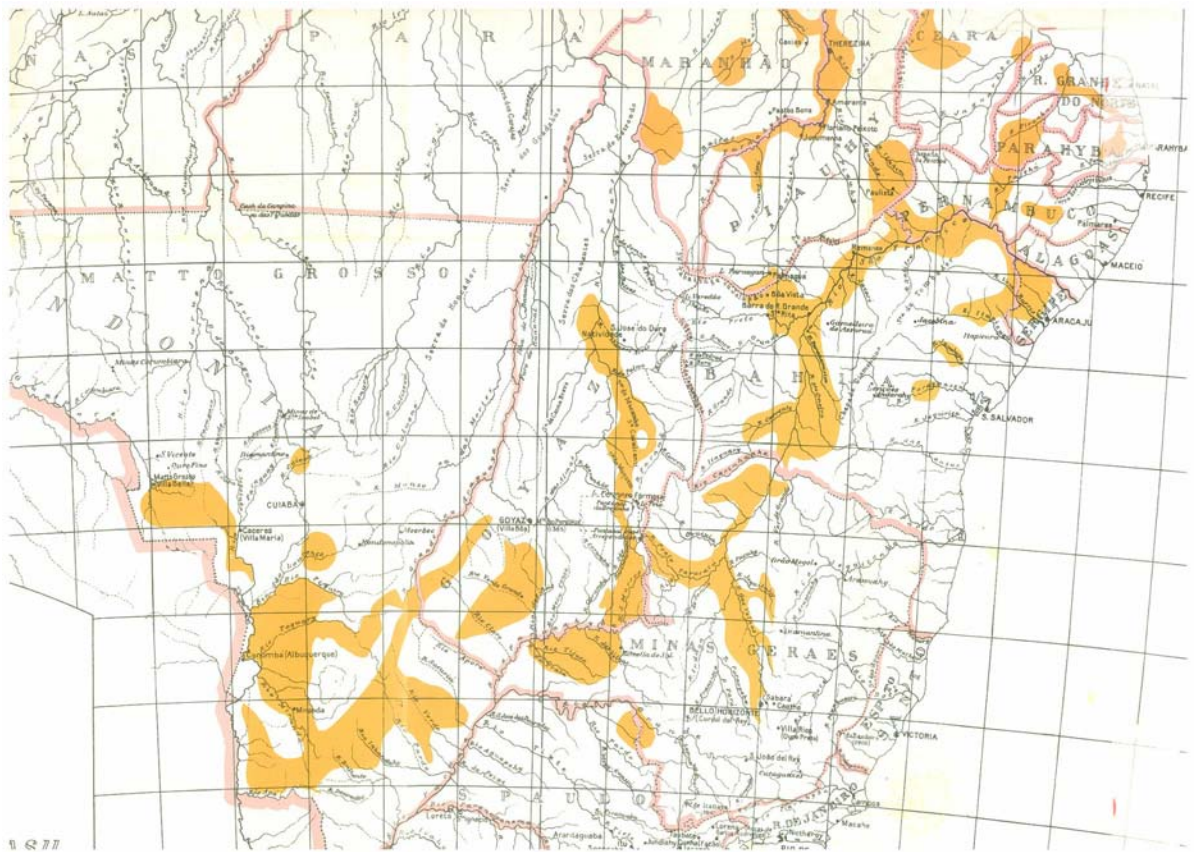
A característica da atividade era a ocupação de grandes quantidades de terras com pequena população e foi ela a responsável pela alimentação das metrópoles brasileiras. O fator de integração econômica brasileira foi o café, que só foi possível graças à “preparação do terreno” feita pela pecuária. Pode-se dizer que a pecuária na região de Mato Grosso (do Sul) não foi somente complementar à mineração, mas, também, que fora a principal substituta da economia do ouro.

O desenvolvimento da pecuária na região Sul deu-se desde o fim da mineração, já as regiões do Pantanal (Corumbá) e de Sant’Anna do Paranahyba (Paranaíba) tornaram-se importantes centros pecuários de Mato Grosso, com a venda da produção indo em direção a São Paulo, passando por Minas Gerais (nova rota para São Paulo). Os tributos sobre a exportação do gado passaram a ser recolhidos com a criação de coletorias, em Paranaíba.

A atividade pecuária passou por diversos problemas, sendo o principal a epidemia de zoonose, que eliminou parte do rebanho e que reduziu o volume de gado exportado. Esta epidemia, conhecida como “peste das cadeiras”, provocou a morte de quase todo o rebanho cavalariço, o que dificultou profundamente a economia bovina, principalmente no Sul da província, que vivia da venda do gado e dos cavalos.

Desta forma, a pecuária permitiu a fixação do homem nas regiões inabitadas do interior, principalmente no Sul de Mato Grosso; mesmo depois da derrocada do ouro, parte da população permaneceu no centro-oeste brasileiro e o boi, depois o cavalo, foram os principais responsáveis pelo alargamento da fronteira econômica do oeste, no qual se inclui o Mato Grosso do Sul.

Figura 2 – Atividade pecuária no Mato Grosso – 1910



Fonte: Simonsen (1977: 239)

A figura 2 apresenta a atividade pecuária em Mato Grosso. Observa-se que a atividade na parte Norte se desenvolveu em menor escala que na parte Sul. No Norte, a atividade se concentrou nas proximidades do rio Cuiabá (próximo à Cuiabá), no Rio São Lourenço e na região de Villa Bella (Matto Grosso) até Cáceres, onde abrangeu grande área. Na parte Sul de

Mato Grosso, observa-se a abrangência da atividade na região do Pantanal (de Miranda a Corumbá) e nos campos de Vacaria (do rio Apa até o rio Verde). Na figura tem-se que, partindo de Goiás, a ocupação da pecuária ocorreu através da ocupação das áreas devolutas existentes na parte Sul. Desta forma, o maior desenvolvimento da região Sul foi fruto das condições geofísicas, disponibilidade de terras (baratas) adaptáveis à atividade e pela migração que seguiu o “caminho dos bois”. Na região Norte, o obstáculo representado pela floresta Amazônica impediu na época, qualquer tentativa de implantação da atividade.

3.3.2.2 - Agricultura

A atividade produtiva de Mato Grosso, apesar da especialização mineira, diversificou-se para tentar atender a demanda local, aumentada pela distância e dificuldades de abastecimento. Desta forma, a agricultura – juntamente com a pecuária – passaram de atividades complementares à mineração, para atividades substitutas, a partir da crise do setor.

Entretanto, durante a mineração, a lavoura era especificamente para subsistência, atendendo pequena parte da demanda dos mineradores e seus familiares. A mão-de-obra utilizada era, na sua maioria, escrava.

Várias foram as atividades agrícolas desenvolvidas na província de Mato Grosso, tais como a canavieira, a produção de alimentos básicos (arroz, feijão, etc.), as quais permitiram manter vivos os trabalhadores da mineração.

Na parte Norte de Mato Grosso, desenvolveu-se a agroindústria canavieira, no período de 1727 a 1775. Esta atividade se extinguiu por causa dos altíssimos tributos cobrados pela coroa, permanecendo apenas a plantação de cana-de-açúcar, que retornaria anos mais tarde, a partir do início do século XIX, de acordo com dados levantados por Luís d’Alincourt, que relatou a existência de vários engenhos de cana-de-açúcar, produzindo, de 1825 a 1827, a quantia de 62.987 litros de cana de aguardente, 34.537 arrobas de açúcar e 972.000 milheiros de rapadura. (CORRÊA FILHO, Apud Borges, 2001: 91).

Para FENELON MULLER, o motivo da formação agrícola local foi:

“A formação paradoxal da mentalidade agrária nessas regiões mineiras decorreu da fatalidade geográfica. Era impossível importar gêneros alimentícios de São Paulo, em canôas ou batelões,

por meses de penosíssima viagem. A agricultura era, pois, um imperativo para a sobrevivência”. (Jornal do Comércio, 1942).

O desenvolvimento das atividades ligadas a terra, levou à queda dos preços dos bens alimentícios, ao contrário da fase de apogeu da mineração, que elevou de forma muito forte os preços dos alimentos e produtos vindos da capital da província, tendo os preços sido mais altos do que os praticados até mesmo em Portugal.

Com a decadência da mineração do ouro, um bom número de escravos passou para a agropecuária e produção de açúcar, nos engenhos. Os senhores exportavam a cana-de-açúcar para a Bolívia e Paraguai. Existia também o escravo de sítio e de pequenos proprietários, que muitas vezes trabalhava junto com agregados, camaradas e até com outros escravos alugados. Não existia feitor e o escravo tinha um relacionamento mais próximo de seus donos e eram, no geral, mais bem tratados (VOLPATO, 1987: 109-112).

A agricultura em Mato Grosso era realizada em bases rudimentares, com uma oferta menor que a demanda, corroborada pelo fato da dificuldade de venda de outros produtos externos à região, conduzindo a preços crescentes. Os preços obtidos pelos produtores atingiram valores mais altos²⁵ que na capital do império. Mesmo após a abertura da navegação do rio Paraguai, em 1856, os preços dos bens alimentícios não cederam, o que levou: “o governo imperial a comprar e distribuir alimentos a preços de custo para as famílias menos abastadas”. (Presidente ALENCASTRO, apud GARCIA, 2001: 34).

As várias tentativas de solucionar os problema de abastecimento e preços dos produtos alimentícios não funcionaram. Tentou-se modernizar a agricultura local com a compra de arado agrícola; outra medida foi à atração de estrangeiro para desenvolver a atividade com as técnicas mais desenvolvidas da agricultura de seus países, porém, não prosperou, sendo que os mesmos simplesmente abandonaram as terras que ganharam.

Em paralelo, outro produto ligado à agricultura desenvolveu-se na região. Tratava-se da produção da *ipecacuanha, ipeca ou poaia* – planta medicinal, da família das rubiáceas, cujo princípio ativo se encontra na raiz. Era muito utilizada no exterior (Europa, Estados Unidos e América Latina), por suas propriedades medicinais, no tratamento das enfermidades dos aparelhos digestivo e respiratório, bem como no cuidado de disenterias, aproveitado também

²⁵ Este processo inflacionário se deu em outras províncias do império, sendo determinada como causa a falta de renda, o que não ocorria somente na região do café, ou seja, as regiões não cafeeiras sofreram por não terem o mesmo dinamismo das economias cafeeiras.

devido ao alto poder de provocar náuseas e vômitos – sendo originária da região Norte do Mato Grosso, tendo iniciado sua extração nos primeiros anos da década de 1800, o produto era inteiramente vendido para o exterior, permitindo importante arrecadação de tributos. A cultura da ipecacuanha não despertou maior interesse devido a estabilidade do seu preço no mercado internacional, tornando-se assim mais um produto da economia extrativa mato-grossense.

3.3.2.3 – Comércio

Outra atividade que se desenvolveu em Mato Grosso, a partir da mineração, foi o comércio. O desenvolvimento da atividade aconteceu da mesma forma que em outras partes do Brasil, a partir de estímulos da Coroa portuguesa. Com o ouro e o povoamento da região de Cuiabá, a corte toma para si a administração direta dos recursos da província (Borges: 2001).

O comércio internacional torna-se a principal atividade da província, especificamente para Corumbá e Cuiabá, graças a abertura da navegação, na bacia do Prata, que ligava a província de Mato Grosso aos portos de Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina), La Paz (Uruguai) e aos portos do Rio de Janeiro e dos países europeus. Os principais produtos exportados pela região eram a ipecacuanha e a borracha, sendo que os produtos industrializados eram originados dos países europeus (principalmente da Inglaterra). Apesar das exportações, foi necessária a participação do governo central, para que se equilibrasse os déficits na balança comercial.

A vitalidade mercantil era medida pela produtividade do ouro e do aumento demográfico nos locais da atividade. O surgimento de algumas casas comerciais, tais como o comércio de secos e molhados e as casas de comércio nos arraiais, vilarejos e vilas da localidade, apontaram o desenvolvimento urbano no período do ouro. Enquanto a renda fluía das minas de ouro, os comerciantes aproveitavam a oportunidade para trazer do Sudeste grande conjunto de produtos “secos e molhados”, os quais eram obtidos para o desempenho das atividades caseiras e de atividades econômicas complementares.

O comércio em Mato Grosso ocorreu de forma monopólica, apontado por Lenharo:

“No período da mineração, o comércio teve na Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão seu principal fornecedor, no período de 1755 a 1778, através do roteiro fluvial Madeira-Mamoré. A Companhia era a responsável pelo abastecimento do mercado

local de escravos, instrumentos de trabalho, comestíveis e manufaturas em geral”.

Fora do período de atuação da Companhia de Comércio, a capitania não ficou imune à ação monopolística do comércio metropolitano. O Rio de Janeiro, São Paulo e a Bahia, (além de Belém do Pará, servida pela rota fluvial), eram os pólos de troca comercial obrigatórios para o comércio mato-grossense, viabilizado pelo caminho terrestre Cuiabá-Goiás, que servia às zonas distantes de mineração e as punham em contato com o litoral. No sentido São Paulo-Mato Grosso continuava a atuar também o roteiro monçeiro do Tiête, que foi agonizando lentamente no decorrer do século XVIII”. (LENHARO, 1982: 8-9).

Neste contexto, o comércio dava-se por três caminhos, o roteiro da monções do Norte (Madeira-Guaporé); do Sul (Tiête) e pela ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás, com o Sudeste e a Bahia. (Figura no Anexo I)

As condições dos comerciantes nesta região eram muito difíceis, devido a forte exploração exercida pelo “exclusivo colonial”, na região aurífera. Os comerciantes tiveram que assumir o déficit do comércio em Mato Grosso, principalmente a partir do fim da mineração.

Os comerciantes da região passaram então a obter seus lucros ao especular com os preços dos gêneros importados e na aquisição de ouro, em condições anormais de valor, o que permitia uma condição econômica privilegiada. Desta forma, a carga da desigualdade de trocas comerciais era recebida pelos mineradores.

Os esquemas de comercialização e transporte, que prevaleceram em Mato Grosso no século XVIII e na primeira metade do Século XIX, foram realizados por tropeiros e caixeiros viajantes, que possuíam grande prestígio, detinham informações importantes e, por isso, davam-se bem nos negócios. Os tropeiros assumiram uma posição estratégica, como conselheiros de negócios, baseando-se nas informações obtidas na Corte e trazidas para a região aurífera.

A partir da abertura da navegação em 1856, o comércio da província de Mato Grosso tornou-se um importante setor no crescimento econômico, juntamente com os investimentos militares²⁶. O local beneficiado por esse movimento econômico foi Corumbá, que assumiu a posição de principal núcleo comercial, provocando a diminuição da posição hegemônica cuiabana. O Porto de Corumbá recebia navios com mercadorias vindas da Inglaterra, Rio de

²⁶ Conforme aponta Garcia (2001: 86) “Construção e melhoria das instalações e uma razoável concentração militar de cerca de mil e quinhentos soldados, sustentados pelos cofres do tesouro geral e que proporcionava importante aporte de recursos para a economia daquela província”.

Janeiro, Montevideu e Buenos Aires. As mercadorias eram centralizadas em Corumbá, para depois serem despachadas para Cuiabá e outros locais de Mato Grosso.

A entrada da província de Mato Grosso no comércio internacional e o crescimento comercial ocorreu por causa dos baixos preços do transporte e do baixo custo dos produtos importados, dentro da disputa internacional por mercados, caracterizada pela busca de novos mercados, por parte dos fabricantes de manufaturas.

As principais beneficiadas por esse movimento foram as casas comerciais importadoras e exportadoras e as empresas estrangeiras, que passaram a se associar com estes estabelecimentos comerciais. O domínio do comércio pelas casas comerciais propiciava o monopólio, desde o controle da produção até o controle do transporte, bem como o domínio sobre as agências financeiras locais. A produção de produtos agropecuários exportáveis representava os principais setores de atração do capital internacional, cujo domínio monopólico significava a conquista de espaço na disputa internacional por mercados.

Quadro 3 – MT, Casas comerciais implantadas de 1856 a 1870.

Empresas	Ano	Cidade	Atividades
Alexandre Addor	1865	Cuiabá	Importação de diversos produtos; exportação de borracha 80.000 kg, couro, ipecacuanha. Possuía seringais (16.500 hectares) e gado. Filiais em Rosário e Diamantino. Possuía 3 navios.
Almeida & Cia	1870	Cuiabá	Importações de vários países do mundo; exportava borracha para Londres e Hamburgo. Representava os bancos do Brasil e o London & River Plate Bank Ltda. Possuía 58.142 hectares de seringais.
Henrique Hesslein & Sergel		Cuiabá	Importação de artigos gerais para vendas no atacado; exportação de couro <i>vacuns</i> , borracha e penas de garça; representava o banco <i>Brasilianische Bank Für Deutschland</i> e o Banco Alemão Transatlântico. Tinha filial em Corumbá
M. Cavassa Filho & Cia	1858	Corumbá	Comércio de gêneros nacionais, farinha de trigo, querosene, etc; exportação de produtos regionais. Possuía 2 navios. Agente do Banco do Brasil e do Brasil Land Cattle and Packing Co (do Sindicato Farquhar). Possuía charqueadas.
Paulo Schmidt & Jorge Andréas		Cuiabá	Comissões e consignações e importação de tecidos ingleses.
Adolpho Brandes		Cuiabá	Importação, exportação e representações (Orcar Goetz e Cia -Hamburgo; S. Albrecht & Cia – Manchester; Francisco Cinzano & Cia – Torino).

Fonte: Borges (2001: 121-124).

Neste sentido, foram implantadas diversas casas comerciais nas principais cidades mato-grossenses, dentre elas Cuiabá e Corumbá. No quadro 3, observa-se que grande número de empresas em Cuiabá surgiram por ser esta localidade capital da província e Corumbá por ser importante porto fluvial no rio Paraguai. É interessante observar a relação existente entre as casas comerciais e empresas estrangeiras, principalmente os bancos, que travavam uma disputa por mercados internacionais, principalmente na região, visando dominar a produção e comercialização dos produtos borracha e pecuária.

A abertura da navegação através da bacia do Rio da Prata permitiu maior integração da província mato-grossense à corte (Rio de Janeiro) e ao litoral, permitindo o acesso da província ao capital mercantil, que crescia acompanhando o desenvolvimento econômico da nação.

3.4 - A Questão militar: Implantação de destacamento militar à Guerra do Paraguai

A ocupação da porção meridional do Sul de Mato Grosso começou a se efetivar antes da Guerra do Paraguai. A construção do Forte de Coimbra, nas margens do Rio Paraguai, ocorreu em 1775, para proteger as terras da coroa imperial. Com a criação da Colônia Militar de Dourados, em meados do século XIX, que segundo Figueiredo (1968 p.217): “A Colônia Militar de Dourados foi criada em 1856 pelo governo imperial através do Decreto-lei nº 1.757 tendo em vista os seus interesses de ordem política e segurança interna”. *“Foi instalada nas cabeceiras do rio Dourados a umas oito léguas do atual núcleo de Ponta Porã com destacamento de 16 soldados comandados pelo tenente Antônio João Ribeiro”*.

Entretanto, o grande divisor de águas da questão de Mato Grosso do Sul foi a Guerra do Paraguai, importante conflito bélico entre a tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai.

Em dezembro de 1864, o exército do Paraguai invadiu o território brasileiro através do forte de Coimbra. Em 3 de janeiro de 1865, os paraguaios tomaram Corumbá. A segunda força paraguaia atacou as colônias militares de Miranda e Nioaque, enquanto que a terceira atravessou a fronteira e atacou a colônia militar de Dourados. Em abril, os paraguaios se apossaram de Coxim, no centro da província, no ponto mais alto da navegação do Rio Taquari.

A invasão do Sul de Mato Grosso seria a ocupação pelo Paraguai das terras que julgavam como parte de seu território. A tomada teve organização política e o local passou a se

chamar *Mbotetey*, cuja capital era Corumbá. As principais causas da guerra foi a necessidade do Paraguai ampliar seu poder sobre a parte oriental da América do Sul, já que, sem saída para o mar, o comércio deste país era determinado pelos burocratas de Buenos Aires (Argentina), que fechavam o mercado internacional para esta região (Paraguai, Bolívia, Mato Grosso, etc.).

O conflito pode ser resumido pela falta de definição das fronteiras por parte dos impérios Espanhol e Português desde o descobrimento da América do Sul. O Antigo Mato Grosso era então uma terra com grande riqueza e sem exploração e ocupação, o que estimulou a invasão paraguaia. A partir deste momento, a Corte brasileira inicia o contra-ataque, colocando recursos, soldados e infra-estrutura à disposição do exército imperial brasileiro, para expulsar o invasor.

A fraca resistência dos soldados aqui estabelecidos se deu pela falta de interesse da sociedade brasileira, em relação à função desta grande área para o desenvolvimento, pois, devido às enormes dificuldades de transporte, fim da exploração do ouro, baixa densidade demográfica e os perigos constantes de ataques de bandoleiros, índios, animais, etc., reduziu-se ainda mais o interesse do litoral por esta porção “selvagem” do país.

É interessante observar que a invasão aconteceu em Corumbá, que tinha bases militares do exército e da marinha, concentrando assim a maior força militar da província. A reação ao ataque paraguaio durou 2 dias neste local, devido a fragilidade da proteção militar, já que o número de soldados (150) e os mantimentos, armamentos e munição não serviam nem para defender a cidade de ladrões e bandoleiros (segundo Leverger, relatório de 1865).

Com o avanço do exército invasor, começaram as baixas da sociedade civil, da produção pecuária, da invasão de fazendas de propriedade principalmente de paulistas, além da ameaça das várias doenças causadas pelas péssimas condições higiênicas no front militar, que ocasionou a dizimação, por varíola, de metade da população da capital da capitania de Mato Grosso (Cuiabá).

Além do fato de ter um terço de seu território tomado por quase três anos, várias vilas e povoados foram destruídos, parte da população que não empreendeu fuga foi capturada e morta pelas tropas inimigas. A destruição econômica ocorreu nas grandes fazendas, nas pequenas vilas e nos sítios onde houvesse algo que interessasse aos soldados estrangeiros. Parte dos agricultores foi desviada da produção para a defesa do território e, por fim, houve a interrupção da ligação fluvial da Bacia do Prata, cujo funcionamento anterior à guerra permitia o desenvolvimento econômico de Corumbá, como a principal praça econômica da província.

As conseqüências para a economia de Mato Grosso, durante a guerra, foi que o comércio que se manteve na capital Cuiabá acontecia através do retorno dos antigos circuitos de transportes e de novos que foram criados, tendo os comerciantes bolivianos aproveitado a oportunidade e vendendo seus produtos no local (sal, chapéu e tecidos). Na região Sul da província, a produção agrícola e pecuária foi praticamente abandonada, com os moradores, fazendeiros e sitiantes locais, abandonando a região, as terras e a criação de gado, mais importante atividade no Sul da província. Na região de Santana do Paranaíba, fronteira com Minas Gerais e São Paulo a redução da pecuária ocorreu pelas restrições ao comércio, durante o conflito bélico.

É interessante observar-se que, mesmo durante o conflito e a desorganização econômica, as finanças estavam superavitárias, conforme demonstradas na Tabela 23. A situação financeira da província se manteve equilibrada graças a ajuda financeira da Coroa, bem como pelos incentivos dados à economia local.

Tabela 23 - Mato Grosso: receitas e despesas da província – 1864/1870 (em mil réis)

Anos	Receitas	Despesas	Saldo
1864/1865	79:002\$202	78:477\$495	524\$707
1865/1866	71:748\$052	66:384\$778	5:363\$274
1866/1867	133:391\$601	85:220\$862	48:170\$739
1867/1868	147:068\$572	61:251\$556	85:817\$016
1868/1869	213:455\$374	115:015\$149	98:440\$225
1869/1870	253:073\$649	168:631\$649	84:442\$000

Fonte: Garcia, 2001.

Com o fim do conflito, em março de 1870, a região de Mato Grosso volta a se relacionar com o mercado mundial, tende em vista o retorno da navegação pelo rio Paraguai. A Guerra foi um fator determinante para a queda da monarquia e a ascensão da república, já que desnudou o conflito entre grupos progressistas e conservadores, cujo primeiro tinha no sistema capitalista e liberal a fonte do desenvolvimento, enquanto o segundo acreditava na manutenção da economia sob a batuta do rei. O desenvolvimento agrícola (café) e posteriormente industrial (São Paulo), junto com o descontentamento dos militares com o tratamento durante a guerra, levou às transformações políticas que culminaram com a proclamação da República.

3.5 – A Economia Mato-Grossense pós-Guerra do Paraguai.

De acordo com o relatório do presidente da província, no pós-guerra observou-se um quadro pessimista da Economia local, pois a agricultura, pecuária, indústria, criação, mineração e navegação na província, apresentavam-se enfraquecidas e em exaustão. A região Sul praticamente abandonada, mesmo com o retorno de alguns produtores de gado para suas terras, onde encontravam as sedes das fazendas destruídas pelo fogo e o gado morto por retaliação dos soldados estrangeiros ou para matar a fome dos mesmos. A mortandade de cavalos ocorreu devido a epidemias.

Apesar deste cenário, existia uma região com atividade econômica e que conseguiu se recuperar apropriadamente, que foi a região da capital Cuiabá e do meio-Norte da província. Entretanto, para reconstruir a província mato-grossense era necessário o aporte de recursos do governo central.

Os setores que obtiveram melhor desempenho no pós-guerra até 1889 (Proclamação da República) foram os com pouca utilização de mão-de-obra, ou que não dependiam da utilização do escravo. Sendo eles a pecuária, a extração de erva-mate (na região Sul) e a poaia e a borracha (região Norte) foram os setores que se desenvolveram na economia mato-grossense.

3.5.1 – A Agricultura Exportadora no Mato Grosso pós-guerra

Em relação aos ciclos econômicos da região, destaca-se a produção de erva-mate na região Sul de Mato Grosso.

i) Ciclo da Erva-Mate:

O ciclo da erva-mate mato-grossense ocorreu apenas na região Sul de Mato Grosso. Após a Guerra do Paraguai, o governo imperial iniciou o processo de delimitação das fronteiras brasileiras. Os trabalhos duraram até março de 1874. A abundância de terras devolutas despertou a atenção do comerciante Thomas Laranjeira, que requereu terras para a exploração da erva-mate nativa, abundante na região próxima ao Rio Dourados, na parte Sul da província.

A atividade de produção de erva-mate sucedeu-se de forma extrativa. Como as plantas eram nativas, não havia a preocupação com a reprodução das mesmas, pois existiam em abundância. Para exercer a atividade, foi cedido o monopólio para a exploração da erva-mate

em terras devolutas da fronteira Brasil-Paraguai, através do decreto nº 8.799, a Thomas Laranjeira, em 9 de dezembro de 1882.

A extração de erva-mate foi um fator determinante no atraso do povoamento dessa região. Apesar da fixação dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, da volta dos pecuaristas e da vinda dos gaúchos, a região apresentava uma baixa densidade demográfica, sobretudo em função do monopólio de terras exercido pela Cia Matte-Laranjeira, influenciando uma região de aproximadamente 60.000 km².

Apesar da exploração da planta nativa, que, em abundância, não permitiu a “profissionalização” da atividade, principalmente em relação à mão-de-obra, conforme apontado a seguir: *A zona Fronteiriça com o Paraguai, na qual a Companhia Matte-Laranjeira tem o seu vasto campo de atividade, é habitada por grande número de gaúchos emigrados, após as lutas políticas nos Pampas, dedicados à criação de gado. Os trabalhadores empregados nas duras lides do preparo do mate são quase todos paraguaios. (Muller, Jornal do Comércio, 10/07/1942).*

De 1882 até 1891²⁷, a exploração da erva-mate foi um empreendimento particular. A partir de 1892 é criada a empresa Companhia Matte-Laranjeira, com capital de 15.000\$000, durante o encilhamento, aproveitando-se da Lei nº 25, que abriu concorrência pública para arrendamento dos ervais situados ao sul do rio Iguatemi.

Foi a partir da criação da empresa que a exploração da erva-mate aconteceu de forma organizada e contou com aporte do capital financeiro internacional, através da participação de empresários argentinos nos negócios da companhia.

A infra-estrutura propiciada pela empresa Matte-Laranjeira foi a implantação de um porto, construção de estradas ligando o porto ao interior do Estado. O Porto foi fundado no local denominado Três Barras, à margem esquerda do Rio Paraguay. O porto ganhou o nome de Porto Murtinho, se tornando o núcleo urbano que deu origem à cidade de mesmo nome. Além do porto, foi aberta uma ferrovia ligando Porto Murtinho à Fazenda São Roque (22 km) e, em 1909, a empresa solicita permissão para abrir um porto na foz do Rio Iguatemi, no Alto Paraná, reforçando assim a utilização de vias fluviais para o transporte do produto.

A empresa Matte-Laranjeira obteve do governo arrendamento de nova área, em 1895, cujo contrato venceria em 1916, com 5.400.000 hectares. Em 1912, a empresa solicita ao

²⁷ Baseado em ARRUDA in IEL, 1986.

governo renovação do arrendamento, entretanto, tendo um governante contrário ao monopólio e por pressão de diversos grupos de pequenos ervateiros da região de Ponta Porã, a área de exploração da Companhia foi reduzida para 1.440.000 hectares, ainda assim, a empresa explorou mais 1.880.000 hectares.

O destino da produção da erva-mate de Mato Grosso e do Paraná era a empresa Argentina Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires, que a industrializava, distribuía e exportava. Dentre outros negócios, a Companhia passou a financiar o governo do Estado, nos anos de 1928, 1931 e 1932.

Tabela 24 - Exportações de erva-mate: Brasil e Mato Grosso – 1901/1914

Ano	Exportações Brasil (Ton.)	Exportações MT (Ton)	Relação MT/BR exportações
1901	39.887	4.649	11,65%
1902	41.929	4.469	10,65%
1903	36.130	4.205	11,63%
1904	44.162	4.280	9,69%
1905	41.120	4.333	10,53%
1906	57.796	4.772	8,25%
1907	52.053	4.687	9,01%
1908	55.315	5.468	9,88%
1909	58.018	5.090	8,77%
1910	59.360	5.682	9,57%
1911	61.834	6.009	9,71%
1912	62.880	5.559	8,84%
1913	65.843	6.012	9,13%
1914	59.707	5.370	8,99%
1915	76.352	1.585	2,08%
1916	76.776	5.596	7,28%
1917	65.431	5.526	8,44%
1918	72.781	6.649	9,14%
1919	90.200	7.101	7,87%
1920	90.686	6.799	7,49%
1921	71.899	7.955	11,06%
1922	82.846	9.395	11,35%
1923	87.648	11.374	12,98%
1924	78.750	7.807	9,91%
1925	86.755	8.426	9,71%
1926	92.657	11.281	12,18%
1927	91.092	10.290	11,30%
1928	88.180	13.626	15,45%
1929	85.972	16.387	19,06%
1930	84.846	14.320	16,88%

Fonte: Borges (2001: 188).

Dos dados da Tabela 24, nota-se a importância da cultura da erva-mate na economia mato-grossense, sendo que, no período de 1901/1905 e 1921/1930, o peso das exportações brasileiras da erva-mate esteve acima de 10%. A cultura da erva-mate permitiu o controle da sociedade do Sul de Mato Grosso pelos líderes políticos do Norte, que tinham na Companhia Matte-Laranjeira a forma de controle social e político da região. O movimento divisionista do Sul de Mato Grosso, que culminou com a implantação do Estado de Maracaju, (Campo Grande sendo a capital), teve na Matte-Laranjeira forte oposição ao movimento, principalmente por que havia feito volumosos empréstimos ao governo de Cuiabá, por isso era importante continuar o seu monopólio sobre a extração das ervas nativas, senão, a companhia seria obrigada a cumprir os acordos do contrato, com a reposição de grande parte dos ervais, o que custaria muito para a mesma e inviabilizaria o negócio. Durante a exploração da erva-mate, surgiram diversas municípios no Sul de Mato Grosso, entre eles Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista.

O desenvolvimento da atividade ocorreu através da utilização da mão-de-obra paraguaia, cuja economia destruída pela guerra, fornecia trabalhadores com baixíssimos salários, duras condições de trabalhos e o monopólio do fornecimento de alimentos e roupas, cujas dívidas inviabilizavam a saída da empresa. Além de utilizar milícias armadas privadas, a jornada de trabalho extenuante levava ao limite os trabalhadores. Desta forma, o trabalho nos ervais se caracterizou mais como servidão, do que propriamente assalariado.

*ii) **Borracha:*** A exploração da borracha teve a fase do crescimento de 1901 a 1906; a fase de apogeu de 1907 a 1917 e de crise e baixa rentabilidade de 1917 a 1930. (Borges, 2001: 75). A atividade da borracha em Mato Grosso teve início com a extração, no ano de 1872, e se desenvolveu na parte Norte de Mato Grosso. Em 1901, Mato Grosso contribuiu com 0,81% da exportação brasileira de borracha, atingindo seu ápice em 1918, com 17,72% da quantidade exportada pelo país. A média entre 1914 e 1930 ficou entre 11% e 16%. (de 1901 a 1930 a média foi de 8% do valor da exportação total do produto pelo Brasil). A extração da seringa da borracha se desenvolveu lentamente por causa das dificuldades provocadas pela ausência de um sistema de transporte eficiente e com acesso às áreas produtoras. Teve importância a borracha para o estabelecimento de novos povoados ao Norte de Cuiabá, permitindo o desenvolvimento de um circuito econômico ligando a região Norte. Entretanto, conforme apresentado, a crise internacional aniquilou a atividade econômica, tornando a economia do Norte de Mato Grosso dependente de repasses federais e de repasses da Companhia Matte-Laranjeira.

iii) **Poaia (Ipecacuanha)** – Explorada desde metade do século XIX, o produto perde importância no pós-guerra (1870), sendo ultrapassado pelas atividades de gado, couro e do mate, na balança comercial de Mato Grosso; este fato indicava a perda de dinâmica da região Norte, na economia mato-grossense. Com a abertura da navegação pelo rio Paraguai, a situação de queda na produção da ipeca persistiu, devido às oscilações na cotação internacional do produto. A partir de 1914, a crise enfrentada pela borracha e a alta da cotação da ipeca fizeram ressurgir a esperança no produto. Apesar dos esforços envidados pelas autoridades do Estado para manter a atividade em expansão, através de leis, incentivos financeiros e promessas de prêmio para quem atingisse certa cota de produção, não houve a recuperação da atividade, que reduziu sua participação nas exportações do Mato Grosso.

Tabela 25 - MT - % exportações por produtos agropecuários. – 1901/1930*.

Anos	PECUÁRIA			Total	AGRICULTURA			Total	Total
	Gado pé	Couro	Charque	Pecuária	Erva-mate	Poaia	Borracha	Agric.	Export.
1901	0	11	0	11	63	3	23	89	100
1902	0	14	0	14	55	1	30	86	100
1903	0	18	0	18	51	2	29	82	100
1904	0	17	0	17	50	1	32	83	100
1905	0	12	1	13	45	1	41	87	100
1906	1	14	3	18	57	1	24	82	100
1907	2	6	2	10	30	1	59	90	100
1908	0	5	1	6	28	1	65	94	100
1909	10	5	2	17	22	10	61	83	110
1910	6	4	2	12	19	0	69	88	100
1911	9	4	4	17	27	0	56	83	100
1914	11	7	6	24	13	1	62	76	100
1915	11	6	10	27	16	1	56	73	100
1916	13	9	12	34	13	3	50	66	100
1917	20	8	14	42	12	1	45	58	100
1918	25	10	16	52	15	1	33	51	100
1919	43	7	11	62	14	1	34	38	110
1920	35	7	10	52	16	2	30	48	100
1921	33	3	13	49	28	2	21	51	100
1922	22	10	22	54	25	1	20	46	100
1923	22	8	16	46	28	2	24	54	100
1924	23	10	20	53	21	2	24	47	100
1925	20	8	19	47	14	1	38	53	100
1926	26	6	11	43	25	2	30	57	100
1927	33	7	11	51	20	3	26	49	100
1928	32	8	15	55	25	4	16	45	100
1929	29	6	12	47	38	3	12	53	100
1930	27	9	17	53	37	3	7	47	100

Fonte: Borges (2001: 48). Obs: * exceto 1912/1913

A erva-mate e a borracha contribuíam com mais de 80% das exportações de Mato Grosso, em 1901. Em 1920, a soma da participação da borracha e da erva-mate atinge 46%, enquanto ocorre o crescimento da participação da pecuária, através do aumento do fornecimento de gado em pé, bem como do acréscimo na participação do charque, ambos contabilizando, em 1920, 45% das exportações estaduais. Em 1930, as exportações de gado em pé e charque (45%) se igualam com a exportação de erva-mate com a borracha (45%), indicando o crescimento da importância da produção bovina em Mato Grosso, conforme dados da Tabela 25.

3.5.2 – O desenvolvimento da pecuária no pós-guerra.

O desenvolvimento da pecuária, no pós-guerra, ocorreu frente a grandes desafios por parte dos produtores, já que tiveram que reconstruir suas propriedades, além de tentar reaglomerar os rebanhos que estavam soltos e vagando pelos campos. As perdas com a “peste das cadeiras” (cavalos e bois), a morte dos rebanhos pelos soldados paraguaios e brasileiros, bem como a instabilidade da posse sobre as terras, fizeram com que a pecuária não retornasse, mas sim que renascesse na região.

A partir da década de 1880, a atividade apresenta bons resultados, somando recursos importantes para a receita mato-grossense, seja pela atividade pecuária, seja pela exploração de seus subprodutos (couros, carne, etc.). A principal praça a ter negócios com o Mato Grosso foi a de Minas Gerais, a qual possibilitou a vinda de grande contingente de migrantes que, acreditando na estabilidade política e nas boas condições físicas da região Centro-Sul, colonizaram o local, formando um conjunto importante de vilarejos, que se tornaram importantes cidades de Mato Grosso.

As exportações de gado, carne seca, chifres e crinas possibilitaram a arrecadação de 95.976\$320, que correspondeu a mais da metade das exportações da província, entre 1878 e 1879. (Borges, 2001)

Em relação ao preço dos bois, ocorreu uma variação importante, no período de 1880 a 1920, principalmente no período da I Guerra Mundial, com o crescimento da demanda pela carne em São Paulo, provocando especulação sobre o valor de 1914 a 1918; a partir de 1919, os níveis de preço se reduzem ao patamar anterior à Guerra²⁸.

²⁸ Para maiores dados ver Salsa (1999: 183).

A pecuária adaptou-se muito bem ao clima e a topografia de Mato Grosso, entretanto, esta se desenvolveu de forma mais intensa nas regiões do pantanal e dos campos de vacaria (que engloba os municípios de Campo Grande, Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã), ambas na região Sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). A origem dos animais é da região do triângulo mineiro, trazidos pelos colonizadores da região central do estado, principalmente para Campo Grande (fundada por migrantes mineiros).

O desenvolvimento da pecuária do Norte e do Sul do Estado se deu de modo diverso, com maior desenvolvimento na parte Sul de Mato Grosso, devido às boas condições físicas na planície do Pantanal e da área dos Campos de Vacaria, no Planalto Central, onde a atividade teve ótima adaptação e desenvolvimento.

Tabela 26 – Mato Grosso, Pecuária por município acima de 100 mil cabeças/1920.

REGIÃO SUL		REGIÃO NORTE	
Campo Grande	372.919	Poconé	159.959
Ponta Porã	239.089	Santo Antônio Rio Abaixo	139.492
Bela Vista	212.736	São Luiz de Cáceres	123.779
Corumbá	202.042	Araguaia	113.284
Coxim	195.746		
Aquidauana	185.510		
Três Lagoas	164.153		
Miranda	177.198		
Nioaque	158.474		
Sant'Anna Paranaíba	146.083		
Total	2.053.950	Total	536.514

Fonte: Borges: (2001: 79).

Observa-se, da Tabela 26, que a diferença entre a produção pecuária da região Norte e Sul de Mato Grosso, a partir de dados dos municípios com produção superior a 100.000 cabeças, que 79,28% estavam localizadas na região Sul de Mato Grosso, enquanto que 20,71% se localizavam na região Norte.

A produção de bovinos de Mato Grosso apresentava a seguinte participação na produção total do país: em 1912, representou 8,31% do gado produzido no país; em 1916 passou para 9,38% e caiu para 8,26%, em 1920. Na comparação da atividade em Mato Grosso, em relação à produção brasileira, tem-se que a produção do Sul representou 7,13%, enquanto que a produção

na região Norte representou 1,99%, em 1935. Desta forma, observa-se a dinâmica e adaptação da atividade à região do Sul (pantanal e campos de vacaria).

3.5.3 – O comércio no pós-guerra

Com o fim da guerra, a cidade de Corumbá, a que mais sofreu com o domínio das tropas paraguaias, passa por um momento de reconstrução, tendo o comércio fluvial se tornado a principal atividade do local, principalmente graças à isenção de tributos de importados (de 1866 a 1878). As exportações voltam a ocorrer neste local, principalmente de produtos animais (couro, crinas, charque, chifre, etc.), que possibilitaram receitas para a província. Os destinos das mercadorias mato-grossenses eram os Portos de Buenos Aires, Montevideú, Assunção e outros portos menores na Argentina.

Num primeiro momento, o comércio da região encontrava-se desestruturado e inseguro quanto a possibilidade de desenvolvimento, já que, com a guerra, muitos perderam suas mercadorias, seus bens e até mesmo parentes e amigos.

Os relatórios dos presidentes das Províncias retratavam a situação do pós-guerra, quanto às conseqüências sobre a parte Sul (destruição) e da parte Norte (desestruturação) do comércio.

Em 1872, o relatório do presidente da província demonstrava a situação do comércio no Mato Grosso, apontando que a queda na atividade ocorreu pelo declínio das demais atividades na região (principalmente no Norte) e que o surgimento de várias casas comerciais levariam à concorrência predatória, desestabilizando ainda mais o comércio local. (Relatório de 1872 apud Garcia, 2001: 103-104).

Num segundo momento, a estabilidade possibilitou o retorno dos capitais e dos comerciantes que atuavam anteriormente, bem como a vinda de capitalistas internacionais, ligados à Europa e aos Estados Unidos. Desta forma, a parte Sul de Mato Grosso (Corumbá) retoma o crescimento e desenvolvimento econômico baseado no comércio, principalmente com a implantação das casas comerciais (verdadeiros bancos internacionais). Sobre este período, que teve como impulso o crescimento econômico que ocorria na Argentina e no Uruguai, propiciou-se o crescimento comercial de Corumbá, conforme apontou (Salsa apud Garcia, 2001: 105) que a região do Prata, ao concentrar a atividade comercial vinculada ao capitalismo financeiro internacional (principalmente inglês), permitiu a penetração de capitais estrangeiros na região de

Mato Grosso, buscando, através de investimentos em comércio, na pecuária e na produção manufatureira, obter retornos e abrir novos mercados. Conforme Quadro 4, a maior parte das empresas comerciais se instalaram na região de Corumbá.

Virgílio Corrêa Filho apresenta como se comportou o comércio, na bacia do Prata, após o fim da guerra do Paraguai:

“... estreitaram-se as relações mercantis com a praça de Montevideú, para onde ainda eram enviados os couros de gado vacum, solas, além de produtos destinados ao consumo dos laboratórios europeus, como a ipecacuanha. Em sentido contrário, carregavam-se os navios para o consumo regional, farinha de trigo, azeite-doce, vinho, sabão e até açúcar branco”. (Corrêa Filho apud Garcia, 2001: 105).

Quadro 4 – Empresas comerciais instaladas em Cuiabá e Corumbá – 1870/1929

Empresa	Ano	Cidade	Atividades
Feliciano Simon	1907	Corumbá	Realizava comissões, consignações, representações, transações bancárias com 25 bancos estrangeiros. Representava empresas de seguro Transatlantique Guterversichrungs-Gesellschaft, Berlim e Allgemeine Versi Cherungs-Gesellschaft fur See, Flu Bund Landtransport, Dresden; exportação de couros secos e salgados, charque e outros produtos dos saladeiros, borracha, penas de garça e ipecacuanha.
Mônaco, Pinon & Cia	1902	Corumbá	Importação e exportação em geral, principalmente combustível.
Pereira, Sobrinho e Cia.	1909	Corumbá	Importação em geral. Ligação com o mercado internacional (EUA e Europa); exportação de couro vacuns secos, borracha, ipecacuanha e penas de garças. Representante do Banco de La República do Assuncion – Paraguay.
Vasques, Filhos e Cia	1900	Corumbá	Importação em geral, com especialidade na farinha de trigo; exportação de todos os gêneros locais.
Stofen, Schnak, Muller & Cia	1898	Corumbá	Sede em Puerto Suarez. Importação em geral e exportação, comissões, consignações, despachos na alfândega (importação) e na Meza de rendas (exportação); realizava a extração e exportação da borracha de seringais próprios; possuía duas lanchas; representante do Anglo Bolivian Rubber Estates Ltd. Londres. Filial em Aquidauana e rio Guaporé.
Orlando Irmãos & Cia	1873	Cuiabá	Importação em geral e exportação de borracha; realizava transações bancárias e possuía seringais.
Gabriel Francisco de Mattos	1887	Cuiabá	Importação de fazendas em geral, ferragens, armarinhos, secos e molhados.
Wanderley, Bais & Cia	1876	Corumbá	Importação, exportação, comissões, consignações, despacho, operações bancárias, navegação. Possuía fazendas na província (madeira). Filiais em Aquidauana e Campo Grande. Tinham 9 embarcações (chatas)

Fonte: Álbum Graphico de Matto-Grosso

Desde o fim da guerra, para tentar a recuperação econômica de Mato Grosso, foram dadas isenções para o porto de Corumbá, que vigorou de 1870 a 1880. Com o fim do incentivo, o comércio sentiu a medida, entretanto, com a pujança comercial, apesar da queda nas vendas, o setor absorveu o impacto, bastando ver as empresas instaladas desde o final da Guerra.

3.5.4 – A indústria em Mato Grosso

Até 1930, a indústria de Mato Grosso era bastante incipiente. A partir da abertura da navegação, em 1870, diversos empresários estrangeiros (uruguaios e argentinos) passaram a investir na exploração da pecuária da região Sul do Estado. Devido ao bom desempenho da atividade, estes negociantes aplicaram na fabricação do charque e em estabelecimentos que produziam o caldo de carne (voltado à exportação). Esta atividade industrial (manufatureira) conseguiu destaque principalmente a partir da implantação da ferrovia Noroeste do Brasil, que possibilitou o envio da produção para o mercado interno. Percebendo no negócio oportunidade de maior agregação à sua produção pecuária, diversos pecuaristas locais passaram a investir nas charqueadas, cuja localização, até 1914, estava às margens dos rios, a partir daí, passou-se a implantar as empresas charqueadoras nas margens da ferrovia.

O principal empecilho para o desenvolvimento da atividade era a importação do sal espanhol (Cadiz), o melhor para fazer o curtimento da carne, sem deixar manchas. A charqueada vai ganhando espaço e tornando-se uma das principais atividades econômicas de Mato Grosso, com 1% das exportações estaduais (1905), atingindo 10%, em 1915, e 22%, em 1922.

O Quadro 5 apresenta o número de charqueadas/saladeiros em Mato Grosso, destacando a localidade junto aos eixos de transportes apresentados. Observa-se que 3 das charqueadas estavam instaladas na região Norte do estado (Cuiabá, Poconé e Cáceres), enquanto as demais 19 estavam na região Sul. No caminho da ferrovia estavam instaladas 13 empresas, ao passo que 9 estavam nas proximidades dos rios, que davam vazão à produção. Observa-se que, em Corumbá, era possível remeter a produção tanto por linha férrea, quanto fluvial.

Quadro 5 - Charqueadas em MT, 1923

	Localidade	Município	Região	Nome
RIOS	Rio Paraguai	Cáceres	Norte	Saladeiro Descalvado
		Corumbá	Sul	Saladeiro Baguary Saladeiro Corumbá Saladeiro Rebojo
		Porto Murtinho	Sul	Saladeiro Barranco Branco Saladeiro Matto Grosso
	Rio São Lourenço	Coxim	Sul	Saladeiro Alegre
	Rio Cuiabá	Poconé	Norte	Saladeiro São João
		Cuiabá	Norte	Saladeiro Cuiabá
FERROVIA	EFNOB Estrada de Ferro Noroeste	Miranda	Sul	Saladeiro Pedra Branca
		Aquidauana	Sul	Saladeiro Aquidauana
		Campo Grande	Sul	Saladeiro Campo Grande Xarqueada Elizeu Cavalcanti Xarqueada Salustiano de Lima Xarqueada Antonio Ignácio da Silva Xarqueada Rio Pardo Xarqueada Esperança
	do Brasil	Três Lagoas	Sul	Saladeiro Serrinha Xarqueada Matto Grosso Xarqueada Santa Luzia Xarqueada Villa Velha Xarqueada Tombo

Fonte: Corrêa, Valmir B. 1982, p: 129.

A indústria no antigo Mato Grosso não se desenvolveu de forma consistente, após a guerra do Paraguai, pois, em 1887, foi constatada a existência de uma fábrica de sabão, em Corumbá, que não cresceu, devido à concorrência do sabão paraguaio mais barato e isento de tributos na província.

Na região Norte, o desenvolvimento de engenhos de açúcar possibilitou a produção 21.148 sacas de 60 kg, em 1927, e de 31.787 sacas, em 1930.

Em 1907, existiam 15 empresas industriais, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), o índice da relação entre indústrias em Mato Grosso/Brasil foi de 0,42%. Já para o ano de 1920, foram computadas 26 empresas industriais, com um índice menor que o anterior, de 0,19% do total nacional. A maior parte das atividades industriais se localizavam na capital Cuiabá e na cidade de Corumbá.

Para o ano de 1929, foram contabilizadas 431 empresas industriais em Mato Grosso, correspondendo a 0,85% da indústria brasileira, enquanto que São Paulo apresentava o percentual de 21,17% do número de empresas industriais brasileiras.

3.6 - A ocupação da região Sul de Mato Grosso

O processo migratório do Sul do Mato Grosso aconteceu em várias fases e os colonizadores vieram de várias regiões. Primeiramente, constatou-se a existência dos índios, cuja origem não é objeto do estudo neste trabalho, sendo colocado que sua existência originou-se no período anterior à descoberta do Brasil, existindo várias tribos e um dos objetivos dos Bandeirantes era aprisionar e escravizar o índio para o trabalho compulsório, além de descobrir ouro e pedras preciosas na região.

Antes da mineração, existiam notícias da fundação de um povoamento, em 1535, no território até então pertencente à Espanha. Neste local instalaram-se os jesuítas, os quais foram expulsos ou mortos pela tribo de Kadiwéus, sendo assim destruído este arraial.

Em 1648, a Bandeira de Antônio Raposo Tavares penetrou pela região Sul de Mato Grosso, indo de encontro aos índios Kadiwéus, aos quais derrotou nas margens dos Rios Igaray e Monocy. Após isto, Tavares desceu para o Guairá, onde derrotou os índios da colônia espanhola. Como não eram muito dados ao trabalho escravo, os índios foram praticamente abandonados como mão-de-obra, na região litorânea.

A partir da mineração, ocorreram fluxos mais regulares de ocupação demográfica e econômica da região meridional, atual Mato Grosso do Sul. A vinda de famílias para a região, originárias do triângulo mineiro, seguindo a rota do Rio Paraná, visando a apropriação de terras devolutas para a criação de fazendas. Em 1836, chegou à região de vacaria um grupo de pessoas que se fixaram entre as atuais cidades de Rio Brillhante e de Campo Grande, onde iniciaram a atividade rural.

Diversas famílias se instalaram nos campos de vacaria, sendo as principais: Barbosa, Pereira, Souza, Pinheiro, Lopes, Azambuja, Garcia e Coelho. Para tomarem posse definitiva da terra, estes grupos tiveram que enfrentar muitas dificuldades, além da infra-estrutura precária, eram freqüentemente atacados por índios e por bandidos vindos das terras paraguaias, em busca de gado, alimentos, roupas e bebidas.

A mineração na parte Norte de Mato Grosso possibilitou a colonização na região de Cuiabá e cercanias, enquanto que a parte Sul do estado ficou praticamente deserta. O sistema de colonização ocorreu por dois motivos na região: primeiro – pela expansão da exploração pecuária – e segundo, pela exploração da erva-mate no extremo Sul do estado.



Figura 3 – Mapa da colonização do Sul de Mato Grosso (Prado Júnior, 214)

A figura 3 mostra o movimento de colonização, ocorrido na região Sul de Mato Grosso, a partir do Triângulo mineiro, atraído pela disponibilidade de grandes extensões de terras para a pecuária.

O comércio entre os habitantes do Sul de Mato Grosso com a República Paraguai ocorreu através do caminho por onde levavam o gado *vacum* e cereal, que eram trocados pelo sal. Outro bom negócio para estes fazendeiros era a criação de cavalo, os quais eram revendidos para os fazendeiros do Pantanal – até o surgimento da “*peste da cadeira*”, que vitimou inúmeros cavalos e, posteriormente, o gado bovino.

A partir de 1850, foram criadas várias unidades militares, para dar ocupação e proteção para as terras recém-conquistadas pela coroa portuguesa. Entretanto, com a Guerra do Paraguai, várias famílias fugiram para a capital Cuiabá ou para outros Estados, deixando suas plantações, moradias e plantéis de animais.

Após o fim da beligerância, os moradores voltaram às sedes de suas propriedades, onde defrontaram-se com a destruição de suas casas e atividades econômicas, quando não, tinham suas terras invadidas por índios (Caiuás). Neste processo, muitos resistiram a abandonar suas propriedades e seus bens e sucumbiram diante dos soldados adversários. Na capital Cuiabá, metade da população morreu devido às doenças obtidas nos fronts de batalhas. O recomeço da vida no Sul de Mato Grosso não foi fácil, sendo que muitos dos animais criados tiveram três destinos, foram levados para servir de alimento das tropas; foram soltos no campo ou foram mortos como retaliação.

A partir de 1890 até 1903, ocorreu uma importante corrente migratória proporcionada pelos gaúchos. A semelhança dos Campos de Vacarias com os campos dos Pampas Gaúchos e as perturbações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul foram, sem dúvida, fatores que determinaram essa migração. Esses migrantes vieram de vários municípios, como afirma Figueiredo (1968 p. 220), “*Em vários municípios eram organizadas as comitivas, principalmente em São Borja e São Luiz Gonzaga. Dezenas de pessoas formavam as comitivas, mais de cem, freqüentemente*”. (Apud LIMA, s/d). Neste caminho, os gaúchos entraram pela Argentina, passaram pelo Paraguai e vieram se estabelecer em sua grande maioria na região da cidade de Ponta Porã (sendo eles os fundadores do povoado).

Desta forma, campeiros, pastores e gente simples (humildes), totalizando aproximadamente 10.000 pessoas, as quais se estabeleceram na região, buscando moradia em locais distantes de regos de água, buscando a mesma a cavalo. Em contraste com os paulistas e mineiros que colonizaram a região, priorizando sempre implantar suas propriedades próximo aos rios.

Quando da chegada do grupo neste espaço, ocorreu a disputa por terras com a Companhia Matte-Laranjeira, que explorava os ervais da região Sul, tendo o monopólio de grande parte do atual estado de Mato Grosso do Sul. As disputas levaram à permanência do grupo no local.

Estes fluxos migratórios permitiram a criação e o desenvolvimento de vários municípios de Mato Grosso do Sul, sendo os mais importantes Campo Grande, Sidrolândia, Rio Brilhante, Ponta Porã, dentre outras, na região de vacaria.

Tabela 27 - Evolução da população de Mato Grosso, no período de 1900-1919.

Ano	Habitantes	Varição (base 1900=100)
1900	118.025	100,0
1901	122.531	103,8
1902	127.209	107,8
1903	132.066	111,9
1904	137.108	116,2
1905	142.343	120,6
1906	147.778	125,2
1907	153.420	130,0
1908	159.278	135,0
1909	165.359	140,1
1910	171.672	145,5
1911	178.226	151,0
1912	185.031	156,8
1913	192.096	162,8
1914	199.430	169,0
1915	207.044	175,4
1916	214.949	182,1
1917	223.156	189,1
1918	231.676	196,3
1919	240.521	203,8

Fonte: Séries estatísticas apud Salsa Corrêa (1999: 223-224).

A variação total da população do Estado de Mato Grosso apresentou crescimento, no período de 1900 a 1919, de mais de 100%. É interessante observar que o crescimento foi contínuo e ascendente, indicando que a possibilidade de se estabelecer na região, através da aquisição de terras para pecuária, e, de outro lado, com as possibilidades advindas com a instalação da ferrovia, foram determinantes para que ocorresse esse processo migratório, conforme se vê na Tabela 27.

3.7 - A articulação com a economia cafeeira de São Paulo.

Ao fornecer gado para a economia de São Paulo, a região Sul de Mato Grosso articulou-se com a principal economia do país, através do transporte dos animais, para abate, em frigoríficos do interior e na capital paulista. A integração da economia matogrossense à economia nacional aconteceu após a quebra dos obstáculos representados pela dificuldade de transportes.

A articulação com a economia paulista teve início antes da implantação da ferrovia, em 1914, principalmente pelo fato do grande número de produtores rurais serem do Estado de São Paulo, e, assim sendo, as dificuldades de transportes atrapalhavam o fornecimento de alimentos e matérias-primas produzidas no Mato Grosso e também dificultavam a vinda dos produtos paulistas.

3.7.1 - A implantação dos meios de comunicação - Ferrovia Noroeste do Brasil

Com o projeto de lei de 1851, autorizando o Governo imperial a conceder o “privilégio exclusivo” a uma companhia, para a construção da ferrovia ligando a capital do império à Vila Bela Santíssima Trindade (MT), começou a ser discutida a implantação de um sistema ferroviário que integrasse a economia brasileira. Um dos projetos previa a implantação da estrada de ferro, passando pelo Sul de Mato Grosso, na região de *Nioac*. Posteriormente, na década de 1880, discutiu-se a concessão de ferrovias que passariam por Mato Grosso. Uma das concessões, feitas a um dos apadrinhados do Barão de Mauá, iniciava-se no Paraná, passava por Miranda e terminava em Cuiabá. Outra concessão dada foi a que previa o traçado saindo de Rio Claro (SP) até Sant’Anna do Paranahyba e por fim, a terceira concessão foi aquela dada ao Sindicato Farquhar, prevista para ligar a Bolívia ao noroeste de Mato Grosso (atual estado de Rondônia).

Destas três concessões, somente a Madeira-Mamoré foi efetivamente implantada, enquanto que as demais foram abandonadas por problemas de ordem técnica, estratégica, financeira e política. Por outro lado, ocorria o desenvolvimento da hidrovia, ligando Cuiabá a Corumbá, Montevidéu, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Em junho de 1904, foi criada a *Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil*, com a função de construir o traçado entre Uberaba (MG) e Coxim (MT). Em outubro deste ano, foi modificado o traçado, para a ligação entre Bauru (SP) e Cuiabá (MT).

Finalmente, em 1908²⁹, foi determinado que o traçado da ferrovia passaria pelo Sul de Mato Grosso em direção à fronteira com a Bolívia, preenchendo assim função estratégica (internacionalização da estrada).

Partindo de Bauru (SP), a ferrovia atingiu Corumbá, num processo de integração com o mercado boliviano, expandindo, conseqüentemente, a economia nacional. Em 1914, foi realizada a ligação entre os trilhos que partiram de Corumbá, rumo ao leste, e o que saiu de Bauru em direção ao oeste.

A principal transformação na região, com a chegada dos trilhos ao Sul de Mato Grosso, foi a mudança do pólo de desenvolvimento da centenária Corumbá para o município de Campo Grande, já que as mercadorias que atingiam a Cidade Branca, através do Rio Paraguai, passaram a ser transportadas de trem em menor tempo e sem os riscos inerentes ao fechamento da navegação no local. Assim, a implantação da ferrovia foi um fator de grande importância no desenvolvimento local, tendo o capital mercantil de Corumbá migrado em peso para Campo Grande, buscando aproveitar as oportunidades de negócios (comércio, imóveis, serviços, etc).

Desta forma, Campo Grande assume o posto de centro comercial e econômico do estado e a principal conseqüência disto foi o crescimento do comércio entre o Mato Grosso uno e São Paulo, além do maior dinamismo econômico e social de Campo Grande em relação à capital Cuiabá, que passou a sofrer, da mesma forma que Corumbá, a perda de parte da hegemonia que significava a navegação até a proximidade geográfica.

A ferrovia significou emprego para grande contingente de estrangeiros, que trabalhavam nas lavouras de café, no estado de São Paulo, tendo como maior grupo os japoneses que se instalaram, ao fim da implantação deste ramal da ferrovia, em terras Sul-Mato-Grossenses, implantando principalmente a atividade agrícola (produção de hortaliças, além de outras atividades), e que estimularam a difusão de feiras livres nas cidades do Sul do Estado. Outro grupo que se beneficiou do desenvolvimento trazido pelos trilhos foram os libaneses, que, com

²⁹ Decreto nº 6.463 de 24/04/1907 e o de nº 6.899 de 24/03/1908. O primeiro determinava a alteração do traçado. O segundo decreto separou a estrada em duas partes: na região paulista (Bauru-Itapura) e na região de Mato Grosso (Três Lagoas-Corumbá). A parte paulista era propriedade da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e a parte de Mato Grosso do governo federal, concedida à exploração da companhia por 60 anos.

o capital acumulado em sua terra natal, vieram explorar a atividade comercial em Corumbá e, posteriormente, em Campo Grande, onde tiveram excelentes resultados. Além destes imigrantes, vieram, em menor número, os italianos, espanhóis e, principalmente, outros povos árabes.

A busca de novos mercados, para os produtos de São Paulo, foi a lógica que permitiu a instalação da ferrovia no Sul de Mato Grosso, ampliando a influência dos capitalistas paulistas sobre parte do território nacional, preparando terreno para a conquista do mercado nacional a partir da década de 1930, com a endogenização da dinâmica da acumulação, enquanto que as demais regiões se especializavam em fornecer matérias-primas, mão-de-obra e insumos, que baratearam a produção industrial paulista.

Tabela 28 – Ferrovia Noroeste do Brasil: Extensão (km) e finanças (contos de réis) – SP-MT

Anos	Extensão (km)	Situação	Receitas	Despesas	Saldo
1906	48	Privada	17:568\$03	64:602\$32	-47:031\$20
1907	48	Privada	143:981\$32	250:274\$50	-106:293\$18
1908	202	Privada	171:850\$37	399:956\$80	-288:106\$43
1909	402	Privada	426:633\$73	818:856\$80	-391:923\$07
1910	402	Privada	574:181\$40	797:928\$75	-223:747\$35
1911	462	Privada	867:907\$20	1.148:398\$66	-280:491\$46
1912	991	Privada	1.171:525\$21	1.305:502\$34	-133:977\$13
1913	991	Privada	1.295:952\$10	1.497:159\$38	-201:167\$28
1914	1273	Privada	1.847:375\$33	1.651:270\$70	196:104\$63
1915	1273	Privada	1.804:072\$77	1.454:115\$34	349:957\$43
1916	1273	Privada	2.411:006\$06	1.978:752\$70	432:253\$36
1917	1273	Privada	3.820:547\$74	3.271:840\$00	548:707\$74
1918	1273	Privada	4.293:216\$23	7.386:330\$72	-3.093:144\$49
1919	1273	Privada	5.381:124\$99	8.755:936\$00	-3.371:811\$01
1920	1273	Privada	6.453:258\$58	10.226:773\$20	-3.773:514\$62
1921	1273	Privada	6.500:277\$05	12.866:075\$10	-6.365:798\$05
1922	1273	Privada	9.051:958\$46	12.029:036\$70	-2.977:078\$24
1923	1273	Privada	10.556:217\$80	11.480:604\$50	-925:386\$70
1924	1273	Privada	9.656:599\$78	12.543:035\$60	-2.886:444\$82
1925	1283	Privada	14.476:556\$38	14.357:178:70	119:377\$68
1926	1283	Privada	13.626:786\$68	8.826:213\$20	4.800:573\$48
1927	1283	Privada	16.819:580\$69	19.520:424\$90	-2.700:844\$21
1928	1305	Privada	22.651:844\$51	18.982:188\$30	3.669:656\$21
1929	1305	Privada	25.293:296\$56	23.390:374\$50	1.902:922\$06

Fonte: Revista Ferrovias (1970). A extensão corresponde à ferrovia implantada em Mato Grosso; os valores apresentados são valores nominais, utilizados para ilustrar os resultados ano a ano da ferrovia.

De acordo com os dados da Tabela 28, a construção da ferrovia em Mato Grosso ocorreu com capital privado, a partir de 1905, quando foram construídos os primeiros 48 quilômetros, até a modificação do traçado, baseado em estudos do engenheiro Emilio Schnoor, ligando Bauru a Corumbá. Em 1914, foi inaugurada a ferrovia, com 1.273 quilômetros construídos, ligando

Porto Esperança a Bauru, pois a mesma não atingiu Corumbá, devido às dificuldades da construção da ponte sob o Rio Paraguai. Antes de entrar em solo mato-grossense, a ferrovia tinha 106 quilômetros no estado de São Paulo.

Em relação à situação financeira da empresa, observa-se que a mesma teve 16 anos deficitários e 8 superavitários. Durante a primeira guerra mundial, a empresa apresentou superávit, devido à crescente demanda por produtos da região de Mato Grosso, cujos valores dos fretes e outras receitas suplantaram as despesas. Após este período, somente em fins da década de 1920, ela volta a apresentar resultados positivos.

A implantação da ferrovia transferiu a dinâmica econômica regional de Corumbá para Campo Grande, município que se especializou no comércio, principalmente com São Paulo.

A figura 4 apresenta a malha ferroviária completa no Sul de Mato Grosso. Observa-se a malha principal, ligando Três Lagoas a Corumbá (1914), e a linha tronco, ligando o Sul do Estado em Ponta Porã (1943).

Figura 4 – Ferrovia em Mato Grosso (1960).



3.8 – Síntese conclusiva do capítulo.

A conformação da economia mato-grossense ocorreu a partir da descoberta do ouro, importante ciclo econômico que permitiu o deslocamento da dinâmica da economia brasileira do litoral para o centro do império. Localizado na porção Norte da região de Mato Grosso, a atividade se desenvolveu entre 1720 e 1780, quando a sua decadência levou à hegemonia das atividades até então complementares, que se tornam atividades substitutas – a agricultura e a pecuária.

Entretanto, estas atividades não conseguiram dar a mesma dinâmica do período anterior, estando assim a economia mato-grossense num processo econômico letárgico, permanecendo desta forma até a década de 1850, quando ocorreu a abertura da navegação, pela Bacia do Prata, que permitiu o desenvolvimento do comércio internacional e maior integração com a metrópole imperial.

Este processo de desenvolvimento econômico é interrompido pela guerra do Paraguai (1864-1870), que provocou a desestabilização na economia mato-grossense, ao ocupar a área do Sul do Mato Grosso, destruindo e impedindo o desenvolvimento econômico da região, bem como da parte Norte, dependente do comércio internacional.

Após a guerra, a economia de Mato Grosso se encontra estagnada, praticamente destruída, sendo que, apenas a região de Corumbá consegue se reerguer com o advento dos capitais internacionais (uruguaios, argentinos, europeus e americanos), que passam a disputar o mercado da região da Bacia do Prata.

A pecuária ganha importância, com o retorno dos antigos pecuaristas e a vinda de diversos grupos de Minas Gerais, que passam a colonizar a região central da parte Sul do Estado, implantando-se grandes fazendas de gado, bem como no extremo Sul do Estado, com a vinda de um contingente grande de famílias do Rio Grande do Sul, que passaram a atuar também na pecuária.

As charqueadas tornaram-se bom empreendimento, no início do século XX, inicialmente nas margens dos rios pantaneiros e, posteriormente, nas margens da ferrovia Noroeste do Brasil.

Borges (2001) resume assim o desenvolvimento da Economia de Mato Grosso, a partir das exportações pós guerra:

i) de 1870 a 1890 – a economia se baseia no pequeno movimento de exportações; (a província é sustentada pelo governo central)

ii) de 1890 a 1914 – fase de organização e predomínio de produtos extrativos (erva-mate e borracha);

iii) de 1914 a 1930 - fase do predomínio de produtos originários da pecuária (gado em pé, charque e outros subprodutos).

Assim, tem-se os seguintes ciclos econômicos e a localização na parte Norte ou Sul de Mato Grosso, desde sua criação (1748) até 1930;

a) ouro: 1720- 1780; parte Norte;

b) ipecacuanha: 1820-1930; parte Norte;

c) erva-mate: 1870-1960; Parte Sul;

d) borracha: 1874-1930; Parte Norte;

e) pecuária: 1780-2005; Parte Sul.

De todas estas atividades econômicas, a que mais se destacou foi a pecuária. Extremamente desenvolvida na parte Sul do estado, a pecuária mato-grossense já se apresentava como uma das maiores do país, na década de 1920, ocupando o quarto lugar no Brasil. A erva-mate, como um monopólio, tornou impossível o desenvolvimento da região Sul, enquanto detinha mais de um terço da região do atual Mato Grosso do Sul e possuía renda muito superior ao próprio governo de Mato Grosso, tornando-se credora do mesmo, dentro de um jogo de interesses entre a elite política do Norte e os proprietários da mesma.

Desta forma, observa-se que a economia mato-grossense dependia fortemente das atividades ligadas à terra. Em relação à agricultura (alimentos), a produção era insuficiente para atender a demanda interna, pois, já no final do período imperial, os presidentes da província apontavam os três problemas do setor: “técnicas rotineiras”, “falta de braços” e “ataques de índios”, que determinavam a baixa produtividade e o volume insuficiente da oferta. Além do mais, a economia era muito fraca, pouco monetarizada e não havia encontrado um produto no qual pudesse alicerçar sua estrutura. O Sudeste tinha o café e o nordeste o açúcar. Desta forma, a pecuária era o setor mais dinâmico, juntamente com o comércio. Entretanto, o fato do comércio ser uma atividade dinâmica demonstrava o atraso, no qual se encontrava a economia provincial, pois significa lucros para atravessadores e para os produtores de outros locais.

A conformação do espaço Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) processou-se a partir do desenvolvimento da pecuária e da exploração de seus derivados. As condições climáticas, geográficas, físicas, e a menor distância aos centros econômicos (em relação à região Norte de Mato Grosso), possibilitaram o crescimento econômico da região e sua formação como espaço especializado na pecuária de corte.

CAPÍTULO IV - MATO GROSSO E A CONFORMAÇÃO REGIONAL DURANTE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (1930-1970)

4.1 – Introdução

Neste capítulo, apresenta-se o comportamento e as transformações da economia de Mato Grosso, a partir de 1930, período no qual se inicia o processo de integração da economia nacional, com a liderança de São Paulo na industrialização brasileira, até 1970. Mostra-se como ocorreu a inserção da economia mato-grossense, a partir do desenvolvimento da pecuária.

4.2 – A Economia de Mato Grosso - 1930-1979

4.2.1 – A erva-mate: do monopólio à decadência.

Desde a concessão da área, para exploração da erva-mate, em 1882, e depois, com a modernização da produção com a criação da empresa Companhia Matte-Laranjeira, em 1892, as terras ao Sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai e com o Paraná, foram utilizadas para a exploração da erva-mate nativa.

A partir da chegada ao poder central do grupo de Vargas (1930), iniciou-se um conflito entre a empresa e os diversos agentes políticos – estaduais e federais – além de parte da imprensa, trabalhadores rurais, posseiros, etc., que queriam a quebra do monopólio da Matte-Laranjeira, já que a mesma era acusada de ser uma empresa internacional (proprietários argentinos) e utilizando-se de mão-de-obra estrangeira (paraguaios).

A partir do golpe de 1937, começou, de forma mais efetiva, o combate à Companhia Matte-Laranjeira, através da adoção de um conjunto de medidas, visando ocupar as terras do Sul de Mato Grosso, bem como buscando integrar o país ao mercado dos países vizinhos.

Como forma de manter seu poderio econômico e político, os proprietários da empresa Matte-Laranjeira solicitaram ao governo federal que fossem “contidos” os migrantes gaúchos, na região Sul do Estado, pois os mesmos estavam tentando implantar, um “estado dentro do Estado” (OLIVEIRA, 1999:144), quando na verdade quem fazia isto era a própria companhia.

A disputa pelas terras, na região Sul de Mato Grosso, entre posseiros gaúchos e a companhia, se desenrolou em conflitos armados – quando ocorreram vários confrontos entre os “policiais” da companhia – e judiciais, como o de 1910, no qual os colonos gaúchos se organizaram e questionaram a legitimidade da monopolização dos ervais e do poder público, que permitiu tal situação (Arruda, 1989). Este caso, levado à Assembléia Legislativa ficou conhecido como a “questão da erva”, e possibilitou as primeiras derrotas da Matte-Laranjeira, já que foi autorizada a produção de erva-mate por pequenos proprietários rurais.

No início dos anos 30, o governo central criou imposto sobre a exportação de erva-mate, este fato levou a Companhia Matte-Laranjeira a entrar em crise econômica, pois, dependente do mercado externo, a Companhia não conseguiu competir com a produção ervateira da Argentina, principal compradora do produto e que passou a criar ervais e produzi-los internamente.

A adoção de medidas visavam fortalecer a indústria nacional de erva-mate e o Governo Central tratava a Cia. Matte-Laranjeira como uma empresa mais estrangeira do que nacional, pois a mesma exportava a erva-mate cancheada (os arbustos amarrados) e não industrializada, o que transferia para os países re-exportadores (Argentina) a possibilidade de agregar valor ao produto, bem como não realizando o pagamento de tributos industriais no País. Por outro lado, a mesma reivindicação dos produtores paranaenses foi atendida pelas características da produção local, diversos pequenos produtores, que industrializavam a produção.

Destes dados, pode-se constatar que a estratégia do Governo Central de quebrar o monopólio e desestimular a produção da erva-mate se concretizou, principalmente a partir de meados da década de 1940, quando o nível de exportação da erva cai no Estado e perde importância no Brasil, após o ápice em 1948.

Em 1943, o governo federal, através do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro, criou os territórios federais do Amapá, do Guaporé (atual estado de Rondônia), Rio Branco (atual

Roraima), Iguaçu, na região de fronteira do oeste do Estado do Paraná e Ponta Porã (na fronteira com o Paraguai). Este processo golpeou duramente a Matte-Laranjeira, já que foi federalizada a área onde a empresa atuava. O território de Ponta Porã englobava os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Bonito e a capital Ponta Porã. Entretanto, o território foi extinto³⁰ com a Constituição Federal de 1946, retornando assim as terras para o Estado de Mato Grosso.

Tabela 29 – MT: Peso da erva-mate nas exportações do Estado – 1930/1936

Anos	% Erva na Exportação MT
1930	30,62
1931	32,41
1932	24,29
1933	20,99
1934	23,30
1935	17,57
1936	14,39
1937	13,24
1938	13,27
1939	11,08
1940	15,49

Fonte: Borges (2001) e Nascimento (1992).

Observa-se da Tabela 29, a perda da importância da erva na economia do estado, quando a participação do produto declina de 32,41%, em 1931, para 11,08%, em 1939, sendo que somente nos anos de 1934, 1938 e 1940 houve uma incipiente recuperação na balança estadual, porém, incapaz de reverter o quadro depreciativo.

Tabela 30: MT: Erva-Mate, exportações MT/Br, Quantidade MT/Br – 1930/1969.

Anos	(%) Produção MT/Brasil	Anos	(%) Produção MT/Brasil	Anos	(%) Produção MT/Brasil	Anos	(%) Produção MT/Brasil
1930	16,88	1940	19,76	1950	27,78	1960	12,57
1931	n.d	1941	16,28	1951	17,49	1961	14,52
1932	13,81	1942	12,82	1952	13,40	1962	10,29
1933	14,84	1943	16,15	1953	12,62	1963	6,75
1934	10,40	1944	13,77	1954	10,56	1964	5,43
1935	12,11	1945	13,30	1955	11,49	1965	9,75
1936	14,48	1946	10,47	1956	12,06	1966	9,20
1937	14,21	1947	13,99	1957	11,04	1967	0,40
1938	17,53	1948	30,18	1958	11,87	1968	0,32
1939	20,45	1949	17,61	1959	11,19	1969	0,18

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Vários anos.

Obs: n.d. – Não disponível.

³⁰ Juntamente com o Território Federal de Iguaçu, cuja região que retornou ao Estado do Paraná.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 30, o resultado obtido em 1948 foi o melhor desempenho da produção de Mato Grosso em relação ao Brasil, com 30,18%. A partir daí a produção local cai até praticamente desaparecer, a partir de 1967, quando a Argentina, principal comprador do produto, atinge o equilíbrio entre a oferta e demanda, não se abastecendo com a erva do Estado.

Com a constatação da decadência da atividade, a reação do setor produtivo foi a criação de órgãos, com o objetivo de pressionar o governo a atender reivindicações e apoio ao setor. Desta forma, na parte Sul do Estado, onde a atividade se concentrava, foram implantados órgãos, realizados estudos e criadas comissões e instituições visando defender a atividade.

Com o fim do monopólio, a empresa Matte-Laranjeira não deixa de dominar a exploração de erva, entretanto, surgem diversas empresas que passam também a exportar a erva produzida na região, de acordo com a Tabela 31.

Tabela 31 - MT: Erva-mate, produtores e exportação do produto – 1941.

Empresas Exportadoras	Exportação por empresas	TOTAL
Cia Matte-Laranjeira	9.371.009	
Vierci & Brun Ltda	1.035.960	
Emp. Riograndense Mate Ltda	570.000	
Karim Katurchi	311.750	
Bacha & Irmãos	387.370	
Derzi & Cia	246.900	
J. Sahib & irmãos	188.280	12.110.269

Fonte: Depto Regional do MT- Ponta Porã - Jornal do Comércio (03/03/1942)

Os principais compradores da erva mato-grossense eram as empresas Martin & Cia Ltda, R. Couzier & Cia e Francisco Pavese Cia. Mesmo com o surgimento das novas empresas na área do mate, a companhia Matte-Laranjeira fornecia quase que a totalidade da produção. Com a ferrovia, ocorre a centralização de estoques de erva em Campo Grande. O produto vinha de Ponta Porã e ficava estocado na área da Noroeste do Brasil, para ser remetida para São Paulo, onde era parte para o consumo interno e parte para exportações, a partir do porto de Santos.

É interessante apontar que a exploração dos ervais do Sul de Mato Grosso ocorreu de forma predatória, sem a preocupação com a manutenção da atividade, extraindo-se o máximo de produção, devastando as matas, o que não aconteceu nos ervais argentinos, por exemplo, que foram plantados e tratados de forma mais racional, possibilitando ganhos de produtividade, além

da existência naquele país da experiência na industrialização do produto. Na região do Paraná, a exploração da erva-mate teve como principal característica a participação de pequenos produtores, diferentemente de Mato Grosso, o que propiciou à região continuar com uma boa produtividade, fornecendo erva-mate para o mercado interno e para a Argentina e Cuba.

4.2.2 - A Marcha Para Oeste

O programa Marcha Para Oeste, com o objetivo de colonizar os espaços considerados “vazios” pelos governos em várias épocas, é apresentado como tendo diversas fases:

Na primeira fase refere-se à conquista do Oeste da colônia pelos Bandeirantes. A penetração na região ocorreu a partir das bandeiras paulistas, que buscavam riquezas minerais (ouro, diamantes) e índios para escravizar.

Na segunda fase tem-se a conquista “política” do espaço que era reivindicado pelo reino da Espanha. (CORRÊA, 1934). A estratégia adotado pelo Marquês de Pombal, com a implantação de vilarejos, represamento de rios e construção de unidades militares nas áreas de litígio. Quando isto foi feito, os portugueses já sabiam das notícias sobre a descoberta de minerais preciosos, sobre o que mantiveram segredo.

A terceira fase do programa tem início com a vitória da Revolução de 1930, contra a política do café-com-leite, que alterou a história político-administrativa do país, principalmente a partir da Constituinte de 1934, que reafirmou a criação da nova capital federal no interior, imprimindo caráter de urgência ao projeto.

Apesar deste dispositivo legal, a decisão parece não ter despertado o interesse do presidente Vargas, como forma de acelerar mudanças no equilíbrio de forças no interior. A Constituição de 1937, outorgada por Vargas, ignorou o assunto.

A importância da região Centro-Oeste para o país, representando 25% da porção do território nacional, na década de 1940/50, e sem exploração econômica, política e social, levou o governo de Getúlio Vargas a empreender o programa de colonização, que o presidente colocou em seu discurso, em visita ao Mato Grosso³¹:

³¹ “o problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e

No bojo deste processo, Getúlio criou a Fundação Brasil Central (FBC), nos anos 40, e lançou na cidade a "Marcha Para o Oeste". A criação de Colônias Agrícolas Nacionais foi o modelo adotado pelo governo para materializar a política de colonização do Estado Novo. No Sul de Mato Grosso foi criada a Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), em 1943. Nesta região, os principais obstáculos para empreender a Marcha Para o Oeste eram a criação de gado extensiva nas grandes pastagens no Sul de Mato Grosso, bem como pela existência de empresas extrativas que ocupavam vastas extensões de terra (Matte-Laranjeira).

E por fim, a quarta fase se completa com a construção de Brasília, consolidando-se assim, no Governo Juscelino Kubstichek, a Marcha Para o Oeste, com a transferência da capital da República para o Centro-Oeste, fato de suma importância para o desenvolvimento regional, pois inseriu a região no centro das decisões da nação, além de propiciar fluxo migratório para as redondezas da capital, implicando em forte processo de urbanização e atração de mão-de-obra para o setor público e privado daquela região.

Em relação à criação do Território Federal de Ponta Porã, tem-se que, a partir do golpe de 1937, o nacionalismo passou a ser a propaganda oficial do governo do Estado Novo. Visando “nacionalizar” a região sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, o Território Federal abrangeu os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Bonito e a capital em Ponta Porã.

Oliveira aponta a hipótese para a criação do território:

“A hipótese de que Vargas, visando eliminar a Matte-Laranjeira, criou o Território de Ponta Porã, tem sentido, uma vez que a partir desse decreto, a área fronteira foi desmembrada do Estado de Mato Grosso, ficando vinculada diretamente à União, o que facilitou a ação do governo federal sobre ela. A Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, situada no novo território federal, veio confirmar as intenções governamentais nesse sentido”. (OLIVEIRA, 1999: 163)

renovou o lema bandeirante da Marcha para Oeste. A minha visita a Mato-Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime. O vosso estado deixou de ser, felizmente, terra esquecida, feudo eleitoral sem exigências e reduto de infundáveis rixas partidárias. Pelos informes colhidos, verifico quanto tem sido auspicioso o seu desenvolvimento nos últimos anos. E, se o Governo Nacional sempre encorajou as iniciativas que para isso têm concorrido, mais o fará, ainda, quanto maior for o vosso esforço construtivo”. (VARGAS Apud OLIVEIRA, 1999: 70).



Figura 5 - Território Federal de Ponta Porã.

Com a criação do Território de Ponta Porã, encerrava-se a possibilidade de aumento e de continuação do arrendamento de terras à Companhia Matte-Laranjeira.

4.2.2.1 – A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

A implantação de colônias agrícolas no Oeste brasileiro se deu no contexto da Marcha Para o Oeste, visando ampliar o espaço econômico nacional, através da integração das terras do Sul de Mato Grosso. Para o governo geral, tratava-se de ampliar as oportunidades de negócios

como forma de conter o descontentamento dos povos nordestinos e sulistas, principalmente o gaúcho, que já estava com suas terras cansadas e a grande densidade demográfica que apontava a necessidade de dar vazão a esta pressão social, principalmente por se tratar de um regime de exceção.

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), pelo Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, foi uma das ações enquadradas na política de colonização dos “espaços vazios” da nação brasileira. Foram distribuídos 6.500 lotes de terras, variando de 30 a 50 hectares, a colonos das mais variadas origens. Mais tarde a Colônia foi denominada Núcleo Colonial de Dourados, o qual distribuiu 8.800 lotes, totalizado 187.113 hectares, dos 300.000 hectares previstos, em terras ocupadas hoje, pelos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica.

Em termos econômicos, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi um fracasso, já que o objetivo era a fixação do homem na terra. Entretanto, muitos colonos, endividados, passaram a vender suas terras, para poder pagar as contas de mantimentos, roupas, etc., pois não conseguiram tirar da terra o seu sustento, bem como buscando condições de voltar a sua terra natal (principalmente os nordestinos).

Por outro lado, a ocupação desordenada da região aconteceu pela intensa propaganda do governo em relação a CAND, estimulando a vinda de pessoas de várias partes do Brasil³². Nestes termos, a tentativa de ocupação capitalista agrícola no Sul de Mato Grosso, com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, foi mais um modelo de propaganda para o Governo Central do que propriamente uma colonização moderna e eficiente. De acordo com os relatos, a maior parte do pessoal que foi para a região chegou sem qualquer orientação e grande parte foi assentada por pressão sobre o diretor da colonização, que sem outra alternativa, processou a demarcação e providenciou a posse aos novos colonos. A demanda sobre a região foi muito grande, principalmente pela maior proximidade em relação aos grandes centros, diferente das demais colônias agrícolas, bem mais distantes.

Com a desorganização do processo de cadastramento e assentamento, também foi deficiente a assistência dada aos colonos, pois muitos vieram sem os requisitos mínimos para serem proprietários de área na colônia. Muitos eram provenientes do interior do Estado de São Paulo e a maioria veio do Nordeste, além de vários colonos da região Sul. Ao chegarem à

³² Interior de São Paulo, Nordeste, região Sul principalmente.

Dourados, viajando de trem e depois por estradas de difícil passagem, essas pessoas ganhavam um pedaço de terra no meio da mata, sem nenhuma infra-estrutura, ganhando poucas ferramentas para o trabalho – já que muitos trouxeram as suas – passaram a devastar a mata.

4.2.3 – A pecuária e as charqueadas em Mato Grosso

A pecuária assume neste período (1930/1977) o papel de principal atividade econômica de Mato Grosso, e cujo desenvolvimento se dá em grandes propriedades, devido a produção extensiva e na qual poucos trabalhadores conseguem manter imensas boiadas, ocupando assim a mão-de-obra escassa do local. Enquanto as atividades de erva-mate, borracha, ipecacuanha e o açúcar representavam bons resultados econômicos da região, a pecuária se firmou como uma das principais atividades não somente da região, mas de todo o país, abastecendo os principais mercados nacionais, principalmente devido às excelentes condições geofísicas encontradas na região do Pantanal e na região central do Sul de Mato Grosso (campos de vacaria).

É interessante apontar que em fins do século XIX e início do século XX, as principais fazendas de gado da região estavam em mãos de estrangeiros (como a Brazil Land & Cattle Packing Co., ligada ao Sindycat Farquhar, que construiu a ferrovia Madeira-Mamoré). Estes grupos econômicos desenvolveram a exploração dos produtos derivados da pecuária, como as charqueadas, o extrato de carne, couros secos e salgados, línguas, sebos, ossos, etc. De acordo com o censo de 1920, a produção bovina de Mato Grosso era a 4ª maior do país (década de 1920), atrás apenas de Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

Entretanto, a qualidade da carne local não era das melhores, o que determinava um preço baixo para o rebanho, permitindo o desenvolvimento das charqueadas. Segundo Nascimento: "a baixa qualidade do rebanho bovino criado de forma extensiva e as longas distâncias dos centros consumidores desvalorizavam a matéria-prima, permitindo a essas indústrias adquiri-la a baixos preços". (1992: 15). Para Alves, o rebanho regional era conhecido, na época, por sua inferior qualidade e,

exatamente por dispor de exígua quantidade de carne³³, só poderia ter aproveitamento industrial lucrativo nos saladeiros e charqueadas”. (ALVES Apud NASCIMENTO: 1992: 15).

Tabela 32 - MT - Exportação de gado em pé – 1930-1937

Ano	Cabeças	Valor oficial	Imposto exportação
1930	106.210	12.680:000\$000	1.142:000\$000
1931	143.036	16.400.000\$000	1.632:000\$000
1932	126.382	13.542:000\$000	1.256:000\$000
1933	189.342	21.794:000\$000	2.098:000\$000
1934	210.305	23.231:000\$000	2.099:000\$000
1935	228.469	25.712:000\$000	2.380:000\$000
1936	258.568	34.547:000\$000	2.753:000\$000
1937	277.240	42.278:000\$000	3.383:000\$000

Fonte: Nascimento (1992: 35).

Obs: * Os valores das exportações e do imposto de exportação estão em valores nominais.

Em relação à evolução na quantidade de animais produzidos, a Tabela 32 aponta o período de 1940 a 1979, onde a produção da pecuária de Mato Grosso, em 1940, contabilizava as cabeças de gado existentes no Sul da região (atual Mato Grosso do Sul) sem a produção de Corumbá (município com maior produção do Estado). Desta forma, ocorre uma pequena distorção na realidade.

Observa-se da Tabela 33, que exceto no ano de 1932, quando ocorre queda no número de animais enviados para o Sudeste, nos demais anos teve-se o aumento na quantidade de animais exportados, principalmente para a região de São Paulo, através do transporte ferroviário.

Os dados de 1950 a 1965 são contabilizados para todo Estado. A partir de 1970 tem-se a produção pecuária do Sul de Mato Grosso (atual MS) e da região Norte (Mato Grosso).

³³ O rebanho mato-grossense conhecido como “boi pantaneiro”, animais de pequeno porte, magros e musculosos, bons para fazer charque.

Tabela 33 – Produção bovina em Mato Grosso - 1940/50/55/60/65/70/75-79

Anos	Sul	Norte	Total	Brasil
1940	2.108.384	2.136.278	4.244.662	34.392.419
1950		4.907.800	4.907.800	52.655.000
1955		8.444.630	8.444.630	63.608.000
1960		10.061.000	10.061.000	73.962.000
1965		12.468.000	12.468.000	90.505.000
1970	7.471.166	1.957.674	9.428.840	97.864.000
1975	8.871.154	3.110.119	11.981.273	102.532.000
1976	9.267.967	3.582.371	12.850.338	107.349.000
1977	9.303.748*	3.582.371	12.886.119	107.297.000
1978	9.375.241*	3.888.131	13.263.372	106.943.000
1979	10.020.281*	4.222.527	14.242.808	109.177.000

Obs*: 1977/78 e 79 - Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil – Vários anos.

As atividades das charqueadas em Mato Grosso tiveram início em 1873, com a instalação do saladeiro Descalvado³⁴, em Cáceres, o que contou com estímulos dos incentivos fiscais. De propriedade de Rafael Del Sar (Argentino). Posteriormente ela foi vendida para uma empresa da Bélgica e, por fim, vendida para o grupo do Syndacat Farquhar (Americano). O objetivo destes empresários era a exportação do charque e outros sub-produtos de bovinos (caldo, extrato de carne, couro, sebo, etc.). Assim, a atividade nasce com capital estrangeiro para atender o mercado estrangeiro.

Na parte Norte do Mato Grosso, se instalaram as charqueadas de Descalvado, Pindahibal, Triunfo, São João e Manga do Barão, e, no Sul, estavam as charqueadas Miranda e Barranco Branco. Em termos de classificação por capacidade produtiva, somente as charqueadas Descalvado, Miranda e Barranco Branco foram consideradas grandes indústrias.

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, ocorreu aumento na demanda de carne no mercado europeu, o que levou ao aumento das exportações de gado em pé para matadouros paulistas e da produção do charque. Desta forma, em 1920, as charqueadas com capital brasileiro começaram a ser implantadas em propriedades no Pantanal (Nhecolândia) e, em 1923, já haviam cadastradas 22 charqueadas, sendo 19 no Sul de Mato Grosso e 3 no Norte.

De 1922 a 1931, pode ser considerada a última fase da instalação de charqueadas em Mato Grosso, quando da instalação das três maiores charqueadas do Estado: a charqueada

³⁴ Instalada no Norte de Mato Grosso, com grande capacidade de abate, sendo que em 1880, abatia 5.000 reses por ano.

Corumbá (1922), Oflia (1923) e Barrinhos³⁵ (1931), todas no município de Corumbá, com capital dos empresários locais e estrangeiros. Em 1927, foi instalada uma charqueada ligada ao matadouro público de Corumbá. Paulino L. Costa afirmou que continuava grande a corrida para aumentar a produção de charque. Pecuáristas e industriais nela viam a única alternativa para maior abate de reses face a sólida procura e interesse de consumo nas praças do Centro e Norte do país, além de proporcionar aumento de negócios e emprego de novos capitais na aquisição de terras para a exploração da pecuária” COSTA Apud (NASCIMENTO, 1992: 22).

Corumbá perde, neste período, a liderança no comércio regional para Campo Grande e passa então a liderar a exploração especializada na pecuária, com a grande produção bovina e com a importância das charqueadas. Até a década de 1960, as charqueadas tem grande importância para a economia Mato-Grossense em geral e para o município de Corumbá em particular. “Concorreu predominantemente para essa vitoriosa reação o estabelecimento da indústria saladeril nesta região, coincidindo com o início do tráfego ferroviário a instalação de importantes charqueadas à margem do rio Paraguai. Este fato deu vigoroso impulso à criação de gado, cujo desenvolvimento no município é desde então assombroso, para o que contribuiu muito a excelência de suas terras...” (CASTRO Apud NASCIMENTO: 1992, 25).

O desenvolvimento das charqueadas permite melhor aproveitamento de parte do gado bovino de Mato Grosso, que passa a atender a demanda de consumo local (Corumbá e Cuiabá), ao mercado internacional (pelas charqueadas) e ao mercado nacional (boi em pé para São Paulo via ferrovia).

³⁵ Ampliando a capacidade de abate para uma média anual de 40 mil reses.

Tabela 34 – MT: Exportações de charque – 1930/1958.

Anos	Charque (Kg)	Anos	Charque (Kg)
1930	4.328.738	1942	3.303.918
1931	3.794.443	1943	4.084.611
1932	4.236.339	1947	6.478.080
1933	4.443.615	1948	2.424.835
1934	4.700.572	1949	7.000.000
1935	4.071.819	1950	7.000.000
1936	4.733.000	1952	7.238.848
1937	4.923.000	1955	6.348.000
1938	3.657.653	1956	4.805.000
1939	3.877.124	1957	4.480.000
1940	3.383.497	1958	4.845.000
1941	3.395.991		

Fonte: Nascimento (1992: 69) – falta os anos de 1944/45/46/51

Observa-se da Tabela 34 que as exportações de charque de Mato Grosso passaram de um patamar de 4,3 toneladas, para 4,9 toneladas, em 1937. Com a segunda Guerra Mundial e o maior envolvimento dos países europeus no conflito, ocorre a diminuição das exportações (devido ao bloqueio dos portos da Europa), tendo as exportações apresentado queda de 1939 a 1942. Com o fim do conflito, de 1947 a 1955, o charque mato-grossense atinge suas maiores exportações (exceto pelo ano de 1948), reduzindo as exportações, no período de 1956 a 1958, para o patamar de 4,5 (em média), em decorrência do aumento da produção dos frigoríficos, que afetam o setor das charqueadas.

Tabela 35: MT: % exportações dos produtos por origem (animal, vegetal e outros).

Origem produtos	1936	1937	1938	1939	1940
Prod. Animais	71,48	75,21	74,12	80,06	76,42
Extração vegetal	27,94	24,26	24,43	18,67	22,93
Outros	0,58	0,53	1,45	1,28	0,65

Fonte: (LIMA apud Nascimento, 1992: 74).

Da Tabela 35, tem-se que o mercado mato-grossense possuía na pecuária sua principal atividade e sua importância, quando as exportações de bovinos e de seus sub-produtos representaram mais de 70% na pauta de exportações de Mato Grosso, no período de 1936 a 1940, o que induz a conclusão que este perfil exportador se repetiu por várias décadas.

Tabela 36 – MT: % Exportações por tipo de produtos – 1936/40

Produtos	1936	1937	1938	1939	1940
Gado em pé	47,37	48,81	52,53	62,80	60,97
Erva-mate	17,57	13,24	13,27	11,08	15,49
Charque	9,18	10,76	8,20	8,28	8,99
Couro em geral	13,24	14,04	11,66	7,86	5,56
Ipecacuanha	1,48	2,00	2,23	2,98	4,32
Borracha	6,75	6,50	4,78	2,38	2,10
Demais prod. Anim.	0,55	0,49	1,11	0,85	0,55
Sebo em geral	1,43	1,28	0,83	0,60	0,51
Castanha	1,01	1,57	2,11	0,44	0,46
Crina animal	0,17	0,25	0,63	0,39	0,33
Demais prod. Veget.	0,71	0,41	1,36	1,20	0,28
Casca em geral	0,37	0,52	0,59	0,55	0,28
Manufaturados	0,02	0,02	0,31	0,31	0,08
Chifres	0,02	0,03	0,04	0,05	0,04
Ossos	0,06	0,04	0,23	0,07	0,03
Prod. Minerais	0,01	0,02	0,03	0,12	0,01
Madeira	0,06	0,02	0,09	0,04	0,00
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: (LIMA Apud NASCIMENTO, 1992, 74).

Observa-se da Tabela 36, que o gado em pé foi o produto que predominava nas exportações de Mato Grosso, já que os animais eram enviados às invernações paulistas, para posteriormente serem abatidos em frigoríficos daquele Estado.

O charque apresentava-se como o terceiro principal produto da balança de exportações do Estado, (apesar de menor peso do que o couro, em 1936 e 1937). A erva-mate continua sendo o segundo principal produto da região, seguido da borracha e da ipecacuanha.

Quando do desenvolvimento das charqueadas na região sul-mato-grossense, já estava em pleno funcionamento a indústria frigorífica da carne, nos grandes centros (Brasil e exterior), com padrões e tecnologias mais avançadas. Tinha no uso da refrigeração a principal inovação frente as charqueadas, e cujo desenvolvimento provocou a decadência das manufaturas de charque em Mato Grosso. Entretanto, este processo de substituição da indústria manufatureira da carne pela frigorífica, levou tempo, ocorrendo durante a década de 1950, quando ocorreu a implantação dos primeiros frigoríficos no sul do Estado.

O charque mato-grossense tinha como seu principal mercado as populações mais pobres das regiões Sudeste e Nordeste. Até 1930, os principais compradores eram os nordestinos e cariocas, passando, a partir de 1933, a destinar a maior parte da produção para o Estado de São Paulo.

Em relação ao surgimento dos frigoríficos, tem-se que a descoberta do engenheiro francês Charles Tellier, em 1872, demonstrou a possibilidade de conservar as carnes por muito mais tempo, fresca e nutritiva, através da submissão da mesma a uma corrente de ar frio, produzido por uma máquina frigorífica (NASCIMENTO, 1992).

O desenvolvimento deste setor ocorreu com a baixa oferta de carne na Europa, que possibilitou a busca por novos locais de produção, principalmente nos campos uruguaio e argentino, mediante o melhoramento da raça, com a exportação de reprodutores selecionados. Os capitais norte-americanos, Swift, Morris, Armour e Wilson passaram a disputar estes mercados com os europeus. Esta disputa obrigou aos produtores a buscarem o melhoramento dos rebanhos, através da produção mais racional, menos extensiva, e incorporando tecnologia.

No Brasil, as instalações dos primeiros frigoríficos ocorreram no Estado de São Paulo, sendo o primeiro em Barretos (1912). Alguns grupos estrangeiros instalaram frigoríficos na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), pela proximidade dos mercados consumidores.

Diante deste processo, só restou ao produtor de gado o aperfeiçoamento da produção, o que passou a interferir no setor de charqueadas, pois várias já haviam entrado em decadência na Argentina e Uruguai, no Rio Grande do Sul e no Sudeste.

Visando melhorar a qualidade dos rebanhos no Brasil, foram editadas várias medidas sanitárias e de fiscalização, passando a afetar a produção das charqueadas, que, para continuar produzindo, tinham que investir na área de tecnologia, treinamento de pessoal, dentre outros, o que onerou demais a atividade.

A partir de 1950, as empresas de capital nacional passaram a investir em frigoríficos, interiorizando suas invernadas, ampliando assim a atividade de engorda para o extremo Sul, para o Pantanal de Mato Grosso e o Sudoeste de Goiás, áreas onde antes existia apenas as fases de cria e recria. Desta forma, o interior de São Paulo perde a exclusividade na engorda.

O resultado desta medida foi a instalação de frigoríficos em São Paulo: Andradina (Moura Andrade), Araçatuba (Tião Maia), Barretos (Antenor Duarte); e Mato Grosso: Campo Grande (Laucídio Coelho).

Com a inauguração do Matadouro Industrial de Campo Grande (1950), os produtores pararam de vender seus rebanhos magros para São Paulo e vendiam animais gordos para o frigorífico.

Desta forma, tem-se que a instalação e o desenvolvimento das charqueadas em Mato Grosso se deu na região do Pantanal, primeiramente a partir da instalação das charqueadas às margens dos rios, aproveitando o meio de transporte fluvial. A partir da implantação da ferrovia, vários estabelecimentos produtores de charque se instalaram às margens dos trilhos, visando atender a demanda do mercado paulista de boi em pé.

Até a instalação do primeiro frigorífico na região, em 1950, as charqueadas atendiam a demanda dos próprios pecuaristas locais. A partir daí, com o aumento do rigor sanitário e fiscal, e pelo aprimoramento da produção bovina, a charqueada entrou em declínio, não conseguindo se manter no mercado cada vez mais moderno e com tecnologia de ponta, sendo assim incapaz de acompanhar a modernização da atividade, encerrando as atividades na década de 1960.

4.2.4 - A agricultura em Mato Grosso

A agricultura de Mato Grosso permaneceu como uma produtora de alimentos para o mercado local até a década de 1970, principalmente de arroz, feijão, milho, etc. Ao tentar ampliar a fronteira agrícola cafeeira para o Sul de Mato Grosso, a partir de 1930, os agricultores das regiões Oeste e Norte do Paraná, não obtiveram bons resultados devido as perdas da produção provocadas pelas fortes geadas na região Sul de Mato Grosso.

A produção extrativa (erva-mate), que se localizava na região Sul do Estado, e a produção de grãos em estabelecimentos rurais, nas proximidades dos municípios, caracterizaram a produção agrícola durante o período de 1930 a 1970.

Tabela 37 – MT/BR: Participação da produção agrícola de Mato Grosso no total do país: 1930/1969. (em %)

Anos	Algodão	Arroz	Cana-Açúcar	Erva-mate	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
1932	0,00	0,95	0,38	13,81	0,38	0,22	0,00013	0,00	0,00
1933	0,00	0,53	0,09	14,84	0,29	0,58	0,00029	0,00	0,00
1934	0,00	1,25	0,18	10,40	0,46	0,13	0,00025	0,00	0,00
1935	0,00	1,10	0,10	12,11	0,37	0,15	0,00022	0,00	0,00
1936	0,05	1,53	0,11	14,48	0,77	0,22	0,00034	0,00	0,00
1937	0,03	1,02	0,51	14,21	0,72	0,52	0,00039	0,00	0,00
1938	0,04	0,90	0,47	17,53	0,70	0,44	0,00040	0,00	0,00
1939	0,03	1,11	0,36	20,45	1,41	2,33	0,00065	0,00	0,00
1940	0,03	1,59	0,36	19,76	1,17	4,13	0,00080	0,00	0,00
1941	0,00	2,55	0,99	16,28	1,40	3,94	0,00086	0,00	0,00
1942	0,00	2,79	1,19	12,82	1,71	4,51	0,00091	0,00	0,00
1943	0,00	1,28	0,69	16,15	1,31	1,65	0,00092	0,00	0,00
1944	0,00	1,13	0,68	13,77	1,11	1,99	0,00049	0,00	0,00
1945	0,02	1,54	0,67	13,30	1,12	1,30	0,00106	0,00	0,00
1946	0,01	1,52	0,67	10,47	1,03	1,30	0,00068	0,00	0,00
1947	0,01	1,78	0,75	13,99	1,17	1,61	0,00084	0,00	0,02
1948	0,03	1,92	0,83	30,18	1,14	1,44	0,00057	0,00	0,00
1949	0,02	2,09	0,73	17,61	1,48	1,57	0,00072	0,00	0,02
1950	0,19	1,94	0,97	27,78	1,49	1,58	0,00086	0,00	0,01
1951	0,00	1,91	0,94	17,49	1,30	1,37	0,00098	0,00	0,00
1952	0,35	2,04	0,89	13,40	1,88	1,61	0,00110	0,00	0,00
1953	0,44	1,89	0,85	12,62	1,74	1,52	0,00140	0,00	0,00
1954	0,14	2,61	0,90	10,56	1,92	1,45	0,00146	0,00	0,00
1955	0,03	2,69	0,88	11,49	1,91	1,65	0,00104	0,00	0,00
1956	0,02	3,48	0,89	12,06	1,76	2,01	0,00120	0,00	0,00
1957	0,03	3,42	0,92	11,04	2,34	2,14	0,00113	0,00	0,02
1958	0,05	4,25	0,95	11,87	2,68	2,61	0,00122	0,00	0,07
1959	0,00	5,18	0,91	11,19	2,98	2,75	0,00135	0,00	0,06
1960	0,86	4,61	0,86	12,57	2,84	2,50	0,00130	0,02	0,05
1961	1,28	4,86	0,88	14,52	2,93	2,58	0,00123	0,20	0,16
1962	2,05	4,58	0,81	10,29	2,75	2,94	0,00169	0,25	0,25
1963	2,08	5,16	0,85	6,75	3,52	2,53	0,00212	0,28	0,47
1964	1,64	6,58	0,77	5,43	2,52	1,84	0,00161	0,27	0,22
1965	1,88	6,48	0,74	9,75	2,79	1,91	0,00144	0,14	0,25
1966	0,00	5,70	0,84	9,20	2,83	1,99	0,00147	0,32	0,37
1967	1,91	5,21	0,86	0,40	2,04	1,85	0,00110	0,38	0,16
1968	2,02	4,90	0,72	0,32	1,92	2,08	0,00115	0,00	0,00
1969	2,44	6,09	0,72	0,18	2,01	2,25	0,00161	0,00	0,00

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – Diversos anos; elaborado pelo autor.

Analisando-se a Tabela 37, observa-se que a produção agrícola de Mato Grosso teve como principal produto a erva-mate, em relação à produção nacional de 1932, até 1966, quando cai do patamar de 9,20% da produção brasileira, para 0,40%, devido a substituição da produção mato-grossense pela produção própria da Argentina, principal mercado para o produto.

O arroz passa do patamar de 0,95%, em 1932, para 2,79% da produção nacional, em 1942; cai para 1,13%, em 1944, até atingir 6,09%, em 1969, maior participação no total nacional no período.

Em relação à mandioca, com o patamar de 0,22% da produção nacional, a produção atinge, em 1942, o maior índice de participação nacional, com 4,51% da produção total; a partir daí varia entre 2% e 2,5%, de 1956 a 1963; de 1,9%, no período de 1964/67, quando atinge 2% da produção nacional, em 1969.

A produção de cana-de-açúcar em Mato Grosso que, em 1932, representou 0,38% da produção nacional, atinge o patamar de 1,99%, em 1942; a partir daí varia entre 0,7% e 0,9% da produção nacional, indicando que a atividade não se desenvolveu com ganhos de produtividade.

Em relação à produção de feijão, Mato Grosso partiu do patamar de 0,38%, em 1932, chegou a 1,41%, no ano de 1939, ultrapassou a barreira dos 2% ao atingir 2,34%, em 1957, e, em 1963, atinge o maior nível na produção nacional, com 3,51% do total da produção brasileira; a partir de 1964, retorna ao patamar de 2%, permanecendo assim até 1969.

No tocante aos produtos com conteúdo, que passam por transformação industrial, dentre eles o trigo, grão de fundamental importância para a produção do pão, alimento relevante na cesta básica, passa de um patamar de 0,02%, em 1957, para atingir 0,5%, em fins da década de 1960. A produção do trigo se estabiliza na década de 1960, através dos programas federais que visavam conter o processo inflacionário, estimulando o controle do preço do pão com o aumento da produção do trigo, estimulado por um conjunto de programas, tais como incentivos à produção de grãos, garantia de preços mínimos, etc.

A tendência de queda da participação dos produtos mais comuns na alimentação do trabalhador brasileiro, a partir da década de 1960, indica a substituição pela produção de grãos destinados à exportação. Caso da soja, que tem sua primeira safra computada em 1960, com participação de 0,02% da produção nacional, atingindo 0,4%, em 1967, o que indicou o crescimento de produção, graças ao grande aumento observado no período de sete (07) anos.

Desta forma, a agricultura no Mato Grosso só ganha importância na economia nacional a partir do fim da década de 1960, quando ocorre a incorporação das terras dos cerrados na produção de grãos, principalmente soja e trigo, dentro do esforço exportador da economia brasileira.

Em relação ao período que engloba os anos de 1970 a 1979, os dados obtidos já dizem respeito ao Mato Grosso do Sul, pois, como o Estado foi criado sem o desmembramento de municípios, a metodologia utilizada pelos órgãos de estatísticas foi o de separar os Estados a partir de 1970, buscando desta forma apresentar as motivações econômicas para a divisão territorial. Assim, segue análise sobre a agricultura no período anterior à criação de Mato Grosso do Sul (1970/1977) e a fase entre a criação e a implantação do Estado (1979).

Tabela 38 – MT/MS: Produção agrícola, participação na produção nacional – 1970/1979.

Produtos	Algodão	Arroz	Cana-açúcar	Erva-Mate	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
Anos	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR	MS/BR
1970	2,52	3,48	0,70	0,11	2,71	0,74	0,00058	0,96	0,09
1971	2,91	7,50	0,00	n.d	2,14	0,00	0,00000	0,00	0,00
1972	2,92	8,87	0,00	n.d	2,10	0,00	0,00000	0,00	0,00
1973	4,25	5,02	0,71	1,17	1,40	0,00	0,00111	2,06	0,64
1974	3,14	7,48!	0,51	n.d	0,86	0,00	0,00108	3,90	0,69
1975	6,93	8,71	0,00	n.d	1,49	0,28	0,00143	2,75	0,50
1976	6,71	9,84	0,39	n.d	1,78	0,00	0,00128	2,58	0,94
1977	6,12	12,40	0,37	1,47	3,87	1,97	0,00126	3,15	1,31
1978	0,36	5,76	0,00	n.d	1,64	0,00	0,00084	4,95	1,13
1979	0,35	6,02	0,00	n.d	1,14	0,00	0,00090	8,07	2,36

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – diversos anos – Elaboração do autor

Da Tabela 38, tem-se a produção agrícola de Mato Grosso do Sul e sua participação no total nacional. Nota-se que em relação ao arroz, a produção cresce de 1970 até 1977, quando atinge sua melhor produção, com 12,40% da produção nacional. O feijão tem uma trajetória de queda na produção nacional de 1970, de 2,71% da produção para 0,86%, em 1974, já em 1977, atinge a maior participação da produção nacional no período, com 3,87%, voltando a cair desde então. A mandioca apresenta o mesmo comportamento de queda na participação nacional. O algodão apresenta-se com uma média entre 2,3% e 2,5% da produção nacional, firmando-se como um commodities, que passa de 0,96%, em 1970, para a excelente marca de 8,07% da produção brasileira, enquanto que o trigo passa de 0,09%, em 1970, para atingir 2,36%, em 1979.

Observa-se assim que dos produtos agrícolas de Mato Grosso do Sul com mercado internacional (algodão, soja) ou os destinados à produção industrial (trigo e cana-de-açúcar) expandem a participação na produção nacional, enquanto que os produtos alimentícios tradicionais (arroz, feijão, milho, mandioca e a cana-de-açúcar) apresentam comportamento de

estabilização na participação ou de queda no total nacional (exceto o arroz, por questões de mercado interno).

A partir do exposto, denota-se que o setor agrícola de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul apresenta baixa produção em relação à produção nacional, no período de 1930 a 1969, a partir daí, com a expansão da fronteira agrícola e da adaptação das sementes modificadas à região dos cerrados, bem como respondendo ao estímulo exportador, incentivos fiscais, etc., tem-se o crescimento, a partir de 1970, da produção voltado ao mercado externo, com a soja representando o melhor desempenho desde sua implantação, no limiar da década de 1960.

4.2.5 – A questão do dinamismo regional – Norte e Sul

O desenvolvimento econômico de Mato Grosso se deu de forma diversa entre as regiões Sul e Norte do Estado. Enquanto a região Norte tinha poucas atividades econômicas, na região Sul o progresso se dava principalmente pelo comércio com a praça de São Paulo, através da venda de boi em pé e outros subprodutos, enquanto que os produtos industrializados – ferramentas e insumos – vinham de São Paulo para a parte Sul do Estado.

Tabela 39 – MT: Arrecadação Estadual, por região (NO e SUL) – 1927/1931.

Anos	Em Contos Réis		Em %	
	Norte	Sul	Norte	Sul
1927	2.090:935\$879	4.129:426\$286	33,61	66,39
1928	1.551:992\$718	5.163:968\$630	17,15	76,88
1929	1.496:437\$651	4.858:690\$629	23,55	76,45
1930	994:245\$236	4.851:862\$892	17,01	82,99
1931	1.138:471\$285	5.326:148\$556	17,61	82,39

Fonte: Jornal O PROGRESSISTA (1933).

A tabela 39 mostra a crescente diferença entre a participação da parte Norte e Sul, na arrecadação de Mato Grosso. Observa-se que a participação da parte Norte reduziu-se, em 1931, para a metade do arrecado em 1927. Este fato levou à criação, em 1932, do Estado de Maracaju na região Sul, com Campo Grande, sendo por 3 meses, a capital do Estado.

Com a vitória das forças federais contra São Paulo e o sul de Mato Grosso, Mato Grosso voltou a ser como antes, na questão econômica, social, política, etc.

4.3 - O comércio inter-estadual

A economia de Mato Grosso, no período de 1930 a 1970, se deu praticamente com uma região do país, a região Sudeste, tendo como principal parceiro comercial o estado de São Paulo. Desde a vinda do trem para o Sul de Mato Grosso, Campo Grande assume o papel de principal entreposto comercial de Mato Grosso e passa a comprar produtos industrializados, principalmente de São Paulo, enquanto se torna o principal fornecedor de gado em pé (para engorda) e de matérias-primas para o setor industrial paulista (principalmente minérios da região de Corumbá), quando da instalação da empresa Sobramil³⁶ (LAMOSO, 2001).

Tabela 40 – MT: Comércio Interestadual – Entradas e saídas: 1942/1949

Ano	ENTRADAS					SAÍDAS				
	SUD	SUL	CO	NE	NO	SUD	SUL	CO	NE	NO
1942	93,75	0,95	0,43	0,00	4,86	90,39	2,02	0,23	0,34	7,02
1943	92,74	0,65	0,14	0,04	6,44	85,01	1,05	0,19	2,99	10,76
1944	94,01	0,61	1,07	0,02	4,29	85,01	1,05	0,19	2,99	10,76
1945	98,54	0,83	0,58	0,01	0,03	85,01	1,05	0,19	2,99	10,76
1946	98,12	0,97	0,83	0,00	0,07	85,00	1,05	0,19	2,99	10,76
1947	98,02	1,07	0,79	0,06	0,06	85,01	1,05	0,19	2,99	10,76
1948	98,08	1,40	0,43	0,06	0,03	85,01	1,05	0,19	2,99	10,76
1949	97,70	1,68	0,41	0,35	0,00	86,02	0,83	0,22	11,37	1,20

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos – Elaboração do autor.

A Tabela 40 apresenta o comércio de Mato Grosso com as demais regiões do país, durante a década de 1940. Observa-se que a região Sudeste foi a principal parceira comercial do Estado, graças à implantação do sistema de transporte. Tem-se que as entradas de produtos em Mato Grosso neste período, acima de 90%, vinham do Sudeste, sendo que, de 1945 a 1949 (período pós-guerra) praticamente todos os produtos vinham do Sudeste. Pelo lado das vendas de produtos de Mato Grosso, o principal destino também era a região Sudeste, apesar de cair de 90%, em 1942, para uma média de 85%, entre 1943 e 1949.

³⁶ Os irmãos Chamma (São Paulo) instalaram a empresa em 1943, o auto-forno em 1944, e foi desativado em 1974.

Tabela 41 – MT: Comércio com o Estado de São Paulo: 1942/1949.

Anos	Compras	Vendas
1942	80,70	87,20
1943	78,21	81,12
1944	82,72	81,00
1945	97,48	81,12
1946	93,18	81,12
1947	85,52	85,25
1948	81,66	85,25
1949	77,20	78,82

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. - diversos anos – Elaboração do autor.

Ao se destacar o comércio entre o Mato Grosso e São Paulo, observa-se da Tabela 41 a importância da economia paulista para a balança comercial local. É interessante que o saldo do comércio entre os Estados apresentam superávit e déficits variados, indicando a dinâmica comercial. De 1942 a 1943, Mato Grosso vendeu a São Paulo mais produtos do que comprou, entretanto, a partir de 1944 até 1947, a situação se inverte, com a balança pendendo para o lado paulista. Em 1949, Mato Grosso volta a exportar mais para São Paulo do que comprar.

O fato mais importante desta observação refere-se ao peso que o comércio inter-estadual com São Paulo representou para Mato Grosso, sendo em média 80% da relação comercial do Estado. Este fato indica como *a economia mato-grossense se comportou diante do processo de integração da economia brasileira*, como uma economia periférica, dependente, fornecedora de alimentos e matérias-primas, enquanto comprava do Estado vizinho principalmente produtos industrializados, visando ampliar a capacidade produtiva, ou para aumentar o bem-estar da população, conforme descreveu Cano (1998).

4.4 - A infra-estrutura dos transportes: Da expansão ferroviária à implantação das estradas de rodagem

A ferrovia ligando Bauru à Corumbá foi completada em 1943, quando atingiu o município mato-grossense. A partir de 1938, foi iniciada a construção do ramal da ferrovia ligando Campo Grande (estação Indubrasil) ao município de Ponta Porã, no extremo Sul do Estado, na fronteira com o Paraguai. A conclusão do primeiro trecho ocorreu em 1944, quando

da implantação de 154 quilômetros ligando Campo Grande à Maracaju. O trecho total foi completado em 1953, quando foi feita a ligação até Ponta Porã.

Tabela 42 - Ferrovia Noroeste do Brasil – extensão e finanças** – 1930/1959

EXTENSÃO		SITUAÇÃO	MT (Km)	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
ANOS	(KM)					
1930	1335	Privada	1170	21.321:040\$12	23.917:937\$90	-2.596:897\$78
1931	1335	Privada	1170	20.551:160\$52	20.121:288\$20	429.872\$32
1932	1351	Privada	1170	26.149:394\$06	20.055:949\$20	6.093:444\$86
1933	1359	Privada	1170	37.470:068\$56	20.877:830\$50	16.592:238\$06
1934	1359	Privada	1170	17.834:545\$30	22.368:516\$20	-4.533:970\$90
1935	1372	Privada	1170	23.765:150\$03	26.830:975\$90	-3.065:825\$87
1936	1403	Privada	1170	28.379:122\$59	32.912:088\$80	-4.532:966\$30
1937	1461	Privada	1170	30.648:865\$67	34.473:715\$60	-3.824:819\$03
1938	1461	Privada	1170	37.336:294\$80	36.779:966\$20	556:328\$60
1939	1461	Privada	1168	41.588:323\$10	40.940:976\$20	647:346\$90
1940	1461	Privada	1168	40.324:379\$80	40.904:969\$20	-580:589\$40
1941*	1389	Privada	1174	44.967:887\$60	42.130:609\$60	2.837:278\$30
1942	1389	Privada	1174	43.362.593,30	44.413.824,00	(1.051.230,70)
1943	1389	Privada	813	62.795.136,10	54.458.720,00	8.336.416,10
1944	1539	Privada	964	88.443.745,30	79.291.760,20	9.151.985,10
1945	1539	Privada	964	99.776.977,40	94.564.281,70	5.212.695,70
1946	1539	Privada	964	110.546.535,10	112.810.431,90	(2.263.896,80)
1947	1539	Privada	964	129.272.541,10	132.516.642,00	(3.244.100,90)
1948	1529	Privada	964	125.811.648,80	156.889.322,70	(31.077.673,90)
1949	1603	Privada	1038	130.059.245,50	165.253.306,10	(35.194.060,60)
1950	1603	Privada	1038	133.158.470,70	215.430.496,80	(82.272.026,10)
1951	1603	Privada	1038	156.870.453,60	227.517.573,60	(70.647.120,00)
1952	1603	Privada	1121	172.399.472,50	267.444.652,30	(95.045.179,80)
1953	1762	Privada	1200	202.253.477,49	393.617.950,50	(191.364.473,01)
1954	1762	Privada	1195	216.189.064,30	447.657.681,00	(231.468.616,70)
1955	1764	Privada	1195	268.414.899,50	615.351.318,10	(346.936.418,60)
1956	1764	Privada	1195	390.323.127,50	939.998.902,70	(549.675.775,20)
1957	1763	Federal	1196	430.211.149,60	1.166.474.047,30	(736.262.897,70)
1958	1763	Federal	1196	671.408.012,80	1.155.712.922,80	(484.304.910,00)
1959	1763	Federal	1196	708.607.043,90	1.520.896.608,60	(812.289.564,70)

Fonte: Revista Ferrovias (1996).

Obs: * até 1942 a moeda brasileira era o contos de réis, sendo substituída pelo cruzeiro.

** São apresentados valores nominais (receitas, despesas e saldo), cujo objetivo é ilustrar a situação financeira da empresa durante o período que permaneceu privada (até 1956) e a partir da federalização (1957).

É apresentado na Tabela 42, a evolução da Ferrovia Noroeste do Brasil, que tinha, em 1930, 1.335 quilômetros a partir de Bauru, sendo que em Mato Grosso eram 1.170 quilômetros. Em 1933, atinge 1359 quilômetros. De 1943 a 1953, observa-se o crescimento de extensão da ferrovia, cujo crescimento se deu uma função da implantação do ramal Campo Grande-Ponta Porã.

No período em questão, em 21 anos, o resultado financeiro foi negativo, enquanto que por 9 anos foi positivo, levando o governo federal a assumir a direção da empresa em 1957.

Com a completa implantação da ferrovia, em 1953, a economia do Sul de Mato Grosso passa a se integrar não somente ao centro dinâmico da economia nacional, mas também com os mercados dos países fronteiriços: Paraguai e Bolívia. A ferrovia em Mato Grosso teve a extensão de 1200 quilômetros, o que permitiu o tráfego de passageiros e de mercadorias entre o pólo dinâmico e a região do Sul de Mato Grosso. Propiciou também uma maior integração da região do cone Sul do estado com o principal pólo de crescimento econômico do Sul de Mato Grosso.

4.5 – Indústrias

O setor industrial de Mato Grosso, no período de 1930 a 1970, teve pouco desenvolvimento, pois um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento industrial era a carência de fontes de energia, além da dificuldade de transporte, etc. Destacando-se a instalação de uma siderurgia em Corumbá, por empresários paulistas (Indústria Sobramil, dos Irmãos Chamma), que funcionou durante 8 anos, além de fábricas principalmente nos setores de alimentos, bebidas, etc.

As empresas industriais que se instalaram, no fim do século XIX, foram as pequenas empresas substitutas de importações na região de Corumbá e Cuiabá, ligadas ao comércio internacional fluvial, aproveitando-se da existência de capital (local e estrangeiro), para a instalação de pequenas unidades industriais ou de empresas ligadas ao setor pecuário (charqueadas ou saladeiros). Com a implantação do transporte ferroviário, ocorre o deslocamento da dinâmica da economia para Campo Grande, que passa a receber os investimentos dos “pequenos industriais”. Entretanto, este setor não se desenvolveu como havia ocorrido em Corumbá, conforme mostra a Tabela 43:

Tabela 43 – Corumbá-MT: Número de empresas industriais: 1941.

Tipo de produto	Número de empresas
Charqueadas	3
Fábrica de gelo	1
Fábrica de xarope	2
Fábrica de móveis	3
Fábrica de mosaicos	4
Fábrica de sabão	4
Fábrica de aguardente e álcool	6
Fábrica de massas alimentícias	9
Olarias	7
Cervejaria	1
Total de empresas industriais	40

Fonte: Jornal do Comércio (1941).

O desenvolvimento industrial de Mato Grosso teve nas cidades de Corumbá, Campo Grande e Cuiabá a principal alavanca, pois os investimentos se concentravam na região às margens do Rio Paraguai e seus afluentes, aproveitando-se desta rota de transporte. Em 1930, existiam na cidade 3 importantes charqueadas, além de 37 indústrias de outros setores. (Bebidas, metais não metálicos, alimentos, sabão e velas e móveis).

Tabela 44 – MT/MS – Número de empresas industriais* – 1940/1970.

Anos	N.º empresas industriais	Índice N.º empresas	N.º operários	Índice N.º operários
1940	402	100	4.349	100
1950	509	126,61	3.712	85,35
1960	1.098	273,13	7.804	179,44
1970	2.470	614,43	13.326	306,41

Fonte: IBGE, Obs: * Extrativas e de transformação

Observa-se, da Tabela 44, o crescimento no número de estabelecimentos industriais em Mato Grosso, que passa do patamar de 402 empresas, para 2.470, equivalente a 514,43% de crescimento na quantidade, enquanto que, para o pessoal ocupado (administração mais produção), o crescimento foi bem menor, pois, de 4.349 operários, atinge 13.326 funcionários, equivalente a um aumento de 206,41% no período. Assim, o crescimento no número de empresas foi praticamente o dobro do que o crescimento no pessoal, indicando o desenvolvimento de setores poupadores de pessoal.

Em relação ao número de estabelecimentos industriais por município do Sul de Mato Grosso e o capital aplicado, para o ano de 1940, apresentava o seguinte: Aquidauana (15/675\$),

Bela Vista (9/350\$), Campo Grande (67/9:388\$), Corumbá (35/12:201\$), Maracaju (6/174\$), Miranda (4/2:253\$), Ponta Porã (112/14:470\$), Porto Murtinho (11/24.576\$), Três Lagoas (14/474\$), e a capital Cuiabá (52/5.743\$).

Porto Murtinho, Ponta Porã, Corumbá e Campo Grande são os municípios com maior volume de capital aplicado no setor industrial e em relação ao número de empresas os municípios com maior importância no setor foram Ponta Porã, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana.

Em relação ao desenvolvimento da indústria de transformação, Mato Grosso apresentou a seguinte constituição, por gênero industrial.

Tabela 45 – Indústria de MT: Número de estabelecimento e de operários – 1940/1970.

GÊNERO DE INDÚSTRIA	Nr. Estabelecimentos				Nr. Operários			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
M.N.M	53	102	278	789	348	490	1.612	3.553
Metalurgia	3		10	41	18		328	195
Mecânica	3			40	37			114
Material Elétrico/Comunicação				21				45
Transportes		5	15	47		135	115	278
Madeira	31	32	137	346	431	312	1.244	3217
Mobiliário		(x)	53	116		96	213	354
Papel/Celulose			1	1			10	(x)
Borracha		6	1	6		184	34	78
Couros, peles		3	12	17		22	55	105
Química	9	12	11	4	480	284	468	234
Farmacêutico e Veterinário			1				9	
Perfumes, sabão e velas			8	6			24	(x)
Material Plástico				1				(x)
Têxtil	1	(x)	1	6	(x)	13	20	(x)
Vestuário, calçados e tecidos	6	10	71	41	37	57	318	137
Produtos Alimentares	90	198	356	830	1.036	1.795	1.809	3815
Bebidas, Álcool, Vinagre	12	28	34	29	(x)	187	313	201
Editora/gráfica	22	22	31	59	159	137	184	456
Fumo			3				4	
Diversas		3	5	15		7	6	(x)
TOTAL	230	421	1.028	2.415	2.546	3.719	6.766	12.782
Crescimento da indústria* (%)	-	83%	347%	950%	-	46,1%	165,8%	402%

Fonte: IBGE, Censos Econômicos e industriais – vários anos. * Base 1940. (x) evitados identificação

Da Tabela 45, denota-se que as principais atividades da indústria de transformação desenvolvidas em Mato Grosso eram, na ordem de quantidade de estabelecimentos industriais e

do pessoal empregado: produtos alimentares, produtos minerais não metálicos, madeira e vestuário, calçados e tecidos. Este grupo de empresas é considerado empresas tradicionais, as quais apresentam baixas barreiras à entrada, além de envolver baixo desenvolvimento e investimento em inovação.

Observa-se que a estrutura da indústria de transformação da região se desenvolve efetivamente, a partir dos anos 1970, com a implantação de diversas empresas dos vários gêneros industriais (exceto produtos farmacêuticos e veterinários). Do conjunto de empresas industriais, ocorreu um aumento percentual de 950%, entre 1940 e 1970 e em relação ao pessoal empregado na indústria, o crescimento atingiu 402%.

4.6 - A evolução do PIB de Mato Grosso de 1930 a 1980

Pelo que foi apresentado da economia de Mato Grosso, durante a integração nacional, observa-se que a complementariedade com a economia paulista ocorreu pelo fornecimento de produtos de origem animal e matérias-primas. Desta forma, nota-se um processo de especialização da economia de Mato Grosso como fornecedora de alimentos, para abastecimento das metrópoles do Sudeste e de minério de manganês, transformado em ferro, em fundições da região.

Busca-se, com a comparação entre os dados, compreender a dinâmica da economia, durante o período da integração nacional.

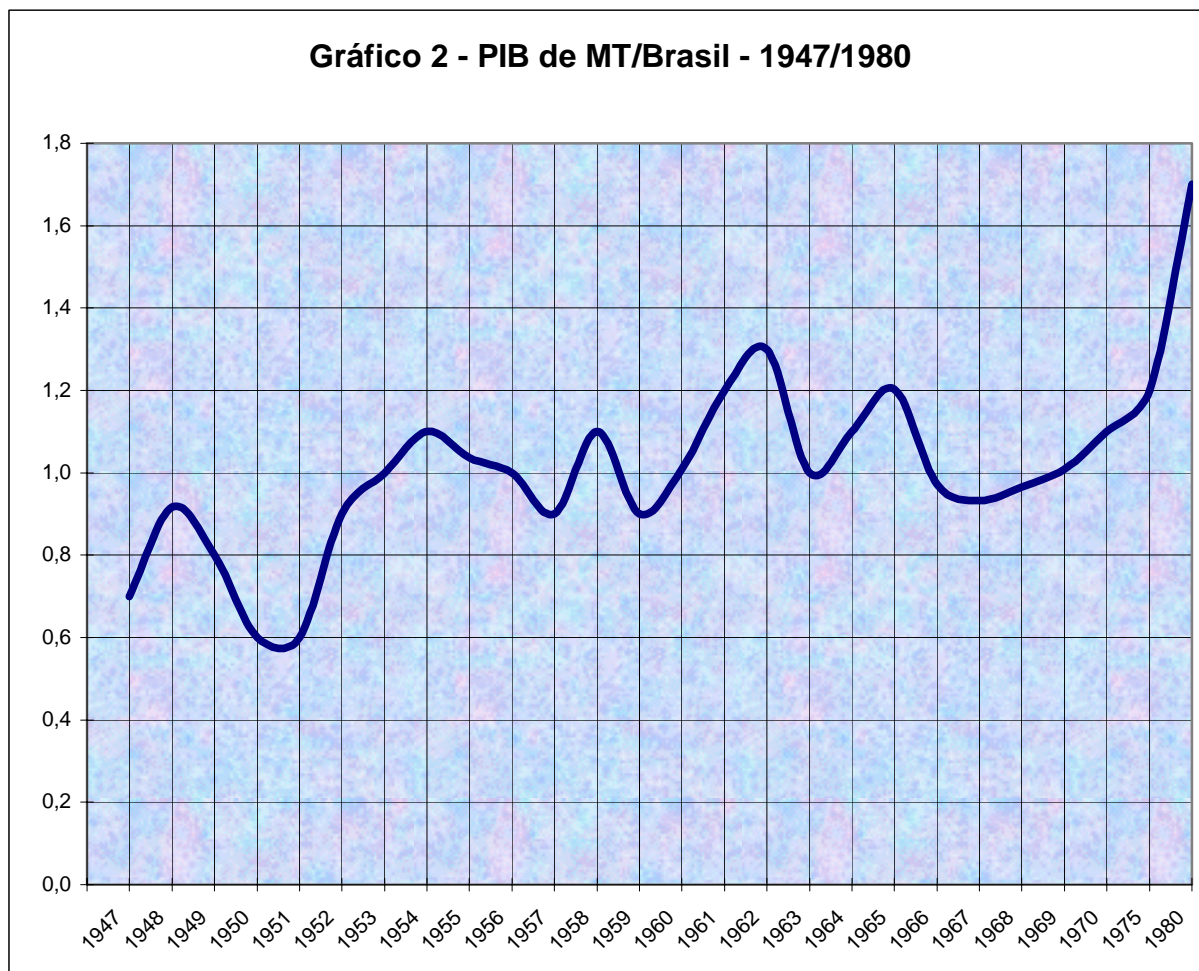
Da Tabela 46, os dados indicam que, do total do PIB do Brasil, Mato Grosso passou de um patamar de 0,9%, na década de 1940, do PIB nacional para 1,1%, na década de 1970, a partir da expansão da fronteira agrícola brasileira na região. Em 1975, o PIB de Mato Grosso atinge 1,2% do PIB Nacional, passando para 1,7%, em 1980 (somando o PIB dos dois Estados, apenas para comparação). Neste período, a economia do Centro-Oeste passou de um patamar de 2,1% da participação no PIB nacional para 5%, indicando um crescimento maior que o do Estado de Mato Grosso. Isto se deu pelo maior crescimento da economia de Goiás e principalmente, pelo crescimento da participação do Distrito Federal na economia nacional, a partir de 1961, que possibilitou o crescimento da região.

Desta forma, a economia de Mato Grosso, no período de 1947 a 1970 não apresentou grandes variações de crescimento do PIB, permanecendo assim durante o processo de integração nacional num movimento cíclico ascendente. Partindo de um patamar de 0,9 (1939) para um pouco maior que 1% (1970), retratando desta forma a manutenção da participação do Estado na economia brasileira. No período de 1953 a 1975, a economia de Mato Grosso variou de 1% a 1,2% de participação no PIB total do país, a partir daí, com a modernização da agricultura e a divisão de Mato Grosso, observa-se o crescimento da economia do Estado.

Tabela 46 – Brasil, PIB – Comportamento por região e Estados – 1939, 1947-1970, 1975 e 1980.

	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1975	1980	
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Norte	2,6	2,3	2,0	1,8	1,7	1,8	1,9	1,6	1,7	1,7	2,0	2,5	2,2	2,0	2,2	2,5	2,2	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9	2,1	2,1	2,2	2,10	3,30	
RO																												
AC																												
AM	1,1	1,0	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,6	0,7	0,7	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	1,0	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	1,0	1,00	1,60	
RO																												
PA	1,5	1,3	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,6	1,4	1,2	1,4	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4	1,2	1,10	1,70	
AP																												
TO																										-	-	
NO	16,6	15,5	15,0	13,9	14,2	13,9	13,3	12,8	12,7	12,5	13,4	13,6	12,6	14,2	14,8	13,8	14,7	14,2	14,6	15,3	14,3	15,0	14,5	13,8	12,0	11,30	12,20	
MA	1,2	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	0,80	0,90	
PI	0,8	0,7	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,40	0,40	
CE	2,1	1,8	1,8	1,8	2,0	1,6	1,7	1,5	1,5	1,5	1,7	1,7	1,1	1,8	2,0	1,8	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	2,1	2,2	2,0	1,5	1,30	1,50	
RN	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,6	0,6	0,7	0,8	0,7	0,6	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,6	0,60	0,60	
PB	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,2	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	0,9	1,2	1,4	1,3	1,5	1,3	1,3	1,4	1,1	1,2	1,0	0,9	0,7	0,70	0,70	
PE	4,4	4,1	4,1	3,5	3,9	4,0	3,5	3,4	3,4	3,2	3,5	3,6	3,6	3,5	3,5	3,5	3,6	3,9	3,8	3,7	3,5	3,6	3,4	3,4	3,0	2,70	2,60	
AL	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,60	0,70
SE	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,40	0,40	
BA	4,5	4,3	4,0	3,7	3,5	3,4	3,5	3,8	3,7	3,8	3,8	4,0	4,1	4,2	4,2	3,6	3,5	3,3	3,7	4,1	4,1	4,2	4,2	4,2	3,8	3,80	4,40	
Sudeste	63,4	64,1	65,0	66,7	66,2	66,6	66,8	66,0	67,1	65,3	65,4	65,1	65,6	64,1	62,8	63,9	62,7	64,6	63,7	61,6	63,0	62,2	62,9	62,8	65,2	64,50	62,20	
MG	9,9	10,9	11,6	10,3	10,0	10,2	9,8	10,4	10,2	10,2	9,7	10,0	10,0	9,5	10,0	9,1	9,6	8,5	9,5	10,2	10,4	10,2	10,0	9,9	8,4	8,70	9,40	
ES	1,2	1,1	1,1	1,5	1,3	1,6	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1	1,2	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	1,3	1,1	1,2	1,1	1,3	1,1	1,2	1,10	1,50	
RJ	4,6	4,4	4,4	4,9	4,6	4,5	4,6	4,6	4,5	4,4	5,1	5,1	5,1	5,1	5,0	5,1	5,1	5,1	5,1	4,9	4,8	4,9	5,0	4,8	4,9	16,1	14,50	13,60
SP	31,0	33,1	33,5	35,1	35,5	35,8	37,0	35,8	37,2	35,9	35,4	35,6	36,3	36,1	34,7	36,4	35,9	37,5	35,8	34,1	35,3	34,1	35,2	35,7	39,5	40,20	37,70	
GB	16,7	14,6	14,4	14,9	14,8	14,5	14,3	14,0	14,0	13,6	14,1	13,2	13,2	12,4	12,0	12,4	11,1	12,6	12,2	11,4	11,2	11,8	11,5	11,3				
Sul	15,3	16,5	16,0	15,9	16,2	15,8	16,1	17,2	16,1	17,9	16,9	16,7	17,2	17,4	17,8	16,7	16,6	16,1	16,4	17,6	17,5	17,7	17,3	18,2	17,0	18,10	17,30	
PR	2,9	3,8	4,1	4,2	4,9	4,6	5,0	5,2	4,4	5,7	4,4	4,7	5,5	6,1	6,4	5,7	5,4	5,2	5,4	6,5	6,1	6,5	6,1	6,8	5,5	6,50	5,90	
SC	2,2	2,9	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4	2,6	2,6	2,5	2,6	2,5	2,6	2,5	2,3	2,2	2,2	2,2	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8	2,90	3,30	
RS	10,1	9,8	9,2	9,1	8,9	8,8	8,7	9,5	9,3	9,6	9,9	9,5	9,1	8,8	8,8	8,5	8,9	8,7	8,8	8,9	8,9	8,6	8,6	8,6	8,7	8,70	8,10	
C-Oeste	2,1	1,6	1,9	1,7	1,7	1,9	1,9	2,4	2,4	2,5	2,3	2,1	2,4	2,3	2,4	3,1	3,8	3,0	3,3	3,5	3,1	3,2	3,3	3,1	3,6	4,00	5,00	
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,40	0,60	
MT	0,9	0,7	0,9	0,8	0,6	0,6	0,9	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9	1,1	0,9	1,0	1,2	1,3	1,0	1,1	1,2	1,0	0,9	1,0	1,0	1,1	0,80	1,10	
GO	1,2	0,9	1,0	0,9	1,1	1,3	1,0	1,4	1,3	1,5	1,3	1,2	1,3	1,4	1,4	1,5	1,7	1,7	1,8	1,9	1,8	1,9	1,9	1,7	1,6	1,50	1,90	
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,8	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,9	1,30	1,40	

Fonte: FGV e IBGE



O gráfico 2 apresenta o comportamento do PIB de Mato Grosso, de 1947 a 1980. Observa-se que a economia mato-grossense apresentou crescimento na participação do PIB nacional, partindo de 0,8% (1947) a 1,0% (1960), a partir daí, a participação variou entre 1,0% e 1,2%, quando atinge 1,7% (computando-se o espaço mato-grossense, com o PIB de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul). Este gráfico mostra que, a partir da incorporação de terras dos cerrados e da implantação da agricultura moderna e mecanizada, aumenta a participação do espaço mato-grossense na produção anual de riqueza.

4.7 - Síntese conclusiva do capítulo

Com a ascensão do governo Getúlio Vargas, em 1930, ocorreram diversas mudanças econômicas, políticas e sociais no país, que afetaram a economia de Mato Grosso. Visando a ocupação das áreas “vazias” do Centro-Oeste, foi criado o programa Marcha Para o Oeste, no

qual se inseriu a colonização das áreas de fronteira (Sul de Mato Grosso). Para alcançar este objetivo, foi necessário quebrar o monopólio da Companhia Matte-Laranjeira, com a criação do Território Federal de Ponta Porã, na área onde a empresa detinha o arrendamento, para a exploração econômica.

A produção de erva-mate significou o produto mato-grossense com maior participação no total da economia brasileira, atingindo 30% da produção nacional, (apesar de economicamente já estar em decadência desde o fim do monopólio) até praticamente se extinguir, na década de 1960.

Com o fim do território de Ponta Porã, foi criada a Colônia Agrícola de Dourados, onde ocorreu a transferência de grande contingente de imigrantes para as terras do Sul de Mato Grosso, cuja colonização se deu por minifúndio (lotes de 30 hectares), propiciando o surgimento de uma grande quantidade de cidades na região, cuja fertilidade do solo é uma das melhores do país.

A implantação das charqueadas visou o aproveitamento do gado na planície pantaneira, cujas instalações seguiam o caminho das águas (rede fluvial de transporte), alterando o caminho com a implantação da ferrovia, em 1914, que passou a atrair as plantas destas empresas industriais ao longo dos trilhos, de Corumbá, passando por Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, atingindo a região de Três Lagoas. Esta foi a principal atividade econômica do Sul de Mato Grosso, sendo responsável pelo fornecimento do mercado interno e externo. A atividade da pecuária foi o setor mais dinâmico, no período de 1930 a 1970, com o fornecimento de boi em pé (para engorda) para as internadas paulistas, com a produção de charque e outros derivados dos bovinos (sangue, couro, chifre, etc.).

Por sua vez, a agricultura da Mato Grosso permaneceu, no período de 1930 a 1970, como uma agricultura de subsistência, fornecendo produtos para a demanda local. Em relação a produção nacional, a produção de Mato Grosso não ultrapassava mais do que 1%, exceto o arroz, cujo percentual variou de 1% até 6% no período, o feijão que atingiu 3% e a mandioca que atingiu 2,5%.

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreram modificações em sua estrutura produtiva de grande impacto em relação ao passado. Na pecuária, com o sistema de engorda do gado, a partir da década de 1950, e a vinda de frigoríficos modernos, é que se inicia timidamente o processo de agregação de valor aos produtos locais, com destino aos mercados metropolitanos (São Paulo, Rio de Janeiro, etc.). Na agricultura, este segmento torna-se importante, em termos nacionais, somente a partir da expansão da fronteira agrícola, com a modernização do

campo, em meados da década de 1960, a partir do uso de insumos e equipamentos e da utilização de sementes adaptadas à produção no cerrado (principalmente a soja), permitiram a incorporação de grande contingente de terras na produção agrícola brasileira.

Vários acontecimentos antecedentes vão sinalizando mudanças que alteram a estrutura existente, como a maior dinâmica econômica de Mato Grosso, que ocorre fortemente na região Sul, quando da implantação da ferrovia (1914 - 1ª fase e 1953 - 2ª fase), que propiciou grande intercâmbio com a industrializada São Paulo, no qual, a média de entrada de produtos paulistas na região foi de 65%, enquanto que a venda de produtos locais para o mercado paulista foi de 50%. A intervenção do governo central, principalmente na questão de terras, no enfrentamento com a Cia. Matte-Laranjeira, que significou grande obstáculo para a ocupação e desenvolvimento econômico de Mato Grosso. Sendo que a companhia tinha receitas maiores que a do Estado e passou, nas décadas de 1920 e 1930, a financiar parte das despesas públicas de Mato Grosso. Com a criação do território de Ponta Porã, quebra-se a “espinha dorsal” do monopólio e abre-se caminho para o programa federal Marcha Para Oeste, que visava “nacionalizar” as terras das fronteiras brasileiras, e, por outro lado, objetivava reduzir as fortes tensões sociais advindas da crise da década de 1920. Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)³⁷, permitiu-se o surgimento de um conjunto de cidades, cuja atividade principal era a agricultura. Dourados, Fátima do Sul, dentre outras, tornaram-se foco de atração de colonos das regiões Sul e Nordeste, das regiões metropolitanas e das pequenas cidades do interior paulista, apesar do fracasso em que se constituiu este projeto do Governo Central. E por fim, o grande fluxo comercial entre o Sul de Mato Grosso e São Paulo propiciou a transferência do conjunto de comerciantes que atuavam em Corumbá (até a implantação da estrada de ferro) para Campo Grande, tornando a cidade a principal responsável pelo desenvolvimento econômica do Mato Grosso. Ao centralizar também as unidades militares e de órgãos públicos estaduais e federais, a cidade tornou-se um pólo de desenvolvimento muito mais dinâmico que o representado pela capital Cuiabá e pela decadente Corumbá.

Desta forma, a riqueza gerada no campo, pela criação pecuária em conjunto com o desenvolvimento urbano-comercial, permitiu a integração ao mercado nacional. Entretanto, este desenvolvimento só foi possível com a vinda de um conjunto de migrantes vindos de várias partes do país e de alguns países, e que, através de seu conhecimento nas atividades

³⁷ No então território de Ponta Porã.

agrícolas, pecuárias, comerciais e de alguns serviços, possibilitou a conformação regional e a estrutura e dinâmica de Mato Grosso, no período de 1930 a 1979.

Tal quadro apresentava a região de Mato Grosso como uma fornecedora de alimentos (bovinos) e de matérias-primas para a região Sudeste, especificamente do Estado de São Paulo, com quem mantinha compras no patamar de 85% e vendas no montante de 90% do total do comércio inter-regional local.

Assim, a economia de Mato Grosso caracteriza-se como uma economia dependente, fornecedora de produtos primários com baixa agregação de valor e uma consumidora de produtos industrializados da economia de São Paulo. Esta complementaridade entre as regiões permitiu o desenvolvimento das atividades primárias, as quais tornaram a região especializada na produção de bovinos até 1970.

Em relação ao desenvolvimento industrial, Mato Grosso apresentou-se com uma incipiente estrutura industrial, cujos gêneros industriais foram se desenvolvendo até 1970, quando possuía ao menos uma empresa em cada gênero industrial (exceto os produtos farmacêuticos/veterinários). Corumbá, Campo Grande e Cuiabá foram as cidades onde ocorreu maior desenvolvimento na indústria, graças ao maior desenvolvimento urbano e disponibilidade de matérias-primas e mão-de-obra.

CAPÍTULO V – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL NAS FASES DE DESCONCENTRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO ECONÔMICA DA NAÇÃO (1970-2004)

5.1 – Introdução

A partir da década de 1970, os Estados da região Centro-Oeste foram incorporados à economia nacional, através dos programas federais, que possibilitaram a expansão da fronteira agrícola para a Região e a modernização da agricultura, visando gerar divisas para fazer frente à crise internacional. Dentro deste processo, ocorre o desmembramento e a criação de Mato Grosso do Sul. Visando captar as transformações advindas deste processo, esta parte do trabalho objetiva demonstrar como se conformou a estrutura e a dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul, de 1970 a 2004.

Na primeira parte do capítulo, demonstram-se os principais fatos que contribuíram para a conformação sócio-econômica, urbano-demográfica do Estado, a partir da ampliação da rede de transportes rodoviário. Apresenta-se o papel das políticas federais, baseados em programas especiais que permitiram a expansão e modernização da fronteira agrícola para o Mato Grosso do Sul. Posteriormente, analisa-se a economia de Mato Grosso do Sul, a partir da modernização da agricultura em âmbito nacional, do desenvolvimento do comércio e da estrutura da indústria. No item posterior é apresentada a questão do comércio inter-regional, destacando-se a redução da hegemonia do mercado paulista, para uma maior diversificação comercial com o aumento da relação com outras praças, contudo, sem perder importantes vínculos com a economia de São Paulo. Por fim, é apresentado o processo de conformação urbano/demográfico e social de Mato Grosso do Sul, a partir do desenvolvimento das cidades.

5.2 - A Formação da Economia de Mato Grosso do Sul

5.2.1 – Expansão regional da rede de transportes

O processo de industrialização da economia brasileira, na década de 1950, com a implantação da industrialização pesada, completa-se na década de 1970, com uma moderna estrutura industrial. Ganha força a produção de bens duráveis, principalmente bens de transporte (carros, caminhões, etc.), determinando a demanda por infra-estrutura de transportes. Para atender ao crescimento destes setores, fez-se necessário a ampliação da produção agropecuária nacional, visando baixar os preços dos alimentos, mantendo os salários nas regiões urbanas do centro-Sul sob controle, além de diminuir pressões sociais, com a concessão de terras para plantio. Neste contexto, a região Centro-Oeste ganha importância, a partir da expansão da fronteira agrícola, pelo processo de integração do mercado nacional via rodovias, que sedimenta o mercado nacional, ao permitir que regiões, até então “isoladas” no interior, passem a contar com transporte regular de cargas e passageiros, possibilitando assim o alargamento da fronteira agrícola brasileira, tendo como principal agente o transporte rodoviário. Em complemento, a transferência da capital da República para Brasília-DF torna-se um fator de atração para a região central do país.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960) iniciou, na região Sul de Mato Grosso, os investimentos federais com a implantação de rodovias que cortam o Estado de Norte a Sul, de leste a Oeste, cuja pavimentação é realizada durante os governos militares (1964-1985).

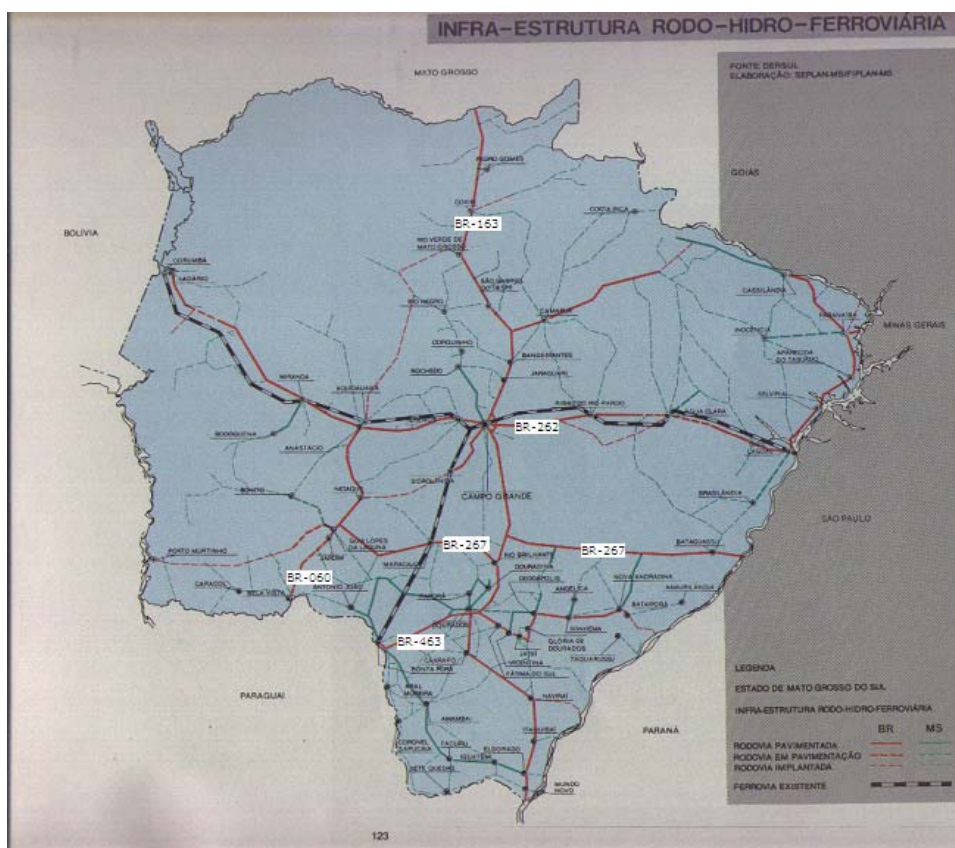
As principais rodovias federais (Figura 6) em Mato Grosso do Sul são as seguintes:

- a) BR-262 inicia-se na região próxima à fronteira com o Estado de São Paulo, próximo ao município de Três Lagoas, passando pelos municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Campo Grande, Aquidauana, Miranda e se estende até a fronteira com a Bolívia (Corumbá);
- b) A BR-163 tem início na fronteira com o Estado do Paraná, próximo ao município de Mundo Novo, passando por Eldorado, Naviraí, Caarapó, Dourados, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul (entroncamento), Campo Grande, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Coxim, estendendo-se até Sonora, na fronteira com o Estado de Mato Grosso;

- c) A BR-267 tem início no município de Bataguassu na fronteira com São Paulo, passando por Nova Alvorada do Sul (entroncamento), Rio Brillhante, Guia Lopes da Laguna, Jardim, até Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai.
- d) A BR-060 tem início no município de Bela Vista, passando por Nioaque, Sidrolândia, Campo Grande, Bandeirantes, Camapuã. Até chegar a Chapadão do Sul, próximo à divisa com Minas Gerais.

A partir da implantação destas vias de escoamento da produção nacional (agropecuária e industrial), a fronteira agrícola, que se concentrava na região Sul e Sudeste do país, passa agora para a região Centro-Oeste, com o desenvolvimento da atividade rural através da incorporação das terras do cerrado³⁸ e a vinda de migrantes que recebem subsídios do governo federal para implantar nestas terras as culturas agrícolas comerciais, visando ampliar a pauta de exportações brasileiras, para aumentar as cambiais.

Figura 6 - MS: Rede de Transporte - 1990



Fonte: Diretrizes de Ação governamental (1988/91)

³⁸ A pequena propriedade praticamente não existe como unidade produtiva nos cerrados devido aos custos dos insumos (matérias-primas, trabalho, energia, etc.) e dos equipamentos, para atingir economias de escala que compensassem os investimentos realizados, transformaram esta área no território econômico da agroindústria que é diferente do domínio agro-mercantil nordestino.

5.2.2 - Planos e Programas Federais de Desenvolvimento

O Governo Federal, através dos programas de integração da economia nacional, possibilitou a inserção da região Sul de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul) no processo, através da expansão da fronteira agrícola, visando modernizar a produção agropecuária do país, transformando a atividade em moldes capitalistas empresariais.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que vigorou de 1972 a 1974, incluía no seu arcabouço o Programa de Integração Nacional (PIN) cujo objetivo principal era a integração das regiões Centro-Oeste e Amazônica. Devido à necessidade de aumentar a quantidade de matérias-primas e alimentos destinados ao setor industrial das regiões desenvolvidas do país, e para cumprir metas de exportação, o Governo Federal lança o Programa “Corredores de Exportações” incluído no I PND, em 1972, visando “aumentar e diversificar a exportação de excedentes agropecuários, modernizar a economia agrária com a formação de infra-estrutura de produção e comercialização e incentivar o mercado interno”.

Objetivando criar infra-estrutura ao desenvolvimento agropecuário do Centro-Oeste, surge o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE)³⁹, responsável pela implantação do conjunto de rodovias Federais na região. A pavimentação da BR-163 e BR-267 possibilitou a penetração e expansão das atividades produtivas do setor agropecuário no Estado.

O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foi o principal programa na conformação da estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul, ao incorporar ao processo produtivo agropecuário nacional grande quantidade de terras.

Desta forma, os programas federais (PIN e POLOCENTRO), possibilitaram a transformação econômica em Mato Grosso do Sul, na década de 70, com a rápida e forte expansão da cultura da soja e do trigo e a transformação na criação pecuária de extensiva para intensiva.

O resultado positivo atingido pelo I PND levou o Governo Federal a adotar o II PND (1975-1979), com programas que favoreceram o Mato Grosso do Sul, tais como:

a) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), lançado em abril de 1976, com o objetivo de modernizar a agricultura da região. Este programa abrangeu

³⁹ Campo Grande foi diretamente beneficiada pelo Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE, instituído e executado no governo Médici, pelo Decreto-Lei 1.192, de 08/11/1971. O programa atendeu os setores de transportes, armazenamento, frigoríficos, saneamento e energia elétrica.

uma área de 84,6 milhões de hectares, em 22 municípios da região da Grande Dourados⁴⁰. As terras férteis da região levaram os planejadores a buscar *fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais*. O programa executou ações nas áreas de transportes, armazenamento, energia, combate à erosão, pesquisa e assistência técnica e promoção e apoio logístico, num montante de US\$ 23.977.310,00 (ABREU, 2001).

b) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)⁴¹, foi um programa criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), cuja duração ocorreu entre 1974 e 1978. O objetivo do programa era se constituir em um conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal Mato-Grossense de condições para uma “... *melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional*.” (ABREU, 2001). Os objetivos específicos do programa eram o controle das enchentes, regulação dos rios, obras de infra-estrutura voltadas para a transformação da pecuária, colocando-a em “bases capitalistas”. A área abrangida pelo programa foi a de 26 municípios, correspondendo a 47,2% da população do Mato Grosso (na época). A caracterização do programa se deu pela construção e melhoramento de estradas-troncos, dentre elas a BR-262, construção de ponte no Porto da Manga (Rio Paraguai), a Transpantaneira (Cuiabá-Corumbá); construção de poços artesianos e de canais-tronco e vicinais, visando ao saneamento rural; da construção de armazéns e frigoríficos que foram contemplados na programação do PRODEPAN, além da criação de uma fundação universitária. Para execução do Programa, a SUDECO elaborou um elenco de projetos envolvendo a ação direta do governo federal e o estímulo à iniciativa privada em 5 linhas de ação⁴²: a) *transporte*, b) *saneamento ambiental*,; c) *energia*,; d) *desenvolvimento da pecuária*; e) *industrialização*, com investimentos em pesquisa promoção industrial e financiamento da implantação e ampliação de frigoríficos.⁴³. (ABREU, 2000).

c) Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), implantado em janeiro de 1975 e que possibilitou a ocupação de 48% da área do atual Mato Grosso do Sul.

⁴⁰ Foram eles: Amambaí, Anaurilândia, Antônio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

⁴¹ Baseado em ABREU, Silvana (2000).

⁴² Responsabilidade do Ministério dos Transportes; Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS); Companhia de Energia de Mato Grosso; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); SUDECO respectivamente.

⁴³ Exposição de Motivos nº 069 – B/74, e 29/4/1974 encaminhada ao Presidente da República. Todavia, ao ser lançado por Geisel, o PRODEPAN teria, de fato, Cr\$ 495 milhões no período programado – 1974/76.

Isto se deu pela incorporação de 3,7 milhões de hectares de cerrados, com emprego de tecnologia e de financiamento, pesquisa agropecuária combinada com investimentos em infraestrutura de transporte, energia elétrica, armazenagem, apoio técnico ao produtor rural e crédito rural orientado. Este programa consistiu na conjugação de pesquisas, experimentação e promoção agropecuária, reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientado, aliados à criação de infra-estrutura de apoio à produção, tais como: estradas vicinais, eletrificação, armazenagem e comercialização SEF-MT (1977), e que propiciou a incorporação de mais de 915.000 hectares à produção agropecuária de Mato Grosso do Sul, no qual as principais atividades privilegiadas foram a sojicultura e a pecuária. Enquanto as lavouras ficaram com 6,6% dos recursos destinados, foi de 93% os destinados às pastagens. (ABREU, 2003).

d) Programa Nacional de Papel e Celulose – (PNPC), lançado em dezembro de 1974, vigorou até 1983. Visando a criação de Distritos Florestais no país, para ampliar a produção de papel e celulose, através de incentivos fiscais (recursos a fundo perdido) para empresas de reflorestamento e indústria de Papel e Celulose. Neste processo, o impacto do Programa em Mato Grosso do Sul foi a criação do Distrito Florestal, no eixo Campo Grande-Três Lagoas, que reflorestou 460 mil hectares com “*eucalyptus*” e 30 mil de *pinus* destinados às indústrias de madeira, mobiliária e papel celulose. A área florestal abrangeu Ribas do Rio Pardo, (299.119 ha); Água Clara (110.756 ha), Três Lagoas 54.506 ha e Brasilândia (18.980 ha), além de partes dos municípios de Camapuã, Aparecida do Taboado e Sidrolândia.

e) Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), programa criado em 1975, objetivando substituir a importação de petróleo, representa o final dos programas federais na década de 70. Através de crédito para a instalação de destilarias, nas regiões norte e leste de Mato Grosso do Sul.

f) A construção do Sistema Hidrelétrico de Urubupungá (Usinas de Ilha Solteira e Jupiá). O complexo de Urubupungá teve sua construção concluída em 1974, com uma potência instalada de 2,04 milhões de KW, sendo 1,2 milhões de Jupiá e 840 mil de Ilha Solteira. O governo do Estado de São Paulo foi o responsável pela obra, que possibilitou o suprimento de energia elétrica a parte da economia sul-mato-grossense, e permitiu a sua expansão urbana.

Estes programas incluem-se nos Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND) dos governos militares, visando a integração da economia nacional, a partir da desconcentração da economia brasileira (no período de 1970 e 1985). Os estudos realizados pelo conjunto de

órgãos de desenvolvimento regional (Superintendências, como a SUDECO), apontaram que a solução para a economia brasileira era a incorporação dos espaços vazios do Centro-Oeste na economia nacional e o aproveitamento do seu espaço para novas oportunidades de empreendimentos.

Neste contexto, ocorreu a migração de capitais produtivos para a região, dentro do processo de desconcentração da produção industrial brasileira. Assim, foram criados vários grupos econômicos para desenvolver a agricultura comercial e, com as crises internacionais (petróleo e financeira), a região se insere na política macroeconômica, no esforço de geração de divisas.

A partir de 1977, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorreu a inserção da economia sul-mato-grossense no processo de desconcentração, através da atração de investimentos na agroindústria, principalmente de empresas de São Paulo, do setor frigorífico e de esmagadoras de soja, ligados ao mercado internacional e à região Sul.

5.3 – A modernização da agricultura brasileira (1970/1980)

A expansão da fronteira agrícola teve duas importantes fases no Brasil: a primeira na década de 1930, com a transferência da fronteira cafeeira de São Paulo para o Paraná e a segunda, a partir da década de 1940, com a expansão para a região Centro-Oeste⁴⁴.

Até o fim da década de 60, os projetos do governo federal para a região do Centro-Oeste visavam “interiorizar o Brasil”, através de programas de colonização. No início da década de 70, surge uma nova estratégia para o Centro-Oeste e para Mato Grosso do Sul, visando o desenvolvimento e a modernização econômica.

Foi nessa fase que o Estado se consolidou como fronteira agrícola e produtor de matéria-prima e alimentos para exportação. Com a implantação da cultura da soja, alterou-se a criação de gado, que passou a engordar e exportar o gado para o Sudeste, estabeleceu-se um sistema de transporte, que favoreceu a integração econômica e regional, o crédito agrícola barato que propiciou novas atividades agropecuárias, até mesmo florestal.

O processo de modernização da agricultura brasileira tem início durante os governos militares (1964-1985), como forma de combate às lutas sociais no campo⁴⁵. Foram realizados

⁴⁴ A expansão da fronteira para a região Amazônica a partir do PIN (1970) como resposta à seca na região Nordeste é considerado um movimento de fronteira ainda não consolidado. (MARTINE, 1982: 53).

diversos investimentos visando povoar a fronteira agrícola brasileira, tendo a emenda nº 10, de 10 de novembro de 1964, alterado a forma de desapropriação de terras e, em 30 de novembro do mesmo ano, foi promulgado o Estatuto da Terra (lei nº 4.505).

Neste processo, o governo optou pela modernização tecnológica da agricultura brasileira, incorporando novas áreas às já existentes na fronteira agrícola. O projeto do “*novo padrão agrícola*” implantado no país tinha na utilização de equipamentos moto-mecânicos (tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras mecânicas e outros maquinários), além de insumos químicos e biológicos (sementes selecionadas, fertilizantes, antibióticos e vacinas para animais, agrotóxicos, corretivos e defensivos) sua plataforma de produção. Os impactos da política agrícola foram sentidos em outros setores da economia, tais como o aumento e melhoria das vias de transportes, transformações na comercialização dos produtos agrícolas, criação ou modernização de cooperativas e/ou agroindústrias; aumento do crédito subsidiado, mudanças nas relações de emprego e na estrutura de classes no campo. Neste rol de transformações, o modelo modernizante da agricultura contribuiu para o aumento das desigualdades sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Desta forma, a partir de fins dos anos 60 e início dos anos 70, ocorreu a expansão da fronteira agrícola brasileira, com o aproveitamento dos cerrados e a abertura de novas terras para a exploração agrícola e pecuária. A motivação para este processo foi a expansão da agricultura para exportação, dentro do lema do governo federal “*exportar é o que importa*”. A forma de estimular o desenvolvimento da agricultura foi o ênfase no crédito rural (GRAZIANO DA SILVA, 1981: 29) e o desenvolvimento das culturas comerciais “*modernas*” (cana, café, soja, trigo, etc.) em detrimento às culturas de subsistência “*tradicionais*” (arroz, mandioca, feijão, etc.).

A lucratividade maior das culturas comerciais provocou a busca por economias de escala, com o aumento das unidades produtivas rurais como forma de obter lucros maiores, diferentemente da estrutura existente até então nas culturas tradicionais, provocando concentração da estrutura fundiária.

A expansão econômica da região Centro-Oeste ocorreu com a incorporação da fronteira de recursos naturais, tal como já havia ocorrido durante a colonização de São Paulo e do Paraná, com a diferença de que, para o Centro-Oeste, a principal ferramenta do modelo de

⁴⁵ Provocadas pela gestão de João Goulart, que explicitou a necessidade de reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária), que criou a SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária), em 1962. Foi criado em 1964 o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) em substituição ao SUPRA. Este órgão foi o principal executor da colonização oficial.

colonização foi o volumoso subsídio às atividades caracterizadas pelas “fazenda-empresa” de grande escala, ou seja, a “*empresa rural*”.

Este processo aconteceu através dos programas federais (I e II PND), cujos principais programas de colonização do Centro-Oeste⁴⁶ e cuja área abrangeu boa parte de Mato Grosso do Sul. Os programas foram o POLOCENTRO, que permitiu a ocupação do cerrado⁴⁷ e o PRODEGRAN, na região de Dourados, no Sul de Mato Grosso do Sul. Para a ocupação do cerrado foi necessária a utilização de corretivos para o solo, principalmente o calcário e magnésio, bem como fertilizantes (fosfato, nitrogênio e enxofre), com o objetivo de suportar uma atividade agrícola permanente.

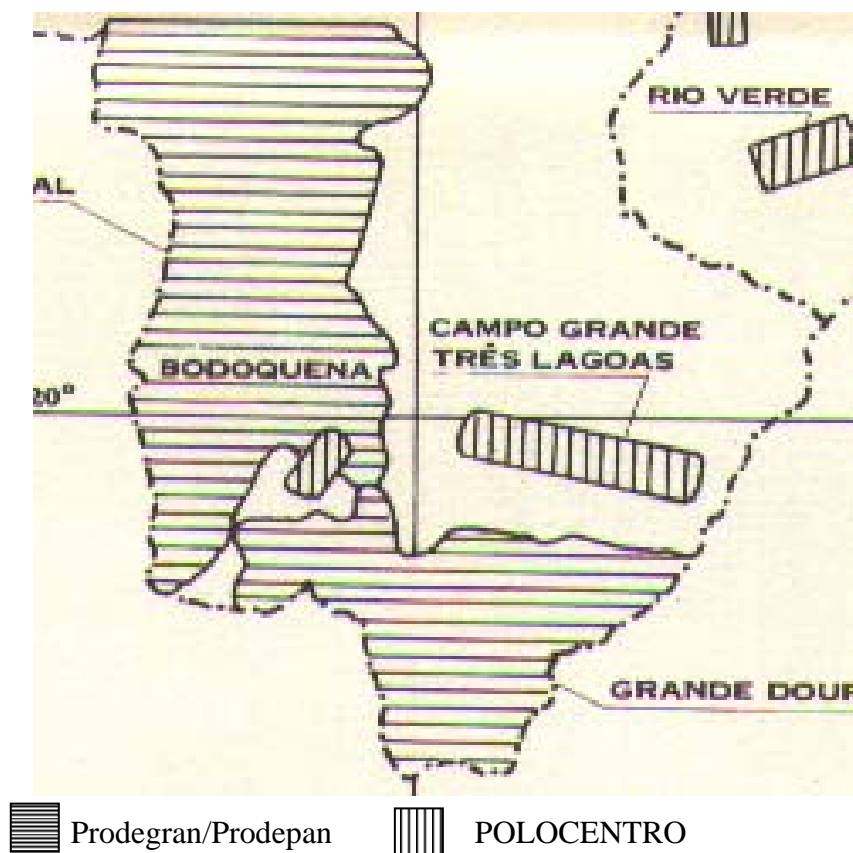
A opção pela eficiência produtiva levou os planejadores a optarem por estratégias de implantação de infra-estrutura rural e através de linhas especiais de crédito rural, como forma de alavancar o processo. A opção por “*empresa rural*” ou fazenda empresa comercial ocorreu devido à necessidade de implantação e abertura de novas áreas de cultivo, no modelo de ocupação por latifúndio, com a concentração de terras nas mãos de proprietários rurais com experiência e capital em suas regiões⁴⁸ (já saturadas) e que necessitavam de escala para ampliar a produção, bem como para conter a ocupação anti-ecológica representada pelas práticas agrícolas tradicionais (GOODMAN, 1978: 325), pois parte do sistema florestal deu lugar à pequenas propriedades.

⁴⁶ O reconhecimento da necessidade de ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste e da região Norte se deu em função da seca que assolou o Nordeste brasileiro, demonstrando assim a importância da reapreciação da política de desenvolvimento regional até então implantadas no país.

⁴⁷ Área do Planalto Central que se estende por 50% da região Centro-Oeste, aproximadamente 821 mil quilômetros quadrados, incluindo dois terços de Goiás e parte de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁴⁸ Produtores rurais da região sul do país (gaúchos e paranaenses),

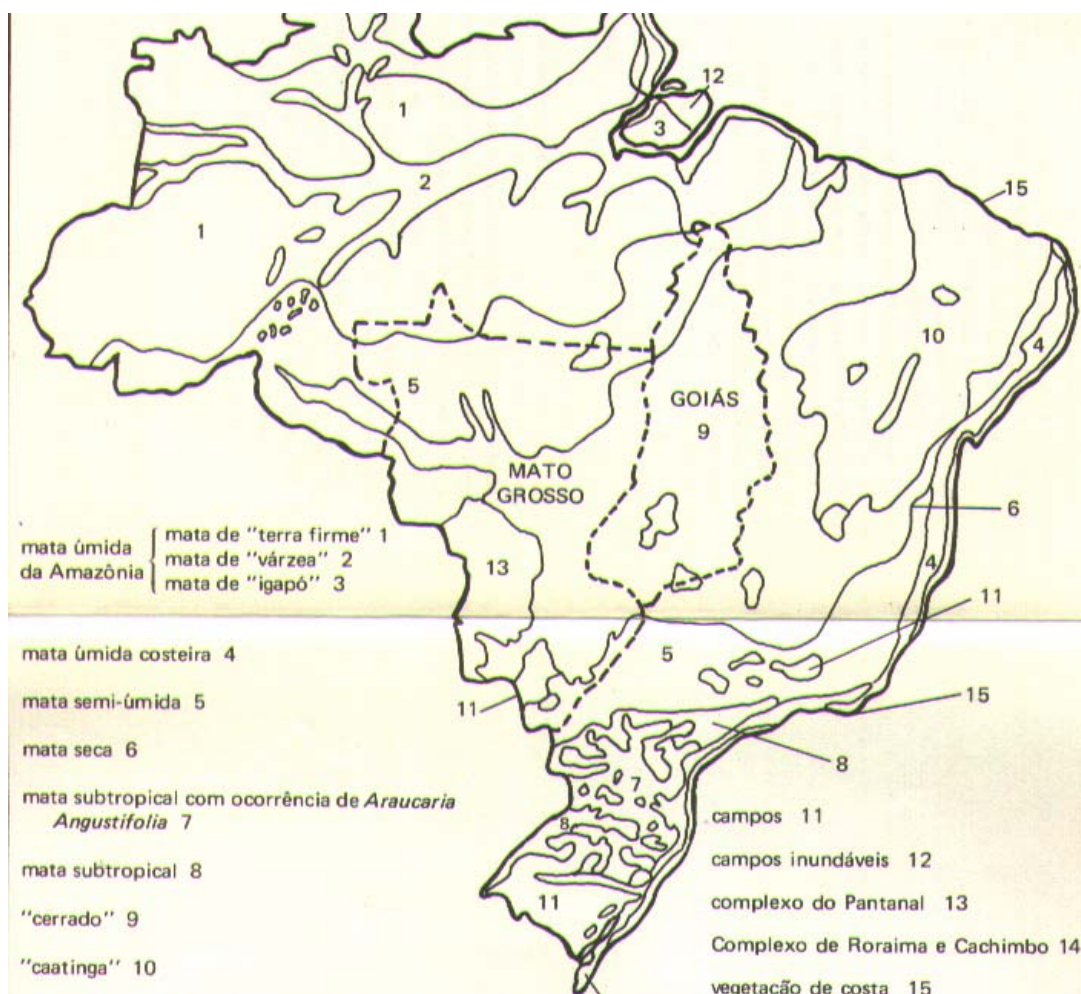
Figura 7 - Programas especiais (POLOCENTRO e PRODEGRAN) em MS



Fonte: Goodman, 1978.

O II PND (1975-1979) tinha como metas para a agricultura, taxas de crescimento de 7% ao ano, com a incorporação de terras do cerrado. O POLOCENTRO visou incorporar 3.7 milhões de hectares à produção agropecuária, com 1,8 milhão em culturas aráveis (arroz, soja, milho, algodão, amendoim e abacaxi).

Figura 8 – Mapa da vegetação do Brasil



Fonte: GOODMAN, 1978

A região do cerrado abrange toda a área de Goiás, parte do Maranhão, Piauí, Tocantins e Mato Grosso, além de englobar praticamente 2/3 da área de Mato Grosso do Sul. No mapa, observa-se também a área do Pantanal, que tem 2/3 de sua área em Mato Grosso do Sul e 1/3 em Mato Grosso.

A implantação do POLOCENTRO processou-se através de um conjunto de instrumentos políticos (crédito rural, a pesquisa e extensão agrícola, titulação de terra e investimento público em estradas, armazenagem e eletrificação rural). Os incentivos do programa foram as linhas especiais de crédito rural, com capital de giro e financiamento a prazo de juros abaixo do mercado; o financiamento pelo POLOCENTRO excluiu a correção monetária, subsidiando desta forma os tomadores dos recursos. As linhas de crédito para à mecanização agrícola e compras de máquinas tiveram financiamento subsidiados de 15% em 12 anos, além do financiamento dados às agências do governo estadual, cooperativas e firmas privadas que compraram equipamento pesado e tratores, para alugar as fazendas no cerrado.

Neste contexto, foram disponibilizadas linhas de crédito com juros e carência privilegiadas, para empréstimos e garantias, visando estimular a tomada de recursos para investimentos, conforme nota-se no quadro 6. Cita-se como relevante estímulo, as baixas taxas de juros e o longo período para saldar o débito.

Quadro 6 – POLOCENTRO: Linhas de crédito por atividade

Atividade e uso	Taxa juros	Maturidade (anos)	Carência (anos)	Garantia
a) preparação inicial da terra				*
1) limpeza da terra	7	12	6	*
2) trabalho de conservação do solo	7	12	6	*
3) aplicação de cal e corretivos no solo	0	5	2	*
b) formação de capital na fazenda	15	12	6	*
1) Estradas internas da fazenda	15	12	6	*
2) eletrificação na fazenda e comunicações	15	12	6	*
3) Armazéns, silos, currais e cercas	15	12	6	*
4) Formação de Pasto permanente	15	12	6	*
5) Despesas legais relacionadas com escrituras de propriedades	15	12	6	*
6) Barragens, drenagem e trabalhos de irrigação	15	12	6	*
7) Compra de maquinaria e implementos para a fazenda	15	12	6	*
8) Compra de ceifeiras, tratores, máquinas, etc.	15	12	6	*
9) Compra de veículos, barcos e aeroplanos	15	12	6	*
10) outros gastos com capital fixo	15	12	6	*
c) Compra, transporte e aplicação fertilizantes	0	5	2	*
d) aquisição de maquinaria pesada, equipamento, etc. para preparação e limpeza da terra.	15	12	1	*
e) Requisitos para capital de giro	12			*
1) agricultura arável	12	3		*
2) Gado para engordar e laticínios	12	Não definido		*
3) entidades de aluguel de equipamentos	12	1		*

Fonte: POLOCENTRO, Regulamento. Obs: * Garantia dada pela escritura da propriedade

Desta forma, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, foi um programa de estímulo deliberado à colonização pelo grande latifúndio, às chamadas empresas-fazendas, de acordo com a declaração apresentado no programa: “... *promover o desenvolvimento e modernização das atividades agrícolas na região Centro-Oeste... via a ocupação racional de áreas com características de cerrado e sua exploração numa escala empresarial*” (POLOCENTRO apud GOODMAN, 1978: 327).

GOODMAN (1978: 327) aponta como se deu a opção pelo latifúndio:

“Este ponto é reforçado pelas provisões quanto à apresentação de projeto, tamanho de empréstimo, requisitos de garantia real, formação do capital na fazenda, mecanização, etc. O fundamento dado para esta orientação é de que a tecnologia recomendada para as áreas de cerrado, excede a capacidade financeira e técnica dos pequenos fazendeiros.”

Ainda de GOODMAN, tem-se que a escolha do modelo para a colonização intensiva em capital deu-se devido às dificuldades de implementar um programa para beneficiar os pequenos fazendeiros e trabalhadores sem terra, que exigiria mudanças institucionais radicais, uma vez que os sistemas de distribuição de serviços rurais no Brasil, tais como o crédito, extensão, suporte de preço e aluguel de equipamento certamente não são “neutros em escala”. Neste contexto, uma política alternativa de colonização com o pequeno fazendeiro é incompatível com a rápida expansão e mobilização dos excedentes agrícolas líquidos, dentro da atual infra-estrutura institucional.

O resultado desta expansão e colonização na região do cerrado em Mato Grosso do Sul foi a atividade rural, caracterizada através de latifúndios, com a seguinte estrutura fundiária:

Tabela 47 – MS: Estrutura fundiária, por número de estabelecimento – 1950/1985.

Anos =>	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%
Grupo de área (ha)												
até 10	768	7,0	10.212	29,0	24.351	40,6	22.279	38,5	13.206	27,5	14.916	27,3
de 10 a 99,99	3.337	30,5	16.088	45,7	22.348	37,2	20.823	36,0	16.786	34,9	18.750	34,3
de 100 a 999,99	3.634	33,2	5.075	14,4	8.396	14,0	9.726	16,8	12.066	25,1	14.674	26,9
de 1000 a 9999,99	2.732	25,0	3.349	9,5	4.356	7,3	4.480	7,7	5.307	11,0	5.758	10,5
Acima de 10000	476	4,3	495	1,4	550	0,9	537	0,9	510	1,1	457	0,8
Sem declaração					13	0,0	8	0,0	161	0,3	76	0,1
Total	10.947	100,0	35.219	100,0	60.014	100,0	57.853	100,0	48.036	100,0	54.631	100,0

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários e Anuário Estatístico do Brasil.

A Tabela 47 mostra que, em relação ao número de estabelecimentos rurais em Mato Grosso do Sul, desde 1950, os imóveis entre 10 e 100 hectares são mais abundantes, somente em 1975 a quantidade de estabelecimentos deste grupo é menor que a das unidades até 10 hectares, voltando a ser a maior a partir de 1980.

Tabela 48 – MS: Estrutura fundiária, por área – 1950/1985.

Área (ha)	Anos				
	1950	1960	1970	1975	1985
até 10	3.776	49.536	116.252	110.117	64.490
De 10 a 99,99	124.410	480.828	658.004	637.474	670.574
De 100 a 999,99	1.439.647	1.891.285	3.062.289	3.549.238	5.406.314
De 1000 a 9999,99	8.542.871	10.358.999	12.791.959	12.928.939	15.444.608
Acima de 10000	11.868.640	10.382.922	11.849.323	11.466.817	9.522.824
Total	21.979.344	23.163.570	28.477.827	28.692.585	31.108.810

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários e Anuário Estatístico do Brasil

Observa-se da Tabela 48 que o número de hectares para os grupo de área acima de 1.000 por unidade foi de 20.411.511 ha ou 92,9% (1950), atingindo 20.741.921 ha ou 89,55% (1960); 24.641.282 ha ou 86,53% (1970) e de 24.395.756 ha ou 85,0% (1975). Estes dados indicam que do total da área rural de Mato Grosso do Sul, acima de 85% são latifúndios.

Em relação à participação de Mato Grosso do Sul no número de estabelecimentos agropecuários da região Centro-Oeste, têm-se o seguinte:

Tabela 49 – Participação de estabelecimentos agropecuários de MS/CO – 1940/1995.

Estados	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Mato Grosso do Sul	10,74	16,76	26,72	27,84	25,40	21,34	20,43	20,38

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários e Anuários Estatísticos do Brasil.

Da Tabela 49, observa-se que a participação de Mato Grosso do Sul no número de estabelecimentos rurais do Centro-Oeste apresentou aumento de 1940 a 1970, quando atingiu o maior percentual, caindo desde então até atingir o nível de 20,38% do total, indicando uma redução na quantidade de imóveis rurais, frente ao crescimento da média da região (crescimento em outros Estados, principalmente no Mato Grosso).

As transformações da economia de Mato Grosso do Sul, a partir da modernização da agricultura e dos programas federais de colonização e ocupação dos cerrados, foram:

- a) transformação nas lavouras, com o crescimento da produção de soja, trigo, algodão (comerciais) e de arroz, feijão, amendoim, mandioca (subsistência);
- b) expansão das pastagens, do rebanho bovino com as novas técnicas de engorda implantadas;
- c) ampliação no número de tratores, que transformaram a atividade primária, tecnificando a agricultura. Em 1950 o Mato Grosso tinha 50 tratores, em 1960, chegou a 838 e, em 1970, atinge 3.296 tratores. Mato Grosso do Sul tinha 12.291 tratores, em 1975, 23.162, em 1980, e 30.745, em 1985 (SANDERS & BEIN, 1976).

Neste contexto, a utilização do instrumento crédito rural, lançado em 1969, foi fundamental para o desenvolvimento de atividades rurais. Até 1976, o crédito rural apresentou crescimento de 23,8% a.a, superior ao crescimento agrícola, que foi de 5% a.a. (BENETTI, 1995).

A participação do Centro-Oeste na distribuição do crédito rural variou entre 5% e 10%, entre 1969 e 1982; com a mudança da política econômica nos anos 90, quando atinge

28%, em 1994, a partir daí apresenta uma trajetória de queda até 1999, voltando a crescer no triênio 2000/03.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criado em 1989, é o principal instrumento de crédito da região Centro-Oeste, tanto para o setor rural (agricultura e pecuária), como para o setor das indústrias (agroindústrias).

Tabela 50 - MS - FCO: Operações Contratadas, por Setor - 1989/90 a 1998 (em 1.000 R\$).

Setor	1989/90	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Rural	51.365	32.775	29.470	74.276	27.793	13.765	23.362	34.212	39.970	326.988
Outros	39.117	25.554	21.359	33.359	26.707	11.297	15.664	20.606	11.304	204.967
Total	90.482	58.329	50.829	107.635	54.500	25.062	39.026	54.818	51.274	531.955
MS/Tot	32%	22%	39%	29%	21%	16%	20%	20%	14%	23%

Fonte: Banco do Brasil.

A Tabela 50 apresenta que, do total de operações contratadas por intermédio do FCO, o Mato Grosso do Sul passou de um patamar de 32%, no biênio 1989/90, para 39%, em 1992, caindo para 14%, em 1998. Desta forma, observa-se que, no período de 1989/1998, Mato Grosso do Sul apresentou 23% das operações contratações pelo FCO.

Tabela 51 - Participação de MS no crédito rural brasileiro – 1985/2004.

Anos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
% MS/Br	1,22	1,66	1,28	2,46	2,14	2,90	2,05	2,50	2,17	2,62
Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
% MS/Br	1,66	1,52	2,26	*	3,74	3,83	4,29	4,33	4,79	*

Fonte: Banco Central do Brasil/ Anuário do Crédito Rural 1999/2003

Da Tabela 51, observa-se que, no período de 1985 a 1988, dobrou a participação do Estado no financiamento nacional do Crédito Rural e atingiu, em 2003, praticamente 5%, indicando a importância deste sistema de financiamento para esta economia regional. É interessante apontar que a participação da pecuária aumentou em relação à participação da agricultura, o que leva a conclusão de que houve a ampliação das áreas de pastagens em contraposição à agricultura comercial, que praticamente se estabilizou no período.

Em 2004, empresários de Mato Grosso do Sul captaram 23% dos recursos do FCO, para investimentos em pecuária e agricultura, sendo que o montante de operação correspondeu a 22,1% do total da região, abaixo de Mato Grosso e de Goiás.

Tabela 52 – Uso da terra em hectares e % - MS – 1975/1980/1985/1995.

Tipos de Usos	1975	%	1980	%	1985	%	1995	%
Outros usos*	1.383.946	4,82	2.135.674	6,95	2.025.962	6,51	1.348.486	4,36
Pastagem plantada	5.213.256	18,17	9.068.931	29,50	12.144.529	39,04	15.727.930	50,83
Pastagem natural	15.580.241	54,30	12.266.007	39,90	9.658.224	31,05	6.082.778	19,66
matas naturais	3.956.343	13,79	4.209.148	13,69	4.170.597	13,41	5.696.659	18,41
Lavoura temporária	1.208.715	4,21	1.589.475	5,17	1.847.459	5,94	1.367.496	4,42
produtivas sem uso	1.063.020	3,70	839.809	2,73	583.530	1,88	403.943	1,31
matas plantadas	183.557	0,64	442.112	1,44	454.251	1,46	181.080	0,59
Lavoura em descanso	37.594	0,13	140.057	0,46	195.762	0,63	118.185	0,38
Lavoura permanente	65.912	0,23	52.526	0,17	28.501	0,09	16.215	0,05
Área Total (ha)	28.692.584	100,0	30.743.739	100,0	31.108.815	100,0	30.942.772	100,0

Fonte: IBGE, Censos agropecuários.

Assim, do total da área utilizada em Mato Grosso do Sul, a maior parte é de pastagem plantadas e naturais (72,47%, em 1975, e 70,49%, em 1995), a de lavoura temporária, permanente e em descanso (4,57%, em 1975, e 4,85%, em 1995), as matas (14,53%, em 1975, e 19%, em 1995) e outros usos (8,53%, em 1975, e 5,66%, em 1995), conforme a Tabela 52. Desta forma, até 1995 as pastagens representavam o maior uso de terras em Mato Grosso do Sul, caracterizando o caráter latifundiário das fazendas de gado, que ocupavam enormes áreas, enquanto que a produção agrícola concentrava-se em pouco mais de 4,5%, indicando que a atividade agrícola não expandia-se com a incorporação de novas áreas, enquanto que as matas ocupavam espaço cada vez maior no Estado, demonstrando o respeito à questão ecológica em relação à este ponto, além do papel exercido pelo Pantanal, área de planície alagada que representava 1/3 do Estado (80.000 km² ou 22% da área), utilizado boa parte para a pecuária.

5.4 – Gênese, evolução urbana, demográfica e social de Mato Grosso do Sul

5.4.1 – Criação de Mato Grosso do Sul

O desenvolvimento econômico da região Sul de Mato Grosso era o principal motivo para a pressão dos sulistas, para o desmembramento do Mato Grosso. Além do desenvolvimento econômico, ocorria o crescimento do conjunto de cidades existentes na região, como Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana, principalmente devido ao vínculo com a economia paulista, cujos intercâmbios permitiam o desenvolvimento comercial e da agropecuária da região.

Com a promulgação da lei versando sobre a criação de novos Estados (Lei Complementar nº. 20/1974), no período militar, os divisionistas apresentaram estudos de viabilidade do no Estado, e cujo desdobramento foi a criação de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar nº 31. Em seu discurso, Geisel apontou a importância daquela providência para a nação:

“O Brasil vem ocupando, de forma ordenada, os espaços vazios do Centro-Oeste e da Amazônia. Esse processo, de avanço gradual da fronteira produtiva, gerando novas riquezas criando, expandindo e consolidando cidades, vai favorecendo o progresso de regiões, que adquirem pouco a pouco, uma identidade própria, características peculiares, centros dinâmicos, polarizadores e irradiadores de desenvolvimento.” (GEISEL Apud WEINGARTNER, 1995).

Quadro 7 – MT e MS – Dados comparativos: área, população, número de municípios e produção, 1977.

Dados	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Área (km ²)	903.357,908	357.124,962
% Área total do Brasil	10,61	4,19
% área no Centro-Oeste	56,24	22,23
População	900.000	1.400.000
Nº Municípios/ano		
1940	14	14
1950	15	20
1958	27	32
1970	34	50
1977	38	55
1990	95	72
1997	126	77
2001	139	77
2005	141	78
Taxa de urbanização (2000)	79,37%	84,08%
Ligações comerciais	Amazonas, Goiás e Brasília.	São Paulo e Paraná
Povoamento	Mineração	Pecuária
Administração	Órgãos em Cuiabá	Órgão na região Sul
Características Geofísicas	Planalto e bacia amazônica	Planalto da Serra de Maracaju e planícies da Vacaria e do rio Paraguai
Dívida Pública (%)	100	0
Pantanal	1/3 da área no Estado	2/3 da área no Estado
Cabeças de gado (Unid.)	3.582.371	9.267.967

Fonte: IBGE, Censos demográficos e Enciclopédia dos municípios, SEPLAN-MS, SEPLANCT/MS – Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul – 1991/94, SEPLAN-MT, Anuário Estatístico de Mato Grosso, 1968-2000.

Observa-se do quadro 7, que, em relação aos dados geográficos, Mato Grosso ficou com a maior parte do território do antigo Estado, enquanto Mato Grosso do Sul englobou a região com maior dinamismo econômico. Na visão do Governo Federal, Mato Grosso do Sul teria condições de auto-sustentação, enquanto que Mato Grosso receberia um conjunto de financiamento para permitir seu desenvolvimento. Ambos estados foram contemplados com recursos federais do Programa Especial de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (PROSUL) e do Mato Grosso (PROMAT), com o objetivo de promover o desenvolvimento agroindustrial e agrícola (produção de alimentos, principalmente o trigo, para substituir as importações nacionais do produto). Estes programas, de responsabilidade do Ministério do Interior (MINTER), previa o aporte de recursos para os programas por 10 anos.

Visando a verticalização da produção agroindustrial, foram previstas a instalação de Distritos Industriais em Mato Grosso do Sul, conforme apontado no PROSUL, com foco nos municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, sendo que apenas Campo Grande e Dourados inauguraram seu Distritos.

Ao final de 7 anos, o PROSUL havia completado a implantação da máquina administrativa, além de cumprir parcialmente os objetivos relativos a infra-estrutura econômica, tendo o programa contemplado algumas áreas propostas: Energia (7,7%), Transportes (23,36%), Desenvolvimento Rural (16,5%), Desenvolvimento Industrial (5,6%), Desenvolvimento Urbano e Social (38,2%), etc.

A evolução urbano-demográfica de Mato Grosso do Sul ocorreu acompanhando a conformação da economia do Sul de Mato Grosso, baseada na produção pecuária e sua dinâmica determinada pela demanda de carne nas regiões metropolitanas, principalmente do Sudeste, enquanto que a agricultura da região caracterizava-se como uma produção incapaz de atender a demanda interna. As transformações da sociedade brasileira influenciaram a vida da região, com o processo de urbanização, que alterou o modo de vida sócio-econômica (Rural para urbana).

Tabela 53 - MS: Evolução no número de municípios. 1900/1950/1977/2004/2005.

Ano	Total de Municípios	Novos municípios criados
1900	6	-
1950	20	14
1977	55	35
2004	77	22
2005	78	01

Fonte: SEPLAN/MS.

A Tabela 53 apresenta a evolução na criação de municípios em Mato Grosso do Sul. A implantação de infra-estrutura propiciou o surgimento de várias cidades, em diversas épocas, como o trem que permitiu o desenvolvimento de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, fez regredir Corumbá e surgir Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo; no ramal Sul, fez surgir e se desenvolver os municípios de Sidrolândia, Maracaju, dentre outros. A implantação e pavimentação das rodovias possibilitaram o desenvolvimento de um conjunto de vilas, vilarejos e distritos às margens da rodovia, que se tornaram municípios, tais como São Gabriel d'Oeste, Sonora e Chapadão do Sul.

Tabela 54 – MS: Evolução da criação dos municípios e da população em MS – 1880/2000

criação	MUNICÍPIOS	1880	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
05/07/1838	Corumbá	6.582	19.547	29.521	38.734	58.490	81.887	81.145	86.852	95.701
30/05/1857	Miranda	4.223	6.819	10.622	7.419	12.760	18.634	24.126	19.902	23.007
10/07/1857	Paranaíba	3.340	10.143	14.105	22.482	18.246	31.038	36.896	37.427	38.406
18/07/1890	Nioaque		7.907	4.757	6.742	5.212	7.118	9.054	11.032	15.086
11/04/1898	Coxim		6.899	11.203	8.508	12.592	18.537	22.627	33.177	30.866
26/08/1899	Campo Grande		21.360	49.629	57.033	73.258	140.233	291.777	522.801	663.621
18/12/1906	Aquidauana		9.826	20.949	21.258	32.685	28.725	34.482	38.665	43.440
03/10/1908	Bela Vista		9.735	13.775	16.436	18.038	15.028	15.606	18.978	21.764
23/09/1911	Porto Murtinho		3.586	7.185	8.436	9.084	11.627	11.688	12.605	13.316
18/07/1912	Ponta Porã		25.518	32.996	19.997	29.847	33.798	38.070	54.870	60.916
15/06/1915	Três Lagoas		9.044	15.378	18.803	31.690	55.513	57.904	67.409	79.059
07/07/1928	Maracaju			5.160	5.799	6.146	7.319	13.604	22.730	26.219
26/09/1929	Rio Brilhante			8.375	8.838	5.575	10.269	15.579	22.087	22.640
20/12/1935	Dourados			14.985	22.834	84.668	79.186	106.493	135.007	164.949
31/12/1943	Ribas do Rio Pardo				3.609	4.003	3.530	11.318	10.713	16.721
26/09/1948	Aparecida do Taboado				3.412	11.582	14.701	14.026	15.077	18.402
28/09/1948	Amambai				16.088	23.991	22.667	58.524	25.853	29.484
30/09/1948	Camapuã				9.475	11.567	15.829	22.651	15.428	16.446
02/10/1948	Bonito				4.360	5.792	7.913	11.014	14.599	19.956
23/11/1948	Rochedo				9.132	5.463	4.667	3.661	3.474	4.358
11/11/1953	Bataguassu					11.170	9.656	9.204	11.354	16.197
10/12/1953	Itaporã					11.908	20.283	14.398	15.873	17.045
11/12/1953	Água Clara					2.055	3.201	4.808	5.603	11.015
11/12/1953	Corguinho					7.019	3.791	3.693	3.678	3.592
11/12/1953	Guia Lopes da Laguna					4.439	5.733	7.760	9.086	11.115
11/12/1953	Jardim					6.061	10.460	13.822	19.164	22.542
11/12/1953	Ladário					4.476	7.750	8.793	11.949	15.313
11/12/1953	Sidrolândia					7.671	9.589	12.847	16.041	23.483
11/12/1953	Terenos					6.982	8.204	8.215	9.964	11.662
12/12/1953	Jaraguari					6.795	4.508	4.710	4.407	5.389
16/12/1953	Rio Verde de Mato Grosso					10.198	14.132	15.871	14.932	18.138
30/06/1954	Cassilândia					8.930	12.476	17.040	17.779	20.087
17/11/1958	Inocência					3.517	6.040	5.894	6.249	7.872
20/12/1958	Caarapó					13.711	26.007	27.213	22.232	20.706
20/12/1958	Nova Andradina					6.397	12.625	21.668	29.662	35.381

Fonte: IBGE – SDI-MS e SEPLAN-MS – Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul

Observa-se, da Tabela 54, que a criação dos 6 primeiros municípios da região sul de Mato Grosso ocorreu entre 1838 e 1899. Destes, observa-se que Campo Grande e Corumbá possuíam a maior população, em 1991. Enquanto que Nioaque se mostra como a mais estagnada do grupo. Nos dois primeiros, constata-se o desenvolvimento, sendo Corumbá, por ser o centro do comércio regional, e Campo Grande pela sua posição central. Enquanto que Paranaíba, Coxim, Nioaque, e Miranda apresentam crescimento menor, por não estarem diretamente na rota de passagem do comércio.

A principal cidade de Mato Grosso do Sul é a Capital Campo Grande, que já tinha a segunda maior população da região, em 1920. Por ser a cidade com maior importância econômica, foi escolhida, em 1932, como capital do Estado de Maracaju (durante três meses), além de receber os investimentos dos comerciantes que vinham das diversas localidades do Estado, principalmente os de origem árabe, vindos de Corumbá. Pelo censo de 1940, passa a ser a principal cidade da região. Com a implantação dos órgãos federais, além da transferência da sede dos quartéis do exército para o município e do dinamismo dado ao comércio, a partir da implantação da ferrovia Noroeste do Brasil (1914). Desta forma, a cidade passa a ser o principal pólo do Mato Grosso, maior que a própria capital do Estado (Cuiabá).

Tabela 55 – Brasil, Centro-Oeste e Campo Grande: Taxas médias geométricas de crescimento populacional anual urbano – 1960/70; 1970/80 e 1980/91. (%)

Cidade/Região/País	60/70	70/80	80/91
Campo Grande	7,28	8,00	5,63
Centro Oeste	9,15	7,89	4,37
Brasil	5,16	4,44	2,97

Fonte: TASCHNER, IBGE, SEPLAN-MS.

A Tabela 55 aponta que, na década de 1950, Campo Grande apresentou taxa de crescimento de 7,43% a.a., enquanto que, de 1960/1970, com taxa de crescimento de 7,28% anual, acima da média nacional (2,12%) e, na década de 1970/1980, apresentou crescimento de 8%, quase o dobro do crescimento nacional (4,44%), acima da média do Centro-Oeste (7,895) e no período entre 1980/1991, a taxa de crescimento cai para 5,63% ao ano, entretanto, continua maior que a média nacional (2,97%) e regional (4,37%).

Na década de 1970, Campo Grande se destacava como uma das 4 maiores cidades do Centro-Oeste, ao lado de Goiânia, Anápolis e Brasília. Para o período de 1970/1991, a taxa de crescimento demográfico anual foi, para alguns municípios da região Centro-Oeste, a

seguinte: Cuiabá (7,41%), Campo Grande (6,77%) e Anápolis (4,46%). Observa-se que o crescimento demográfico do período aponta a atração exercida pelo Centro-Oeste e Campo Grande se inseriu neste processo.

O município de Dourados, criado em meados da década de 1930, ganha importância com a criação (1943) e implantação (1948) da Colônia Agrícola de Dourados, que permitiu a instalação de mais de 9.000 famílias em pequenas propriedades para a produção de cereais, bovinos, suínos, etc. A cidade recebeu migrantes até a década de 1970. Com terras bastante férteis, a região atraiu produtores de diversas partes do país, que passaram a comprar os lotes dos antigos colonos e formaram fazendas para o cultivo de diversos produtos agrícolas. No censo demográfico de 1960, Dourados apresentou a maior população da parte Sul do Estado, passando de 22.834 (1950) habitantes para 84.668 (1960), indicando a atração exercida pela doação de terras durante a implantação da Colônia.

Corumbá foi o primeiro município criado na parte Sul de Mato Grosso (1938), sendo um dos principais centros militares, visando a proteção do território conquistado pela Coroa portuguesa, com o forte de Coimbra no rio Paraguai. A abertura da navegação pela Bacia do Prata, em 1856, possibilitou forte crescimento econômico na região, tendo o capital estrangeiro internacional (europeu e americano) disputando o mercado da região (terras, produção pecuária, comércio internacional – produtos industrializados x produtos extrativos).

O município de Aquidauana, criado em 1906, teve seu crescimento ligado à ferrovia, conhecida como porta de entrada do Pantanal, foi responsável por grande produção e transporte de bovinos para o Estado de São Paulo. Desde 1920, a população de Aquidauana ocupa o intervalo entre a quarta e sexta maior do Estado, principalmente devido a proximidade com Campo Grande, cuja força de atração recebeu diversos moradores deste local.

Ponta Porã já teve a segunda maior população de Mato Grosso do Sul, em 1940, quando apresentou queda no contingente populacional (crescimento negativo); a partir de 1950, apresenta crescimento demográfico. Cidade na fronteira com o Paraguai, teve sua história ligada à exploração da erva-mate, pois foi criada em 1912 por emigrantes gaúchos, que se dispuseram a lutar contra o poder da empresa Mate Laranjeira. Com a chegada dos trilhos em 1953, passou a ser importante interposto comercial e de criação de gado, além da exportação de erva-mate, mantendo importante relação comercial com Campo Grande. Durante a modernização da agricultura, abrigou a fazenda com maior produção do grão no mundo (Fazenda Itamarati), atualmente sendo utilizada para a reforma agrária.

O município de Três Lagoas nasceu a partir da implantação dos trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil, sendo criada em 1915. Apresenta aumento na proporção demográfica do Estado, pois passou de sexto município em população, para quarto maior contingente populacional urbano. Seguindo a tradição da economia local, tornou-se um local de produção pecuária, entretanto, a partir de 1974, com a construção da Usina de Jupia, apresenta-se como o município com grande investimento industrial, principalmente a partir da implantação das leis de incentivos fiscal do Governo (1984-1997), devido à proximidade com o mercado do interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, energia farta e incentivos municipais importantes.

Figura 9 - Municípios de Mato Grosso do Sul – 1940



Fonte: IBGE, Atlas demográfico 2000

Da figura 9, observa-se que, em 1940, na região Sul de Mato Grosso, existiam 14 municípios e uma população de 238.640. Destes, Campo Grande com 49.629 habitantes, Ponta Porã (25.518), Corumbá (29.521), Aquidauana (20.949), Três Lagoas (15.378) e Dourados (14.985) eram os mais populosos, totalizando 163.458 habitantes ou 68,5% da população da região.

Figura 10 - MS: Municípios - 1950.



Fonte: Revista Brasileira de Geografia (1953)

Da figura 10, observa-se a região Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) no ano de 1950, quando existiam 20 municípios. Dourados, cuja colônia agrícola estava em implantação (desde 1948) torna-se município mais populoso do Mato Grosso do Sul, com 84.668 habitantes, Campo Grande possuía 73.258 habitantes, a segunda maior, Corumbá apresentava 58.490 moradores. Estes municípios possuíam 38% do total da população (572.018), somando-se a estes a população de Ponta Porã, Três Lagoas e Aquidauana, tinha-se o total de 54,3% do total de habitantes.

No mapa, o município de Dourados abrangia a região onde se encontram atualmente 11 municípios⁴⁹. Esta região é a mais fértil do Estado, sendo por isso escolhida para receber a Colônia Agrícola, visando o desenvolvimento da agricultura familiar e possibilitando o surgimento de grande número de municípios.

A região se caracteriza pelo minifúndio, no qual 87,2% das propriedades tinham até 30 hectares (foram distribuídos 8.000 lotes). Em Dourados especificamente, dados do INCRA, de

⁴⁹ Dourados, Douradina, Angélica, Caarapó, Vicentina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema, Deodápolis, Naviraí e Jateí.

1972, apontavam o número de 79,1% como sendo de minifúndios, enquanto que 3,7% eram empresas rurais e 17,2% latifúndios.

Na década de 1950, Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas eram os principais pólos econômicos. A ligação entre estas cidades ocorria pela ferrovia, o que permitia o desenvolvimento maior dos municípios localizados às margens dos trilhos. O comércio caracterizava o setor mais dinâmico, principalmente o comércio do boi em pé, criado de forma extensiva e enviado para o interior paulista, para posterior engorda e abate.

Figura 11 – MS: Municípios - 1960



Fonte: IBGE, Atlas demográfico 2000.

Da Figura 11, observa-se um aumento no número de municípios na região Sul do Estado, bem como na parte Sudeste, indicando o processo de ocupação do local. Portanto, de 1950 para 1960, ocorreu o surgimento de 12 novos municípios no Estado, que foram: Bataguassu, Itaporã, Água Clara, Corguinho, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Sidrolândia, Terenos, Jaraguari, Rio Verde de Mato Grosso, Cassilândia, Inocência, Caarapó e Nova Andradina, totalizando 32 municípios, em 1960.

O início da fase de instalação de frigoríficos na região obrigou os produtores de gado a melhorarem suas produções, através de técnicas de criação, aprimoramento do plantel, através do cruzamento de várias raças (apesar do gado nelore ser o preferido, principalmente no Pantanal).

Estas transformações levaram à criação de novos municípios, devido ao processo de urbanização provocado pela cultura da pecuária (que necessitava de pequeno número de trabalhadores para administrar grande plantel), conforme Tabela 56.

Tabela 56 – Evolução da criação dos municípios e da população em MS – 1970/2004.

Criação	Município	1970	1980	1985	1991	2000	2001	2002	2003	2004
11/11/1963	Anaurilândia	6.029	7.222	7.781	7.270	7.955	8.037	8.095	8.166	8.234
11/11/1963	Bandeirantes	5.690	6.808	7.051	6.169	6.425	6.437	6.477	6.506	6.527
11/11/1963	Glória de Dourados	41.072	16.195	14.052	11.889	10.035	9.812	9.645	9.465	9.282
11/11/1963	Iguatemi	25.456	24.096	15.782	11.100	13.617	13.912	14.150	14.391	14.635
11/11/1963	Ivinhema	14.105	23.616	30.752	32.426	21.643	21.348	21.180	20.969	20.755
11/11/1963	Jateí	12.115	6.778	5.664	4.986	4.054	3.941	3.861	3.765	3.676
11/11/1963	Naviraí	23.117	28.567	31.913	30.670	36.662	37.344	37.924	38.510	39.090
11/11/1963	Pedro Gomes	9.145	11.821	13.598	8.319	8.535	8.566	8.582	8.598	8.625
12/11/1963	Batayporã	14.930	14.144	6.418	7.971	10.625	10.935	11.187	11.444	11.703
14/11/1963	Caracol	4.025	3.819	3.191	3.930	4.592	4.674	4.732	4.797	4.858
14/11/1963	Brasilândia	10.400	12.622	14.742	10.349	11.956	11.885	12.292	12.451	12.607
11/12/1963	Fátima do Sul	40.913	33.318	29.036	22.155	19.111	18.739	18.471	18.177	17.876
18/03/1964	Anastácio	15.371	21.939	25.778	19.940	22.477	22.770	23.011	23.259	23.505
18/03/1964	Antônio João	5.080	5.668	6.106	6.636	7.408	7.498	7.570	7.646	7.723
18/03/1964	Rio Negro	8.089	6.621	5.533	5.604	5.432	5.376	5.390	5.380	5.365
13/05/1976	Angélica		10.535	10.867	8.834	7.356	7.195	7.047	6.900	6.758
13/05/1976	Aral Moreira		10.121	11.642	8.064	8.055	8.061	8.055	8.055	8.055
13/05/1976	Deodápolis		18.078	15.686	13.713	11.350	11.045	10.850	10.622	10.391
13/05/1976	Eldorado		15.315	19.468	11.025	11.059	11.053	11.062	11.064	11.066
13/05/1976	Mundo Novo		31.156	39.699	22.417	15.669	15.440	15.203	14.980	14.764
12/05/1980	Costa Rica			11.613	13.973	15.488	15.660	15.809	15.954	16.102
12/05/1980	Douradina			6.747	4.741	4.732	4.732	4.732	4.732	4.732
12/05/1980	São Gabriel do Oeste			7.750	12.034	16.821	17.406	17.824	18.295	18.763
12/05/1980	Selvíria			5.349	5.967	6.085	6.091	6.112	6.126	6.132
12/05/1980	Sete Quedas			20.605	14.994	10.936	10.344	10.084	9.687	9.291
12/05/1980	Tacuru			10.041	7.233	8.717	8.912	9.026	9.174	9.319
12/05/1980	Taquarussu			5.854	4.533	3.493	3.367	3.272	3.171	3.070
12/05/1980	Bodoquena			8.131	8.120	8.367	8.373	8.417	8.446	8.464
12/05/1980	Itaquiraí			11.113	13.090	15.770	16.092	16.332	16.595	16.858
30/12/1986	Coronel Sapucaia				11.609	11.589	12.938	13.063	13.177	13.295
20/08/1987	Vicentina				7.283	5.779	5.604	5.461	5.319	5.166
27/10/1987	Chapadão do Sul				5.383	11.658	12.403	12.924	13.508	14.094
13/11/1987	Dois Irmãos do Buriti				8.749	9.335	9.388	9.460	9.518	9.571
17/11/1987	Paranhos				9.481	10.215	10.291	10.367	10.441	10.513
14/12/1987	Juti				5.273	4.981	4.947	4.924	4.892	4.860
18/12/1987	Santa Rita do Pardo				5.534	6.640	6.761	6.871	6.982	7.087
03/06/1988	Sonora				5.879	9.543	9.994	10.316	10.674	11.029
13/12/1991	Nova Alvorada Sul					9.956	10.281	10.522	10.790	11.047
22/04/1992	Alcinópolis					3.679	3.376	3.161	2.925	2.691
22/04/1992	Laguna Carapã					5.531	5.634	5.716	5.806	5.893
30/04/1992	Japorã					6.140	6.333	6.480	6.640	6.795
30/04/1992	Novo Horizonte Sul					6.415	6.148	5.961	5.744	5.531
14/09/2004	Fiqueirão									

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil; Enciclopédia dos municípios.

Observa-se a evolução da criação de municípios em Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1960, 15 novos municípios foram criados entre 1960 e 1970, sendo que 12 foram criados pela mesma lei. Este fato indica que a estratégia do governo foi a divisão de grandes municípios em parcelas menores, visando o melhor desenvolvimento local. Para o período de 1970 a 1980, surgiram apenas 5 novos municípios, todos na região Sul do Estado. Estes municípios surgiram do parcelamento dos municípios de Dourados e de Amambaí.

Para os anos de 1980 a 1990, com a criação de Mato Grosso do Sul, foram criados 17 novos municípios, nas diversas partes do Estado. Sendo que 9 foram criados na mesma data, em 1980: Costa Rica, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu, Bodoquena e Itaquiraí. Nesta fase, já se encontrava implantada, em Mato Grosso do Sul a rede de rodovias federais, cortando o Estado em suas várias regiões, integrando a região ao mercado nacional, englobando uma área muito maior que a atingida até então pela ferrovia. A partir de meados da década de 1970, ocorre o desenvolvimento da agricultura comercial “modernizada”, com a incorporação de grande quantidade de terras ao processo produtivo, tecnologia de produção, insumos, tratores, etc., que configuram a divisão político-administrativa da bacia do Rio Paraná.

Figura 12 - MS: Municípios - 2000



Fonte: IBGE, Atlas demográfico 2000.

A Figura 12 apresenta os 77 municípios de Mato Grosso do Sul no ano 2000. No período de 1990 ao ano 2000, foram criados 5 novos municípios que são: Nova Alvorada do

Sul, Alcinópolis, Laguna Caarapã, Japorã, Novo Horizonte do Sul; totalizando 77 municípios em Mato Grosso do Sul⁵⁰.

O município de Nova Alvorada do Sul fica no entroncamento da BR-262, que liga o Oeste paulista à Dourados (ao Sul) e Campo Grande (ao Norte), tendo importante papel como principal entreposto comercial entre as principais cidades do Estado; Alcinópolis, no Norte do Estado, ao longo da BR-359, com a pecuária sendo a base econômica, assim como Japorã (município mais pobre do Estado) e Novo Horizonte do Sul; enquanto que Laguna Carapã tem no comércio sua principal atividade econômica

Em 2004, foram realizados plebiscitos para a criação de novos municípios em Mato Grosso do Sul, mediante lei aprovada na Assembléia Legislativa (responsável pela autorização para criação de municípios). Desta forma, três (3) distritos solicitaram a transformação em município, que foram: Anhandui (Campo Grande), Figueirão e Paraíso das Águas (Norte do Estado). Foi aprovada a criação dos dois últimos municípios, entretanto, o Supremo Tribunal Eleitoral cancelou a transformação de Paraíso em Município, devido a falta de estudo de viabilidade sócio-econômica, item existente na lei de criação de municípios. Assim, a partir de setembro de 2004, Mato Grosso do Sul passou a contar com 78 municípios.

Em relação à rede urbana, o desenvolvimento desigual entre os municípios ocorre pelas condições econômicas e sócio-políticas, que interferem na conformação municipal. Somam-se a estes fatores os problemas de ordem político-econômico, com a perda de dinamismo da economia frente às mudanças ocorridas no país, a partir da década de 1980/90. Enquanto o país apresentava fraco crescimento, Mato Grosso do Sul, cuja infra-estrutura física e administrativa estava sendo implantada, teve um crescimento importante, principalmente devido às transformações provocadas pelo foco das atividades locais, que visavam o mercado internacional. Com a ampliação da fronteira agrícola para a região Amazônica e para os estados como o Maranhão, ocorre a transferência do dinamismo econômico, aumentando assim o fluxo migratório para estas regiões, e em Mato Grosso do Sul ocorre a saída de contingentes de trabalhadores para a fronteira agrícola.

Este processo pode ser confirmado ao analisar-se a urbanização na região nos anos de 1960 e 2000, cujos destaques são Campo Grande, Dourados e Corumbá.

⁵⁰ Mato Grosso do Sul foi o segundo Estado que mais criou municípios, o que menos criou foi Alagoas, com 3 municípios criados.

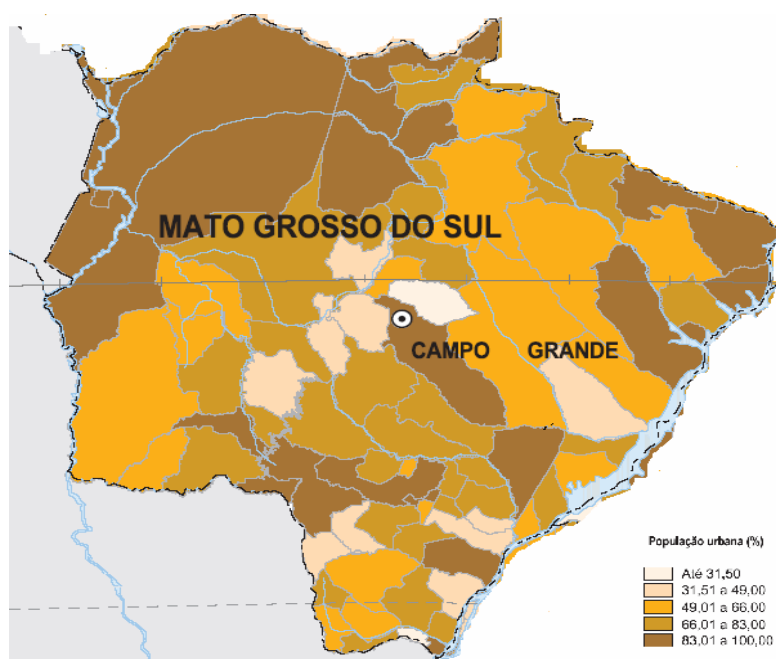
Figura 13 - População urbana em Mato Grosso do Sul - 1960



Fonte: Revista Brasileira de Geografia (1963). Pontos no mapa indicam as aglomerações rurais.

Das Figura 13 (1960) e 14 (2000), nota-se a evolução urbana de Mato Grosso do Sul. Campo Grande apresenta-se com a maior população urbana do Estado, Corumbá a segunda em importância, enquanto que Três Lagoas, Dourados, Ponta Porã, Aquidauana vem a seguir, em quantidade de população urbana.

Figura 14 – MS: Rede Urbana– 2000



Fonte: IBGE, Atlas demográfico 2000.

Dos 77 municípios apenas 2 municípios apresentam menos de 31,5% da população na área rural, 9 municípios tem população urbana entre 31,51% e 49% na área urbana; 16 municípios se encontram no grupo com 49,01% e 66% de urbanização; 28 estão no grupo com população urbana entre 66,01% e 83% e, por fim, 22 apresentam população urbana acima de 83%. Jaraguari e Japorã são os municípios com maior população na área rural.

Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e os municípios da região Nordeste⁵¹ do Estado, apresentam o maior grau de urbanização, com grande número de habitantes empregados principalmente na área de serviços, principalmente comércio, bancos, prestadores de serviços em geral, hotelaria, restaurante, etc., representando pólos de desenvolvimento regional.

Tabela 57 — % População rural e urbana, principais municípios de MS – 1980/2000.

Municípios	1980		1985		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Campo Grande	97,22	2,78	97,22	2,78	98,60	1,40	98,84	1,16
Dourados	79,68	20,32	82,09	17,91	90,32	9,68	90,89	9,11
Corumbá	83,26	16,74	83,26	16,74	87,56	12,44	90,01	9,99
Três Lagoas	84,10	15,90	86,74	13,26	90,71	9,29	93,18	6,82
Ponta Porã	72,19	27,81	72,19	27,81	85,02	14,98	89,28	10,72
Aquidauana	68,26	31,74	68,26	31,74	75,04	24,96	77,85	22,15

Fonte: IBGE – Censos demográficos e contagem da população.

Observa-se da Tabela 57 que, na década de 1980, apenas o município de Campo Grande apresentava população urbana acima de 90% do total, enquanto que, para o ano 2000, 5 dos 6 principais municípios do Estado apresentaram mais de 90% da população vivendo na área urbana, exceto em Aquidauana, onde a população rural somou 22,15%.

⁵¹ Região com maior participação no PIB *per capita* do Estado.

Tabela 58 – Número de domicílios particulares com ocupação permanente – MS: 1970/2000

Estado e municípios	Em números absolutos				Em percentual de MS			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
MATO G SUL	179.191	281.907	429.790	562.902	100,0	100,0	100,0	100,0
Campo Grande	26.394	63.104	130.762	185.575	14,73	22,38	30,42	32,97
Dourados	13.869	22.186	33.172	45.176	7,74	7,87	7,72	8,03
Corumbá	14.615	16.659	19.468	22.302	8,16	5,91	4,53	3,96
Três Lagoas	10.744	12.966	17.527	22.448	6,00	4,60	4,08	3,99
Ponta Porã	6.247	8.096	13.188	15.400	3,49	2,87	3,07	2,74
Aquidauana	5.224	7.404	9.479	11.440	2,92	2,63	2,21	2,03
Soma e % dos municípios	77.093	130.415	223.596	302.341	43,02	46,26	52,02	53,71

Fonte: IBGE – Censos Demográficos – Diversos anos

Em relação ao número de domicílios, apresentado na Tabela 58, as 6 principais cidades de Mato Grosso do Sul apresentaram 43,02% (1970), 52,02% (1991) e 53,71% (2000). Assim, a partir de 1991, estes municípios somavam mais da metade dos domicílios existentes no Estado, configurando, desta forma, a concentração da população nestas áreas urbanas. Campo Grande passou de uma participação de 14,8%, em 1970, para 33%, em 2000, caracterizando-se como principal metrópole do Estado, concentrando mais de 1/3 da população do Estado. Enquanto que Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana reduziram a participação no número de domicílios no Estado.

Os principais motivos para a aglomeração urbana em Campo Grande foram a existência ou instalações do conjunto de instituições públicas e privadas, concentrando considerável contingente de funcionários públicos (federais civis e militares; estaduais (e de estatais) e da prefeitura); com a administração estadual centralizada no *Parque dos Poderes* (sede do governo estadual), além do grande número de empresas ligadas ao setor terciário (comércio, bancos, assistência médico-hospitalar, centros de educação fundamental, médio e superior, etc.).

Em relação à infra-estrutura social, Mato Grosso do Sul apresenta a concentração de serviços públicos nas principais cidades do Estado, ou seja, em Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana. A análise dos serviços sociais básicos em Mato Grosso do Sul apresentam-se bastante deficitária e desequilibrada em termos regionais (e municipal), de acordo com pesquisa baseada nas informações dos principais municípios e micro-regiões do Estado.

Tabela 59 – Rede de água por domicílios nos principais municípios de MS –1970/2000

Municípios	Número absoluto de ligações reais				% de ligações/ total de domicílios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Campo Grande	10.497	26.294	105.214	162.758	39,77	41,67	80,46	87,70
Dourados	1.432	5.491	22.950	33.491	10,33	24,75	69,18	74,13
Corumbá	7.531	7.864	12.938	19.685	51,53	47,21	66,46	88,27
Três Lagoas	5.567	6.488	13.700	19.902	51,81	50,04	78,17	88,66
Ponta Porã	309	3.389	8.600	11.964	4,95	41,86	65,21	77,69
Aquidauana	2.039	2.772	5.326	9.031	39,03	37,44	56,19	78,94
	27.375	52.298	168.728	256.831	35,5	73,1	61,6	58,3

Fonte: IBGE: Censos demográficos – diversos anos.

A evolução do sistema de abastecimento de água, nas principais cidades de Mato Grosso do Sul, passa de um percentual de 35,5% (1970) para 58,3% (2000), conforme a Tabela 59. Em 1970, apenas dois municípios apresentaram mais de 50% de rede de água (Corumbá e Três Lagoas), enquanto que, em 2000, todos os 6 maiores municípios de Mato Grosso do Sul tinham pelo menos 74% dos domicílios atendidos pelo sistema.

Tabela 60 - Rede de esgoto por domicílios nos principais municípios de MS –1970/2000.

Municípios	Número absoluto de ligações				% de ligações/total de domicílios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Campo Grande	4.810	14.002	31.172	42.095	18,22	22,19	23,84	22,68
Dourados	0	512	3.917	11.727	0,00	2,31	11,81	25,96
Corumbá	0	0	0	808	0,00	0,00	0,00	3,62
Três Lagoas	1.290	992	3.027	4.446	12,01	7,65	17,27	19,81
Ponta Porã	99	809	1.102	810	1,58	9,99	8,36	5,26
Aquidauana	661	857	1.268	808	12,65	11,57	13,38	7,06
T O T A L	6.860	17.172	40.486	60.694	26,0	13,2	18,1	20,1

Fonte: IBGE: Censos demográficos – diversos anos

Da Tabela 60 observa-se o percentual baixo de ligações da rede de esgoto nos principais municípios de Mato Grosso do Sul, indicando que é cada vez maior a demanda por este serviço, no qual os novos domicílios que são construídos, fazem reduzir a participação destes no total dos municípios.

A carência deste serviço público no Brasil é muito grande, principalmente nas principais cidades, cujo processo de urbanização provoca a demanda pelos serviços nos centros urbanos, provocando boa parte dos problemas de saúde, interferindo assim na

economia. Neste processo, Mato Grosso do Sul têm baixo tratamento dos resíduos domiciliares, com apenas 20% dos domicílios atendidos pelo saneamento básico em 2000, enquanto que, em 1970, apresentou 26% dos domicílios com tratamento de esgoto, passando para 13,2%, na década de 1980, e 18,1%, no início da década 1990.

Campo Grande apresentou no período média de 20% dos domicílios atendidos pela rede sanitária. Dourados apresentou o melhor índice em 2000, com 26% dos domicílios com tratamento de esgoto, enquanto que Campo Grande apresentou 23% de atendimento. Apesar disto, em número absolutos, Campo Grande permanece como o município com maior cobertura do serviço.

Tabela 61 – Brasil e Centro-Oeste – População: 1872/2004

Anos	BRASIL	MT	MS	MS/ Brasil	Centro- Oeste	MS/CO
1872	9.930.478	60.417	-	*	220.812	*
1880	*	51.176	14.145	*	*	*
1890	14.333.915	92.827	-	*	320.399	*
1900	17.438.434	118.025	-	*	373.309	*
1920	30.635.605	116.227	130.384	0,43	758.531	17,19
1940	41.236.315	432.265	238.640	0,58	1.258.679	18,96
1950	51.944.397	212.649	309.395	0,60	1.518.323	20,38
1960	70.119.071	330.610	579.652	0,83	2.667.166	21,73
1970	93.139.037	598.849	998.211	1,07	6.138.886	16,26
1980*	119.070.865	1.138.918	1.369.567	1,15	7.544.795	18,15
1991	146.917.459	2.027.231	1.780.373	1,21	9.427.601	18,88
1996	157.070.163	2.235.832	1.927.834	1,23	10.500.579	18,36
2000	169.799.170	2.504.353	2.078.001	1,22	11.636.728	17,86

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – Censos demográficos, estatísticas históricas do Brasil

Obs: O Distrito Federal foi criado em 1958; Mato Grosso do Sul foi criado em 1977/79 e o Estado de Tocantins foi desmembrado de Goiás em 1988, passando a fazer parte da Região Norte.

* Dados não identificados.

Na trajetória dos anos 1880/1920 crescia a população de Mato Grosso, sendo que, no Censo de 1920, a população da região Sul de Mato Grosso superou quantitativamente a da região Norte do Estado. Esta tendência se reverte a partir de 1991, segundo a Tabela 61, onde demonstra-se que a população de Mato Grosso do Sul correspondeu a 0,43% da população nacional, em 1920; 0,58%, em 1940, passando para 0,60%, em 1950, e, em 1991, atingiu 1,21% da população brasileira, provocado pelo processo de migração durante a expansão da fronteira agrícola, quando esta economia regional se integrou à economia nacional, tornando-se receptora de imigrantes, vindos de diversas partes do país.

Por sua vez, a partir de 1991, a população de Mato Grosso ultrapassa a de Mato Grosso do Sul, conforme a Tabela 62, indicando a perda de atrativos econômicos da região,

em relação ao Estado vizinho, que, ao incorporar grandes porções de terras à atividades agropecuária, passa a ser a nova “fronteira agrícola brasileira”.

Tabela 62: Centro-Oeste: Taxa de Crescimento demográfico por UF – 1940 a 2000.

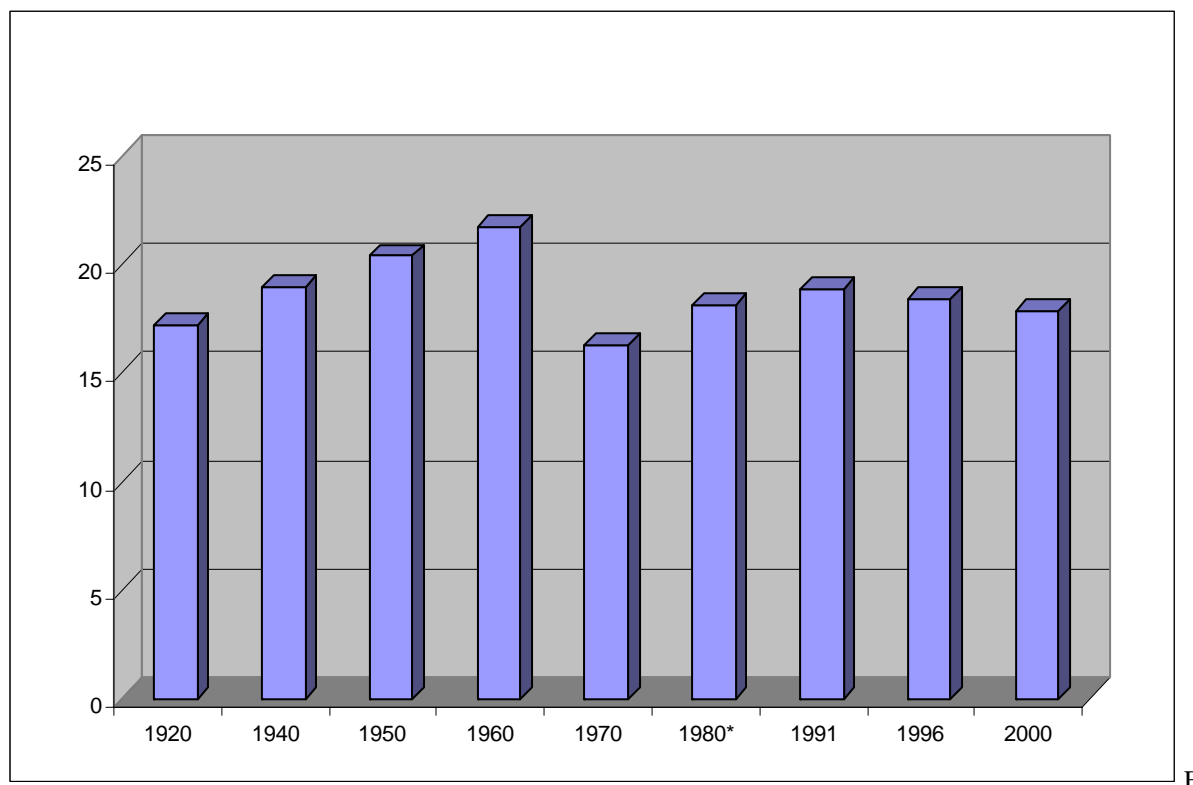
Estado	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
GO	3,93	4,65	4,38	2,76	2,33	2,49
MT	1,29	4,29	6,12	6,64	5,38	2,40
MS	2,83	6,23	5,59	3,21	2,41	1,75
DF	-	-	14,4	8,2	2,84	2,82
CO	3,41	5,36	5,60	4,05	3,01	2,36
Brasil	2,39	2,99	2,89	2,48	1,93	1,63

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Estatísticas Históricas do Brasil (1987:49).

Da Tabela 62, denota-se que Mato Grosso do Sul apresenta taxas de crescimento populacional decrescente desde o período de 1950/1960, quando atingiu a maior taxa de crescimento demográfico do Centro-Oeste (6,23%), e no período de 1960/1970, quando o crescimento atingiu a média regional. Mato Grosso do Sul apresentou taxas de crescimento abaixo da média do Centro-Oeste durante todo o período de 1940/1950; 1970/1980; 1980/1991 e de 1991/2000. Esta redução populacional demonstra que o Estado perde seu poder de atração econômico-social, devido a maior atração do Distrito Federal e das novas fronteiras agrícolas no Norte de Mato Grosso e Amazônia.

Nota-se que, durante todo o período de 1940/2000, a taxa de crescimento de Mato Grosso do Sul foi maior que a média nacional, apesar da confluência das taxas no último período, ou seja, a evolução população de Mato Grosso do Sul tende a alcançar a média nacional nos próximos anos.

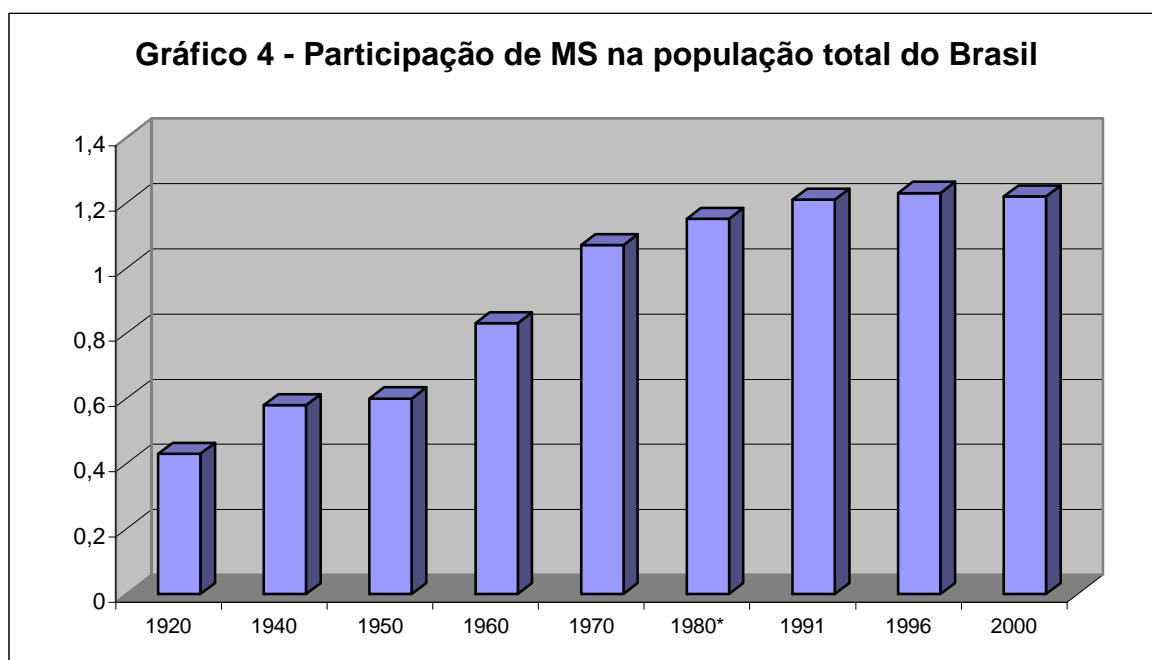
Gráfico 3 – MS: Participação na população do Centro-Oeste – 1920/2000.



FONTE: IBGE – Censos demográficos – vários anos.

Do Gráfico 3, observa-se o comportamento da população de Mato Grosso do Sul em relação à população total do Centro-Oeste. De 1920 a 1960, ocorreu um constante crescimento na participação MS/CO. A partir de 1970, com a contagem da população incluindo o Distrito Federal, aconteceu a queda da participação de MS, para o menor nível durante o século XX (a partir de 1920). De 1980 a 1991, ocorreu aumento na participação total. Posteriormente, observa-se uma queda, de 1991 a 2000, quando o índice de participação em 2000 praticamente se aproximam do índice apontado no ano de 1920.

Desta forma, pode-se concluir que a taxa de crescimento populacional em Mato Grosso do Sul sofre forte impacto com a criação de Brasília, que passa a ser o principal pólo de atração populacional do país, e no período de abertura da economia, cuja inserção da produção agropecuária abre poucas perspectivas na atração de novos contingentes populacionais, indicando que o índice de crescimento se deve mais ao crescimento vegetativo da população, do que da entrada líquida de imigrantes.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos; Estatísticas históricas do Brasil (1987).

Quanto à participação de Mato Grosso do Sul na população brasileira, segundo dados do Gráfico 4, observa-se um movimento de crescimento na relação, indicando que o estado atraiu, principalmente de 1950 a 1991, grandes contingentes populacionais. Os dados demonstram que, a partir de 1980, ocorre queda no crescimento de Mato Grosso do Sul no total da população brasileira. Este movimento pode ser descrito como a maior integração da economia regional sul-mato-grossense na economia nacional, sofrendo assim as consequências da política econômica. De 1996 a 2000, ocorreu a primeira queda na participação da população sul-mato-grossense no total do Brasil. Este fato indica perda de dinamismo econômico durante o período, pois, quando a economia está em crescimento, geralmente ocorre a ampliação no contingente populacional. Em 2000, o índice de crescimento da população brasileira foi de 1,6%.

O comportamento demográfico do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul demonstra o crescimento da região. Mato Grosso do Sul apresenta taxas de crescimento da população declinantes, à semelhança dos demais Estados da região. Entretanto, no período de 1991/2000, a taxa de crescimento populacional do estado foi ultrapassada pelo Estado do Mato Grosso, principalmente pela expansão da fronteira agrícola naquele estado.

Tabela 63 - MS: Estimativa da população – 2001/2004.

Anos	População total	Aumento anual
2001	2.111.030	-
2002	2.140.620	29.590
2003	2.169.704	29.084
2004	2.198.640	28.936

Fonte: IBGE: Estimativa da população.

Estimativa populacional aponta que Mato Grosso do Sul tem atualmente (dez/2004) população aproximada de 2.200.000 habitantes. A tendência apontada na estimativa é de pequena queda no acréscimo anual, o que projeta uma taxa de crescimento inferior à da média nacional (estimada do IBGE de 1,21% para o período 2000/2005), conforme Tabela 63.

5.5 - Evolução Econômica em Mato Grosso do Sul⁵²

A pecuária em Mato Grosso do Sul, principal base da formação da estrutura econômica do Estado, cujo êxito, com o crescimento desde a implantação no século XVIII, passa por mudanças de criação, da forma tradicional e extensiva para a produção com incorporação de tecnologia, principalmente com a seleção de embriões, inseminação artificial, incorporação à sistema de rastreamento genético, visando garantir a qualidade e procedência da carne para expandir as exportações. Entretanto, de acordo com entrevista de importante produtora de gado do Estado, a situação atual é de grande apreensão, pois a queda no preço da arroba, o aumento da ocupação das áreas de pastagens pela agricultura da soja, e crise com o setor industrial, colocam em cheque o crescimento do setor.

⁵² Baseado em SOUZA, Nilson Araújo e alli, Bases econômicas para o nascimento e consolidação do Estado., 1992.

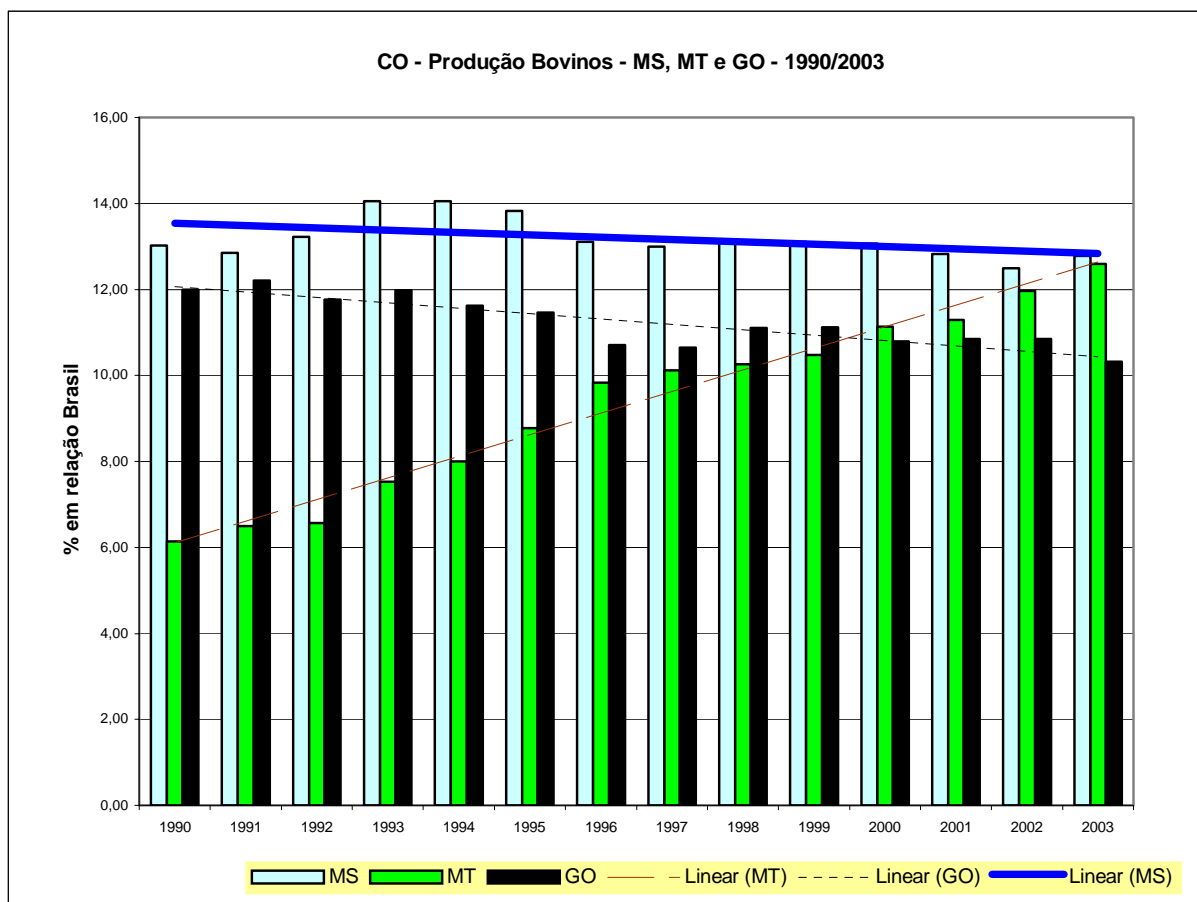


Gráfico 5 – Centro Oeste: Pecuária: Participação no total do Brasil – 1990/2003.

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil e Pesquisa Pecuária Municipal

O Gráfico 5 apresenta o montante de gado existente em Mato Grosso do Sul, com tendência de queda na participação nacional, sendo que, em 2004, Mato Grosso ultrapassou Mato Grosso do Sul, tornando-se assim o maior produtor de gado do país. Observa-se que o Estado de Goiás apresentou tendência maior de queda na produção, indicando a mudança na base produtiva daquele Estado. Este fato ocorreu pela incorporação de terras ao Norte do Mato Grosso na produção pecuária, indicando que a expansão da fronteira pecuária continuará de forma persistente, de acordo com a tendência indicada no gráfico.

Tabela 64 – Brasil e Centro-Oeste: Produção de gado – 1990/2003

Ano	DF	GO	MS	MT	CO	BRASIL
1990	105.550	17.635.390	19.163.736	9.041.258	45.945.934	147.102.314
1991	101.651	18.574.234	19.542.644	9.890.510	48.109.039	152.135.505
1992	107.099	18.147.923	20.394.609	10.138.376	48.788.007	154.229.303
1993	123.569	18.580.908	21.800.445	11.681.559	52.186.481	155.134.073
1994	124.419	18.397.064	22.244.427	12.653.943	53.419.853	158.243.229
1995	123.110	18.492.318	22.292.330	14.153.541	55.061.299	161.227.938
1996	115.000	16.955.390	20.755.727	15.573.135	53.399.252	158.288.540
1997	123.000	17.182.332	20.982.933	16.338.559	54.626.824	161.416.157
1998	110.058	18.118.412	21.421.567	16.751.508	56.401.545	163.154.357
1999	110.157	18.297.357	21.576.384	17.242.935	57.226.833	164.621.038
2000	172.139	18.339.222	22.205.408	18.924.532	59.641.301	169.875.524
2001	113.362	19.132.372	22.619.950	19.921.615	61.787.299	176.388.726
2002	113.400	20.101.893	23.168.235	22.183.695	65.567.223	185.347.198
2003	112.580	20.178.516	24.983.821	24.613.718	69.888.635	195.551.576

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal e Anuário Estatístico do Brasil – vários anos

A pecuária do Centro-Oeste representa 35% do montante produzido no país, conforme indicado na Tabela 64. Observa-se que Mato Grosso do Sul mantém o maior rebanho na região. Em 1990, a região possuía 13% do rebanho nacional, 14% em 1994, atingindo 12,78%, em 2003. Este fato indica uma transferência inter-regional da atividade pecuária, com a busca de terras mais baratas, e melhores condições de produção, longe dos processos litigiosos com índios (fazendas em terras indígenas, reconhecidos pelo Estado), forte pressão do Movimento Sem Terra, pela reforma agrária no país, e pela crise do câmbio e do mercado internacional, cuja instabilidade ocorre pela disputa de mercado entre os maiores produtores do mundo (Argentina, Canadá, Estados Unidos e países Europeus).

Tabela 65 – Brasil: Bovinos por municípios, 2003.

Cidade	Estado	Nº cabeças
Corumbá	Mato Grosso do Sul	1.841.186
Ribas de Rio Pardo	Mato Grosso do Sul	1.316.250
São Félix do Xingu	Pará	1.264.991
Três Lagoas	Mato Grosso do Sul	946.819
Cáceres	Mato Grosso	892.348
Juara	Mato Grosso	874.413
Água Clara	Mato Grosso do Sul	857.215
Camapuã	Mato Grosso do Sul	828.780
Vila Bela da Santíssima Trindade	Mato Grosso	807.827
Aquidauana	Mato Grosso do Sul	748.097

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

Da Tabela 65 observa-se que, dos 10 maiores municípios produtores de bovinos, 6 estão localizados em Mato Grosso do Sul. Mato Grosso apresenta 3 maiores, e 1 está no Pará.

A agricultura em Mato Grosso do Sul, como parte da fronteira agrícola, incorporou a modernização produtiva, através da utilização de utensílios, corretivos, defensivos, fertilizantes, maquinas e equipamentos, etc., que possibilitaram a ampliação da produção agrícola, principalmente das culturas comerciais, voltadas para a exportação.

Os resultados deste movimento econômico no Mato Grosso do Sul foi o crescimento das atividades agrícolas ligadas ao mercado externo e industrial (cana-de-açúcar, trigo, soja) enquanto que os produtos tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), ligados ao mercado interno sofrem importante queda na produção.

O comportamento da produção agrícola em Mato Grosso do Sul acompanhou o movimento no Centro-Oeste, ou seja, a ampliação das áreas de cultivo da produção agrícola comercial e redução de áreas para a produção pecuária.

Tabela 66 – MS/Brasil: % Produção agrícola – 1977/2003.

Anos	Algodão	Arroz	Cana	Erva	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
1978	3,55	5,76	0,31	n.d	1,64	2,12	0,00084	4,95	1,13
1979	5,29	6,02	0,22	n.d	1,14	2,09	0,00090	8,07	2,36
1980	4,82	5,16	0,41	n.d	1,19	1,45	0,00092	8,72	4,07
1981	4,94	5,50	0,59	0,06	0,69	1,37	0,00110	8,98	2,96
1982	3,60	3,49	0,80	0,07	0,84	1,13	0,00118	11,98	6,17
1983	3,91	5,82	0,85	0,07	1,29	1,54	0,00126	12,35	7,13
1984	3,01	4,23	1,20	0,06	0,80	1,59	0,00124	12,91	5,48
1985	3,99	3,59	1,28	0,05	1,17	1,95	0,00149	14,00	7,35
1986	2,78	2,66	1,67	0,00	0,82	1,73	0,00156	14,74	7,94
1987	4,21	4,47	1,60	0,00	1,57	2,04	0,00242	13,46	8,26
1988	3,01	2,79	1,60	0,00	0,84	2,12	0,00257	13,77	7,15
1989	4,33	2,41	1,58	0,00	1,30	2,40	0,00273	11,84	6,65
1990	4,12	2,46	1,60	0,00	1,45	1,80	0,00279	10,25	6,59
1991	4,44	2,10	1,51	0,00	1,95	1,77	0,00395	13,51	5,35
1992	4,57	2,25	1,49	0,00	1,02	1,41	0,00280	9,74	4,09
1993	5,74	2,17	1,67	0,00	1,15	1,85	0,00306	10,13	3,19
1994	5,73	2,16	1,31	0,01	0,57	2,36	0,00337	9,60	3,30
1995	7,34	2,38	1,62	0,01	0,80	2,19	0,00440	9,85	0,62
1996	9,24	2,93	1,75	0,00	0,59	2,27	0,00497	8,65	1,52
1997	6,82	2,58	1,63	0,81	1,07	2,63	0,00586	8,28	1,89
1998	7,95	2,55	1,85	0,39	1,54	2,77	0,00573	7,41	2,16
1999	8,09	2,22	2,09	1,22	0,91	2,98	0,00598	9,06	2,92
2000	6,68	2,03	1,96	0,00	0,28	2,57	0,00331	7,57	2,01
2001	6,42	2,17	2,22	0,00	1,24	2,75	0,00521	8,22	3,18
2002	7,13	2,04	2,36	1,15	0,57	3,16	0,00389	7,77	2,58
2003	7,23	2,31	2,28	1,71	1,02	2,21	0,00636	7,88	2,73

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil – vários anos.

Obs: n.d – Dado não obtido por falta de informações sobre Mato Grosso do Sul ou do Brasil.

Neste contexto, a participação da agricultura de Mato Grosso do Sul apresentou crescimento em relação à produção nacional em vários produtos, conforme a Tabela 66. O algodão, que passa do patamar de 3,55% (1978) para 9,24%, em 1996, a partir daí mantém uma média entre 6,5% e 7,5% do total nacional; a soja sul-mato-grossense, que partiu de um patamar de 5% (1978) atingiu a maior participação nacional com 14,74% (1986) da produção nacional, caindo depois até atingir 7,88%, em 2003 (isto se deu pelo crescimento da produção em Mato Grosso e Maranhão). Em relação ao trigo, ocorreu uma produção de 1%, em 1978, atingindo o Estado, em 1987, 8,26%, caindo depois para patamares entre 2% e 3% da produção nacional. Em relação à produção de cana-de-açúcar, o Estado parte de um patamar bastante baixo, de 0,31% da produção nacional, em 1978, atingindo 2,36% em 2002, quando se mantém nesta faixa, em 2003.

Em relação à produção de arroz, feijão, milho, mandioca e erva-mate, acontece o seguinte: a produção de arroz, que representava no período de criação de Estado 6% da produção nacional, cai para o patamar próximo de 2%, no início dos anos 2000. Para o feijão, a participação vai de 1,64%, em 1978, para a participação máxima no período, de 1,95%, em 1991, a partir daí apresenta uma participação bastante instável, entre 0,3% e 1,5% da participação. A mandioca tem um nível de produção proporcional a 2%, em 1978, a variação no período até 2002 é bastante instável, não indicando uma tendência clara, pois neste ano atinge a participação máxima no período, com 3,16% da produção nacional. A erva-mate e o milho apresentam números bastante baixos de participação, com o milho não representando nem 1% da produção nacional (apesar da tendência caminhar para este patamar), a erva-mate, que representou na história do Sul de Mato Grosso a principal produção agrícola (extrativa), atinge 1,71%, em 2003, atendendo ao mercado interno local e nacional.

Desta forma, analisando-se as transformações da agricultura sul-mato-grossense, conclui-se que o crescimento das atividades produtivas comerciais, ocorreram a partir da produção em grande escala, visando o mercado internacional e a agroindústria. Por outro lado, a agricultura tradicional, que atende o mercado interno, apresentou redução na participação da agricultura de Mato Grosso do Sul, indicando que o foco do mercado produtivo agrícola de Mato Grosso do Sul é o mercado internacional.

Tabela 67 – Participação da agricultura de MS/Brasil e valores absolutos da agricultura em MS– Área, produtividade e produção. – 2000/01 – 2004/05.

Indicadores	Participação de MS/Brasil					Valores absolutos de MS				
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Área (ha)	4,95	4,81	5,50	5,81	6,09	1.873	1.936	2.416	2.753	2.954
Produtividade (kg/ha)	1,19	1,11	1,17	0,94	0,96	3.149	2.667	3.272	2.360	2.372
Produção (ton.)	5,88	5,34	6,42	5,45	5,86	5.897	5.163	7.906	6.497	7.007

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

Observa-se, da Tabela 67 que, no período de 2000 a 2004, a participação percentual da agricultura sul-mato-grossense na economia brasileira que a área plantada ampliou sua participação, enquanto que a produtividade apresentou queda no período, assim como a produção que apresentou aumento até o índice de 6,42%, em 2002, caindo para 5,45% (2003) e aumentando para 5,86%, em 2004.

Em relação aos valores absolutos, a área plantada apresentou aumento durante todo o período, a produtividade apresentou comportamento mais instável, com queda de 2001 para 2004, e a produção, que subiu de 2000 até 2000, caiu em 2003 e em 2004, apresentando aumento abaixo do nível de 2002.

Este comportamento é explicado pelas questões cambiais e meteorológicas, nas quais as safras de 2002/03 a 2004/05 sofreram perdas na produção de soja, milho, etc., apesar dos excelentes resultados do *agribusiness* no Brasil.

Em suas relações com o exterior, os registros apontam que na balança comercial de Mato Grosso do Sul, principalmente em relação às exportações, o Estado se apresenta como uma economia regional produtora e exportadora de produtos primários, sendo que os grãos (especialmente a soja) e os derivados de animais (principalmente bovinos) tem grande peso na pauta, juntamente com os produtos minerais.

Tabela 68 – MS: Balança Comercial Externa (US\$ 1.000 FOB)

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1979	9.411		9.411
1980	10.094	7.792	2.302
1981	33.462	2.518	30.944
1982	20.456	17.845	2.611
1983	25.321	5.837	19.484
1984	23.414	7.982	15.432
1985	31.246	13.350	17.896
1986	49.465	10.774	35.596
1987	52.322	11.869	40.453
1988	174.726	10.581	164.145
1989	254.035	17.603	236.432
1990	104.453	22.498	81.955
1991	108.451	6.981	101.470
1992	159.663	327	159.336
1993	207.838	1.648	206.190
1994	289.841	594	289.247
1995	304.817	54.246	250.571
1996	305.859	55.142	250.717
1997	383.698	137.589	246.109
1998	175.388	159.371	16.017
1999	218.323	57.300	161.023
2000	253.145	160.673	92.472
2001	473.679	281.555	192.124
2002	384.159	424.017	-39.858
2003	498.108	492.868	5.240
2004	595.806	696.247	-100.441

Fonte: MDIC/SECEX

Nota: Dados sujeitos a retificação pela fonte.

Da Tabela 68, observa-se que as exportações de Mato Grosso do Sul, em 1979, atingiram patamar aproximado de 9,5 milhões de dólares, atingindo US\$ 52 milhões em 1987, a partir daí, apresentou forte crescimento no biênio 1988/1989, quando atingiu respectivamente US\$ 174 e 254 milhões. Com a abertura da economia, no início dos anos 1990, ocorre uma forte queda nas exportações, de mais de 50% nas exportações, com US\$ 104 milhões. Em 1993, as exportações sobem acima do nível de 200 milhões, em 1995 atinge a cifra de US\$ 300 milhões e de US\$ 383 milhões, em 1997. Após nova forte queda em 1998, ocorre a recuperação e as exportações ultrapassam o patamar de 595 US\$, em 2004.

Pelo lado das importações, de 1980 até 1990, as vendas externas de US\$ 8 milhões atingiram US\$ 22 milhões, caindo para US\$ 591 mil, em 1993; atingiram US\$ 52 milhões, em 1994, US\$ 137 milhões, em 1997, US\$ 160 milhões, em 2000, US\$ 424 milhões, em 2002, US\$ 492 milhões, em 2003 e aproximadamente US\$ 700 milhões, em 2004.

O desempenho do saldo comercial de Mato Grosso do Sul, no período, foi o seguinte: até 1987, o saldo não ultrapassou US\$ 40 milhões; de 1988 a 1997, o saldo variou entre US\$ 164 e 246 milhões; em 1998, o saldo foi de US\$ 16 milhões, o mais baixo desde 1985 e, após o saldo positivo de US\$ 192 milhões, em 2001, passou a apresentar déficits, de US\$ 39 milhões, em 2002, e de US\$ 100 milhões, em 2004.

Este resultado, no período de 2000 a 2004, justificou-se pela implantação do gasoduto Bolívia-Brasil, cuja contabilidade da entrada no país é feita como sendo compras de Mato Grosso do Sul, o que levou aos déficits apresentados pela balança comercial.

Desta forma, a balança comercial de Mato Grosso do Sul tem uma característica interessante: apresenta certa estabilidade no processo de exportação, ou seja, mantém um comportamento crescente desde 1979, com poucas quedas no volume de US\$ arrecadados. Já para as importações (dólares gastos com produtos e serviços do exterior), o processo é bastante diferente, pois a mesma se caracteriza pela instabilidade, exceto pelo período de 2000, no qual a justificativa se encontra na metodologia de cálculo das importações.

Tabela 69 – Brasil/Centro-Oeste: Participação nas exportações do país – 1975/1994

Anos	Centro-Oeste	MS	MT	GO	DF
1975	0,5	-	0,3	0,2	0,0
1980	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0
1990	1,8	0,3	0,8	0,6	0,0
1992	1,9	0,4	0,9	0,6	0,0
1993	2,1	0,5	0,8	0,6	0,0
1994	2,9	0,8	1,2	0,9	0,0

Fonte: Campolina (1995).

Da Tabela 69, observa-se que, em relação ao Brasil e Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul ampliou de forma consistente sua presença no mercado internacional. Nota-se o crescimento da participação do Mato Grosso do Sul nas exportações brasileiras, passando de 0,1% (1975) para o patamar de 0,8% (1994), num processo de crescimento gradativo. Com a abertura econômica (1990), Mato Grosso do Sul, aproveitando-se de sua produção especializada, insere-se no processo de exportação brasileira, passando de 0,3%, em 1990, para 0,8%, indicando uma tendência de ampliação na participação das exportações brasileiras. Apesar deste aumento, Mato Grosso do Sul tem a terceira participação exportadora no Centro-Oeste, abaixo de Mato Grosso e Goiás.

Tabela 70 – MS: Exportações: Grupos de produtos - US\$ e peso (participação) – 2000/2001

Grupo produtos	2000	2001	2000	2001
	% US\$	% US\$	% Peso	% Peso
Soja*	46,44	36,50	38,29	25,94
Bovinos	26,28	32,97	3,28	1,24
Minérios	13,41	5,25	49,50	69,28
Madeira	6,10	2,73	1,17	1,28
Alimentos	6,47	19,81	7,24	2,03
Diversos	1,30	2,73	0,53	0,22
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Em anexo, os dados nominais das exportações de MS em valor e em peso (2000/2001).

A Tabela 70 apresenta a participação das exportações de Mato Grosso do Sul nos anos de 2000 e 2001. As exportações de soja e derivados foram responsáveis por 46,44% (2000) e 36,5% (2001) dos valores em dólares, enquanto que as exportações de bovinos e derivados somaram 26,28% (2000) e 32,97% (2001). Ambos os produtos significaram 72,72% (2000) e 69,47% (2001) do valor das exportações do Estado. Minérios, madeira, alimentos e outros produtos juntos somaram 28,28% (2000) e 31,53% (2001), com aumento na participação dos alimentos de 6,47%, em 2000, para 19,81%, em 2001.

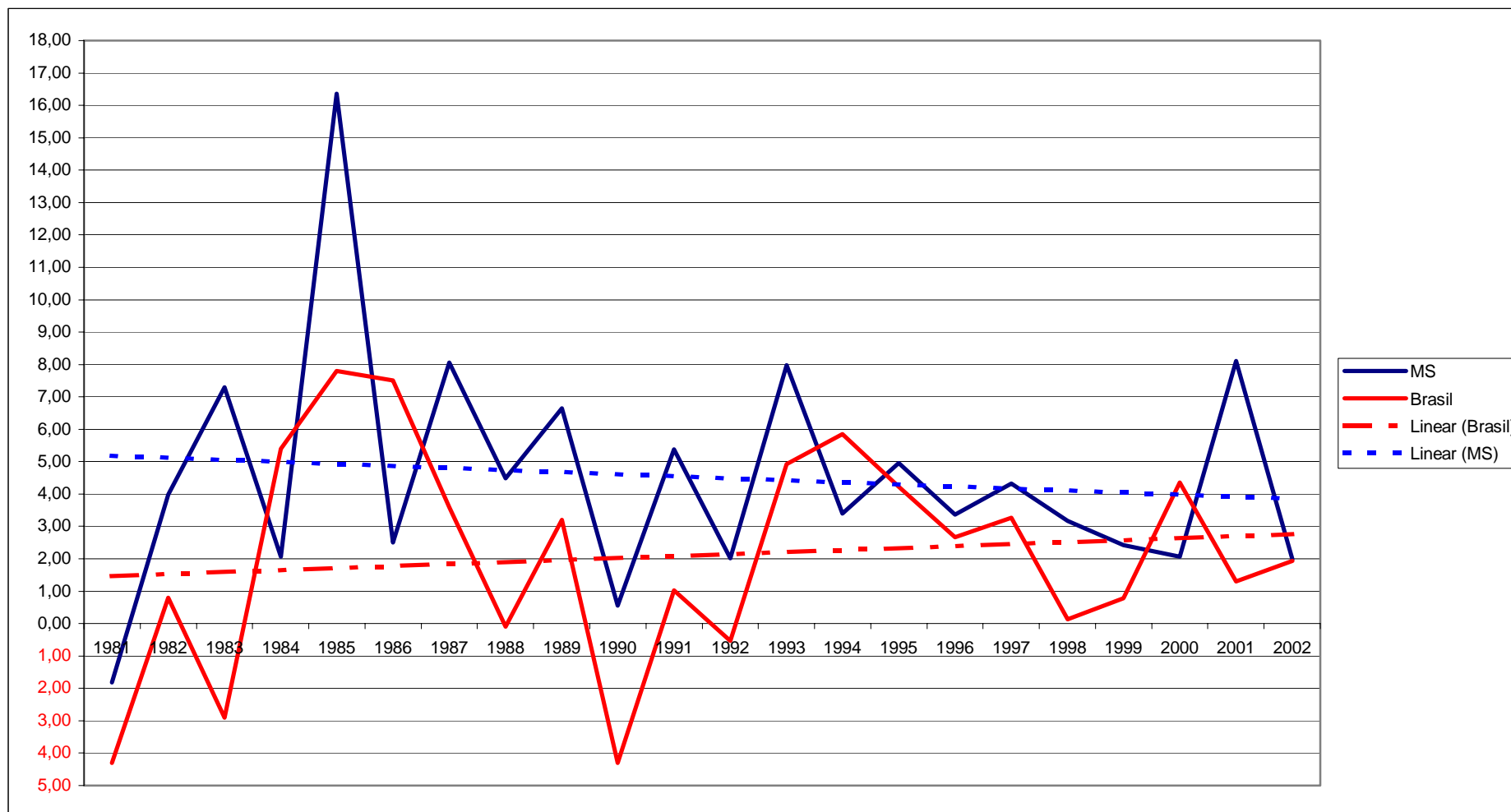
Desta forma, a exportação dos produtos derivados de soja, bovinos e os alimentos, representaram 79,19% (2000) e 89,28% (2001) da balança comercial do Estado. No período, os produtos de origem mineral (mangânês, calcário, cimento, etc.) apresentaram queda na participação do valor arrecadado, passando de 13,41%, em 2000, para apenas 5,25%, em 2001.

Em relação ao peso dos produtos exportados, os minérios apresentam-se com maior volume, seguido dos produtos soja e derivados. Este grupo de produtos participou, em 2000 e 2001, com 87,79% e 95,22%, respectivamente, indicando que os produtos soja e derivados e os minérios apresentam-se como produtos com pouca agregação de valor, pois, é necessário o transporte de grande volume de produtos para obter bons resultados financeiros no mercado internacional. Nos produtos diversos, encontram-se alguns produtos com grande valor agregado, tais como produtos medicinais e veterinários, aparelhos eletro-eletrônicos, produtos siderúrgicos, porém, em pequenas quantidades (baixa escala). Demonstrando assim a dependência da economia sul-mato-grossense dos produtos do trinômio (Boi-soja-minerais).

* O complexo soja representou 84,6% (1986), 75% (1987), 95,9% (1988), 89,9% (1989), 78,6% (1990) e 71,9% (1991) dos dólares das exportações de MS, caindo para 46,5% e 36,5% em 2000 e 2001.

Na questão dos minérios, Mato Grosso do Sul possuía, em 1998, 4,3% das reservas de minério de ferro no Brasil, e sua produção correspondia a 1,6% da produção nacional. O mercado externo, para os minérios de ferro do Estado são os países vizinhos (Argentina e Paraguai), que correspondem a 98% das exportações, enquanto que o manganês é exportado para Venezuela e Argentina. (LOSADA, 2001)

Gráfico 6 – MS e Brasil: Taxas de crescimento da economia e tendência – 1981/2002.



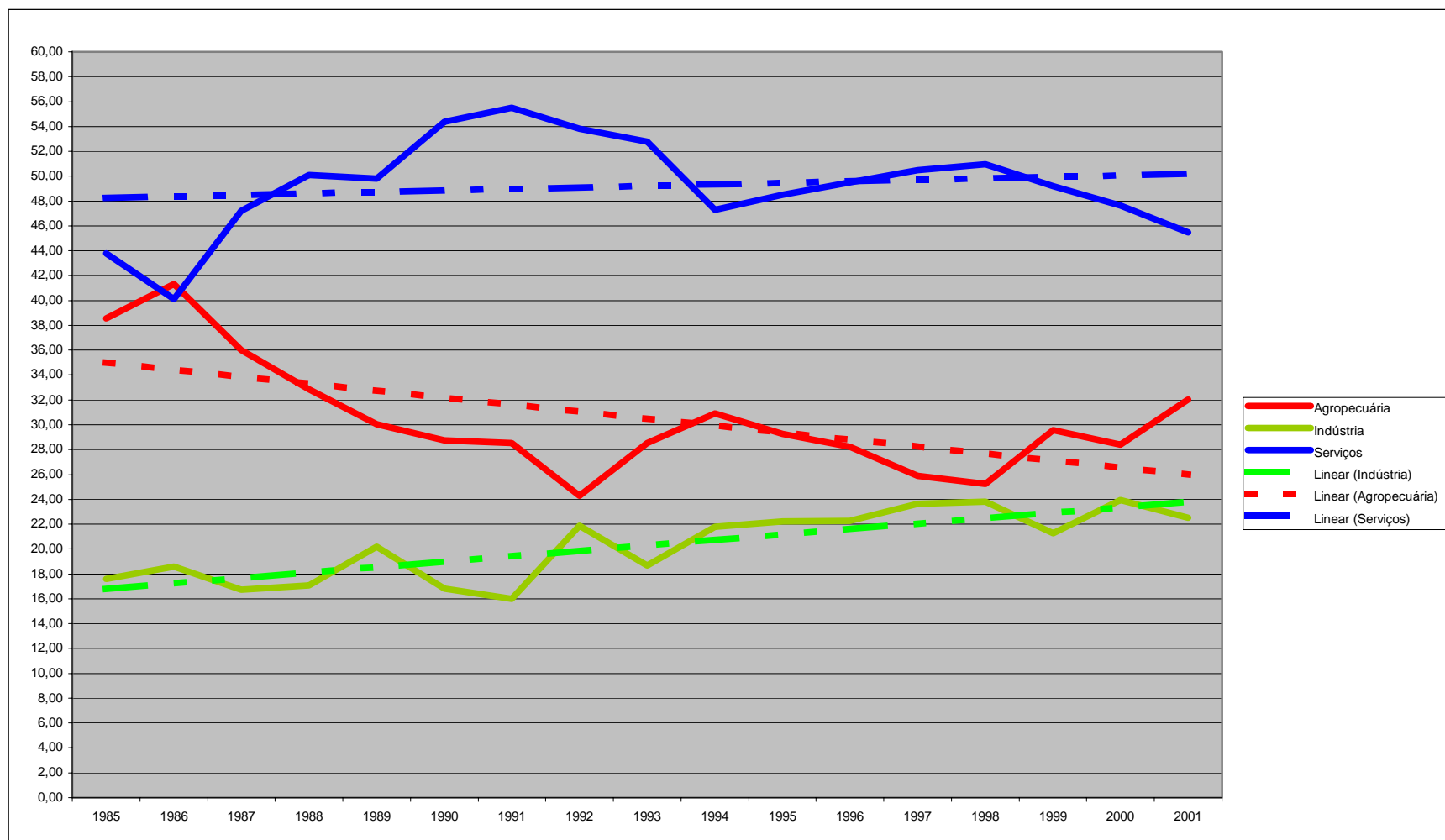
O comportamento das taxas de crescimento da economia de Mato Grosso do Sul, em relação às taxas brasileiras, segundo o Gráfico 6, mostra que Mato Grosso do Sul apresenta taxa de crescimento maior do que a economia do país (exceto em 1984, 1986, 1994 e 2000), sendo que, na década de 1980, a diferenças entre as taxas eram maiores, diminuindo a partir de 1993.

A tendência (linhas pontilhadas no gráfico) entre as taxas do Estado e do Brasil caminha para o equilíbrio, indicando assim que o crescimento da economia de Mato Grosso do Sul começa a apresentar sinais de “fadiga”, desacelerando o crescimento apresentado na década de 1980, enquanto que a economia nacional apresenta crescimento lento e sustentável, enquanto que a economia de Mato Grosso do Sul apresenta-se como uma taxa declinante e também sustentável no tempo. Observa-se que a atividade agropecuária de Mato Grosso do Sul sobressai-se frente aos demais setores (Brasil e MS), indicando a importância do setor para esta economia regional.

Este quadro é provocado pela especialização em *agribusiness*, cuja importância para a economia brasileira acentuou a partir da implantação do plano cruzado (âncora verde), e cujas exportações permitem ao Brasil manter os superávits na Balança Comercial. Entretanto, várias críticas são feitas em relação ao desenvolvimento deste setor, pois, na economia de Mato Grosso do Sul, a instabilidade em seus resultados econômicos encontram-se ligados à forte ligação com o mercado internacional, cujos produtos (especialização em *commodities*), considerados com baixa agregação de valor e com o crescimento da demanda por produtos siderúrgicos e substitutos dos derivados de petróleo, apontam para a possibilidade da economia sul-mato-grossense em aproveitar as “janelas de oportunidades” atuais.

Em relação à participação nas taxas de crescimento dos três setores (primário, secundário e terciário), observa-se uma tendência de crescimento do setor industrial maior que o crescimento do setor de serviços, (provocado pela consolidação da economia urbana no Estado), enquanto que o setor primário mantém uma tendência de forte queda na participação do PIB estadual.

Gráfico 7 - PIB MS: Composição por setores – 1985/2001.



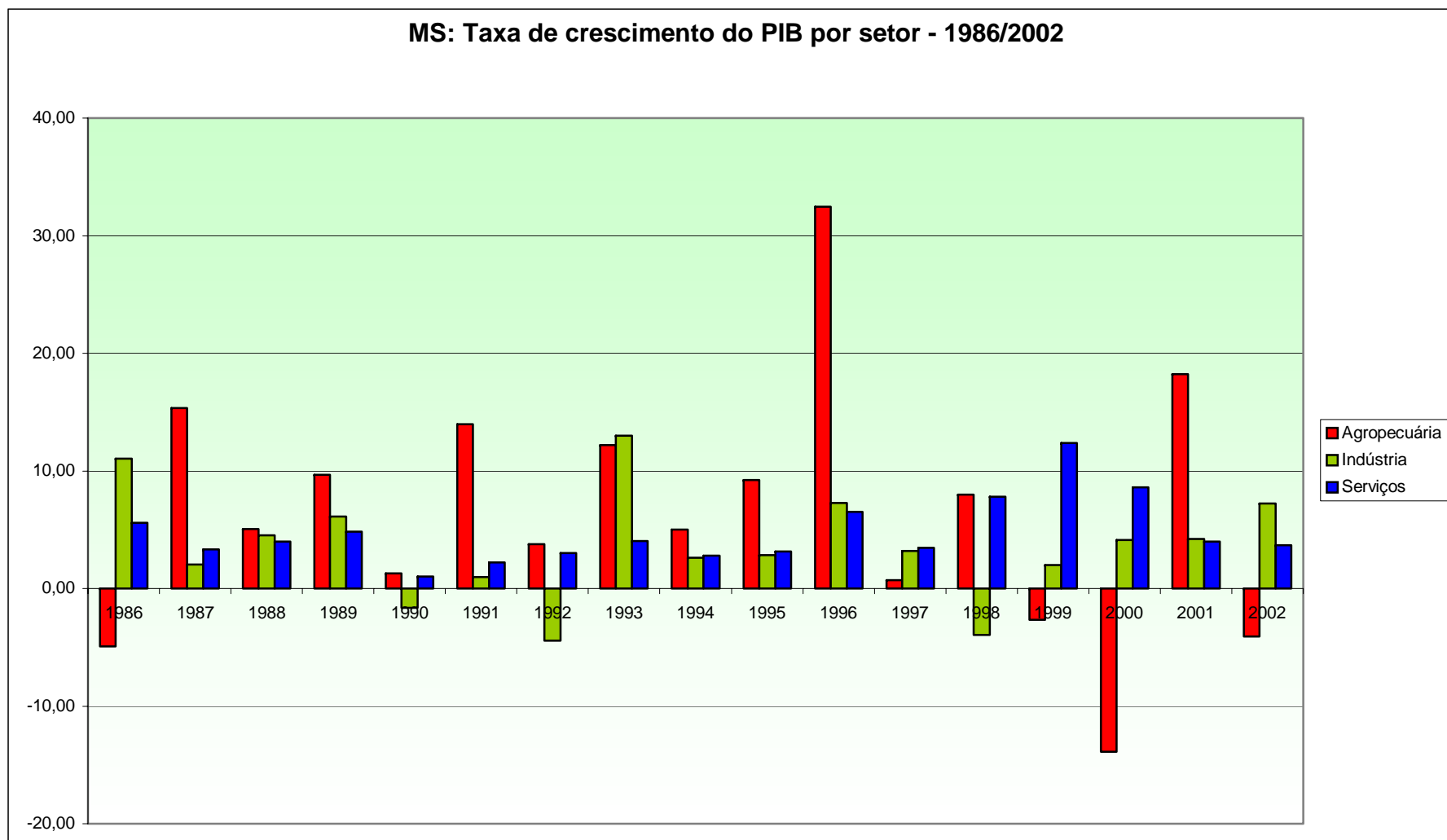
As taxas de crescimento do PIB por setor de atividade apontam a importância da agropecuária para o comportamento geral da economia sul-mato-grossense. Nos anos de 1986, 1999, 2000 e 2002, o setor agropecuário apresentou crescimento negativo, sendo que, em 2000, a taxa atingiu o menor índice no período de 1986 a 2002. Esta forte instabilidade está ligada principalmente às questões de mercado internacional (câmbio, redução da demanda, conflitos jurídicos na OMC, etc.), o que prejudica o gerenciamento das atividades, cujos resultados dependem das variações no comércio externo. Para o ano de 2001, o que manteve o bom resultado do setor foi a demanda interna, que possibilitou o aumento das vendas para o mercado interno, em compensação às grandes perdas ocorridas nas exportações.

O setor de serviços se manteve no período como o único a não apresentar resultado negativo, ou seja, este setor por englobar grande gama de atividades (financeira, governo, serviços pessoais, alimentação, tratamento médicos, etc.), mostra a mudança ocorrida na economia sul-mato-grossense, devido ao forte processo de urbanização, principalmente nas principais cidades (Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana).

O setor industrial, apesar de ter parte do resultado atrelado ao setor primário (agroindústria), apresentou comportamento um pouco mais estável. Atingiu taxas de crescimento acima de 10%, em 1986 e 1993; nos anos de 1990, 1992 e 1998 apresentou crescimento negativo. Estes resultados foram causados pela política econômica (1990), que causou pequeno impacto na indústria local, enquanto que nos outros anos apresentou queda maior que a do setor no Brasil. Desde 1998, o setor apresenta um consistente crescimento, indicando a maior importância que o setor vem ganhando na economia local.

Desta forma, nem todos os setores e nem todas as economias regionais seguiram a tendência da “*década perdida*”, pois a agricultura e o *agribusiness*, através da atração de capitais pela fronteira agrícola possibilitou a agroindustrialização de novas economias regionais no Brasil. Neste contexto, Mato Grosso do Sul segue a dinâmica econômica da nova fronteira agrícola e do agronegócios.

Gráfico 8 – MS: Taxa de crescimento do PIB por setor – 1986/2002.



Em relação ao emprego industrial, Mato Grosso do Sul apresentou crescimento no número de funcionários, com a seguinte variação, aumento de 61%, entre 1970 e 1975; crescimento de 48,25%, de 1975 a 1980; queda de -5,5%, de 1980 a 1985, segundo a Tabela 71.

Tabela 71 – Número de empregados e percentual por setores industriais – MS: 1970/1975/1980/1985.

SETORES DE ATIVIDADES	N.º EMPREGADOS				% TRABALHADORES			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
M.N.M	2.675	3.014	4.984	3.454	26,91	18,77	21,00	15,41
Metalurgia	139	380	586	1.177	1,40	2,37	2,50	5,25
Mecânica	92	387	1.388	973	0,93	2,41	5,90	4,34
Material Elétrico/Com.	*	*	22	158	-	-	0,10	0,70
Transportes	248	604	510	574	2,50	3,76	2,00	2,56
Madeira	2.668	5.769	8.421	4.582	26,84	35,92	35,50	20,44
Mobiliário	288	335	545	738	2,90	2,09	2,30	3,29
Papel/Celulose	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracha	57	47	90	123	0,57	0,29	0,40	0,55
Couros, peles	54	66	42	111	0,54	0,41	0,20	0,50
Química	234	321	353	1.651	2,35	2,00	1,50	7,37
Farm/Veterinário	-	-	-	52	-	-	-	0,23
perf., sab, velas	10	*	*	13	0,10	-	*	0,06
Mat. Plástica	*	*	*	78	-	-	*	0,35
Têxtil	74	*	77	307	0,74	-	0,30	1,37
Vest, calç, tecidos	110	140	222	443	1,11	0,87	0,90	1,98
Prod. Alimentícios	2.853	4.066	5.247	6.306	28,71	25,32	22,10	28,14
Bebidas, Álcool, vinagre	137	198	227	199	1,38	1,23	1,00	0,89
Editora/gráfica	300	640	943	1.321	3,02	3,99	4,00	5,89
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	*
Diversas	*	36	68	153	-	0,22	0,30	0,68
TOTAL	9.939	16.003	23.725	22.413	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Obs: - não disponível; * não apresentado para evitar a identificação.

O percentual do pessoal empregado no setor de alimentos foi o maior nos anos de 1970 e de 1980, com 28,71% e 28,14% respectivamente; o setor de madeira apresentou o maior percentual para os anos de 1975 (35,92%) e de 1980 (35,5%). O terceiro setor em número de empregados foi o setor de minerais não metálicos. Estes três setores apresentaram média de ocupação de 82% (1970) e 64% (1985) do emprego industrial de Mato Grosso do Sul.

O crescimento econômico da região Centro-Oeste, a partir da década de 1970, permitiu o crescimento no emprego industrial dos Estados da região. Na década de 1990, ocorre crescimento de mais de 51% no número absoluto de empregados na indústria do Centro-Oeste, e Mato Grosso do Sul contribui com um crescimento de 34,2%, no período de 1989 a 1998.

Tabela 72 – Empregos na Indústria de Transformação – MS: 1996/2002.

Atividade	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alimento e bebida	13.536	15 415	17 383	16.881	20 932	20.836	21.276
Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Têxtil	147	130	146	160	218	392	1.080
Vestuário e acessório	228	633	588	592	1 268	1.402	1.829
Couro e calçados	538	538	486	460	916	933	1.413
Madeira	1.772	1 540	1 527	1.860	2 108	2.327	2.599
Papel e celulose	79	44	88	129	138	218	238
Gravações	929	870	956	1.202	1 109	1.312	1.422
Petróleo e álcool	3.013	2 169	2 090	3.812	635	664	1.149
Químico	270	374	343	494	368	470	604
Borracha e plástico	431	371	491	357	742	544	851
Minerais não metálicos	1.795	1 992	1 697	1.846	2 201	2.021	2.436
Metalurgia	131	129	316	301	387	411	341
Metal	642	739	572	575	762	531	587
Máquinas e Equipamentos	185	347	229	406	375	328	366
Máquina escritório informática	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Maquinas Aparelhos Elétricos	68	112	38	71	96	83	158
Eletrônico/comunicações	X	56	39	28	41	32	37
Aparelho médico-hospitalar	X	21	14	13	(x)	(x)	14
Veículos automotores	288	234	248	287	295	363	396
Outros transportes	80	78	69	89	59	52	88
Móveis e diversos	686	876	1 009	887	843	789	913
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-
Outros	79	764	745	48	59	62	45
Total	26.893	27.432	31.072	32.497	35.552	35.771	39.844

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (PIA - Empresa) – 1996/2002. (x) identificação

Registros recentes apontam que a variação no emprego formal, nas indústrias de Mato Grosso do Sul, é positiva, com crescimento do emprego no período de 1996-2002, de 48,15%. Que os anos pares (1998, 2000 e 2002) foram os anos de maior crescimento no nível do emprego em relação ao ano anterior, com altas respectivas de 13,27%; 9,40% e 11,39%, conforme a Tabela 62. O setor de alimentos e bebidas, madeira e minerais não metálicos apresentando o maior número de funcionários, enquanto que o setor petróleo e álcool, que era o segundo maior empregador em 1996, reduz a ocupação de mão-de-obra, atingindo o menor valor no ano 2000 e mais que dobrando o número de funcionário em 2002, em relação a 2000.

Assim, para o ano de 1996, a indústria tradicional (alimentos e bebidas, couros e calçados, vestuário e acessórios, têxtil, madeira, móveis e diversos) empregou⁵³ 78% da força-de-trabalho industrial em Mato Grosso do Sul, enquanto que a indústria de bens intermediários (ou *commodities*, que engloba as empresas do setor de metal, metalurgia,

⁵³ Calculado a partir dos dados disponíveis, ou seja, sem contar os dados não identificados com (x).

papel e papelão, química), concentrou 11,14% do pessoal ocupado e as dinâmicas empregaram 5,5% dos empregados do setor industrial. Para o ano 2000, 78% na indústria tradicional, 10,78% na indústria de bens intermediários (*commodities*) e 5,88% na indústria dinâmica, ou seja, praticamente não houve alterações no perfil da ocupação industrial de Mato Grosso do Sul.

Desta forma, vê-se que o setor de indústria de transformação apresentou crescimento no total de funcionário desde a década de 1970, demonstrando a transferência de uma pequena parte da indústria concentrada no Sudeste para o Centro-Oeste e para Mato Grosso do Sul, isto é constatado com a análise regional do emprego industrial no Brasil.

Tabela 73 – Brasil: Variação no emprego industrial por UF – 1989/1998.

Região	UF	1989	1998	Variação %
NORTE	RO	11.048	17.047	54,3
	AC	2.246	2.635	17,3
	AM	87.903	48.933	-44,3
	RR	580	1.130	94,8
	PA	64.591	52.657	-18,5
	AP	3.807	1.094	-71,3
	TO	1.497	4.363	191,4
	Total	171.672	127.859	-25,5
NORDESTE	MA	22.715	19.210	-15,4
	PI	13.974	17.112	22,5
	CE	107.190	123.362	15,1
	RN	47.635	41.689	-12,5
	PB	43.288	42.599	-1,6
	PE	223.473	130.788	-41,5
	AL	64.346	56.729	-11,8
	SE	28.891	20.202	-30,1
	BA	119.785	89.454	-25,3
Total	671.297	541.145	-19,4	
SUDESTE	MG	531.679	479.256	-9,9
	ES	71.109	71.075	0,0
	RJ	604.656	328.982	-45,6
	SP	2.869.416	1.757.275	-38,8
	Total	4.076.860	2.636.588	-35,3
SUL	PR	299.257	321.015	7,3
	SC	365.068	317.787	-13,0
	RS	582.321	458.745	-21,2
	Total	1.246.646	1.097.547	-12,0
CENTRO OESTE	MT	24.065	47.867	98,9
	MS	20.764	27.859	34,2
	GO	57.526	83.963	46,0
	DF	15.709	19.084	21,5
	Total	118.064	178.773	51,4

Fonte: Sabóia (1995: 2).

No contexto das informações da Tabela 73, constata-se que a região Centro-Oeste foi a única a apresentar aumento no emprego industrial. A indústria nacional no geral apresentou queda, devido aos ajustes defensivos realizados durante os anos noventa – Plano Collor, Plano Real, etc., que provocaram queda generalizada na indústria brasileira (exceção dos estados do Paraná, Ceará, Acre e Roraima). O emprego industrial no Centro-Oeste foi praticamente igual ao do Estado da Bahia (1998), representando a metade do pessoal ocupado em Santa Catarina, demonstrando a insipiência deste setor na região.

Mato Grosso do Sul apresentou crescimento de 34,2% no emprego industrial de 1989 a 1998, sendo o terceiro maior crescimento na região Centro-Oeste (abaixo de Mato Grosso com 98,9% e Goiás com 46% de aumento), passando de 20.764 para 27.859 empregados. Dados da PIA⁵⁴ indicam que, do pessoal ocupado pela indústria brasileira, Mato Grosso do Sul participou com 0,34%, em 1985, e 0,51%, em 1996. Em relação ao valor da transformação industrial, o estado representou, 0,21% e 0,35% respectivamente para os anos de 1985 e 1996. Tem-se assim, que a indústria de transformação de Mato Grosso do Sul apresenta aumento na ocupação industrial, com crescimento de 180% no número de funcionário, entre 1970 e 1985.

Tabela 74 – MS: Participação: Número de estabelecimentos por gênero: 1975/1995.

Gênero Industrial	1975	1980	1990	1995
Minerais não metálicos	11,81	10,68	13,63	10,54
Metalurgia	1,39	2,01	9,52	6,77
Mecânica	1,42	1,51	1,01	0,71
Material Elétrico/Comunicação		0,02	0,28	0,40
Material de Transporte	1,19	1,25	1,08	0,64
Madeira	19,14	21,68	23,36	11,21
Mobiliário	0,56	0,98	6,59	6,67
Papel/papelão			0,31	0,10
Borracha	0,22	0,20	0,17	0,13
Couro e peles	0,16	0,81	0,91	1,25
Química	4,84	6,56	2,06	1,52
Prod. Farmacêuticos/veterinários			0,35	0,51
Perfume, sabão e velas			0,80	1,48
Prod. Materiais Plásticos			0,42	0,81
Têxtil		2,87	0,63	0,37
Vestuário, calçados e tecidos	0,34	0,21	4,53	9,36
Prod. Alimentares	56,15	49,00	25,49	27,24
Bebidas	1,23	0,82	1,08	0,67
Fumo			3,52	8,32
Editora/Gráfica	1,41	1,32	0,03	0,03
Diversas	0,14	0,08	4,22	11,28
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Industrial e Anuário Estatístico do Brasil – Vários anos.

⁵⁴ Pesquisa Industrial Anual do IBGE

Da Tabela 74, denota-se que as indústrias tradicionais (alimentos, bebidas, couros e peles, borracha, vestuário, calçados e tecidos, móveis e madeira), somavam 76,57% em 1975 do número de estabelecimentos, as dinâmicas (material elétrico e de comunicações, Material de transporte, farmacêutico/veterinária) com 2,38% e as de bens intermediários ou *commodities* (Metalurgia, Siderurgia, mineração, Papel e papelão e química) 21,05%. Enquanto que, para 1995, as tradicionais somavam 45,32%, as dinâmicas totalizaram 3,10% e as de *commodities* 51,58%. Consta-se assim o crescimento das indústrias de *commodities*, a queda das indústrias tradicionais e um pequeno aumento na participação das indústrias dinâmicas.

Portanto, a caracterização da estrutura industrial de Mato Grosso do Sul tem nos setores *tradicional e de commodities* os principais setores industriais, com 97,62%, em 1975, e 96,9%, em 1995. Este fato indica que a economia de Mato Grosso do Sul é uma grande compradora (importadora) de produtos industriais com desenvolvimento tecnológico, principalmente os bens de capital (máquinas e equipamentos, petróleo, etc.), enquanto vende para seus parceiros nacionais e internacionais, os produtos tradicionais e *commodities*, indicando assim a insipiência da indústria de transformação local.

Dados do IBGE apontavam que, para o conjunto dos estabelecimentos industriais (extrativa e de transformação) de Mato Grosso do Sul, em relação ao número de estabelecimentos industriais⁵⁵ representou, em 1980, 1,18% do total nacional e, em 1985, 1,11%, enquanto que, para o número de trabalhadores ligados à produção a relação era de 0,42%, em 1980, caindo para 0,39%, em 1985, e em relação ao valor da transformação industrial em Mato Grosso do Sul representou 0,26%, em 1980, e 0,22%, em 1985.

Tabela 75 – Participação Industrial: MS, Centro-Oeste e Brasil em Números Absolutos de Empresas e Empregos e em Termos Relativos – 1996/2002

Ano	MATO G. SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL		MS/CO		MS/Brasil	
	empresas	empregos	empresas	Empregos	empresas	Empregos	empresas	empregos	empresas	empregos
1996	806	25.569	5.455	156.341	108.118	5.143.775	14,78	16,35	0,75	0,50
1997	907	27.797	5.457	155.323	106.749	5.003.489	16,62	17,90	0,85	0,56
1998	935	29.546	6.140	172.016	128.664	4.804.840	15,23	17,18	0,73	0,61
1999	1.009	31.763	6.597	182.203	132.675	4.915.822	15,29	17,43	0,76	0,65
2000	1.013	34.103	7.367	212.196	139.777	5.230.894	13,75	16,07	0,72	0,65
2001	1.058	34.646	7.945	223.960	146.226	5.371.777	13,32	15,47	0,72	0,64
2002	1.104	38.556	7.921	237.539	149.987	5.599.568	13,94	16,23	0,74	0,69

Fonte: IBGE: Pesquisa Industrial Anual – Empresa – 1996/2002.

⁵⁵ IBGE: Anuário Estatístico do Brasil – 1992.

Nota-se, da Tabela 75, que o número de empresas indústrias de Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste apresentou aumento de participação de 14,78%, em 1996 para 15,29%, em 1999, com redução na participação de 2000 a 2002, quando apresentou média de 13,5% no período. Em relação ao emprego, o comportamento foi semelhante, com crescimento entre 1996 e 1999, e pequena redução no período de 2000 a 2002. Em relação à participação do número de empresas de Mato Grosso do Sul no Brasil, observa-se que em 1997 foi atingido o maior índice na indústria brasileira, enquanto nos demais anos manteve-se no patamar de 73% de média. Em relação aos empregos, Mato Grosso do Sul apresentou aumento consistente e constante de 1996 a 2000 (exceto em 2000/2001).

Tabela 76 – MS: Estabelecimentos industriais, por ramo de atividade – 1970/1995

SETOR	1970	1975	1980	1981	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
M.N.M	444	512	447	373	414	443	392	391	361	350	327	346	313
Metalurgia	31	61	34	33	294	344	287	273	215	202	169	192	201
Mecânica	32	32	60	50	29	33	28	29	19	21	17	21	21
Material Elétr./Com.	19	2	-	-	10	11	8	8	1	18	7	9	12
Transportes	36	42	33	32	34	39	32	31	19	16	17	19	19
Madeira	23	463	405	354	676	824	713	670	453	378	311	329	333
Mobiliário	86	89	24	23	209	229	194	189	179	191	171	189	198
Papel/Celulose	1	1	-	-	10	12	65	9	4	-	1	1	3
Borracha	3	7	3	3	6	7	7	5	2	4	3	3	4
Couros, peles	12	7	3	3	25	27	26	26	32	37	37	42	37
Química	4	21	9	9	46	58	54	59	47	51	43	46	45
Farmacêutico/Veterinário	-	-	-	-	6	9	9	10	7	16	15	14	15
Perfume, sabão e velas	5	1	1	1	35	39	26	23	18	32	35	46	44
Mat. Plástica	1	1	4	4	11	13	10	12	9	15	17	19	24
Têxtil	5	2	5	5	15	17	17	18	10	10	6	10	11
Vest, calç, tecidos	34	31	19	16	133	156	119	130	129	161	165	237	278
Prod. Alimentícios	521	610	267	231	787	891	763	731	683	705	669	747	809
Bebidas, Alcool, vinagre.	16	12	10	7	29	34	31	31	17	19	18	20	20
Editora/gráfica	36	62	73	72	97	116	102	101	87	216	223	236	247
Fumo	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	1	1
Diversas	6	12	7	6	116	137	126	121	107	225	251	273	335
TOTAL	1315	1968	1404	1222	2983	3440	3010	2868	2399	2667	2502	2800	2970

Fonte: IBGE – Censo Econômico. Seplan-MS e Secretaria de Fazenda -MS

Deste quadro constata-se a evolução no número de estabelecimentos industriais em Mato Grosso do Sul, desde 1970, apontando forte presença de empresas nos setores de alimentos, madeira, minerais não metálico, diversas e vestuário, calçados e tecidos. Nesta trajetória, observa-se o crescimento do número de empresas até 1989, com queda entre 1990 e 1993, invertendo o movimento a partir de 1994, conforme a Tabela 76.

Tabela 77 – Receita Líquida das Vendas: Indústria de Transformação – Mato Grosso do Sul – 1996/2002. (valores nominais: 1.000,00 em Reais).

Atividade	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alimentos e bebidas	1.224.031	1.187.362	2.168.281	2.043.034	2.569.137	2.919.456	2.742.102
Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Têxteis	19.389	12.726	15.550	23.491	32.041	74.712	201.930
Vestuário e acessórios	4.471	3.373	5.378	6.182	21.536	65.911	124.098
Couro e calçados	10.692	14.357	12.709	14.812	82.106	138.501	203.981
Madeira	20.318	28.127	21.619	37.426	53.131	75.571	101.494
Papel e celulose	1.342	1.507	3.095	4.754	3.328	22.148	3.524
Gravações	21.329	15.905	19.428	24.828	25.486	34.402	40.594
Petróleo e álcool	135.905	124.590	104.283	133.422	143.118	146.521	187.795
Químico	10.577	15.491	12.396	25.403	23.881	45.717	54.632
Borracha e plástico	12.422	12.988	21.133	30.362	48.169	27.974	45.652
Minerais não metálicos	37.941	119.445	135.635	142.741	146.709	176.345	177.187
Metalurgia	8.873	12.377	15.141	19.388	22.540	31.505	50.703
Metal	25.512	23.321	19.896	14.298	14.832	12.914	23.142
Máquinas e Equipamentos	4.686	10.203	8.618	10.909	14.081	12.963	16.328
Máquinas escrit/informática	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Maquinas Aparelhos Elétricos	2.293	2.151	1.595	1.431	2.444	4.258	7.053
Eletrônico/comunicações	(x)	999	292	1.063	916	2.185	882
Aparelhos médico-hospitalar	(x)	110	118	95	(x)	(x)	96
Veículos automotores	3.903	3.561	5.656	6.677	4.983	5.334	8.436
Outros transportes	1.189	985	1.261	1.214	1.316	4.226	2.419
Móveis e diversos	7.459	7.526	15.157	11.995	12.910	24.903	28.956
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-
Outros	243	31.560	24.989	593	781	972	1.641
TOTAL	1.552.575	1.628.664	2.612.230	2.554.118	3.223.445	3.826.518	4.022.645

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (PIA - Empresa) – 1996/2002. Nota: (x) Dados não identificáveis

Em relação às receitas das vendas da indústria de transformação de Mato Grosso do Sul, de 1996 a 2002, observa-se, da Tabela 77, que os setores com maiores volumes de vendas foram o setor de alimentos e bebidas, couros e calçados, têxtil, petróleo e álcool e minerais não metálicos, que representaram 91,0%, em 1996, e 87,3%, em 2002. O setor têxtil apresentou o melhor desempenho de vendas no período, quando passou de um patamar de R\$ 19 milhões, no ano de 1996, para R\$ 202 milhões, em 2002 (de 7º para 3º em receita). O setor de alimentos se manteve como a mais importante atividade da indústria de Mato Grosso do Sul, apesar da queda na receita de 2001 para 2002. O setor eletrônico e comunicações apresentou queda na receita de 1997 a 2002, assim como o setor de aparelhos médico-hospitalar.

O comportamento dos cinco setores com maior participação nas receitas líquidas foi o seguinte: alimentos e bebidas correspondeu a 78,5% (1996), aumentou para 83% (1998) e caiu para 68%, em 2002; petróleo e álcool: 8,75% (1996) para 4,67% (2002); couro: 0,7%

(1996) para 5,07% (2002); têxtil: 1,25% (1996) para 5,02% (2002) e minerais não metálicos: 2,44% (1996), 7,33% (1996) e 4,4% (2002).

Tabela 78 – Valor da produção bruta industrial e valor da Transformação Industrial – Mato Grosso do Sul – 1996/2002

(valores nominais – em R\$ 1.000,00)

Atividade	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL							VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alimentos e bebidas	1.417.562	1.272.396	2.392.089	2.584.712	3.140.826	3.215.000	2.998.076	372.552	318.467	622.632	520.457	503.956	648.520	788.486
Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Têxteis	19.631	11.492	14.033	22.205	30.745	34.612	166.411	6.279	3.301	3.007	6.117	6.820	12.224	43.256
Vestuário e acessórios	4.495	2.532	5.022	5.752	24.542	68.507	102.018	1.416	1.044	1.701	2.091	18.901	40.813	34.526
Couro e calçados	11.251	15.677	23.934	24.754	127.384	189.228	353.482	5.488	8.833	10.715	13.678	21.508	53.364	134.240
Madeira	19.377	26.779	20.612	36.018	52.404	74.572	103.667	9.771	10.466	8.211	19.550	23.149	36.524	53.768
Papel e celulose	1.320	1.495	2.892	4.689	3.167	22.166	3.526	550	844	1.450	1.828	1.536	8.493	1.532
Gravações	14.833	15.875	19.218	23.936	25.345	34.333	40.650	8.339	11.825	13.152	15.411	18.372	22.429	30.041
Petróleo e álcool	137.086	131.514	114.387	124.828	140.620	164.571	184.811	81.460	76.699	66.884	88.874	68.448	85.745	63.042
Químico	14.240	15.935	10.488	23.118	23.043	43.219	50.973	3.568	8.191	5.471	4.850	4.450	7.190	16.540
Borracha e plástico	13.705	12.707	21.177	30.265	48.147	28.588	49.364	7.175	4.805	5.127	8.579	12.497	6.136	13.794
Minerais não metálicos	36.843	119.707	136.152	122.863	140.282	165.990	160.867	10.852	68.137	73.605	76.738	81.105	94.842	84.558
Metalurgia	8.848	12.262	15.112	18.774	22.501	35.109	50.431	1.362	3.810	5.147	6.373	6.543	13.615	19.154
Metal	23.217	22.452	18.543	13.932	11.060	7.318	22.721	7.970	9.967	8.899	7.207	3.946	2.434	5.811
Máq Equip	3.649	9.905	7.952	10.288	12.494	12.341	16.624	2.307	5.339	3.387	4.777	3.610	5.756	8.549
Máq escrit informática	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Maq Apar Elétrico	2.293	2.151	1.480	1.431	2.720	3.611	6.099	952	1.057	293	587	1.187	1.928	2.550
Eletrônico/comunicações	(x)	665	288	559	729	1.629	471	(x)	484	233	366	363	1.172	405
Apar médico-hospitalar	(x)	110	118	95	(x)	(x)	96	(x)	97	92	84	(x)	(x)	80
Veículos automotores	2.538	2.231	3.983	5.372	4.274	4.897	7.453	1.888	1.330	2.146	2.135	2.182	2.644	3.072
Outros transportes	1.199	774	1.261	1.188	3.012	4.226	2.419	733	684	1.150	475	1.059	1.206	1.182
Móveis e diversos	6.609	7.422	11.461	11.821	10.079	25.797	29.456	2.046	2.570	4.155	3.740	2.911	7.002	7.591
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	230	31.073	27.266	630	800	1.076	1.713	192	15.684	11.716	484	764	959	1.467
T O T A L	1.740.922	1.717.151	2.849.466	3.069.229	3.826.174	4.138.791	4.353.330	526.896	555.631	851.171	786.400	785.307	1.054.997	1.315.646

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (PIA - Empresa) – 1996/2002.

Obs: (-) Dados não existentes; (x) para evitar identificação individual

Da Tabela 78, observa-se que, do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), os setores mais importantes da estrutura industrial de Mato Grosso do Sul foram os setores de alimentos e bebidas, couros e calçados, álcool, têxtil e minerais não metálicos, que em 1996 representou 93,19% do VBPI, 90,31%, em 1997; 94,07%, em 1998; 93,81%, em 1999; 93,56%, no ano 2000, 91,07%, em 2001 e 88,75%, para 2002.

Ao se analisar o comportamento⁵⁶ dos cinco principais setores em relação ao VBPI de Mato Grosso do Sul, de 1996 a 2002, observa-se que o setor de alimentos passou do patamar de 81%, em 1996, para 84%, em 1999, apresentando forte queda na participação para 68%, em 2002. Outro setor que apresentou queda no período foi o de petróleo e álcool, passando de 7,87%, em 1996, para 4,24%, em 2002. Os setores couro, têxtil e de minerais não metálicos apresentaram aumento na participação do VBPI total de 1996 a 2002, sendo que o couro passou de 0,64% para 8,11%, enquanto que têxtil passou de 1,12% para 3,82% no mesmo período e minerais não metálicos de 2,11%, em 1996, para 3,69%, em 2002. Nota-se que, do conjunto dos setores, a queda na participação foi de 4,44 pontos percentuais (93.19%, em 1996, para 88,75%). Desta forma, a forte queda apresentada pelos setores de alimentos e bebidas e o setor de petróleo e álcool foi parcialmente compensada pelo expressivo crescimento do setor de couro, mas não o suficiente para resgatar a participação anterior, devido às pequenas altas dos setores têxtil e minerais não metálicos.

Em relação ao Valor da Transformação Industrial (VTI), os setores mais representativos foram, pela ordem de valor transformado, alimentos e bebidas, couro, minerais não metálicos, álcool e madeira. Em 1996, 90,46% do VTI se concentrava nestes cinco setores, 85,57%, em 1997; 91,27%, em 1998; 89,76%, em 1999; 86,82%, em 2000; 84,81%, em 2001 e 84,64%, em 2002.

Analisando-se o comportamento⁵⁷ do cinco primeiros setores em relação ao VTI, têm-se que a indústria de alimentos e bebidas foi responsável por 70% da indústria de MS em 1996, caindo para 59%, no ano 2002; o setor de couro e calçados apresentou forte crescimento, passando de 1,04%, em 1996 para 10,2% do VTI de MS; minerais não metálicos passaram de 2,05%, em 1996 para 6,42%, em 2002, apesar de ter atingido o percentual de 10.3%, no ano

⁵⁶ Setores com alta VBPI – Têxtil, vestuário, couro, madeira, papel e celulose, gravações, químico, borracha, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos e comunicações, móveis e outros; setores em baixa – alimentos, álcool, metal, eletrônicos e comunicações, médico-hospitalar, veículos, outros material de transportes

⁵⁷ VTI – setores em alta: Têxtil, couro, madeira, papel e celulose, gravação, químico, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos, móveis e outros. Em baixa – alimentos, álcool, metal, elétricos e comunicações, médico-hospitais, veículo automotores, outros transportes, vestuário, borracha e metalurgia.

2002; o setor petróleo e álcool apresentou forte queda na participação do VTI, de 15,4%, em 1996, sua participação, em 2002, foi de 4,79%, enquanto que o setor de madeiras passou de 1,85%, em 1996, para 4,08%, em 2002. Desta forma, observa-se que a queda da participação da indústria de alimentos e bebidas foi parcialmente compensada pelo aumento dos setores couro, minerais não metálicos, madeira, mas o setor de petróleo e álcool influenciou na queda da participação deste grupo no VTI.

Analisando-se a estrutura industrial de Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2002, conclui-se que o setor de alimentos e bebidas e o de petróleo e álcool apresentaram queda na participação, pois, apesar do aumento em valores absolutos dos indicadores (Receitas, VBPI e VTI), em valores relativos, ou seja, em participação no conjunto da indústria de Mato Grosso do Sul, perderam participação, indicando o amadurecimento destes setores, enquanto que setores como o couro e calçados, apresentaram crescimento muito grande, tanto em valor absoluto quanto em participação na estrutura industrial, da mesma forma que os setores têxtil, Minerais não metálicos, que formam o conjunto dos cinco principais setores da estrutura industrial de Mato Grosso do Sul.

Tabela 79 – Percentual de pessoal, receitas líquidas, VBPI e VTI, por tipo de indústria – Mato Grosso do Sul – 2002.

TIPO DE INDÚSTRIA	Pessoal	Receitas Líquidas	VBPI	VTI
Tradicionais	75,31	87,39	81,87	85,76
Bens Intermediários (commodities)	13,44	10,87	14,49	12,35
Dinâmicos	6,23	1,70	3,49	1,88
T O T A L	94,98	99,96	99,85	99,99

Fonte: IBGE – PIA 1996/2002.

Desta forma, nota-se que a estrutura da economia de Mato Grosso do Sul tem, nos setores tradicionais e de *commodities* (intermediários) a base da sua indústria, conforme apontado na Tabela 79. Os setores tradicionais ocupam 75,3% do pessoal, detém quase 90% das receitas da indústria sul-mato-grossense e 82% do VBPI e 86% do VTI, demonstrando a importância deste setor na economia do Estado. Já o setor dinâmico apresenta-se com 6,23% do pessoal empregado, com 3,5% do VBPI e 1,88% do VTI, enquanto que os bens intermediários, variam entre 10% e 15% nos indicadores apresentados. A indústria tradicional apresenta o indicador pessoal ocupado com valor abaixo dos demais indicadores, enquanto que os setores dinâmicos apresentam o indicador de ocupação acima dos demais indicadores.

5.6 - A questão da agroindustrialização de Mato Grosso do Sul

O Estado de Goiás foi o primeiro do Centro-Oeste a se inserir na fronteira agrícola, devido a atração exercida pela implantação de Brasília e pelos incentivos fiscais dados por aquele Estado. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso passam a se integrar ao processo com a ocupação dos cerrados, a produção de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, etc. O crescimento demográfico da região, bem como pela produtividade atingida pelas “empresas rurais”, chamou a atenção do “agronegócio” nacional e internacional, propiciando a instalação de diversas plantas industriais na região. (CASTRO & FONSECA, 1994).

Devido a sua elevada produção pecuária, Mato Grosso do Sul possuía considerável número de frigoríficos em seu território, por empresas em sua maioria do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), que tinham nos incentivos fiscais grande atrativo para se instalar e se manter no Estado. (Anexo II – Frigoríficos em Mato Grosso do Sul).

Com o desenvolvimento da cultura da soja e a expansão da criação de aves e suínos, Mato Grosso do Sul passa a atrair grandes empresas do agronegócio, ligadas à produção de carnes e derivados destes animais. Dentre as principais empresas que se instalaram na região, estão a Ceval, Agroeliane, Bunge Alimentos, Frango Vit, Cargill, dentre outras. A estratégia destas empresas foi a de se instalar próximo à produção (grãos e carnes), visando o aproveitamento das vantagens locacionais, bem como pelo baixo preço das terras, que significam menores custos de aquisição e de produção.

Do total das grandes agroindústrias instaladas em Mato Grosso do Sul⁵⁸, 47% estavam no setor de carne e couro, 33% soja, 20% nos demais setores, enquanto que a distribuição das empresas por tipo, têm-se o seguinte: 51% empresas nacionais, 36% de empresas regionais, 7% respondidos pelas cooperativas, 4% empresas internacionais e 2% de empresas nordestinas. (CASTRO & FONSECA, 1994).

Desta forma, observa-se que o Estado de Mato Grosso do Sul, especialista na produção de bovinos, soja e minérios, produtos cujo principal destino é o mercado internacional, tem sua dinâmica determinada pelas flutuações do comércio internacional, por políticas protecionistas dos países consumidores, dos caminhos adotados pelas autoridades para a política Econômica, por questões de câmbio e das intempéries climáticas. Este conjunto de fatores interferem na

⁵⁸ Goiás apresentava a distribuição das empresas por setores da seguinte forma: 23% laticínios, 23% frigoríficos e 27% derivados de soja. Já para Mato Grosso os dados eram: 55% derivados de soja, 30% frigoríficos e os demais setores com 15%.

produção e produtividade da agropecuária, que tornam este setor altamente volátil, cujos resultados levam a variações positivas e/ou negativas da economia Sul-Mato-Grossense, devido a alta especialização nestes setores.

Quadro 8 - Agroindústrias instaladas em Mato Grosso do Sul – 2002.

AGROINDÚSTRIA	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	PESSOAL	ANO*
ADM	Farelo óleo soja	Campo Grande	300	1997
Amambai	Frigorífico	Amambaí	2.200	1993
Aquarela	Água Mineral	Três Lagoas	17	2001
Aurora	Frigorífico Suínos	São Gabriel do Oeste	513	1996
Avipal	Frigorífico Aves	Dourados	880	1995
Bertin**	Frigorífico	Naviraí	10.000	1998
Biscoito Mabel	Biscoitos	Três Lagoas	450	1998
Bracol	Curtume couro bovino	Rio Brillhante	98	2001
Bunge Alimentos	Farelo e óleo soja	Campo Grande	283	1979
Campo Oeste	Farelo e óleo soja	Dourados	150	1996
Cargill	Farelo e óleo soja	Dourados	260	1974
Coopernavi	Usina Álcool	Naviraí	810	1980
Copasul	Fios Algodão	Naviraí	140	1978
Cotag	Arroz	Sidrolândia	40	1991
Couro Azul	Curtume couro bovino	Campo Grande	200	1989
Curtume Monte Aprazível	Curtume couro bovino	Paranaíba	150	2000
Dallas	Moinho trigo	Nova Alvorada do Sul	400	1987
Doux Frangosul	Frigorífico Aves	Caarapó	500	1998
Frango Ouro	Frigorífico Aves	Aparecida do Taboado	190	1993
Frango Vit	Frigorífico Aves	Campo Grande	420	1970
Frigonostro	Frigorífico	Batayporã	400	1999
Imbaúba	Laticínios	Campo Grande	60	1992
Incasa	Biscoitos e massas	Campo Grande	90	1990
Independência	Curtume couro bovino	Nova Andradina	180	1997
Independência	Frigorífico	Nova Andradina	1.120	1992
Independência	Higiene limpeza	Nova Andradina	60	1998
Independência	Pecuária e Transporte	Nova Andradina	85	1972
Induspan	Curtume couros	Campo Grande	140	1997
Jotabasso	Semente híbrida	Ponta Porã	35	1975
Jully	Rações bovinos	São Gabriel do Oeste	140	1991
Ki Sabor	Iogurtes	Campo Grande	40	1998
Margen	Frigorífico	Paranaíba	450	1997
Margen	Frigorífico	Coxim	183	1998
Margen	Frigorífico	Rio Verde	400	1999
Ori	Cereais	Campo Grande	20	1998
Prata Mil	Máquinas agrícolas	Campo Grande	145	1996
Projeto Pacu	Produção alevinos	Terenos	85	1987
Qualidade	Curtume couro bovino	Campo Grande	140	2000
Salto Pilão	Indústria Fécula de Mandioca	Naviraí	70	1989
Santo Antônio	Erva-Mate	Ponta Porã	62	1969
Seara Dourados	Frigorífico de suínos	Dourados	1.700	1990
Seara Sidrolândia	Frigorífico de aves	Sidrolândia	1.100	1992
Semalo	Produção de Snacks	Campo Grande	96	1991
Sementes Fujii	Sementes e arroz	Dourados	30	1963
Usina Debrasa	Usina de álcool	Brasilândia	1.350	1979
Usina Maracaju	Usina de álcool	Maracaju	1.151	1985
Usina Passatempo	Usina de álcool e açúcar	Rio Brillhante	1.577	1982
Usina Santa Olinda	Usina de álcool e açúcar	Sidrolândia	7.500	1977

Fonte: SEPRODES – Secretaria de Produção – MS, 2002.

* Ano de fundação/instalação da empresa no Mato Grosso do Sul, ** Empregos do Grupo no Brasil

Do quadro 8, observa-se que, das principais agroindústrias instaladas em Mato Grosso do Sul, quase todas estão ligadas ao setor de alimentos, indicando a forte especialização do Estado neste tipo de indústria

5.7 - O comércio inter-regional de Mato Grosso do Sul

A articulação da região Sul de Mato Grosso se deu basicamente com a praça paulista, desde a implantação da ferrovia (de penetração) na região em 1914. Com a abertura das rodovias federais integrando o país e ligando o Centro-Oeste (MS, MT, GO e DF) ao restante do país.

A conclusão a que se chega é que os produtos sul-mato-grossenses passaram a ser vendidas em outros mercados, principalmente no exterior, resultando assim na queda de vendas percentuais para São Paulo, principalmente em relação aos produtos *commodities*, que tem no comércio internacional seu principal destino, tal como a soja, cujos preços internacionais estimularam o crescimento da produção sul-mato-grossense (bem como no Centro-Oeste em geral).

Desta forma, pode-se dizer que Mato Grosso do Sul insere-se no mercado nacional de 1979 a 1986, vendendo principalmente carne bovina, enquanto que, a partir de 1987, o comércio internacional assume papel preponderante para a economia sul-mato-grossense, quando esta se torna uma “*ilha de prosperidade*”, mediante a especialização na produção de *commodities*.

Tabela 80 – MS: Maiores parceiros comerciais (compra/venda) – 1987-1991.

Anos=>	1987		1988		1989		1990		1991	
Estados	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas
São Paulo	69,1	30,7	60,1	36,6	66,5	42,9	64,7	45,2	64,1	48,2
Paraná	9,4	26,7	20,4	19,8	11,5	20,7	12,8	23,1	15,0	24,1
Minas Gerais	2,3	1,9	2,9	21,4	3,8	15,9	4,8	14,3	4,7	11,4
Rio de Janeiro	5,8	1,5	4,8	2,5	5,0	3,6	5,1	6,4	3,7	4,2
Mato Grosso	3,4	12,7	3,2	2,4	3,9	4,4	3,4	3,1	3,5	3,3
Total grupo	90,1	73,5	91,5	82,7	90,7	87,5	90,9	92,1	90,9	91,2

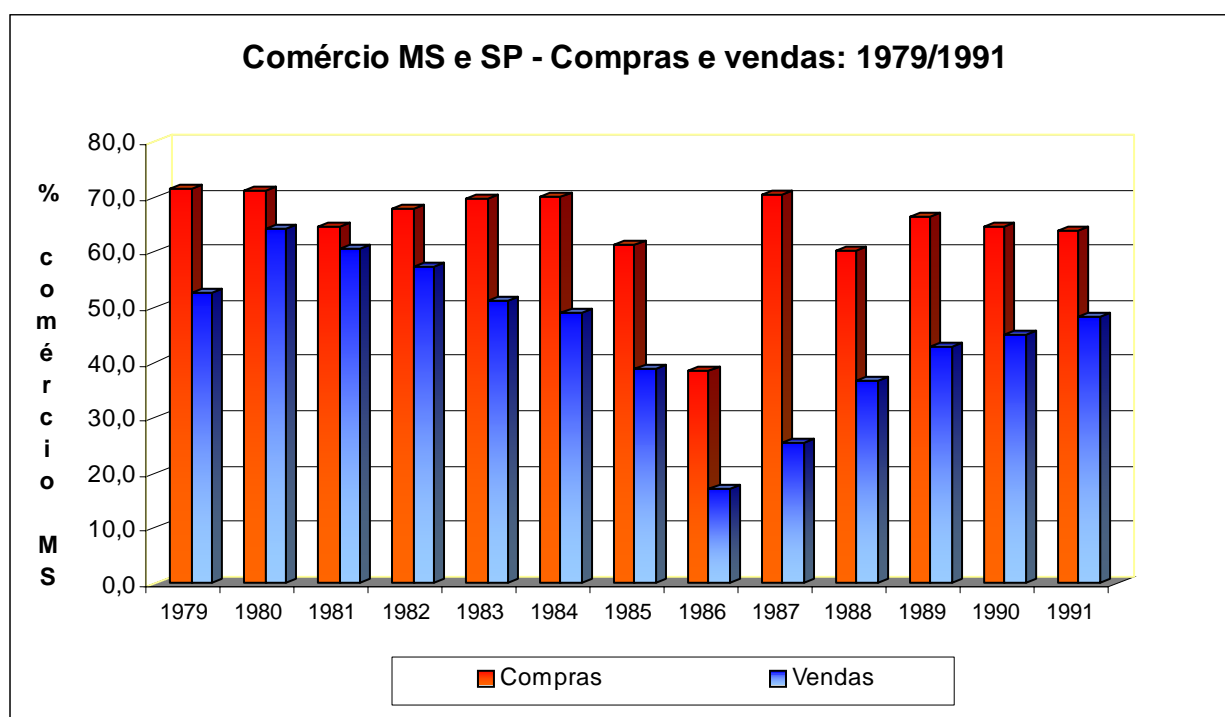
Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul – Diversos anos

As compras de Mato Grosso do Sul com o grupo de maiores parceiros comerciais (Estados de SP, PR, MG, RJ e MT), apresentou volume num patamar de 91% em média no período, segundo a Tabela 80. Enquanto que as vendas para o grupo passaram de 73,5% em 1987 para 91,2%. Os principais aumentos de participação das vendas foram para São Paulo

(30,7% para 48,2%) e Minas Gerais (1,9% para 11,4%, após pico de 15,0% em 1989), enquanto que o Paraná representou o segundo maior parceiro nas vendas, com 26,7% (1987) para 24,1% (1991). A relação de vendas com o Estado de Mato Grosso representou a maior queda, passando de 12,7%, em 1987, para 3,3%, em 1991, com o menor índice em 1988 (2,4%). Desta forma, resultou no crescimento do comércio inter-regional com a região Sudeste e a queda da participação do Centro-Oeste nas vendas de Mato Grosso do Sul.

Em relação às compras sul-mato-grossenses, o Estado de São Paulo continuou detendo a hegemonia, com o índice variando de 69,1% (1987) para 64,1% (1991), apresentando pequena queda na participação da maior economia regional do Brasil. O Paraná se constituiu como o segundo maior parceiro nas compras de MS, passando de 9,4% (1987) para 15,0% (1991), após pico de 20,7% (1989).

Gráfico 9 – MS e SP: Comércio inter-estadual – 1979/1991



Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul – Diversos anos

A relação comercial entre Mato Grosso do Sul e São Paulo apresentou um comportamento irregular, segundo o Gráfico 9, já que, a partir de 1980, ocorre o aumento proporcional das vendas de MS para SP, entretanto, de 1980 a 1986 este proporção nas vendas sofre uma queda importante; de 1987 a 1991 as vendas para São Paulo aumentam gradativamente, mas não conseguindo retornar aos níveis de 1979.

5.8 – A estrutura institucional para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul

Com a implantação da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943, dentro do Programa Marcha para o Oeste, visando integrar as regiões Centro-Oeste e Amazônica à economia nacional, iniciou-se a estrutura institucional de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), sucessora da FBC, criada em 1968, funcionou até 1990. O principal aspecto dessa instituição foi a falta de autonomia, pois a mesma não tinha recursos para a implantação dos projetos, que eram de responsabilidade dos Ministérios, Fundações e outras organizações Estatais.

Desde 1964, com a política agressiva adotada pelos governos de exceção no país, ocorreu o fomento do desenvolvimento agropecuário de Mato Grosso. A partir da expansão dos serviços da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), foi criada, em Mato Grosso, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (ACARMAT), visando a modernização e dinamização da área rural, com as atividades de assistência e extensão rural.

A partir de 1974, dentro do processo da política de integração nacional e ocupação de áreas não ocupadas (Cerrados), no II PND, instituiu-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER – do Ministério da Agricultura, em substituição à ABCAR. Nessa fase substituiu-se a ACARMAT pela EMATER-MT, tornando-se responsável pelo desenvolvimento agropecuário da região, visando reduzir os conflitos rurais através de programas de apoio a pequenos e médio produtores.

A partir de 1979, com a divisão do Estado de Mato Grosso (desmembramento) e a implantação do governo de Mato Grosso do Sul, vários projetos de desenvolvimento foram apresentados, com a criação de diversos órgãos visando realizar estudos e pesquisas, e coordenar as ações para o desenvolvimento econômico.

A promoção da industrialização em Mato Grosso do Sul aconteceu efetivamente a partir de 1984⁵⁹, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), e da implantação do Programa Estadual de Incentivos à Industrialização - PRÓ-INDÚSTRIA, (Lei n.º 440 de 21/03/84) – cujos objetivos principais foram o de diversificar e integrar setorialmente a economia; aumentar a renda, o emprego e a receita pública – através de incentivos fiscais (carência de 36 meses para recolhimento do ICMS devido) e de fomento à infra-estrutura do Parque Industrial do Estado.

⁵⁹ Sendo o principal responsável pelo projeto o economista Nilson Araújo de Souza.

A produção de soja e a qualidade dos bovinos, além das reservas minerais de ferro e manganês em Corumbá, calcário e mármore e o maciço florestal na região de Três Lagoas representam as principais potencialidades da indústria no Estado.

Tabela 81 - MS: Leis e número de empresas incentivadas – 1984, 1987, 1991, 1999-2002.

Lei	Empresas
440 de 21/03/84	10
701 de 1987	126
1.239 de 1991	68
de 1999/2002	367
T O T A L	571

FONTE: CODEMS.

O PRÓ-INDÚSTRIA apresentou os seguintes resultados, conforme apontado na Tabela 81: a Lei nº 440, de 1984, beneficiou 10 empresas, enquanto que a Lei nº 701, de 1987, incentivou 126 unidades industriais e a Lei nº 1.239, de 1991, beneficiou 68 empresas.

No período de 1999 a 2002, o número de empresas incentivadas foram 367, as quais se instalaram em Campo Grande, Dourados, Aparecida do Taboado, Três Lagoas e Naviraí, demonstrando o interesse de empresários de outras regiões pela economia sul-mato-grossense. Desta forma, denota-se que as regiões de maior demanda pela instalação de empresas são aquelas que apresentam boa infra-estrutura de transportes e energia, além da disponibilidade de insumos e produtos para a transformação industrial. Campo Grande, através das leis de incentivos Estadual e Municipal, é o município com maior demanda para a implantação de empresas industriais.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criado pela constituição federal de 1988 e administrado pelo Banco do Brasil, tem a finalidade de apoiar o investimento fixo e capital de giro, mediante a abertura de crédito fixo, implantação, modernização, racionalização ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais na região Centro-Oeste. Este fundo cooperou com a industrialização estadual, através de financiamentos.

Os governos estaduais criaram a estrutura de governo e de apoio às atividades econômicas, dentre elas a área de Planejamento (instituto, fundação e secretaria), atualmente englobando as questões de Ciência e Tecnologia, através da SEPLANCT – Secretaria de Planejamento e Ciência e Tecnologia; EMPAER – Empresa de Pesquisa Agropecuária, TERRASUL e IDATERRA, ligados às questões fundiárias, juntamente com a EMBRAPA –

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (federal), a SEPRODES – Secretaria de Produção e Desenvolvimento Sustentável, responsável pelos programas e ações nas áreas de Produção Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços.

Visando coordenar as ações de desenvolvimento econômico em Mato Grosso do Sul, foram criados os seguintes órgãos: CODESUL, CODEMS, voltados para a pesquisa, planejamento e assessoramento do governo estadual na promoção das atividades econômicas em Mato Grosso do Sul. A Federação das Indústrias em Mato Grosso do Sul, órgão ligado à Confederação Nacional da Indústria, o INCRA, a SUDECO, dentre outras instituições criadas pelos governos estadual e federal, juntamente com as instituições de ensino e pesquisa – UFMS, UNIDERP, UCDB, UNAES, UNIGRAN, UEMS e a recém criada Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, etc., compõem, o quadro institucional, visando o crescimento da economia de Mato Grosso do Sul.

A partir do reconhecimento da importância da Ciência e Tecnologia, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCITEC-MS, visando atrair pesquisadores-doutores das diversas áreas para o desenvolvimento de pesquisas sobre o Mato Grosso do Sul, com a concessão de bolsas de trabalho para doutores e pesquisadores de outros estados.

As ações dos governos estaduais voltam-se, na sua maioria, para o atendimento das reivindicações dos pequenos e médios produtores rurais, cujas principais demandas são a melhoria das condições de transportes (estradas vicinais), bem como o armazenamento das safras, e o financiamento para as safras e safrinhas; em relação à agropecuária, diversas ações foram implantadas, visando ampliar o mercado dos produtores de Mato Grosso do Sul; dentre eles está o programa do Novilho Precoce, com a produção de carne de primeira qualidade em animais de até três anos; carne de Jacaré, Carne de Javali, etc.

Na área de infra-estrutura, foi criado o FUNDERSUL – Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de Mato Grosso do Sul, o qual cobra uma taxa pelo transporte de grãos e animais vivos pelas estradas estaduais, e que permitiu a recuperação e implantação de vários quilômetros de rodovias estaduais.

Desta forma, Mato Grosso do Sul, através destas instituições, visou lograr o desenvolvimento econômico e social, melhorando as condições de bem-estar e de vida de seus habitantes. Entretanto, os resultados indicam que a estrutura da economia passa a ser um obstáculo ao desenvolvimento, pois a saturação da atividade pecuária mostra-se de forma bastante clara, com a perda do dinamismo na reprodução dos rebanhos e pela não opção do

sistema de rastreamento bovino, que propicia a abertura do comércio internacional. Por outro lado, ocorre a adoção de sementes transgênicas de soja, visando o aumento da produtividade. Entretanto, discussões entre produtores, ecologistas, a Monsanto (empresa detentora da tecnologia transgênica), etc., colocam dúvidas sobre a adoção de outros tipos de produtos transgênicos.

Apesar dos esforços empreendidos pelos governos estaduais e municipais, o sistema de Planejamento Econômico de Mato Grosso do Sul carece de uma instituição nos moldes do IPARDES – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico e Social, que conta com mais de 140 técnicos especializados em economia e áreas afins, assim como a FEE – Fundação Econômica e Estatística, cujos trabalhos auxiliam na compreensão da dinâmica econômica estadual.

Todavia, para isso é necessária a cooperação entre as diversas instituições de pesquisa e tecnologia, com a coordenação da Secretaria de Planejamento, apoiado pelo conjunto de mestres e doutores das diversas áreas de conhecimento, além dos órgãos de estímulo e fomento ao empreendedorismo, tal como o SEBRAE, a FIEMS e suas coligadas, bem como pelas diversas instituições, conselhos, ordens, etc., que representam as várias classes profissionais, com atuação no Estado.

5.9 – Sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul: Vantagens e obstáculos

As transformações na economia internacional e nacional influenciam na economia regional e apresentam desafios e oportunidades para as economias regionais no Brasil. Mato Grosso do Sul, que se integrou ao espaço econômico nacional como produtor de alimentos e de matérias-primas, apresenta um conjunto de potencialidades e obstáculos ao seu desenvolvimento econômico, os quais tendem a conformar a economia para os próximos anos.

Diante deste quadro, as principais vantagens comparativas à economia de Mato Grosso do Sul se encontram em diversos setores, sendo os mais significativos os relativos à produção agropecuária; a proximidade e relação desta economia com as principais economias regionais do país (Sudeste e Sul), principalmente com a região mais desenvolvidas (São Paulo); o processo de industrialização incipiente e em franco desenvolvimento ligado à agroindústria.

Em relação à pecuária, Mato Grosso do Sul apresenta-se como o maior produtor de gado bovino do país (IBGE, 2003), com uma pecuária moderna, com grandes investimentos em

tecnologia (reprodução, seleção de sêmen, etc.), que propicia o aumento do valor agregado no setor, tendo no mercado internacional seu maior interesse, além do surgimento de casos da doença da vaca louca na principal economia mundial (Estados Unidos), representando assim como uma importante “janela de oportunidade” para a economia local. Em relação a produção de outros animais, o Estado ocupa a 15^a maior produção de galinhas; 12^a na produção de suínos e 6^a maior produção de galos e frangos. Quanto à agricultura, Mato Grosso do Sul está colocado entre os maiores produtores nacionais dos produtos tradicionais (feijão – 16^o, mandioca – 9^o e arroz – 8^o), e de produtos comerciais (8^o na produção de Cana-de-açúcar; 7^o na produção de milho; 5^o na produção de soja e algodão e 3^o maior produtor de trigo).

O setor de turismo (*Trade Turístico*) de Mato Grosso do Sul apresenta um conjunto possibilidades de atender a demanda de turistas brasileiros e estrangeiros. O Pantanal, maior planície alagada do mundo, apresenta-se como uma das principais atrações no Estado. O turismo de aventura, contemplativo (diurno e noturno) são algumas das possibilidades nos hotéis-fazenda e em fazendas particulares, com o turista vivendo a realidade das propriedades locais (tocando gado, tirando leite, etc.), conhecendo a fauna e flora. Os rios de Mato Grosso do Sul apresentam grande possibilidade de exploração pesqueira, além do circuito das águas (conjunto de rios, ribeirões, com cachoeiras, nascentes, etc.), para a contemplação do turista tanto na região oeste (Pantanal, na bacia do rio Paraguai), bem como na parte leste do Estado (bacia do rio Paraná), onde as usinas hidrelétricas com seus lagos apresentam boas oportunidades de exploração esportiva (pesca, esportes náuticos, etc.). Além destes, o turismo exótico e religioso em Corguinho. Nas principais cidades ocorre a incidência do turismo de negócios, principalmente em Campo Grande e Dourados.

No que diz respeito ao Mercosul, para Mato Grosso do Sul poucas foram as oportunidades geradas por este mercado, já que a fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia, propiciou negociações a muitos anos, enquanto que estes dois parceiros (Paraguai – membro fundador e Bolívia – convidado), se encontram entre os mais pobres da região. Em relação ao Paraguai, a aquisição de madeiras deste país é a principal modalidade de comércio com o Mato Grosso do Sul, enquanto que com a Bolívia, a principal relação atualmente é com o gasoduto, entretanto, este foi um investimento internacional cuja instabilidade já conhecida, se apresenta como um obstáculo do que como uma oportunidade. Além disso, a ocorrência de vendas de carros e aeronaves brasileiras, para alimentar a produção de drogas, apresenta como outro problema, devido a vasta fronteira aberta com estes países. A produção pecuária do Estado não

obteve vantagens sobre a produção de carne Argentina (considerada uma das melhores do mundo).

Em relação à agroindustrialização, característica do Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul detém o 3^a a estrutura da região, que apresenta os maiores índices de crescimento do emprego industrial no país, indicando o deslocamento do processo industrial para a região, na qual o Estado se encontra em posição privilegiada.

Desde a integração da economia nacional, Mato Grosso do Sul mantém fortes relações econômicas com a “praça” de São Paulo, cuja expansão agroindustrial (alimentos), teve o Estado como prolongamento da estrutura daquela economia. Os projetos de expansão de usinas de álcool para o aumento da produção de combustível no país, tem como principal destino a região norte de Mato Grosso do Sul, a qual se encontra em discussão na sociedade. Além das regiões na fronteira com São Paulo, que se caracterizam como pólos de industrialização (Três Lagoas, Paranaíba, Aparecida do Taboado, etc.), graças à oferta de energia na região.

A existência de reservas de ferro e manganês (uma das maiores do país), na região do Pantanal, aponta para a possibilidade de diversificação da economia regional, a partir da implantação do pólo-gás-petroquímico, a ser implantado na área do município de Corumbá, cujos investimentos estão previstos na ordem de R\$ 1 bilhão.

Para a consolidação deste conjunto de planos, programas e potencialidades, o desenvolvimento econômico tem como base a infra-estrutura, para estimular o crescimento ou integração das economias regionais, (vazias, atrasadas ou periféricas). Questões como a energia, malha rodoviária, telecomunicações, armazenamento, etc., devem ser levadas em conta nas propostas de desenvolvimento regional, seja através dos programas de governo, seja por investimentos privados. O sistema de transportes de Mato Grosso do Sul tem na malha ferroviária, rodoviária e no sistema hidroviário a sua infra-estrutura para o envio e recebimento de produtos e passageiros. Em relação à ferrovia, desde a privatização da malha SR-10 (Bauru-Corumbá), em 1996, não ocorreu aporte de capital por parte dos vencedores do leilão (Noel Group⁶⁰), ao contrário das outras malhas ferroviárias privatizadas, e cujo resultados foi a persistência de déficits financeiros, aumento no número de acidentes, pela falta de manutenção, além da falência do Noel Group nos Estados Unidos. Atualmente, visando o retorno do “Trem do Pantanal” entre Campo Grande e Corumbá, o governo federal negocia com o exterior a aquisição de locomotivas para a revitalização do setor no país, cujos investimentos na Novoeste

⁶⁰ A empresa alegou que a retirada do monopólio do transporte de combustíveis, que representava 60% das receitas da empresa, inviabilizou os negócios.

serão feitos sob o comando da Brasil Ferrovias, com aporte de parte dos recursos sob a responsabilidade da Cargill Agrícola, Companhia Vale do Rio Doce e pela BR Distribuidoras – principais clientes da ferrovia, para transporte de grãos, minérios e combustível.

O Gasoduto Bolívia-Brasil foi o principal investimento federal em Mato Grosso do Sul nas últimas décadas, dentro da proposta de mudança da matriz energética do país. A Petrobrás viabilizou o projeto a partir de 1992, através de acordo com o governo boliviano e a obra teve início em 1997, com investimentos de R\$ 2 bilhões de reais (1,7 bilhão no Brasil). O gás passa por Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, com expectativas de implantação de usinas termoelétricas, para atrair grandes grupos industriais para a exploração dos minérios (pólo minero-siderúrgico em Corumbá e Ladário), atração de indústrias diversas para Campo Grande, contando com uma rede de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário, além de uma boa infraestrutura de serviços em geral, e em Três Lagoas, que nos últimos anos se destacou pela atração de um grande conjunto de empresas industriais (entre elas a Mabel) e cuja reserva florestal atrai o interesse de grupos internacionais. Entretanto, a recente crise política na Bolívia colocou em cheque a autonomia energética baseada no gás importado. Os protestos naquele país levaram a queda do presidente e de seu sucessor, devido às manifestações dos indígenas contra as empresas estrangeiras que atuam no país (entre elas a Petrobrás), e que teve como consequência o aumento da tarifa por parte daquele país, que apresenta histórica instabilidade política, por ser o mais pobre da América do Sul.

Em relação à energia consumida em Mato Grosso do Sul, a mudança da matriz energética, a partir da instalação da usina termoelétrica em Campo Grande, representa uma boa oportunidade para a atração de investimentos industriais, principal gargalo da economia sul-mato-grossense. A produção de energia em Mato Grosso do Sul foi de 250 Mega-watts em 2002, sendo que 82% é obtido a partir do gás e o restante das usinas hidrelétricas. O principal risco da energia fornecida pelo gasoduto Bolívia-Brasil é a dependência em relação às condições institucionais daquele país, cuja crise política provocou o aumento do preço do produto para o Brasil, afetando Mato Grosso do Sul, cujos investimentos no setor aguardam as definições da crise boliviana.

O fornecimento de energia hidroelétrica é feito pelas empresas Enersul (Empresa de energia de Mato Grosso do Sul) e Elektra – ex-Companhia de Energia Elétrica de São Paulo, sendo que a Enersul atende 93,5% do consumo e a Elektra atende 6,5% (através da Usina de Ilha Solteira) que abastece os municípios de Anaurilândia, Brasilândia, Santa Rita do Pardo,

Rondonópolis, Selvíria e Três Lagoas, localizados na região Leste do Estado, e cujo proximidade com São Paulo apresenta importante crescimento do consumo industrial. Na região de Rio Pardo, existe uma pequena usina hidrelétrica e na região Norte, no município de Costa Rica, esta sendo construída uma usina, com previsão para o início das atividades em 2007.

Tabela 82 – Consumo de energia elétrica – em Kilowatts e percentual: setor industrial e não industrial – Mato Grosso do Sul – 1980/2002.

Anos	Em Kilowatts		Em percentual	
	Industrial	não industrial	Industrial	Não industrial
1980	155.801.276	535.901.024	22,52	77,48
1985	225.191.618	1.049.582.412	17,67	82,33
1986	233.689.469	1.132.753.688	17,10	82,90
1987	262.096.995	1.266.142.817	17,15	82,85
1989	225.191.618	1.049.582.412	17,67	82,33
1990	301.751.538	1.578.619.194	16,05	83,95
1991	320.157.522	1.720.000.538	15,69	84,31
1992	335.178.041	1.799.608.170	15,70	84,30
1993	394.535.270	1.994.729.224	16,51	83,49
1994	432.225.358	2.119.393.037	16,94	83,06
1995	392.015.000	1.781.724.000	18,03	81,97
1996	477.322.000	1.818.822.000	20,79	79,21
1997	520.171.000	1.977.571.000	20,83	79,17
2002	739.986.582	2.173.346.418	25,40	74,60

Fonte: Empresa de Energia de Mato Grosso do Sul – Enersul e Elektro (Ex-CESP)

Da Tabela 82 observa-se a evolução do consumo industrial em Mato Grosso do Sul, que passa de um patamar de 22,52%, em 1980, cai para uma média de 17%, de 1985 a 1990, quando ocorre queda devido os efeitos do Plano Collor; a partir de 1993, o setor se recupera, aumentando a participação no consumo total, quando atinge 25,4%, em 2002.

Em relação às rodovias, o governo estadual criou, em 1999, um imposto sobre o transporte de grãos e bois, visando a recuperação das rodovias estaduais e vicinais (municipais), como forma de melhorar a infra-estrutura do transporte de passageiros e produtos. As condições das rodovias federais, principais artérias do transporte de produtos da região industrializada (Sudeste) para a região norte (Mato Grosso, Rondônia, etc.), onde o fluxo muito grande de veículos pesados (caminhões e treminhões), causa danos ao asfalto, provocando acidentes com danos materiais e humanos. Nos últimos anos, foram realizados investimentos na construção da terceira faixa, nas estradas que vão até Campo Grande, já que a parte de Campo Grande para Cuiabá é considerada a “rodovia da morte” de Mato Grosso do Sul, devido aos graves acidentes ocorridos na região de São Gabriel, Coxim e Sonora em Mato Grosso do Sul e Rondonópolis

em Mato Grosso, além do aumento da violência contra os caminhoneiros para roubar as cargas mais valiosas (medicamentos, produtos eletrônicos, etc.).

Do total de rodovias existentes em Mato Grosso do Sul, a rede pavimentada passou de 3,5%, em 1980, para 8,2%, em 1990, 8,7%, em 1995 e 9,0%, em 2002, o que significou uma ampliação da pavimentação de 34,93% sobre o ano de 1980. A integração da economia de Mato Grosso do Sul depende da ampliação do conjunto de estradas asfaltadas, o que possibilita maior intercâmbio interno de mercadorias, bens, serviços e passageiros.

Tabela 83 – Rede rodoviária por dependência administrativa – MS – 1997/2002.

Administração	1997				2002			
	Pavimen Tadas	Implan -tadas	Leito natural	MS	Pavimen tadas	Implan -tadas	Leito natural	MS
Federal	3.362	695	589	4.596	2.926	467	650	4.043
Estadual	1.775	3.635	6.548	13.958	2.397,7	5.434	6.730,2	14.561,9
Municipal	23	514	38.115	38.652	698	2.886	44.731	48.315
T O T A L	5.160	6.794	45.252	57.206	6.021,7	8787	52.111,2	66.919,9

Fonte: Informações básicas de Mato Grosso do Sul

Da Tabela 83, observa-se para o ano de 2002, 6,04% das rodovias em Mato Grosso do Sul eram federais, 21,7% eram estaduais e 71,9% eram rodovias municipais, desta forma, com 91% das rodovias sem pavimentação, pode-se assim mensurar a dimensão da necessidade de investimentos, para melhorar a infra-estrutura do sistema de transportes em Mato Grosso do Sul.

A hidrovía no Rio Paraguai, com 2.780 km entre Corumbá e Buenos Aires, tem como maior empecilho ao desenvolvimento a pouca profundidade dos rios e do impacto ambiental a ser causado, no caso do aprofundamento do leito do rio, o que poderia causar, segundo estudos, alterações no caminho das águas⁶¹. Este fato impede o transporte de grandes embarcações com minérios da região do morro do Urucum em Corumbá.

O armazenamento dos grãos, devido ao perfil agrícola do Estado, representa um grande gargalo nesta economia regional. A produção de grãos, em 2003 (CONAB, 2004), foi de 7,9 milhões de toneladas, para uma capacidade de armazenamento de 4,8 milhões. Deste total de armazenamento, 80% é de responsabilidade do setor privado, 13,1% de cooperativas e o setor público foi responsável por 6,65% do total. A principal região afetada pelo problema de armazenamento é a da micro-região de Dourados (com 15 municípios), na qual a safra de soja,

⁶¹ Maiores detalhes serão encontrados na monografia do curso de economia da UFMS - Hidrovía Paraguai-Paraná: um paradoxo do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, de Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro, 1997.

devido a sua grande produção, ocupa os armazéns, enquanto que a safra de milho que vem a seguir sofre por falta de alternativas de estocagem, cujo déficit ficou em 3 milhões de toneladas. (SEPLANCT, 2003). Apenas 4 micro-regiões contam com superávit no armazenamento de grãos, enquanto que as demais 6 apresentam o mesmo problema da MR-Dourados.

Este conjunto de obstáculos para o desenvolvimento e integração econômica tem no programa Parceria-Público-Privada (PPP) a possibilidade de alavancar a economia de Mato Grosso do Sul, pois visa possibilitar a ampliação da infra-estrutura de transportes, energia, armazenamento, etc., dentro de um conjunto de outras ações do poder público e do setor privado. A concessão de estradas para o setor privado melhorou a qualidade das rodovias pedagiadas; apesar do preço questionável, não se pode negar a facilidade de integração da região Sul, na década de 90, com a duplicação da rodovia BR-101, que pretende atingir nos próximos anos a capital gaúcha, permitindo maior integração com o Mercosul. Desta forma, Mato Grosso do Sul tem de criar as condições legais para o funcionamento da PPP.

Os limites para o desenvolvimento desta economia regional se encontram na falta de uma estrutura industrial diversificada e com maior agregação de valor, com a dependência nos trinômio: boi, soja e minérios, além da dependência da produção de bens de consumo duráveis, realizados em outras regiões (São Paulo e Paraná).

Para a instalação de indústrias que apresentam impacto ambiental, existe uma lei rigorosa que impede a instalação de diversas unidades industrial poluidoras, tal como uma usina de álcool, como a prevista siderurgia no Pantanal, que está provocando reações na sociedade local e até mesmo nacionalmente.

O gargalo do transporte, que privilegia o crescimento das regiões com boa infra-estrutura, deixando as regiões distantes dos eixos de transporte, do crescimento econômico, devido às dificuldades no transporte de bens, serviços e passageiros. A questão da energia, cuja dependência do gás boliviano se mostrou um negócio arriscado, a partir do momento em que depende do fornecimento de um país, que se encontra em crise político-institucional, e cujas decisões tomadas, já afetaram a decisão de investimentos pela responsável pelo projeto, a Petrobrás.

Diante disso, tem-se que os maiores desafios da economia sul-mato-grossense estão ligados à questão da infra-estrutura, energia e a necessidade de diversificação da matriz produtiva, com a agregação de valor aos produtos locais, geração de empregos para o pessoal mais qualificado e o treinamento de mão-de-obra para essa nova realidade.

O desenvolvimento de programas de inovação tecnológica, organizacional, etc, ou seja, um processo *neo-schumpeteriano*, para alavancar a economia, além dos investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Com a participação do conjunto de instituições existentes e a criação daquelas que se fizerem necessárias.

5.10 – Síntese conclusiva do capítulo

Com a implantação da indústria pesada na década de 1950, o desenvolvimento da indústria automobilística pressionou o desenvolvimento da infra-estrutura dos transportes no país, que propiciou a expansão da fronteira e da produção agrícola para o Centro-Oeste. O papel do Governo Federal, com os programas de Desenvolvimento promoveu a inserção da economia de Mato Grosso do Sul no capitalismo brasileiro, com a incorporação das terras do cerrado no esforço exportador (modernização da agricultura), através do financiamento público para aquisição de tecnologia e uma base estrutural latifundiária, voltada para a produção em escala dos produtos agrícolas comerciais.

Neste processo, é criado o Estado de Mato Grosso do Sul, devido ao maior dinamismo da região em relação a parte Norte do Estado (atual Mato Grosso). O dinamismo das cidades no Estado apresentou a criação de 6 município entre 1838 e 1899; de 1900 a 1950 surgiram 14 novas cidades na parte Sul de Mato Grosso; de 1950 a 1960 foram criadas 15 novas cidades. De 1961 a 1979 foram criadas 20 municípios, enquanto que de 1980 a 2005 foram criadas 23 cidades, as quais completaram o quadro dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul.

A concentração da população do Estado ocorreu nos 6 principais municípios e população, no ano 2000: Campo Grande (663.621); Dourados (164.949); Corumbá (95.701); Três Lagoas (79.059); Ponta Porã (60.916) e Aquidauana (43.440). Observa-se que estes municípios se encontram tanto no eixo ferroviário e rodoviário, o que explica o dinamismo deste grupo de municípios. Estes municípios concentram também a infra-estrutura sócio-econômica, com o maior numero de domicílios particulares e com atendimento de serviços públicos de água, luz, telefone, etc.

A atividade econômica de Mato Grosso do Sul apresenta um certo declínio em comparação com o país, ou seja, a tendência de queda na participação do PIB nacional, na produção de bovinos, nas principais culturas agrícolas comerciais e tradicionais, com queda na produtividade (kg/ha), apesar de certa estabilidade na quantidade produzida (em %). As

exportações do Estado se concentra prioritariamente no trinômio (Soja, boi e minérios brutos). A participação no número de empresas industriais de Mato Grosso do Sul no Brasil apresenta-se com menos de 0,8%, enquanto que o emprego apresenta média de 0,7% (em ascensão) em valores absolutos de empregos.

A agroindustrialização foi o processo pelo qual o setor secundário se desenvolveu em Mato Grosso do Sul, concentrado principalmente na produção de alimentos (frigoríficos, esmagadoras de soja, etc.).

Apesar dos desafios observados, a economia de Mato Grosso do Sul tem várias oportunidades para seu desenvolvimento, como a maior agregação de valor aos produtos locais, o aproveitamento de riquezas minerais, florestais, etc. que apontam para uma nova realidade, a de uma economia periférica com crescimento além do setor primário-exportador.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

No Brasil colônia, a descoberta de ouro (1719/20), na região central do país, permitiu o deslocamento da dinâmica econômica do litoral (Engenhos de Açúcar), para a mineração, descoberta pelos Bandeirantes de São Paulo e para controlar a produção de ouro, a coroa implantou controles próximos às jazidas, além da criação de novas províncias (Goiás e Mato Grosso em 1748). O ouro em Mato Grosso possibilitou a inserção da região mato-grossense na economia mercantil, que permitiu certo desenvolvimento urbano e a economia de subsistência (agropecuária). Com a exaustão da mineração, em fins da década de 1770, a economia da província entra em retrocesso, permanecendo assim até a abertura da navegação pelo Rio Paraguai, que permitiu o desenvolvimento de Corumbá e da capital Cuiabá, a inserção de grupos internacionais na exploração e exportação de produtos regionais.

A Guerra do Paraguai significou um grande revés à economia de Mato Grosso, principalmente para a parte Sul do Estado, na qual se despontava o comércio e a pecuária (Corumbá). Com o fim da guerra, ocorre a retomada da instalação das Casas Comerciais, centros de comércio com grandes vínculos com o capital internacional (europeu e americano), que disputavam o mercado da região, como forma de obter lucros com a exploração da borracha, da ipecacuanha, da erva-mate e da pecuária (exportação) e da importação de produtos industrializados europeus e americanos.

Dentro deste processo tem início a implantação de charqueadas, para aproveitar a grande oferta de bovinos na região do Pantanal, campos de Vacaria e Campo Grande. Vinculado aos políticos da parte Norte de Mato Grosso se desenvolveu a erva-mate, ciclo econômico que teve no monopólio da terra sua principal vantagem econômica, e cuja área de exploração significou grande atraso no desenvolvimento da parte Sul do Estado.

Na fase de acumulação do capital industrial: Os fazendeiros paulistas, graças ao sucesso nos negócios do café, passam a acumular capital (1850/1930) e a investir na indústria, como

forma de diversificação de suas atividades, principalmente os imigrantes europeus, que vieram trabalhar na colheita do café. Para ampliar sua influência, os empresários paulistas, implantaram estradas de ferro para a penetração da produção industrial paulistas nas demais regiões do país, visando ampliar o alcance dos produtos industriais de São Paulo. Neste contexto, a partir da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, Mato Grosso (periferia) se insere no processo anterior à Integração Nacional, com São Paulo sendo a principal economia desenvolvida do país. Enquanto São Paulo iniciava a acumulação do capital para o desenvolvimento industrial, Mato Grosso reforçava sua inserção na economia internacional, ao receber investimentos de grupos capitalistas argentinos e uruguaios, com vínculos com os capitalistas internacionais (grupos americanos e europeus).

No âmbito do processo de integração nacional, a partir da crise da economia mundial de 1929, a dinâmica da economia brasileira que era determinada pelo mercado externo, se transfere para o mercado interno, ou seja, se torna endógena, tendo como líder a economia paulista, devido ao processo de acumulação de capital ocorrido na atividade cafeeira exportadora, que permitiu a diversificação do investimento, através da implantação de um conjunto complexo e desenvolvimento de empresas industriais.

A principal característica deste período foi a complementariedade entre a economia de São Paulo e as demais economias cafeeiras (Sudeste e Paraná), bem como a região não cafeeira, constituindo-se assim um mercado interno, com a liderança da economia paulista.

Na primeira fase da integração nacional (fase mercantil), a economia de Mato Grosso tinha na praça paulista, a principal origem e destino para as trocas comerciais, sendo que, de 1942 a 1949, do volume de vendas totais do Estado, em média 83% destinavam-se a São Paulo, enquanto que das compras efetuadas, variava entre 88% (1942) e 78% (1949).

Mato Grosso se especializou na produção da pecuária, principalmente a região Sul do Estado, a qual passou a exportar para a economia paulista desde a chegada dos trilhos, tendo obtido excelentes resultados durante as Guerras Mundiais (1914-1918) e (1939-1945), quando forneceu carne para São Paulo exportar para estes países, com aumento dos preços que chegaram até 10 vezes o valor normal. Desta forma, na primeira fase do processo de Integração Nacional, Mato Grosso do Sul tornou-se uma economia voltada para a pecuária, cujo principal mercado era o de São Paulo, para onde enviava os bois “em pé” (bois magros), para a engorda no interior do estado e posterior abate nos modernos frigoríficos existentes na região paulista. Neste período, que teve início a Marcha Para o Oeste, programa no governo de Vargas, com a

instalação das Colônias agrícolas no território de Ponta Porã (dentro da estratégia de quebra do monopólio da Matte-Laranjeira).

A partir de 1961, a integração nacional passa para uma nova fase, com a exportação de capitais paulistas para as regiões periféricas, visando reforçar a acumulação de capital. Este processo foi reforçado pelos flagelos ocorridos na economia nordestina, com a seca da região, que possibilitou a criação das Superintendências (SUDENE, SUDAM, SUDECO, etc.), visando transferir para as regiões periféricas o sucesso obtido pela economia de São Paulo. Ao final do processo, a região de São Paulo detinha 58% do conjunto da indústria implantada no país. Ocorre, neste período, a criação da capital da república, na região Centro-Oeste, e a implantação de estradas de rodagens ligando o centro dinâmico à Brasília e ao Mato Grosso, reforçando a influência de São Paulo na economia brasileira, com a redução do tempo de transportes representado pelo desenvolvimento rodoviário.

Mato Grosso recebe, a partir da década de 1950, investimentos em frigoríficos, para agregar valor à grande produção pecuária, passando assim a exportar carne, com a engorda, cria e recria de bovinos sendo realizadas nas invernações da região Sul do Estado.

A partir de 1970 tem início a fase da desconcentração industrial, devido à constatação do desequilíbrio representado pela forte concentração industrial em São Paulo. O governo federal implanta um conjunto de ações, transferindo algumas atividades para outras regiões, bem como o desenvolvimento de novas atividades (mineração, siderurgia, etc.). Em 1985, São Paulo apresentou participação de 51,9% na quantidade de empresas industriais, enquanto que o PIB caiu de 39,4% (1970) para 35,4%.

Com o objetivo de integrar a região Centro-Oeste na economia brasileira, já que a mesma apresentava-se como um “vazio econômico” foi implantado um conjunto de programas, dentre eles o POLOCENTRO, PRODEPAN, PRODEGRAN, PRODOESTE, etc., cujos resultados foram a inserção da região na expansão da fronteira agrícola e a ocupação da região dos cerrados com a modernização da agricultura, através da utilização de tecnologia (insumos, fertilizantes, etc.), pesquisa (estudos da EMBRAPA possibilitaram a adaptação dos grãos de soja, milho e algodão na região), além da utilização de máquinas e equipamentos (tratores, arados, etc.), com a criação de fazendas-empresas, para obter-se ganhos de escalas (latifúndios), tendo como principal atrativo o crédito subsidiado (juros negativos), para atrair agropecuaristas experientes nas culturas comerciais. O resultado foi a redução da produção dos produtos

tradicionais (arroz, feijão, mandioca, etc.) e o aumento na área, produção e produtividade dos produtos comerciais (algodão, cana-de-açúcar, trigo, etc.)

Desta forma, esses programas permitiram a incorporação das terras (espaços vazios) de Mato Grosso, na expansão da fronteira agrícola, na modernização da agricultura nacional e no esforço exportador, frente à crise mundial (1970), devido aos choques de petróleo. Nesse momento Mato Grosso é desmembrado e o Estado de Mato Grosso do Sul é criado, em virtude de sua trajetória de maior dinamismo que a parte Norte do Estado, desde o início do século.

Com sua lógica produtiva determinada pelo intercâmbio com o centro dinâmico do país (São Paulo), Mato Grosso do Sul apresenta bons indicadores de crescimento econômico. O desenvolvimento da agricultura comercial na região Centro-Oeste chama a atenção de vários grupos agroindustriais, que passam a investir na região, visando obter lucros com as atividades ligadas à pecuária (frigoríficos), produção de aves e suínos, graças à oferta de milho, que permite a integração da produção, com a instalação de abatedouros, além da instalação das plantas industriais ligadas ao esmagamento e produção de óleo de soja, atendendo a demanda interna de óleo e a demanda externa por farelo de soja.

Em decorrência das transformações na economia brasileira, o setor externo passa a ser o carro chefe, a partir da fase de fragmentação da economia nacional, na qual as economias periféricas, cuja produção atendem a demanda externa tendem a crescer, enquanto que aquelas economias periféricas não especializadas em *commodities* ou bens exportáveis, tendem a apresentar declínio. Neste contexto, que tem início em meados da década de 1980, Mato Grosso do Sul passa a atender a demanda internacional, juntamente com as demais economias do Centro-Oeste, tornando-se assim a principal região na geração do emprego industrial na década de 1990, impulsionada pelo sucesso do *agribusiness* brasileiro.

A ocupação da região de Mato Grosso do Sul, já povoada anteriormente pelos índios (antes do descobrimento do Brasil), se deu a partir da decadência do ouro, com as atividades de subsistência “agricultura e pecuária”. A partir do fim da Guerra do Paraguai, a ocupação se deu a partir das migrações internas, principalmente do pessoal do triângulo mineiro, responsáveis pela criação das cidades de Campo Grande e Paranaíba, dentre outras; os gaúchos representaram outro fluxo migratório interno, primeiramente a partir da ocupação da região Sul do Estado no início do século XX, que culminou com a criação do município e território de Ponta Porã; num segundo momento, a partir da criação da colônia agrícola de Dourados, que trouxe pessoal do interior de São Paulo, do Nordeste e da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul,

principalmente). Junta-se a estes movimentos, a migração de estrangeiros, que fugindo de guerras e outros problemas (como a falta de terras, catástrofes da natureza, etc.), vieram para o Estado, sendo que as principais colônias são as dos libaneses, japoneses, paraguaios e italianos.

Este foi o movimento migratório que propiciou a ocupação demográfica e econômica do Estado, responsável pelo grande aumento das taxas de crescimento populacional, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, cujo dinamismo se arrefeceu nas décadas de 1990 e 2000.

Mato Grosso do Sul, apresenta estrutura industrial é bastante incipiente em relação à indústria nacional, com 0,74% do total de empresas e com a participação de 13,5% da indústria do Centro-Oeste (IBGE, 2003), tem seu dinamismo baseado no trinômio Boi–Soja–Minérios, ou seja, a agropecuária e o setor de mineração. As taxas de crescimento do Mato Grosso do Sul apresentam-se declinantes, caindo de uma média de 5% na década de 1980, para uma média de 2,8%, no início dos anos 2000. Este fato indicava um esgotamento das atividades principais, principalmente a pecuária, cuja estrutura fundiária impede maior dinamismo econômico às regiões onde se encontra instalada, e onde os resultados econômicos-financeiros obtidos pela atividade vem apresentando declínio, em virtude dos aumentos nos custos de produção, principalmente para a produção voltada para o setor externo.

Por outro lado, em se viabilizando a matriz energética com base no gás boliviano, um conjunto de investimentos propostos por indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, de papel e celulose, além da possibilidade de expansão das usinas de álcool da região do interior paulista, para áreas do Estado, diante da demanda por álcool combustível, que representa uma das maiores potencialidades da economia brasileira para a próxima década.

Por sua vez, existem possibilidades de desenvolvimento a partir da base produtiva que se encontra na economia de Mato Grosso do Sul, dentro os principais destacam-se: a) através do aproveitamento do maciço florestal existente na região de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, com possibilidade de exploração da madeira para a fabricação de papel e celulose; b) apesar da baixa agregação de valor, a estrutura agroindustrial do Estado, com a forte base agropecuária, abre possibilidades para o aproveitamento do conjunto de produtos – couros, alimentos com base em soja, dentre outras possibilidades; c) a reserva de minérios de ferro e manganês, existentes na região do Pantanal, que em conjunto com o gás, possibilita a implantação de um pólo petroquímico, no setor de plástico; d) a exploração do mármore significa potencial para a indústria de minerais não metálicos, na fabricação de móveis e subprodutos; e) o enorme potencial turístico representado pelo Pantanal, patrimônio natural e reserva da biosfera mundial,

com o resgate do Trem do Pantanal (ligando Campo Grande a Corumbá), além dos custer de Bonito, Jardim, Bodoquena, e o circuito das águas da região Norte do Estado. Junta-se a estes o turismo histórico, com a reconstituição da retirada da Laguna, e pelos demais movimentos realizados durante a Guerra em Mato Grosso do Sul. As fazendas de gado tornar-se-ão locais para o Eco-turismo, contemplativo, demandados principalmente por europeus e americanos.

Assim, a economia regional de Mato Grosso do Sul tem grandes condições de se tornar, a partir do planejamento da industrialização, do turismo e da agropecuária, uma economia com um dos maiores índices de crescimento econômico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana. *O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas regionais de desenvolvimento*. Artigo apresentado no Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, UCDB, 2003.

_____, *Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense – Contexto, propósitos e contradições*. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2001.

_____, *Intervenção e gerenciamento espacial : o caso do prodepan*. III Simpósio sobre recursos naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal. Os desafios do próximo milênio. Corumbá, 2000.

ARRUDA, Gilmar. *Heródoto*, In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul – 1883-1947. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

_____, *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Laranjeira*. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Assis. 1989.

BARBOSA, Emílio G. *Panoramas do Sul de Mato Grosso*, Correio do Estado, Campo Grande-MS, 1963.

BENETTI, Maria D. *Sistemas de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90*. Brasília: IPEA, 1994.

BORGES, *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870-1930*. São Paulo, Scortecci, 2001.

BRASIL, IBGE, *Censo demográfico*, diversos anos, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF.

_____, IBGE, *Anuário Estatísticos do Brasil*, diversos volumes (1938-2002), Rio de Janeiro-RJ; Brasília-DF.

_____, IBGE, *Censos econômicos*, diversos volumes, Brasília-DF.

_____, IBGE. *Contagem da população*. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Pesquisas/ Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 1996.

_____, IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, IBGE, Rio de Janeiro-RJ, 28/04/1958.

- _____, *Sinopse preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE. Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 2001.
- _____, IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil. Séries retrospectivas* – volume 3. Séries econômicas, demográficas e Sociais – 1550 a 1985.
- CAIADO, Aurílio S. C. *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): Pausa ou retrocesso?* Unicamp. Campinas, 2002.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1985)*. UNICAMP-IE, Campinas, 1998.
- _____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*". S. Paulo, Ed. Global, Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 1985.
- _____, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.
- CASTRO, Ana Célia & FONSECA, Maria da Graça. *O potencial do agribusiness na fronteira*. Revista de Economia Política: pág. 63-84, vol. 14, n.º 1 (53), Nobel. São Paulo, janeiro-março/1994.
- DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da Economia Brasileira e suas perspectivas*. TD. 375, IPEA, Brasília-DF: junho de 1995.
- CORRÊA, Afrânio. *A importância de Mato-Grosso na consolidação do Império português*, s/e, Cuiabá, 1934.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Paz e Terra. São Paulo, 1985.
- ESTEVAM, Luís Antônio. *O tempo de transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. Unicamp, Campinas-SP, 1997.
- ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá – confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso – 1536-1778*. Edufms. Campo Grande, 2000.
- Revista FERROVIA. *Uma ferrovia de ligação transcontinental*. São Paulo. ano XXV, n.º 290, janeiro/1960.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889). Uma província na fronteira do império*. Unicamp-IE, Campinas-SP, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

- INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*, Série Histórica Coletânea. Campo Grande-MS, 1986.
- LAMOSO, Lisandra Pereira, A exploração de minério de ferro no Brasil e em Mato Grosso do Sul, tese de doutorado. SP, 2001.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente Oeste de colonização*. Imprensa Universitária-UFMT, Cuiabá: 1982.
- _____, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*. Campinas: Unicamp, 1985.
- LIMA, Pedro Alcântara. *Transformação da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis - sul do ms: o resultado de uma colonização predatória*. UFMS, Dourados, s/d.
- LIMA FILHO, Manuel F. *Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. 1998.
- MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN. *Anuário Estatístico 1991-1994*, Campo Grande, 1995.
- _____, *Diretrizes de Ação do governo – 1983/1986*. Governo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1984.
- _____, *Diretrizes da Ação Governamental – 1988/1991*. Governo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1988.
- _____, *Empreendimentos que se destacam em Mato Grosso do Sul*. Seprodes, 2002.
- _____, *Informações básicas de Mato Grosso do Sul, 1999*. Seplanct, Campo Grande, 1999.
- _____, SUPLAN/IDESUL. *Mato Grosso do Sul, uma opção de investimento de baixo risco*, Campo Grande, novembro de 1983.
- _____, Programa de Desenvolvimento Integrado – Região de Dourados, 1980/1982.
- _____, SEPLANCT. *Diagnóstico sócio-econômico de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2003.
- _____, SEPLANCT. *Plano regional de desenvolvimento sustentável da região Sudoeste*. Campo Grande, abril de 2002.
- _____, SEPLANCT. *Plano regional de desenvolvimento sustentável da região Sul-Fronteira*, Campo Grande, novembro de 2002.
- SEPLANCT. *Plano regional de desenvolvimento sustentável da região da Grande Dourados*. Campo Grande, 2001.

- MOURA, Zilda Alves de. *Considerações acerca da escravidão no Sul de Mato Grosso – 1880/1890* 2002, UCDB. Campo Grande-MS.
- MÜLLER, Fenelon. *Colônia Agrícola de Mato Grosso*. Publicado no Jornal do Comércio em 10 de outubro de 1942. Campo Grande-MT
- NASCIMENTO, Luiz M. *As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica*. Dissertação de mestrado, Assis/SP. 1992.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Editora da Unicamp, Campinas-SP, 1996.
- NETO, Aristides M. & GOMES, Gustavo M. *Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: Recursos públicos em ação*. Texto para discussão n° 712, IPEA, Brasília-DF, março de 2000.
- OLIVEIRA, Benícia C. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*, Dissertação de Mestrado em História. UNESP-Assis, 1999.
- PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. IE-Unicamp, Campinas-SP, 1998.
- PAVÃO, Eugênio S. *A industrialização de Mato Grosso do Sul - dinâmica do capital industrial*, monografia de conclusão de curso de Economia na UFMS: Campo Grande-MS, 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil – 1500-1930*. Editora brasiliense Ltda. São Paulo, 1949.
- QUEIRÓZ, Paulo R. Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder – o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Campo Grande, UFMS: 1997.
- SALSA CORRÊA, Lúcia. *História e Fronteira – o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande; UCDB: 1999.
- SANDERS, John & BEIN, Frederick L. *Desenvolvimento agrícola na fronteira brasileira - Sul de Mato Grosso*, in Estudos Econômicos, IPE-USP, Vol. 6, n° 2, 1976.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. Edição. Editora Nacional, São Paulo: 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste, ensaios sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo, arquivo do Estado. 1990.
- SUDECO – Superintendência do desenvolvimento da região Centro-Oeste. *Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste*. Ministério do Interior. Brasília-DF, 1988.
- TRINTIN, Jaime. *A economia paranaense: 1970-1998*. Unicamp-IE, Campinas-SP, 2001.

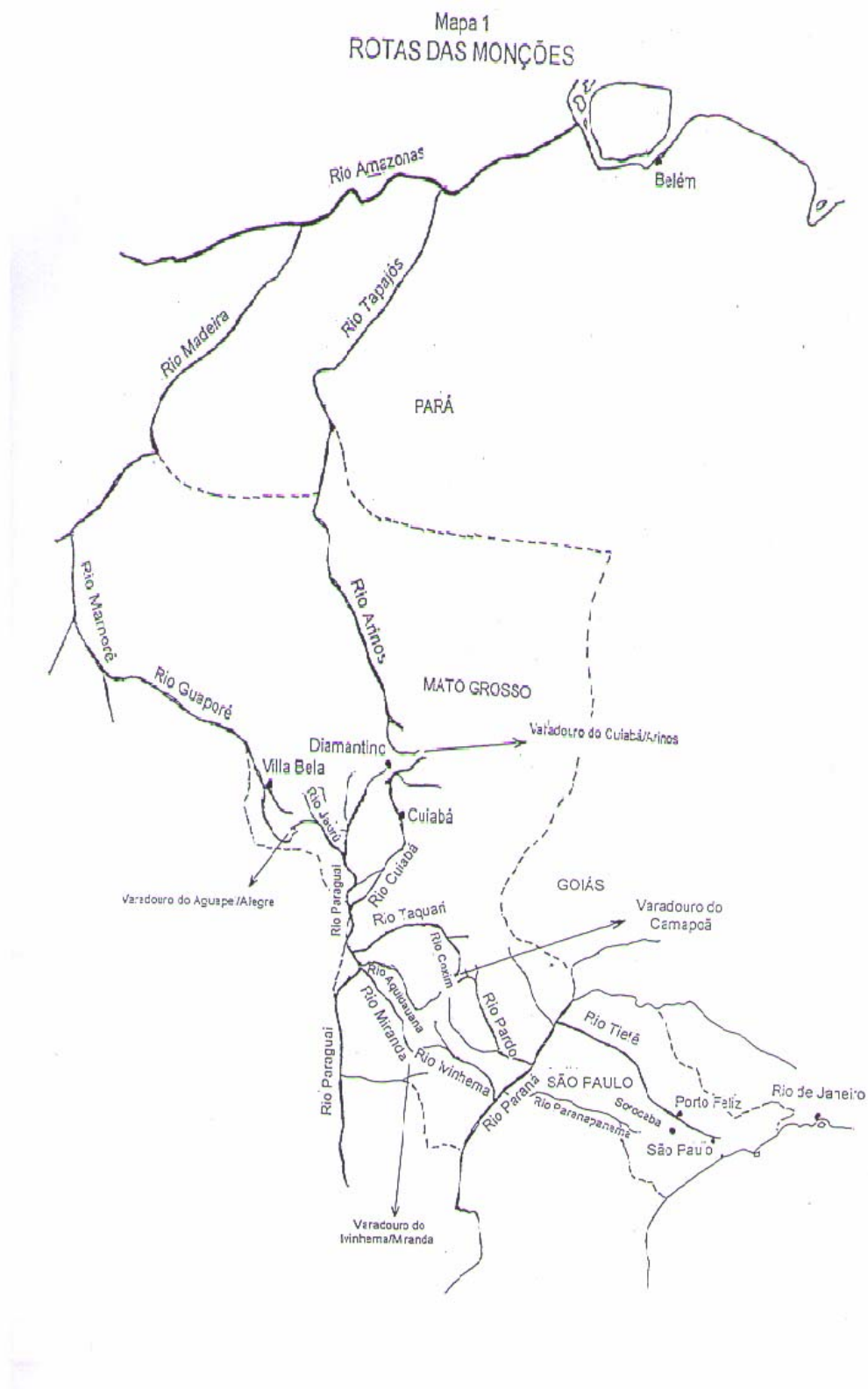
VERRUCK, J. *O processo de industrialização da fronteira agrícola brasileira: Estrutura e dinâmica industrial do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado em Economia rural-UFRGS. Porto Alegre-RS, 1990.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. Hucitec/Minc/Pró-memória, Instituto Nacional do Livro. Brasília-DF, 1987.

WEINGARTNER, Alisoete A. dos Santos. *Movimento Divisionista em Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Est. 1995.

ANEXOS

Anexo 1: Mato Grosso, caminho das monções.



Fonte: Garcia (2001: 128)

ANEXO II

Mato Grosso do Sul: Matadouros e frigoríficos instalados de 1960 a 2004.

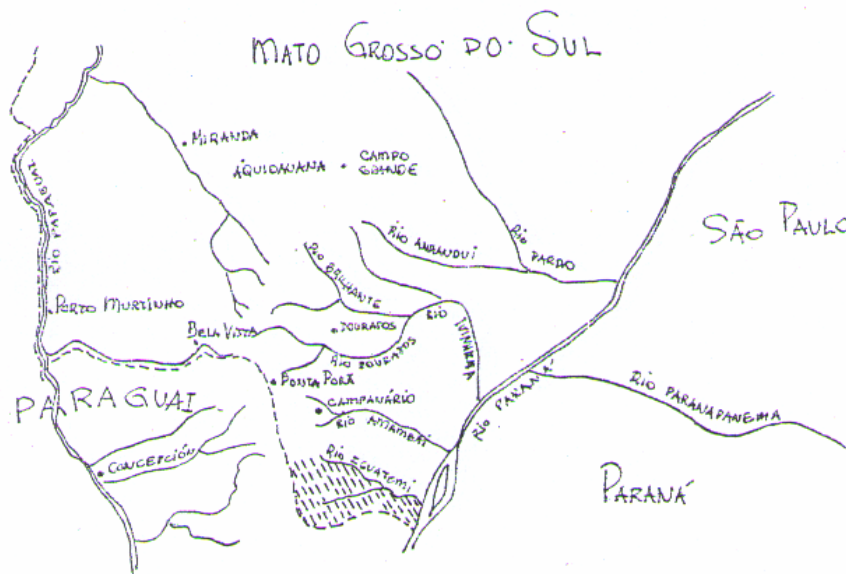
Nome	Instalação	Município	Nome	Instalação	Município
Aquidauana			Gameleira	1998	Campo Grande
Amambaí	1993	Amambaí	Iguatemi	1996	Iguatemi
Aurora	1996	São Gabriel d'Oeste	Independência	1992	Nova Andradina
Avipal	1995	Dourados	Independência		Anastácio
Boi Centro Oeste			Kaiowá		Anastácio
Boi do Pantanal I			Margem	1997	Paranaíba
Boi do Pantanal II			Margem	1998	Coxim
Bordon	1950	Campo Grande	Margem	1999	Rio Verde
Bom Preço			Margem (Caburai)		Navirai
Boi Branco		Nioaque	Mondelli		
Bom Charque			Minerva		
Boifran			Mundial		Guia Lopes da Laguna
Boi Branco		Campo Grande	Matel	1969	Campo Grande
Bertin	1998	Naviraí	Naviraí		Naviraí
Corumbá	2000	Corumbá	Ouro Verde		Camapuã
Caarapó*		Caarapó	Pontual		
Campo Oeste	1999	Campo Grande	Peri	1995	Terenos
Catarinense			Paranaíba		Paranaíba
Cervieri			Pedra Bonita*		Itaporã
Dourados			Pérola		Dourados
Doux Frangosul	1998	Caarapó	Rochedo		
Estrela do Sul			São Luiz		
Frial			Santa Fé		Cassilândia
Fribai			Santa Marina		
Friplan			Sul		
Frigocap			São Judas Tadeu	1996	Guia Lopes
Frango Vit	1970	Campo Grande	Três Lagoas	1963	Três Lagoas
Frigonostro	1999	Batayporã	Tatuíbi		
Frogoriver			Trevo	2000	Aquidauana
Frigotel			União		
Friboi		Campo Grande	Vale Verde		
Frigms		Dourados			

Fonte: MS – Empreendimentos que se destacaram



* Em concordata

MAPA 04

ÁREA DA CONCESSÃO RELATIVA A LEI Nº 26



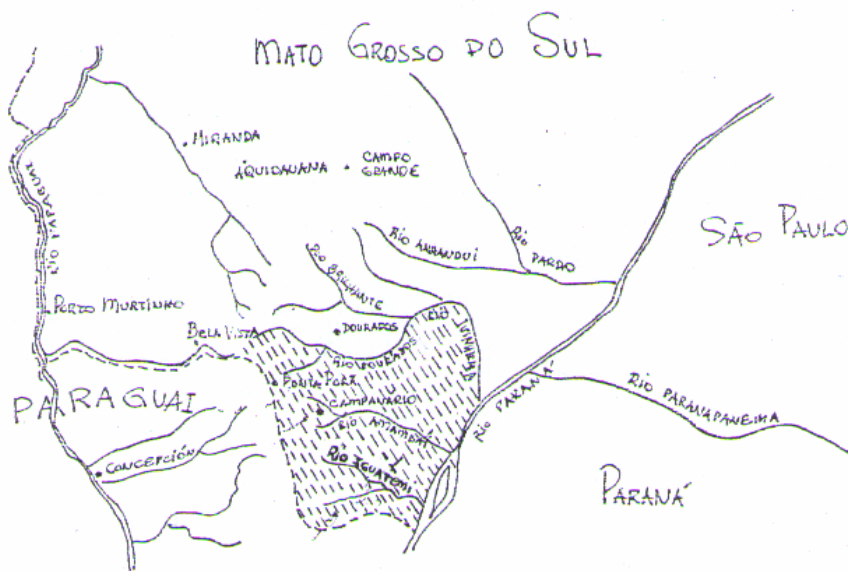
LEGENDA

-  Área do arrendamento
-  Fronteira Brasil/Paraguai



FONTE: Lei Estadual nº 26 de 11.11.1892

MAPA 05

ÁREA DA CONCESSÃO RELATIVA A RESOLUÇÃO Nº 76



LEGENDA

-  Área do arrendamento
-  Fronteira Brasil/Paraguai

FONTE: Resolução do Governo Estadual nº 76 de 13.07.1894

ANEXO IV - MS: Comportamento dos setores industriais, por número de estabelecimentos.

